



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

CAMILA DE FREITAS SILVA BOGÉA

***A PROVINCIA, O PAIZ E A
FEDERAÇÃO: CAMPANHAS
REPUBLICANAS NA IMPRENSA
(1884-1889)***

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CCH – Centro de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em História

Doutorado em História

CAMILA DE FREITAS SILVA BOGÉA

***A PROVINCIA, O PAIZ E A FEDERAÇÃO: CAMPANHAS
REPUBLICANAS NA IMPRENSA (1884-1889)***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Angela Maria de Castro Gomes

RIO DE JANEIRO

2019

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em História

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO,
como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Angela Maria de Castro Gomes (UNIRIO – Orientadora)

Prof. Dr. Marcelo Magalhães (UNIRIO – Examinador)

Profa. Dra. Tania Bessone (UERJ – Examinadora)

Profa. Dra. Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa – Examinadora)

Profa. Dra. Claudia Viscardi (UFJF – Examinadora)

Profa. Dra. Claudia Santos (UNIRIO – Suplente)

Profa. Dra. Maria Letícia Corrêa (UERJ/FFP – Suplente)

Rio de Janeiro, 05 de Julho de 2019.

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

B674 Bogéa, Camila de Freitas Silva
A Província, O Paiz e A Federação: campanhas
republicanas na imprensa (1884-1889) / Camila de
Freitas Silva Bogéa. -- Rio de Janeiro, 2019.
224f

Orientadora: Angela Maria de Castro Gomes.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em História, 2019.

1. Campanha Republicana. 2. República. 3.
Imprensa. I. Gomes, Angela Maria de Castro, orient.
II. Título.

À Idelly Cathermol, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Por mais solitário que possa muitas vezes parecer, sentada e escrevendo cercada de fontes e livros, o trabalho intelectual não se faz sozinho. Desta forma, não poderia deixar de agradecer algumas pessoas que foram essenciais para sua realização.

Em primeiro lugar, agradeço a minha orientadora, Angela, por ter aceitado orientar este trabalho. Nossas conversas e discussões foram de grande importância para que esta tese virasse realidade. Sempre fui uma grande admiradora do seu trabalho, mas poder ter o privilégio de ser sua orientanda me fez ser também uma grande admiradora da sua pessoa. Obrigada por toda gentileza e compreensão e por me ajudar a conciliar meus muitos tempos de aula com a feitura desse trabalho.

Aos professores Marcelo Magalhães e Isabel Lustosa, agradeço todas as leituras e as sugestões feitas no período de qualificação. Agradeço ainda às professoras Claudia Viscardi, Tania Bessone, Claudia Santos e Maria Letícia Corrêa por aceitarem compor a banca de defesa. Em especial agradeço também ao Marcelo por todo apoio e orientação ao longo desses anos de formação. Foi a partir da minha participação em seu projeto de iniciação científica ainda no início da graduação que comecei as minhas leituras sobre a Primeira República que resultaram em uma monografia, uma dissertação e agora esta tese.

Aos meus professores da UNIRIO e da UERJ/FFP por todo conhecimento que transmitiram durante meu percurso acadêmico. Em tempos de desmonte do ensino público, é preciso reafirmar a universidade como espaço de formação intelectual e crescimento individual. Eu me sinto privilegiada e honrada em poder ter aprendido com os melhores. Por todas as aulas, debates, apresentações, textos e por toda experiência vivida, meu muito obrigada!

À minha família, Fábio, Lina e Fabiana, agradeço por todo apoio e compreensão, principalmente neste período difícil da escrita, que fez com que eu me ausentasse de muitas festas e encontros. Não teria chegado até aqui sem todo o suporte de vocês.

Aos meus amigos de UERJ/FFP que seguem comigo desde 2006 e outros que fui encontrando ao longo do caminho. Formamos um grupo tão díspar que acabamos por ficar juntos. Foram muitas conversas, risadas, reuniões, aniversários. Formaram-se casais, presenciamos casamentos, nascimentos. Também discutimos e muito sobre História, docência, academia, mas principalmente sobre nossas esperanças e sonhos. Francês, Debora, Pedro, Frazão, Thiago, Rozely, Virgínia, Adauto, obrigada por compartilharem esses mais de dez anos comigo! Minha família FFP é a melhor que eu poderia ter!

Aos meus amigos de fora do mundo acadêmico. Thaís, Gabriela, Amanda, Gabi, Marcelo, Amando, Mariana. Vocês dividiram comigo muito do peso desse trabalho, mesmo sem ter ideia do que eu estava fazendo. Me fizeram rir, relaxar, me aconselharam e entenderam quando eu recusei convites, faltei a festas e comemorações. Eu sei que vocês estão celebrando comigo o fim de mais esta etapa! Obrigada!

Não poderia deixar de fora também Ana Paula. Começamos na 1ª série do Ensino Fundamental e são tantos anos juntas que mal sei fazer as contas. Escolhemos a mesma área de estudo, ainda que em faculdades diferentes e voltamos a estudar juntas depois de tantos anos neste doutorado. Dividimos a profissão, as dificuldades do mundo acadêmico, mas mais do que isto vivemos muitas histórias. Obrigada pelo apoio e torcida em mais esta etapa.

Por fim, a Diogo Bogéa. Obrigada por todo amor, carinho e companheirismo ao longo desses últimos doze anos. Você foi a minha sustentação nesse período de finalização desta tese. Garantiu que eu me mantivesse calma, interrompeu seu próprio trabalho inúmeras vezes para discutir comigo ideias, leu e revisou todo texto que eu pedi. Tenho certeza que você hoje sabe muito mais de imprensa e república do que algum dia imaginou possível! Obrigada – e talvez desculpa?. Divido esta conquista com você.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as diferentes campanhas republicanas desenvolvidas na imprensa durante o período de 1884 a 1889. Para tal analisamos as notícias veiculadas nos jornais: *A Federação*, do Rio Grande do Sul, *O Paiz*, da Corte e *A Provincia de São Paulo*, de São Paulo, importantes jornais republicanos do período que tinham grande circulação. Partimos do princípio que a imprensa foi o principal meio de divulgação das ideias republicanas e de construção de um discurso de desestabilização e crise da monarquia.

A imprensa, utilizando-se de retórica e estratégias próprias, buscou arregimentar novos correligionários e simpatizantes para o movimento republicano. Entendemos ainda que esses jornais estavam não só propondo ideias, mas também uma ação: a queda da monarquia e instituição da república. Além de um discurso político, os jornais republicanos, a partir de seus editores e colaboradores ressignificaram também a história nacional, construindo uma narrativa que estava imbuída de um sentido: a república.

Palavras – chaves: República, Imprensa, Cultura política republicana

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the different republican campaigns developed in the press during the period from 1884 to 1889. For this we analyze the news published in the newspapers: *A Federação*, from Rio Grande do Sul, *O Paiz*, from Court and *A Provincia de São Paulo*, from São Paulo, important republican newspapers that had great circulation. We assume that the press was the main means of spreading republican ideas and building a discourse of destabilization and crisis of the monarchy.

The press, using its own rhetoric and strategies, sought to gather new comrades and sympathizers for the republican movement. We also understood that these newspapers were not only proposing ideas, but also an action: the fall of the monarchy and institution of the republic. In addition to a political discourse, the Republican newspapers, from their editors and collaborators, also reinterpreted national history, constructing a narrative that was imbued with a sense: the republic.

Key words: Republic, Press, Republican political culture

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A IMPRENSA E O JORNALISMO REPUBLICANO DO FIM DO SÉCULO XIX	28
1.1- <i>O Paiz</i> , o jornal de “maior tiragem e de maior circulação na América Latina.”	33
1.2- <i>A Província de São Paulo</i> : “Liberdade de pensamento e responsabilidade do autor”	42
1.3 <i>A Federação</i> : órgão do Partido Republicano Riograndense	49
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO SERVIL E A CAMPANHA REPUBLICANA	56
2.1 A questão servil na imprensa republicana	58
2.2 Emancipação e federalismo: o caso do Ceará e do Amazonas.....	66
2.3 O Projeto Dantas e a lei dos Sexagenários	75
2.4 O republicanismo ante a escalada do movimento abolicionista	85
2.5 Da reforma social à reforma política	94
CAPÍTULO 3- O REPUBLICANISMO NA IMPRENSA: OS JORNAIS E SEUS EDITORES NA DEFESA DO NOVO REGIME	101
3.1 Entre tensões e conflitos: <i>O Paiz</i> e as cobranças do republicanismo	103
3.2 Temos homens para a República, e jornais também: o apoio da <i>Federação</i>	108
3.3 O apartidarismo d’ <i>O Paiz</i> e a coluna do Partido Republicano.....	116
3.4 O Brasil enquanto exceção: <i>O Paiz</i> e o elogio das repúblicas americanas	125
3.5 Centralização/Desmembramento x Descentralização/Unidade: um debate entre <i>A Federação</i> e <i>A Província de São Paulo</i>	129
3.5.1 A radicalização do debate e a questão separatista	135
CAPÍTULO 4 – A REPÚBLICA ENTRE O PARLAMENTO E O TRONO	141
4.1 A luta parlamentar do Partido Republicano	142
4.1.1 A atuação dos republicanos no legislativo: um relato dos paulistas	148
4.2 A família real em debate	150
4.2.1 A sucessão monárquica e o Terceiro Reinado.....	164
CAPÍTULO 5- A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO HISTÓRICO REPUBLICANO PARA O BRASIL	170
5.1 O futuro é a República	172
5.2 A Inconfidência Mineira e Tiradentes, o protomártir republicano.....	174
5.3 As disputas por uma história do Brasil republicano.....	184
5.4 O movimento republicano e o surgimento de uma memória histórica republicana	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	208
ANEXO 1	214

INTRODUÇÃO

A Primeira República ainda suscita diversas discussões historiográficas. Na última metade do século passado, diversos foram os autores que revisitaram o tema, fazendo um balanço das interpretações existentes. Novos caminhos foram percorridos e diferentes pesquisas foram realizadas de forma a compreender melhor a passagem da Monarquia para a República e a instauração do novo regime. Em texto apresentado no “Seminário Primeira República: Portugal e Brasil”, Angela de Castro Gomes, ao iniciar uma discussão acerca da historiografia sobre a Primeira República aponta para um “revival” do interesse sobre o tema e não só por historiadores como por cientistas políticos e sociais, o que evidencia “o caráter interdisciplinar dessa produção”¹. Para Gomes,

É bom remarcar que tal revival tem um aspecto de fundo comum, alicerçado em uma grande, profunda e ainda inconclusa revisão do diagnóstico até então mais compartilhado e consolidado pela memória histórica sobre a Primeira República. (...) é possível dizer que a Primeira República se transforma, abrindo-se a investigações que passam sistematicamente a considerá-la um período estratégico para a construção de instituições e de atores políticos modernos, bem como um espaço de tempo extremamente rico para experiências associativas de diversos tipos, para a implantação de políticas públicas, para experimentos artístico-culturais etc.²

Essas novas investigações tentam desconstruir a ideia da “República Velha” e corrompida para tentar melhor entender como se deu o processo de seu estabelecimento e sua organização. Alguns autores fundamentais nesse sentido são Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República*³ e José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*⁴ e *Os Bestializados*⁵.

Discutindo as interpretações até então existentes para a queda do regime monárquico, Emilia Viotti da Costa faz uma revisão crítica da historiografia sobre a Primeira República, apontando para o caráter “superficial” das mesmas. Analisando as transformações ocorridas durante o século XIX, a autora afirma que a instauração do

¹ GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. In: GOMES, Angela de Castro.; MOURÃO, Alda (orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 55.

² *Ibidem*, p.55

³ COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

regime republicano foi possível devido a mudanças ocorridas na ordem econômica e social, as quais enfraqueceram as bases do sistema monárquico.

José Murilo de Carvalho, outra referência no estudo da Primeira República, assinala, no livro *A Formação das Almas*, a existência de diferentes modelos de República a serem seguidos, implicando em distintos projetos políticos para o país, além de uma profunda desorganização política. Estes modelos variavam entre os que apoiavam o individualismo da democracia formal, influenciados pela República americana; os positivistas, defendendo um Estado centralizador; os influenciados pela fase jacobinista da Revolução Francesa, preocupados com a igualdade social. Os dois primeiros, “o americano e o positivista, embora partindo de premissas totalmente distintas, acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder. O terceiro colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime”.⁶ Se, por um lado, num primeiro momento estes foram os modelos possíveis para a nascente República, ficaram de lado os projetos posteriores de inspiração anarquista, partidários de um movimento atuante dos trabalhadores. Outro ponto importante da tese do autor, desenvolvida no livro *Os Bestializados*, é a falta de participação popular na Proclamação por uma auto-exclusão do povo, que não via na República possibilidades efetivas de um aumento da participação popular.

Opondo-se a esta ideia, Maria Tereza Chaves de Mello, no livro *República Consentida*, traz à tona a face política da população da cidade do Rio de Janeiro, interessada na política formal, ainda que dela não fizesse parte. Excluída do Parlamento, a rua servia de espaço para debates. Notícias eram comentadas à porta dos jornais, conversas eram travadas em confeitarias, conferências públicas eram realizadas, agregando grande número de ouvintes. Ao contrário do que José Murilo de Carvalho propõe, Mello nos mostra um alto grau de politização da sociedade da corte.

Segundo Mello, existia um movimento intelectual, em fins do Império, que a partir das novas teorias científicas do período e de uma “nova cultura democrática” passou a atacar as bases do o governo monárquico. Esse ataque, segundo a autora, ocorreu principalmente via imprensa.⁷ Angela Alonso, em estudo sobre a geração de 1870, afirma que tal movimento era não só intelectual, mas também político. As ações dos intelectuais

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.22.

⁷ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

teriam este viés, buscando reformas políticas, econômicas e sociais. Selecionando em teorias europeias elementos que ajudassem a compreender a conjuntura brasileira, os políticos e intelectuais da geração de 1870 encontraram também na tradição monárquica elementos com os quais formaram um repertório de ideias mobilizado para explicar o próprio país. Sendo assim, ainda que se contrapusessem à monarquia, se utilizavam, também, de elementos daquela tradição. Foi o caso, por exemplo, do resgate do período regencial e de líderes como Frei Caneca e Tiradentes. A autora ressalta ainda que esta seleção não implicava uma simples “imitação” das ideias estrangeiras, mas configurava uma apropriação consciente dos conceitos e noções que melhor se encaixassem no esquema explicativo construído.⁸

Para Mello, outro espaço de ampla divulgação foi a rua, que “alimentou” certos temas, que retirou “a discussão de um círculo restrito e fechado e jogou-a em praça pública”, tornando possível uma percepção mais ampla da crise monárquica. Tal fato, para a autora, auxiliou no desafeiçoamento em relação ao regime. Sua hipótese é a de que o povo teria “introjetado uma ideia de crise e decadência”: antes mesmo de cair, a monarquia já havia ruído, simbolicamente, o que facilitou a penetração das ideias republicanas. Isto, em grande medida, graças às campanhas republicanas.⁹

Analisando especificamente o Manifesto Republicano, José Murilo de Carvalho analisa os conceitos utilizados pelos republicanos, ressaltando, como também o fez Angela Alonso, as apropriações feitas de termos como república, democracia, federação e monarquia. Segundo o autor,

O Manifesto de 1870 não fazia diferença entre república e democracia. As duas apareciam juntas já na gênese histórica que delas se fazia, a começar pela Inconfidência Mineira de 1789.¹¹ Segundo essa narrativa, a “democracia pura” já estaria presente no tempo da independência, quando teria sido derrotada pela usurpação bragantina. Nova derrota teria ocorrido em 1831, por ocasião da abdicação do primeiro imperador, quando os moderados se apoderaram do governo excluindo os radicais. A maré democrática teria voltado a subir na década de 1860, com o retorno dos liberais históricos e o surgimento dos radicais. (...) Ora, a forma de governo apropriada ao exercício da soberania popular era a república, entendida como fenômeno exclusivamente político. Logo, democracia e república eram uma e a mesma coisa, um país que se autogovernasse, isto é, que elegeisse todos os seus governantes. Como argumento adicional, o Manifesto aduzia o isolamento do

⁸ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

⁹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Brasil na América. “Somos da América e queremos ser americanos”. E a América era a república.¹⁰

O autor afirma ainda que ao final do manifesto é possível identificar a formação de um tripé em torno do qual se construiu o discurso republicano: “república-democracia-federação”¹¹. Para os republicanos, todos os conceitos estavam relacionados e se completavam no novo sistema político.

Tais obras, apesar de grande mérito, não oferecem uma organização sistemática da trajetória do movimento republicano durante os últimos 20 anos de Império. Mello restringe sua pesquisa ao Rio de Janeiro, Carvalho ao manifesto republicano. Mesmo Angela Alonso, que apresenta um trabalho mais geral, acompanhando as divisões dos grupos políticos no século XIX até o surgimento do partido republicano, não avança - e não era sua proposta fazê-lo - na análise da atuação desta nova força política via imprensa, focando-se nos escritos de importantes intelectuais do período. Recentemente a autora publicou o livro *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)* que traz uma interpretação mais integrada do movimento abolicionista nas últimas décadas do Império. Com isso queremos mostrar que há debate, mas as pesquisas ainda são escassas e é nesse espaço que se encaixa nossa contribuição.

Ao organizar a coletânea *Ação e Pensamento da República*, Eduardo Silva, no primeiro volume, dedicado a Quintino Bocaiúva, comenta a circulação das ideias republicanas. Segundo ele,

Dizer – como alguns – que o Manifesto de 1870 ‘obteve enorme repercussão em todo o país’ não deixa de ter uma ponta de fantasia. Na verdade, como mostrou Oliveira Viana, não foi tão grande a penetração do ideal republicano na sociedade brasileira até 1889. Os republicanos, quando da Proclamação, possuíam apenas 74 jornais, na maioria pequenos, concentrados em São Paulo (21), Minas Gerais (11), Rio de Janeiro (11) e Rio Grande do Sul (11). Estas províncias mantinham ainda a grande maioria dos núcleos republicanos locais – os chamados ‘Centros’ ou ‘Clubes’ – que, quando da Proclamação, somavam, em todo o país, 237.¹²

Essa citação é ilustrativa em muitos sentidos. Primeiro, aponta para a existência de uma concentração das organizações republicanas nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo,

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo no Brasil, 1870-1891 In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, 2011: p. 145.

¹¹ *Ibidem*, p.157.

¹²SILVA, Eduardo. *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*. Brasília : Senado Federal ; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. I, p. 57.

Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Silva não menciona como chegou ao números de jornais citado. Não sabemos se contabilizou apenas os que eram declaradamente republicanos – o que é o mais provável – ou se contou também aqueles simpáticos à causa, ainda que não abertamente adeptos, como era o caso, por exemplo, do jornal da Corte, *O Paiz*.

Fato é que o autor menciona o número de jornais e clubes para apoiar uma tese, a partir de avaliação feita por Oliveira Viana¹³: as ideias republicanas não ganharam muito alcance na sociedade brasileira até o momento em que o novo regime se estabeleceu. O sentido implícito nessa conclusão é o de que, não só as ideias republicanas não empolgavam a sociedade, como igualmente eram pouco conhecidas. Algo absolutamente compatível com o pensamento de Oliveira Viana, um dos mais importantes pensadores autoritários dos anos 20, ou seja, um dos críticos mais ferrenhos do liberalismo que moldou o novo regime republicano. O livro no qual o comentário é feito, *O ocaso do Império*, foi escrito em 1925, época do centenário de nascimento de D. Pedro II. A intenção do texto era ser a primeira análise não partidária da queda do Império. Viana foi professor na faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro e era membro do IHGB quando foi convidado para escrever o livro.

Entretanto, os mesmos dados podem ganhar interpretação um tanto distinta. Afinal, se havia 74 periódicos ligados ao republicanismo circulando em províncias populosas e importantes politicamente, isto indica, no mínimo, a existência de uma razoável propaganda republicana durante as décadas de 1870 e 1880. Por outro lado, essa constatação destaca a importância e a ação da imprensa republicana que, mesmo sendo considerada pouco numerosa, foi a mídia de maior destaque na divulgação dos “novos ideais”.¹⁴ O que gostaríamos de ressaltar é: o baixo número de jornais republicanos existentes nas províncias não é necessariamente indicativo de uma baixa divulgação das ideias republicanas.

É aqui que se inserem os objetivos de nossa pesquisa. O papel fundamental da imprensa como meio de mobilização e divulgação é destacado em diversos estudos. O jornal era o impresso com maior poder de atingir pessoas e formar opinião até a Primeira

¹³ Referência ao livro *O ocaso do Império* de Oliveira Viana.

¹⁴ Um levantamento na hemeroteca da Biblioteca Nacional aponta que entre os anos de 1880 e 1889 o Rio de Janeiro disponibiliza 512 publicações. Em São Paulo 63 e em RS 31. Esses números não indicam os índices absolutos, mas antes as publicações que encontram-se disponíveis na Biblioteca. Incluem também todo material disponível na Hemeroteca: jornais, revistas, almanaques, etc. Devido a falta de informações sobre quais jornais estão contabilizados por Silva não é possível verificar a circulação e tiragem destes.

Guerra.

Maria Tereza Chaves de Mello destacou como a ação republicana fazia das ruas, *meetings* e reuniões que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro, “lugares” e recursos estratégicos para a propaganda de ideias e valores. Apoiando-se nas novas teorias científicas do período, proliferava, principalmente na imprensa, um movimento intelectual que vai atacar as bases do governo monárquico.¹⁵

A imprensa era um grande espaço de luta, de polêmica, de reivindicações, um instrumento decisivo para a construção da opinião pública em favor da república, com o diferencial de chegar a um público maior, sem que as pessoas sequer precisassem sair de casa. Analisando a década de 1880, Mello assinala como a imprensa colaborou no desmantelamento simbólico da Monarquia, fazendo críticas, explorando polêmicas, revoltas e falhas ocorridas no antigo regime. Afixando as principais notícias do dia nas portas dos edifícios onde estavam instalados, as redações e o entorno dos jornais republicanos se constituíam em um verdadeiro espaço de sociabilidade em defesa das novas ideias políticas. Era nesses locais que a população das cidades se reunia para ler e comentar as notícias do dia e, dessa forma, as notícias e os debates impressos passavam a circular oralmente, ganhando as ruas das cidades e chegando mesmo àqueles que não soubessem ler. A imprensa era o principal canal de mediação da discussão política, sendo a ponte entre uma elite letrada de situação ou de oposição e a população, inclusive a analfabeta, que participava das discussões e os debates dos assuntos do momento. Com a imprensa, levava-se “a política ao povo”.¹⁶ Entende-se aqui povo na acepção política, o “homem comum” que participando do espaço público era envolvido no debate e apreciação das questões políticas provinciais e nacionais.

A propaganda republicana se deu em muitas frentes e por diferentes grupos, mas todos eles se beneficiaram do uso da imprensa. Utilizando diferentes estratégias de mobilização e divulgação, apresentando diferentes concepções e ideias, o projeto de mudança de regime não era homogêneo, porém, mais uma vez, só se consolidou e se expandiu com ajuda, em especial, dos jornais. É nesse sentido que destacamos a existência de campanhas republicanas nas quais a mídia impressa ocupou um espaço central.

Desta forma, destacamos que os jornalistas que, na virada do século XIX para o XX, escreviam para jornais de grande circulação no Brasil estavam desenvolvendo ações

¹⁵ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹⁶ *Ibidem*.

de mediação cultural, especialmente quando engajados em campanhas políticas, como a da abolição e a da república.

A categoria intelectual é central para essa análise. Sirinelli ressalta o aspecto polimorfo do grupo, defendendo uma "definição de geometria variável, mas baseada em invariantes"¹⁷ e que comporta duas acepções de intelectual: uma ampla e sociocultural, abarcando o que ele chama de criadores e mediadores culturais; e a segunda, mais estreita, baseada na noção de engajamento. O "historiador do político deve partir da definição ampla, sob condição de em determinados momentos, fechar a lente".¹⁸ Intelectuais criadores são aqueles que “pertencem e que participam na criação artística e literária ou no progresso do saber”, enquanto os mediadores são os que “contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber”.¹⁹

Preocupado em estabelecer uma possibilidade para o trabalho metodológico do estudo dos intelectuais, Sirinelli trabalha com o emprego de três noções: itinerário, geração e redes de sociabilidade, apontando as objeções na utilização delas.

A construção de itinerários políticos, segundo Sirinelli, permitiria desvelar os grandes eixos de engajamento dos intelectuais, porém, há a possibilidade de apresentarem sérios problemas. Além de difíceis de reconstituir, os itinerários costumam suscitar problemas de interpretação. Outra dificuldade seria a visão teleológica que pode ocorrer em algumas abordagens sociológicas, muito conhecidas por incorrerem na “ilusão biográfica” apontada por Bourdieu. Para o autor, é preciso deixar espaço para o inesperado e o fortuito e questionar o reducionismo das complexas engrenagens do meio intelectual, vistas como guiadas pela estratégia.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.²⁰

As estruturas da sociabilidade apontadas por Sirinelli seriam uma espécie de rede de relações onde existem laços intelectuais e/ou afetivos. O autor destaca duas estruturas essenciais nesse sentido: as revistas (os periódicos, em geral) e os manifestos. A revista

¹⁷SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François(Orgs.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.242

¹⁸*Ibidem*, p.243

¹⁹ *Ibidem*, p.261.

²⁰ *Ibidem*, p.248.

seria "lugar precioso de fermentação intelectual e relação afetiva"²¹ na qual se estruturaram forças de adesão - pela amizade, influência e fidelidade - e de exclusão - pelas cisões e debates. Outra estrutura seriam os manifestos assinados - que funcionariam como sismógrafo para medir os abalos na consciência nacional. Ressalta ainda a variabilidade dessas estruturas conforme época e subgrupos estudados.

Outra noção importante é a de “geração”, ligada à solidariedade de idades. O processo de transmissão cultural no meio dos intelectuais se define com relação a uma herança, seja ela na constituição de seguidores de um pensamento específico ou na ruptura de intelectuais a partir deste pensamento. Quanto à gestação dessa geração, esta pode se dar a partir de um acontecimento fundador que gera "bagagem genética" e "memória coletiva" dos seus primeiros anos, elementos que marcarão a sua existência.²²

Ainda que seja difícil estabelecer os critérios para definir quem formaria uma elite cultural, Sirinelli aponta que uma especificidade desse grupo é o poder de ressonância de suas ideias e debates.

O meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior.²³

Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen, em apresentação de livro destinado justamente a trabalhos que usam a categoria de intelectuais mediadores, discutiram tanto esse conceito como as dificuldades e possibilidades de explorar tal linha de reflexão. Segundo as autoras, a mediação cultural pode ser exercida por um conjunto diversificado de atores. Eles podem ainda acumular diversas funções e posições em sua trajetória. Aqueles que criam, não raro, também fazem trabalho de mediação cultural. Considerando-se o grupo e o período que aqui trabalharemos, esta combinação é um marco da geração de 1870. Esses intelectuais – podemos também chamá-los publicistas –, não eram apenas divulgadores – o que já não seria pouco.. Eles escreviam livros e tratados sobre assuntos variados, além de artigos e colunas nos periódicos, que eram também espaços para a publicação de poesias e romances. Se aqui destacamos seu caráter

²¹ SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François(Orgs.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.249

²²SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

²³SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François(Orgs.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.265

mediador, vale ressaltar que esta era raramente sua única faceta. Para além disso,

o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. (...) aquilo que o intelectual “mediou” torna-se efetivamente “outro produto”: um bem cultural singular.²⁴

Neste sentido, os intelectuais mediadores não seriam personagens secundários do mundo cultural, isto porque estão

voltados para construção de representações que têm grande impacto numa sociedade, sendo estratégicos para se entender como uma série de novos sentidos são gestados a partir da recepção dos bens culturais; de como tais bens transitam entre grupos sociais variados; de como a esfera da cultura se comunica, efetivamente, com a esfera social.²⁵

Os intelectuais jornalistas são peças-chave para compreender as ações de convencimento, formação e consolidação de um movimento em prol das ideias republicanas. É neste sentido que destacamos o caráter de ação política dos discursos veiculados pela imprensa. Os periódicos foram, junto com os meetings, e talvez mais que estes, o principal meio para divulgação das ideias republicanas para a construção de uma opinião que, não só passa a atentar para necessidade de reformas, como também vai se tornando cada vez mais receptiva à ideia de um governo republicano no país.

Esses jornalistas também faziam parte da chamada geração de 1870. São atores que, segundo Angela Alonso, "vivenciaram uma mesma situação ao serem expostos aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização, compartilhando um destino comum sobre si, configurando uma ação coletiva".²⁶

O estudo da geração ou movimento de 1870 não é assunto novo na História do Brasil, mas Alonso se destaca especialmente por sua abordagem. Segundo a autora, tornou-se lugar-comum a afirmação de que os intelectuais brasileiros, ao invés de pensarem nos problemas da nação trabalhando com questões e categorias nascidas em solo brasileiro, utilizavam teorias europeias "num movimento de sincretismo, quando não

²⁴GOMES, Angela Maria de Castro ; HANSEN, Patrícia. “Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo” In: Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen. (Org.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 18.

²⁵*Ibidem*, p. 26

²⁶ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.43

de caos teórico"²⁷. Essa análise, que insiste na tese da importação de ideias, parte de dois pressupostos: a separação entre campo intelectual e político e a incorporação de esquemas explicativos dos agentes. Sendo assim, apresentaria problemas por incorporar acriticamente as interpretações e classificações *post factum* e adotar uma perspectiva de comparação entre movimentos brasileiros e europeus. Criticando estas interpretações, a autora argumenta que, primeiro, não existia no Brasil da segunda metade do XIX um campo intelectual plenamente construído ou um grupo que se dedicasse exclusivamente a esta atividade e, para além disso, os rótulos doutrinários dos intelectuais deveriam ser objeto - e não guia - de nossas análises. Para Alonso, é

da natureza dos movimentos intelectuais e políticos inventarem rótulos de identidade, como estratégia de diferenciação, bem como uma tradição (...) Seu uso inquestionado implica assumir as autotranscrições, preconceitos, as torções e o próprio esquema explicativo dos agentes, numa tradução direta da terminologia da disputa doutrinária em conceitos sociológicos.²⁸

A comparação dos casos europeus com os brasileiros numa chave de cópia ou desvio também é criticado por Alonso que vê a apropriação das ideias estrangeiras como um processo seletivo que "envolve necessariamente supressão, modificação, recriação"²⁹. A autora ressalta que são os agentes sociais que fazem uso das ideias e que as "formas de pensar estão imersas em práticas e redes sociais"³⁰.

Partindo das críticas às abordagens anteriores da geração de 1870, Alonso propõe "tomar a experiência compartilhada pelos componentes do movimento intelectual como perspectiva analítica"³¹ e seus textos como forma de ação. Ou seja, realizar a análise conjugada da experiência social da geração de 1870 e de seus textos. Dessa forma, o principal sentido dos escritos seria a intervenção política. Sendo assim, para além da dimensão textual, existe a dimensão prática e de ação dessas formas de pensar.

Alonso utiliza os conceitos que Charles Tilly propõe para trabalhar com movimentos sociais – repertório, estruturas de oportunidades políticas e comunidades de experiência. A autora explora a relação entre os "agentes sociais" e as teorias estrangeiras, que fariam parte de um repertório – padrões, noções, argumentos, conceitos, teorias, que

²⁷ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 21

²⁸ *Ibidem*, p.32

²⁹ *Ibidem*, p.33

³⁰ *Ibidem*, p.38

³¹ *Ibidem*, p.38

emergem na luta e configuram também formas de agir. "O repertório político-intelectual europeu auxiliou o movimento da geração de 1870 a exprimir de maneira sistemática e organizada suas críticas (...) [à] elite imperial"³². Já a própria existência do movimento estaria relacionada com a existência de estruturas de oportunidades políticas, ou seja, "quando processos de crise dilatam as 'dimensões consistentes (...) do ambiente político que fornece incentivos para pessoas se engajarem em ações coletivas"³³.

Outro ponto importante apontado pela autora é o tipo de ação política realizada pelo movimento. A produção intelectual de 1870 era de contestação política. Combatia as instituições e valores essenciais da ordem imperial. Para enfatizar a face política e intelectual da contestação, Alonso chama o movimento de reformista.

Dentre os intelectuais dessa geração, Alonso identifica os republicanos, que faziam parte da dissidência liberal radical e, exacerbando as bandeiras levantadas por ela, passaram a exigir um sistema político representativo federalizado. Apesar de constituírem um grupo socialmente heterogêneo, compartilhavam uma experiência comum de marginalização política. Seus membros não estavam dentro do quadro de poder do Império. Sendo assim, o agir desse grupo se dava fora das instituições governamentais. Por isso, a produção intelectual da geração de 1870 era ainda, em grande parte, de contestação política. Os textos combatiam as instituições e valores essenciais da ordem imperial, mas não com a intenção de revolucionar o sistema, e sim de fazer uma reforma no mesmo.

Incorporando as discussões metodológicas apontadas por Sirinelli e Alonso analisaremos aqui um grupo social específico de homens de letras cujo discurso tinha alcance considerável e estava diretamente relacionado com as discussões políticas e sociais de sua época, especificamente à propaganda republicana. Ressaltamos que por jornalista não estamos nos referindo à acepção contemporânea da categoria, entendida, embora não sem dificuldades, como profissão. Nesse caso, o jornalismo era uma atividade – em geral uma entre outras – que tal grupo desempenhava. Iremos trabalhar com um conjunto de homens de letras, que faziam política ocupando-se como editores, redatores e importantes articulistas dos jornais da época.

Nosso interesse ao longo desta tese é trabalhar com o republicanismo enquanto movimento que se apoiou em um repertório de ideias, ações e estratégias para alcançar

³²ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.40

³³*Ibidem*, p.41

seu objetivo: instituir a República. Destacamos, neste sentido, que este foi um movimento político, que apesar de se comunicar com o abolicionismo – um movimento social - e com o movimento intelectual da geração de 1870, tinha uma dimensão organizacional formal diferente.

O republicanismo, desde 1870 decidiu se organizar, não apenas sob a forma de Centros e Clubes, mas também de partido político, o que tem desdobramentos importantes. Dessa forma, os republicanos atuam em diversas campanhas com o objetivo de deslegitimar a monarquia e de criar uma opinião favorável, ou ao menos não desfavorável ao estabelecimento do regime republicano. Paralelamente, como partido, vão poder participar do sistema político imperial, o que significa negociar com outros partidos políticos e lutar por votos nas eleições. Em todos esses casos, a imprensa teve papel de destaque.

As constantes eleições fraudulentas, a resistência à implantação de reformas, a doença do imperador e a possibilidade de o governo do Brasil passar a um estrangeiro – uma vez que pela linha de sucessão a princesa Isabel, casada com o Conde D’Eu, receberia a coroa – fomentou um cenário crescentemente favorável à propaganda das ideias associadas à república. A Guerra do Paraguai e as reivindicações não atendidas dos militares, assim como a abolição da escravidão foram outros fatores que colaboraram muito para o desprestígio do império e para a aceitação da proposta de mudança do regime.

Para além das questões políticas e econômicas, outro fator teve grande importância no processo de desestabilização da monarquia. Como já mencionado, houve um movimento intelectual impulsionado por uma nova cultura democrática e científica que passou a desqualificar a monarquia, atacando suas bases de sustentação, levantando polêmicas e provocando a “deslegitimação simbólica e teórica do regime”.³⁴ Frutos da radicalização dos protestos liberais, os republicanos formavam um grupo heterogêneo, de ampla pauta, com foco na distribuição do poder político, “queriam a descentralização política e a mudança no sistema de representação. Em uma palavra, uma república federal”³⁵.

A circulação das ideias evolucionistas de Spencer e positivistas de Comte

³⁴MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV/Eduar/Anpuh, 2007, p.13

³⁵ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 109.

alteraram o sentido da categoria de tempo ao introduzir a noção de progresso e “alcançar o progresso exigia o embarque no trem da evolução rumo à estação ‘civilização’”.³⁶ A introdução dessas ideias levou também a um culto à ciência, figurando-a como elemento explicador e legitimador de fenômenos naturais e sociais. A imprensa, lugar de publicização por excelência, era então a arena de debate da maior parte dos intelectuais envolvidos na divulgação dessas novas ideias.

Claudia Viscardi indica a existência de dois caminhos para compreensão do movimento republicano.

O primeiro é o estudo do movimento em si mesmo, através da análise das estratégias escolhidas pelos principais atores para levar a cabo o processo de mudança. O segundo é através da análise dos discursos republicanos, que se manifestaram através da imprensa, comícios, conferências e manifestos.³⁷

Nosso objetivo neste trabalho é contribuir investindo no segundo caminho, principalmente, analisando os discursos dos republicanos na imprensa. Partimos do princípio que estes discursos políticos nos possibilitam compreender melhor quem eram esses atores e seus propósitos.³⁸

Ao analisar os manifestos republicanos e o texto constitucional de 1891, Viscardi se aproveita das contribuições de Quentin Skinner, segundo o qual seria possível perceber três dimensões no discurso político. A primeira seria o conteúdo da proposição, a segunda os efeitos produzidos pelo discurso e a terceira, e mais importante para o autor, a intenção do autor.³⁹ Ainda que não trabalhemos diretamente seguindo o referencial teórico do contextualismo lingüístico, proposto por Skinner, não podemos deixar de levar em consideração suas observações.

Partindo de uma crítica às análises internalistas do discurso, ou seja, centrada nos textos, Skinner aponta para os riscos de tomar as ideias como independentes. Para o autor esta opção é insuficiente para dar conta dos significados do texto, podendo incorrer em alguns absurdos históricos como anacronismos e a má interpretação da intenção do autor

³⁶MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana”. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, v.13, n.26, p.15-31, 2009, p. 18

³⁷VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *As muitas faces da República: O ideal republicano e a montagem do federalismo oligárquico (1870-1902)*. Tese (Livre-Docência) - Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015. p. 13

³⁸*Ibidem*.

³⁹*Ibidem*.

e do sentido do trabalho, além de oferecer uma perspectiva estreita para interpretar e contextualizar argumentos.⁴⁰ Daí a importância do contexto para a análise.

Para o autor, uma boa pesquisa deve contar com uma abrangência que compreenda ideias, autor e contexto. A compreensão de um texto pressupõe apreender seu conteúdo e em que contexto foi produzido e foi recebido, em especial por um público alvo. O contexto entra como quadro para ajudar a se entender quais são os significados possíveis e plausíveis do texto; como ele pode ser entendido enquanto uma ação de caráter comunicativo.⁴¹ Nosso interesse na análise dos discursos políticos republicanos é apreender, no material publicado pela imprensa, quais os intenções e qual é o vocabulário das campanhas republicanas; qual é o contexto dessa ação; quem são e como se articulam seus principais autores e com quem dialogam preferencialmente. Vale dizer que a reflexão do autor prioriza discursos políticos e autores de livros, mas pode, sem prejuízo, ser aproveitada para o debate aqui proposto.

As noções de contexto, trazida por Skinner e repertório, de Tilly, se articulam para fornecer uma interpretação mais completa das intenções e dos objetivos destes intelectuais republicanos na imprensa em fins do século XIX. Por fim, ressaltamos que a construção de um discurso republicano, fincado, como aponta Carvalho, no tripé república – democracia – federação, e os debates em torno dele ao longo deste período, denotam o estabelecimento da cultura política republicana⁴² que, a partir do passado foi construindo não só a história de seu movimento como conceitos referenciais para sua implementação.

Como afirma Bernstein, a cultura política não é única, mas está em constante embate com outras culturas políticas a fim de se tornar dominante e não se deixar ultrapassar. Sendo assim, as culturas políticas aproveitam, umas das outras, ideias e valores que podem auxiliar na resposta aos problemas do momento.⁴³

Para Gomes,

Estudar uma cultura política, sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos – seria entender “como” uma interpretação do

⁴⁰ SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: *History and Theory*, Vol. 8, No. 1 (1969)

⁴¹*Ibidem*.

⁴²Entendemos aqui cultura política como um conjunto de referências, normas e valores compartilhados por um grupo político, conferindo aos que a ela aderem uma forma semelhante de compreender e atuar no mundo.

⁴³BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 357

passado (do presente e do futuro) foi produzida, consolidada através do tempo, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive nacionais.⁴⁴

Compreender as modificações operadas nestes conceitos e sua significação no léxico republicano nos ajuda a compreender a campanha republicana, o que estava sendo reivindicado a partir dela, bem como a consolidação de uma cultura política republicana, que toma forma nesse período, e se consolida durante a Primeira República.

Vale ressaltar também que, como observa Bernstein em reflexão sobre o conceito, que a cultura política tem dois vieses: um individual que nos permite analisar o comportamento e o discurso do indivíduo e, por consequência, suas ações diante de um determinado momento histórico; e um coletivo, que nos permite compreender a coesão de um grupo, seja lá qual for seu tamanho, a partir dos valores e referências compartilhados.⁴⁵ No tocante ao nosso objeto, o conceito de cultura política nos permite abarcar as ideias em circulação entre os republicanos do período, e suas especificidades, compreendendo melhor as ações e discursos dos homens envolvidos nas campanhas republicanas. Nos permite entender ainda como, apesar das diferenças entre eles, se mantinham unidos sob um grupo que se reconhecia como republicano, uma vez que compartilhavam raízes e referências e agiam para um fim comum. Essa dimensão individual e coletiva do conceito nos auxilia na análise de um movimento que ao mesmo tempo em que era plural, foi homogeneizado na historiografia como um movimento único: a Campanha Republicana.

Nesse sentido, a imprensa apresenta um desafio. Muitas vezes, não é possível determinar quem é o autor de uma matéria, já que, muitas vezes, elas não eram assinadas. O editor do jornal, nesses casos, pode funcionar como um possível autor, em especial quando se trata de editoriais ou matérias de fundo/opinião. Uma vez que ele estabelece quem trabalha na folha e faz a seleção das matérias, analisar sua trajetória e suas inclinações políticas é o melhor caminho para ajudar a buscar respostas para questões como essas.

Marialva Barbosa, uma das autoras que mais tem pesquisado sobre a história da imprensa na virada do século XIX e início do XX, afirma que os movimentos abolicionista e republicano levaram às ruas a discussão política.

⁴⁴GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Marta; SOIHET, Raquel; e GONTIJO, Rebeca (Organizadoras). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 48.

⁴⁵BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 362

Uma verdadeira cidade política emergiu, com a ampliação do universo de discussão dos temas do momento. A vitória de um certo cosmopolitismo cultural, consolidou o Rio de Janeiro também como centro político. E o eco de ressonância dessas discussões encontraria nos jornais um lugar natural para a sua divulgação.⁴⁶

Mello, já citada, seguindo este mesmo caminho, defende que em fins do século XIX a rua e seus laços com a imprensa ganharam destaque no debate público das questões políticas e sociais.

a população das cidades, e principalmente a do Rio de Janeiro, aprendera a reivindicar nas ruas e pela imprensa. Nem que fosse pela galhofa. A rua foi ressignificada. Adquiriu um sinal positivo como o espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como lugar da verdadeira representação popular.⁴⁷

A ampliação do debate para além dos partidos políticos e do parlamento possibilitou, talvez pela primeira vez, a mobilização e participação do povo em temas cruciais da política da época. Diversos eventos movimentavam a Corte e as principais capitais das províncias. Campanhas eram feitas no parlamento, nos jornais e transbordavam para as ruas. É justamente por isso que Alonso entende que o abolicionismo foi o primeiro movimento social do país: envolveu setores das elites e também parcelas significativas da população urbana, propagando-se para várias províncias, chegando às zonas rurais.

Considerando-se importantes periódicos do período, existentes em algumas das mais importantes províncias – Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul –, selecionamos jornais que tiveram destacado papel no movimento republicano: *O Paiz*, *A Província de São Paulo* e *A Federação*. Estabelecemos ainda como corte temporal o período entre 1884 e 1889. Esta opção se justifica por dois fatores. Não só a última década do Império foi um período de intensificação do debate público - tanto a respeito de uma possível República, como da situação monárquica, com a doença do imperador e o fim do regime escravista –, como é também o momento de fundação de dois dos jornais a serem pesquisados: *O Paiz* e *A Federação*.

Essas três províncias apresentam os maiores focos de efervescência do movimento republicano. A Corte constituía o núcleo mais importante do movimento republicano,

⁴⁶BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880- 1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.p.27

⁴⁷MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Edur, 2007, p.29

participando ativamente de um debate sobre o tipo de república a ser instaurada e a forma de governo a ser seguida. São Paulo por reunir grande parte dos cafeicultores que, não só criticavam o sistema monárquico como, posteriormente, viriam a ser grandes lideranças republicanas, durante a campanha e também após a proclamação da República Já o Rio Grande do Sul, a partir do eixo positivista, também teve grande participação nas discussões acerca do rumo a se tomar para instaurar a República e a forma como esta deveria se organizar.

Para dar conta destas questões, dividimos o trabalho em cinco capítulos. No capítulo 1, *A imprensa e o jornalismo republicano do fim do século XIX*, procuramos situar a imprensa como um lugar de sociabilidade política e intelectual e um importante canal de discussão política. A imprensa será também um dos principais órgãos divulgadores das ideias republicanas. Apresentamos também neste capítulo os três jornais utilizados como fonte nesta pesquisa: *A Província*, *O Paiz* e *A Federação*, além de seus editores e que tipo de República estes defendiam nas páginas de seus jornais.

Já no Capítulo 2, *A Questão servil e a campanha republicana*, discutimos relação entre os republicanos e o movimento abolicionista. Acusados muitas vezes de omissão em relação ao tema, mostramos neste capítulo como os republicanos não apenas se posicionaram: estavam alguns deles diretamente ligados ao movimento abolicionista. Os jornais pressionaram pela pauta da abolição, especialmente entre 1887 e 1888 e se apropriaram da vitória abolicionista como sua. Entendiam o abolicionismo como um movimento social, e, por isso, suprapartidário, do qual foram grandes defensores.

No capítulo 3, *O republicanismo na imprensa: os jornais e seus editores na defesa do novo regime*, apresentamos como a imprensa republicana vai construir um discurso de crise e de necessidade de mudança do sistema de governo. Os jornais se utilizaram de diferentes opções retóricas para apoiar o republicanismo e tinham suas próprias estratégias e repertórios de ações para defender o novo regime. Isto por vezes gerava conflitos, como no caso da neutralidade defendida pelo *Paiz*, mas de modo geral os jornais alimentavam debates convergentes. Criticavam o governo, exploravam atitudes impopulares, discutiam formas de concretizar a tão esperada República. Apresentamos aqui também a discussão em torno do federalismo e do separatismo, que vai permear a discussão em 1887.

No capítulo 4, *A República entre o parlamento e o trono*, discutimos a atuação institucional do partido republicano durante o período eleitoral e no parlamento a partir do que era publicado nas páginas dos jornais. Sendo assim, abordamos acordos políticos,

períodos eleitorais e ações defendidas por deputados republicanos nas assembleias provinciais e na assembleia geral. Discutimos também como a família real figurava no discurso republicano, as críticas ao imperador e sua família e, principalmente, o debate em torno da sucessão real que ganhou grande proporção com a doença do imperador D. Pedro II em 1887, e a votação na Câmara Municipal de S. Borja de um plebiscito para discutir a possibilidade de um terceiro reinado.

Por fim, no capítulo 5, *A construção de um passado republicano para o Brasil*, analisamos como o discurso político republicano ajudou a construir uma cultura política republicana que vai ressignificar a história nacional, dando a ela um sentido: a República. A partir deste movimento, buscava-se enquadrar uma memória que desde a colônia trazia em si o desejo da liberdade. Selecionando e reinterpretando fatos e eventos, os republicanos construíram referências, exaltaram heróis e, principalmente, buscaram imprimir em seus leitores a ideia de que a República era inevitável porque sempre foi desejada.

CAPÍTULO 1 – A IMPRENSA E O JORNALISMO REPUBLICANO DO FIM DO SÉCULO XIX

No livro *História Cultural da Imprensa* (1800-1900), Marialva Barbosa analisa a imprensa no século XIX, buscando compreender o fazer jornalístico do período e suas transformações. Segundo a autora, o espaço público se tornava, por excelência, o local de propagação e discussão das notícias veiculadas pela imprensa. Ela observa que

os jornais diários possuíam a função indispensável de disseminar normas e comportamentos padronizados junto às camadas letradas e também junto às não letradas da população. Como uma teia, a palavra impressa traçava suas ramificações, formando conceitos, difundindo-os, normatizando, enfim, a própria sociedade.¹

Em outro estudo que se volta especificamente para a imprensa do Rio de Janeiro no período de 1880 a 1920, ela caracteriza as décadas de 1870-80 como sendo de grandes mudanças para os jornais da Corte. Aponta as diversas transformações que afetaram a forma de se fazer um jornal e a relação deste com o público. Dentre as mais notáveis, destaca o desenvolvimento do telégrafo, condição para o surgimento da primeira agência de notícias – a Havas –, o que possibilitou aos jornais iniciarem a publicação de notícias internacionais sob a forma de telegramas. Esse fato “permitia para o leitor estar em contato com as novidades, com o imediato”², ampliando o alcance e a rapidez do noticiário jornalístico. No mesmo contexto, houve o desenvolvimento de novas técnicas de impressão, que agilizaram o processo de edição e possibilitaram o aumento das tiragens, diminuindo o preço dos exemplares. A isso se somou a utilização de imagens para ilustrar notícias, e o surgimento de novas colunas, como as de crônicas, o folhetim, a seção de telegramas. Enfim, para Barbosa todas essas mudanças teriam caracterizado o que ela considera um “novo jornalismo”.

Pari passu a tais transformações tecnológicas, os jornais mudam suas formas de organização e gestão, tornando-se, efetivamente, empresas comerciais de notícias e acompanhando o crescimento econômico e demográfico das cidades. Ou seja, internacionalmente, estava havendo uma ampliação dos sistemas de serviço e de transportes que, associada ao aumento do fluxo de capital que acompanhava a

¹BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880- 1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996, p. 31.

²*Ibidem*. p. 132.

urbanização e o crescimento industrial, terminava por influenciar também o negócio da imprensa.³ As redações ampliavam suas oficinas, compravam novas e mais rápidas máquinas de impressão, modernizavam o processo de produção de periódicos e aumentavam seu efetivo com a contratação de mais empregados. Esses por sua vez, passavam a atuar em um sistema de divisão de trabalho mais sofisticado e muito mais eficiente.

Também analisando as transformações da imprensa nesse mesmo período e convergindo com as conclusões de Barbosa, Maria de Lourdes Eleutéreo destaca o papel dinâmico que esse segmento desempenhou junto aos demais setores econômicos da época. Segundo a autora, a imprensa periódica

resultou em um segmento polivalente, de influência na otimização dos demais, isto é, da lavoura, comércio, indústria e finanças, posto que as informações, a propaganda e a publicidade nela estampadas influenciavam aqueles circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz – veículos da palavra impressa – aliavam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem.⁴

Ou seja, o desenvolvimento da imprensa, ela mesma um negócio empresarial, transforma as formas de produzir e vender para o mercado, pela disseminação de informações, pelo aparecimento da publicidade etc., o que impacta, cada vez mais, os circuitos de trocas e aumento do público consumidor. A seção de anúncios era a fonte de renda dos jornais. Elas ocupavam um grande espaço, por volta de duas páginas, e tinham publicidade de variados negócios. Chapeleiros, remédios, livros. Seus anúncios poderiam ser simples, ou vir em maior tamanho, chegando a utilizar desenhos para destaque.

Com as modificações ocorridas, novas figuras ganhavam importância dentro do universo editorial. Entre elas, por exemplo, a figura do cronista, geralmente um literato que gozava de posição privilegiada no jornal, tanto que era comum que publicasse na primeira página e com destaque. O cronista era um intelectual que agia como orientador da “opinião pública” urbana que lia (ouvia) jornais, em questões artísticas, políticas, literárias e também do dia-a-dia. Para Barbosa, conseguir um emprego dentro de um jornal, como repórter ou redator, significava angariar muito prestígio, em função da visibilidade proporcionada pela profissão e das relações profissionais e pessoais que ali

³*Ibidem.*

⁴ ELEUTÉREO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, Tania Regina de e MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 84.

se travavam. Quer dizer, a redação dos periódicos se tornava um lugar de sociabilidade política e intelectual estratégico, permitindo até mesmo a obtenção de um cargo público na burocracia de Estado ou o ingresso na política.

A modernização da imprensa no final do século XIX, não por acaso, foi marcada também por uma grande efervescência editorial. Verifica-se o surgimento de inúmeros periódicos, muitos deles com vida efêmera. Ao mesmo tempo, como aponta Carla Siqueira, “prevalece a ideia de que o jornalismo, assim como as demais atividades intelectuais, teria uma missão iluminadora, no sentido de promover o esclarecimento da sociedade”.⁵ Nesse sentido, para a autora, mais uma vez convergindo para o mesmo ponto:

a imprensa teria a patriótica missão de guiar a opinião pública. A capacidade de apontar a verdade dos fatos estaria relacionada não a um posicionamento neutro, mas justamente a uma tomada de partido, no sentido de uma atitude patriótica, cívica.⁶

Traçando um perfil daqueles que trabalhavam escrevendo nos jornais de diferentes formas, Marialva Barbosa verificou que mais de 90% deles tinham curso superior e que, dentro dessa porcentagem, a grande maioria havia estudado em uma das Faculdades de Direito existentes no país. Ou seja, os diferentes redatores eram integrantes de uma pequena elite intelectual que podia ou não ser bem sucedida política e economicamente, mas tinha, sem dúvida, um bom capital social. Era com esse capital, inclusive, que esse grupo sócio-profissional buscava expandir seu poder, propagando suas ideias e tendo os jornais como seus principais veículos.

Apesar do alto nível de analfabetismo existente, é preciso lembrar que os jornais, não raro, eram lidos em locais públicos e em voz alta, transmitindo-se dessa forma aos ouvintes as notícias impressas.⁷ Sendo assim, ainda que o número de assinaturas dos periódicos fosse pequeno, ao menos os principais jornais das cidades acabavam por atingir um grande público para os padrões da época.⁸

Sobre a composição social da imprensa republicana, mais especificamente, Siqueira conclui que se tratava de

⁵SIQUEIRA, Carla Vieira de. 1995. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas - 1890/1922*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995, p. 1.

⁶*Ibidem*. p. 2-3.

⁷Segundo Marialva Barbosa, nos mapas de circulação das próprias publicações calculava-se que um mesmo impresso era “lido” por até quatro pessoas. Cf.: BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880- 1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996

⁸MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Edur, 2007.

uma expressão da classe média urbana, embora não lhe falte o apoio da nascente burguesia e de setores da classe rural sensibilizados pela necessidade de reformas indispensáveis à consolidação e ampliação do progresso econômico. É basicamente na classe média urbana, sobretudo entre os profissionais liberais, que a imprensa republicana busca seus dirigentes e colaboradores.⁹

Segundo Barbosa, inclusive, a imprensa ganhava junto ao público leitor, uma imagem mitificada, construída principalmente pelos próprios jornais e jornalistas. O jornalista seria alguém com um lugar privilegiado na sociedade, que se concebia como “instrumento direto e imediato de ação educativa (...) intérprete dos sentimentos populares, formadora de opinião coletiva, analista dos negócios públicos (...) um braço da ilustração brasileira”.¹⁰ Assim, para a autora, não é surpreendente que

a profissão de jornalista se transformasse em um verdadeiro mito social. Através de construções frequentemente referendadas e cristalizadas, a população compunha uma imagem da imprensa que, na verdade, era construída pelos próprios periódicos. (...) Nesse contexto, também o jornalista adquire uma imagem mitificada.¹¹

No fim do século XIX, a imprensa passaria também por outro tipo de transformação. Embora diversas folhas ainda mantivessem o forte caráter político-panfletário, próprio dos jornais das décadas de 1820 em diante, uma nova questão – a da neutralidade da imprensa – começava a se fazer mais presente. De fato, desde o Primeiro Reinado alguns estudiosos da imprensa consideram ser possível perceber que uma parte da imprensa tentava exibir o que se considerava ser certa neutralidade, ou seja, uma atenção maior ao relato “desinteressado” dos acontecimentos. Marialva Barbosa, por exemplo, indica a existência de dois tipos de imprensa quanto ao engajamento político:

ao lado de uma pequena imprensa política-panfletária predominante e hegemônica no período da Independência e do Primeiro Reinado, há uma de outro tipo, que valoriza, sobretudo, os próprios acontecimentos, tentando exibir certa neutralidade e indiferença. Apesar de atrelada a interesses políticos e ideológicos, a centralidade da sua narrativa são os acontecimentos.¹²

⁹SIQUEIRA, Carla Vieira de. 1995. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas - 1890/1922*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995, p.25

¹⁰*Ibidem*, p. 32-34

¹¹BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880- 1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996, p.85

¹²*Ibidem*. p.62.

Ainda segundo a autora, essa opção era também uma forma de conquistar maior adesão do público, o que levava a adoção de “determinadas escolhas narrativas”¹³. Além da discussão política e das informações comerciais, incluía-se também acontecimentos cotidianos, de forma a informar melhor sobre o dia a dia na cidade, eventos culturais como peças literárias, e musicais a serem performados, tradução de livros que estavam em voga no período ou mesmo a publicação de um romance, capítulo por capítulo que podia ser acompanhado nas páginas dos jornais.

As transformações na imprensa, o aumento do público, e acrescente demanda por informações possibilitaram um grande crescimento no surgimento de novas publicações. Estas, muitas vezes efêmeras, durando poucas edições pipocavam nas cidades. Uma das razões determinantes para alguns jornais sobreviverem ao *boom* da imprensa da primeira metade do século XIX foi a diversificação dos temas abordados pelos jornais aliados a um crescente discurso de neutralidade. Se comparados as publicações virulentas do Primeiro Reinado, os jornais e publicações da segunda metade do século XIX eram muito mais comedidos. Não perderam seu tom político, mas foram incorporando-se a ele um novo estilo. Analisando o nicho aqui em questão: o da imprensa republicana, vemos que ainda que abundem críticas e artigos de opinião contundente, eles eram, salvo exceções, menos agressivos. A neutralidade parece neste sentido um senso estilístico que não exclui a possibilidade da propaganda política. Ao contrário do que poderia se imaginar, um jornal poderia se dizer neutro e ao mesmo tempo fazer uma propaganda republicana, como veremos mais a frente será o caso d’*O Paiz*. O não se deixar levar pelas paixões políticas não excluiria, neste sentido, o abandono de um posicionamento.

Ao analisar a utilização dos periódicos e outros modos de ação da propaganda republicana, Mello aponta que

à monarquia vão se colando termos tais como: tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização, teologia. Em contraposição, à república são associadas as ideias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência. Enfim, de um lado, o passado; de outro, o futuro. Frente ao despotismo, a ‘democracia pura’.¹⁴

Sendo assim, podemos verificar como a atuação de uma imprensa republicana

¹³BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880- 1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996, p.71.

¹⁴MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Edur, 2007, p.16

era de grande importância na propaganda de um novo regime. O que os jornalistas republicanos buscaram fazer durante o período da campanha foi projetar a ideia de uma grave crise do sistema monárquico e, ao fazer isso, oferecer uma opção mais acertada e progressista para organização do Estado. Como sabemos, o regime republicano no Brasil acabará sendo implantado por um golpe de Estado. Mas os que estavam fazendo a campanha não sabiam disso, e podiam defender e apostar em outras formas de se estabelecer a República. Nesse sentido, sua atuação no desmantelamento do antigo regime e na defesa do novo, via imprensa, foi absolutamente decisiva e esclarecedora desse fato. Os jornalistas republicanos levantaram questões, encaminharam discussões e sugeriram soluções, buscando sempre ampliar suas bases e ganhar novos adeptos.

A base do debate republicano, segundo José Murilo de Carvalho, o movimento era a trindade: democracia – federação – república.¹⁵ Analisando manifestos e obras de republicanos do período, Carvalho aponta que essas ideias e esses conceitos foram evoluindo dentro da própria propaganda. Como principal meio de comunicação do período, essas questões estavam em destaque na imprensa republicana. E é a partir dela que conseguimos ver com maior precisão essas mudanças. Se, ao tratar de manifestos e livros escritos por importantes republicanos do período ajuda a compreender melhor a posição partidária dos republicanos, a análise da imprensa nos permite entrever também as nuances desses posicionamentos. Sem uma necessária ligação à um órgão oficial, é possível acompanhar o debate e o conflito entre ideias e opiniões. Para compreendê-los é preciso entender qual o papel que estes jornais desempenham e quem está por trás do direcionamento político que eles apresentam. Desta forma, passaremos a um exame mais detido dos jornais e seus editores, analisados neste trabalho.

1.1- *O Paiz*, o jornal de “maior tiragem e de maior circulação na América Latina.”

*O Paiz*¹⁶, jornal publicado na Corte, começou a circular no dia 1º de outubro de 1884. Seu proprietário era João José dos Reis Júnior, o Visconde São Salvador de Matosinhos, homem rico, filho de português, ligado ao comércio de importação de secos e molhados. As informações acerca do fundados do jornal são escassas. Porém, 1921, ao falecer na França o jornal publicou uma pequena matéria em sua homenagem.

¹⁵CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. *Varia historia.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, 2011.

¹⁶ Mantivemos os nomes dos jornais em sua grafia original, mas atualizamos a grafia das citações para uma melhor e mais fluida compreensão.

Segundo consta, Reis Júnior fez parte da firma João José dos Reis & C, que ficava localizada na rua 1º de Março. Antes de herdar o título de conde de seu pai, possuía o de comendador, conquistado por atos de benemerência a Portugal e à diversas instituições de caridade. Ao fundar *O Paiz*, deixou a vida ativa do comércio, estando a frente deste até 1890, quando retirou-se para Europa. O artigo destaca ainda que durante toda a mocidade o segundo Conde de S. Salvador de Matosinhos esteve ligado à sociedade brasileira, defendendo principalmente a abolição.¹⁷

A sede da redação localizava-se na Rua do Ouvidor, número 63. Inicialmente tinha como diretor Rui Barbosa, que mais tarde foi substituído por Quintino Bocaiúva, em 1885.¹⁸ Formado em Direito, Barbosa filiou-se ao Partido Liberal em 1871. Durante seus anos de faculdade fez parte do Ateneu Paulistano, uma sociedade literária de estudantes, formada entre outros por Joaquim Nabuco, Castro Alves, Rodrigues Alves, Afonso Pena e Martim Cabral. Integrava a parte reformista do partido, tendo participado da fundação do Clube Radical e propondo a criação do *Radical Paulistano*, um jornal para divulgar as ideias do grupo. Esteve sempre ligado a imprensa, fosse na direção ou contribuindo com artigos e colunas.¹⁹

Durante o período que vai de 1884 a 1889, *O Paiz* sofreu poucas modificações, salvo pela inclusão ou exclusão de algumas colunas. O jornal era constituído por quatro páginas, sendo estendido em ocasiões especiais. Seu formato era *standart*. Não apresentava imagens de qualquer tipo e sua primeira página era dedicada aos principais assuntos políticos da Corte e do Brasil, além de notícias gerais. As duas últimas páginas eram dedicadas às declarações de festas, clubes e congressos e aos anúncios comerciais. O grande espaço destinado à publicidade indica que ela era uma fonte de renda fundamental para o jornal, o que fortalece o caráter de empresarial do periódico.

O Paiz iniciou sendo publicado com tiragem de 11 mil exemplares. Em 1889 já havia atingido 26 mil exemplares, o que significa que, em cinco anos, mais que duplicou o número de exemplares. Em agosto deste mesmo ano, incluiu no cabeçalho de cada edição o *slogan*: “*O Paiz* é a folha de maior tiragem e de maior circulação na América Latina”. Quanto ao preço de sua assinatura e número avulso, constam no jornal informações que permitiram a feitura da tabela abaixo:

¹⁷ *O Paiz*, 11 de Outubro de 1921, p.2

¹⁸ Quintino Bocaiúva iniciou sua participação na folha em 15 de Novembro de 1884. O jornal saudou sua participação no editorial do mesmo dia.

¹⁹ ALENCAR, José Almino de. *Rui Barbosa*. Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

Assinaturas – O Paiz			
Ano	Corte e Niterói (anual)	Províncias (anual)	Avulso
1884	20\$000	20\$000	40 réis
1885	12\$000	20\$000	40 réis
1886 -1889	12\$000	16\$000	40 réis

Fonte: *O Paiz*, Outubro de 1884 à Novembro de 1889.

Se formos recorrer às próprias páginas do jornal a fim de fazer uma comparação para mensurar os preços dos jornais, encontramos na seção de *Anúncios* diversas propagandas. Acompanhando a listagem publicada em 16 de Janeiro de 1888 da livraria Clássica de Alves & C., os livros didáticos de Hilário Ribeiro, custavam entre 500\$ e 2\$000 réis, já os livros preparatórios para o exame de 1888 variavam entre 300\$ e 3\$000 réis. Em outro anúncio é possível encontrar uma publicação de 64 páginas, com gravuras saía à 200 réis. Saindo do universo livresco, o preço de uma cadeira de 1ª classe num espetáculo lírico custava cerca de 10\$000 réis.²⁰ Como podemos ver uma assinatura anual d'*O Paiz* saía quase pelo valor de um espetáculo. A compra avulsa custava bem menos que um livro. Não é caro, especialmente com a assinatura anual, ainda assim, fica claro que apenas uma pequena parcela da população tinha acesso direto a estes veículos de comunicação. De toda forma, como já discutimos anteriormente, as publicações circulavam, de mãos em mãos, de boca a boca. E não apenas em sua província de origem, mas intermediários distribuía-las para os interessados em outras províncias, daí a diferença de preço discriminada na tabela. Outra dedução que podemos realizar é que, com o aumento das tiragens as assinaturas anuais caíram de preço.

Eventualmente, contou com um suplemento especial. Ele possuía entre 2 e 4 páginas, divididas em 8 colunas. Quando ocorreu a Abolição, por exemplo, *O Paiz* lançou um suplemento para publicar as notícias que não foram incluídas na edição regular, devido à falta de espaço. Em datas ou edições comemorativas ocorria de ser preparado um suplemento unicamente com notícias relacionadas ao tema. Um exemplo é a edição de 09 de Julho de 1888, em que comemorava a independência da República Argentina

²⁰ As informações foram retiradas de anúncios publicados n'*O Paiz*, respectivamente nos dias 16 de Janeiro de 1888, 10 de Outubro de 1884 e 03 de Outubro de 1884, todos na página 4 das edições.

Pode-se observar que o jornal possuía um bom número de seções fixas ao longo do período a ser analisado. Em primeiro lugar o *Editorial*, que aparecia na primeira página e não vinha assinado, mas possivelmente era de Quintino Bocaiúva, redator-chefe e responsável pela parte política da folha. As demais seções eram os *Telegramas*, que contavam com mensagens vindas de todo o país e do exterior. Tais mensagens eram direcionadas ao jornal e continham informações gerais, felicitações, notícias políticas, econômicas e sociais etc. Os *Tópicos do dia*, seção escrita por Joaquim Serra²¹, político e intelectual que se focava na defesa da abolição. *Crônica Parlamentar*, *Parlamento*, *Política Interna* eram seções direcionadas a tratar das discussões da política parlamentar. Essas seções não eram publicadas todas no mesmo dia, intercalando-se conforme a melhor oportunidade. O *Noticiário* trazia informações gerais e de temática variada.

Além dessas seções mais voltadas para assuntos políticos, havia muitas outras de teor mais diversificado e que têm grande importância em um jornal. A de *Necrologia* anunciava os óbitos. *Folhetim* que publicava romances divididos em partes, ocupando em geral o rodapé da terceira página do jornal. A seção *Diversões* dava informações sobre festas, saraus, teatros e esportes. *Júri* versava sobre as sessões do Judiciário. *Memorial* trazia nome, endereço e especialidades de médicos e advogados. *Seção Livre* tinha cartas variadas, reproduções de outros jornais e pequenas mensagens. *Ecos de toda parte*, uma seção de variedades, tinha piadas, passatempos e pequenos poemas. *Avisos*. *Seção Comercial* dava informações gerais do comércio. *Declarações*, que publicava informes sobre encontros de clubes e sociedades carnavalescas – como, por exemplo, o Clube dos Fenianos e o Congresso dos Socialistas – informando sobre bailes, loterias. Os *Anúncios* eram divididos em anúncios marítimos, que informavam preços de passagens em diversas companhias; e anúncios comerciais, com alugueis, vendas de terrenos e casas. Os remédios milagrosos e variados eram um assunto muito presente. Entre eles estavam o Alcatrão Guyot, que era recomendado para problemas pulmonares e de garganta; Peitoral de Cambará, indicado para bronquite e coqueluche; entre outros.

Siqueira, ao analisar a imprensa e as comemorações do dia 15 de Novembro aponta como o conteúdo de um jornal, no caso de *O Paiz*, evidenciava seu público alvo: as classes médias altas urbanas.

²¹Joaquim Serra foi deputado da província do Maranhão (1864-1867), professor, teatrólogo e grande contribuinte da imprensa. Fazia parte da Confederação Abolicionista desde sua fundação. Faleceu em Outubro de 1888. *O Paiz* publicou diversos artigos em sua homenagem.

O noticiário trata, basicamente, de política e economia (nacionais e internacionais), e da vida da cidade (problemas urbanos e medidas da Intendência Municipal, notas policiais, etc.). Um espaço considerável também é dedicado às diversões, informando e comentando sobre a programação dos teatros, as festas nos *clubs* (como o R. S. Club Português, o Club F. da Gávea e o Club Fenianos) e o movimento no Hipódromo Nacional. (...) as últimas [páginas] inteiramente dedicadas a anúncios (de médicos, bancos, teatros, hotéis, vapores e fábricas) e comunicados de bancos e empresas aos seus acionistas. Seções sobre os mercados de câmbio, de fundos, de café, e sobre a movimentação dos vapores, a entrada de gêneros e da mão-de-obra imigrante no país, confirmam ser as classes médias e altas o público prioritário destes jornais.²²

Em junho de 1888 o jornal passaria a contar também com as seções, *Campo Neutro* e *Partido Republicano*, que posteriormente serão convertidas no *Boletim Republicano*, de nosso particular interesse. Do mesmo modo, o surgimento de uma seção específica para o Partido Republicano teria grande importância e impacto na discussão relativa à questão da neutralidade da folha, como veremos.

Uma grande bandeira levantada pela folha, ao lado do republicanismo, foi o abolicionismo. O jornal posicionando-se como defensor das ideias mais progressistas e liberais da época, identificava, como um dos grandes problemas enfrentados pelo Brasil, a escravidão e todos os desdobramentos que trazia no que se referia às questões da substituição da mão-de-obra escrava etc. Editoriais, notícias sobre os projetos de lei relacionados ao combate à escravidão, notas sobre libertações espontâneas, educação dos escravos, utilização do trabalho assalariado, imigração, entre outras matérias, compunham grande parte do material publicado desde a criação do periódico até a Lei Áurea. Como a propaganda abolicionista, em muitos aspectos, conectava-se ao debate sobre o fim do Império e a defesa do republicanismo, é fundamental examinar com cuidado o tratamento que o jornal dava a essa questão, tão sensível politicamente. Como primeiro grande movimento social do país, a campanha abolicionista foi certamente uma experiência decisiva para todos os que nela se envolveram, especialmente os que a entendiam como um capítulo de uma luta maior pela República, sinônimo de progresso e modernização do Brasil.

Ressaltamos aqui que o posicionamento de *O Paiz* está intrinsecamente ligado ao posicionamento de seu redator-chefe: Quintino Bocaiúva que logo, a partir de 1885,

²²SIQUEIRA, Carla Vieira de. 1995. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas - 1890/1922*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995. p. 42-43.

assume a edição do jornal. Enquanto editor é ele quem aquele que dita o tom, seleciona o que entra e sai da edição, entre outras decisões fundamentais. Sendo assim, para entender o jornal é preciso conhecer seu redator. Diretor e redator de um importante jornal na Corte, Bocaiúva foi uma figura de peso tanto na imprensa quanto no debate político da época, especialmente na campanha pela instauração de um regime republicano. Para analisá-lo levaremos em consideração uma das noções metodológicas apontadas por Sirinelli: a de redes de sociabilidade.

Para traçar parte do panorama de laços, tanto intelectuais quanto afetivos, ao qual estava ligado Quintino Bocaiúva, partiremos de um conjunto específico de fontes: a correspondência política recebida por ele no período de 1870-1889.²³ Bocaiúva foi um importante intelectual do meio do século XIX. Integrando a chamada “geração de 1870”, envolveu-se com a causa republicana e outras grandes questões do período. A maior parte de sua atuação se deu via imprensa, mas apesar de sua importância não existem muitos trabalhos ou biografias sobre ele. A maior referência neste sentido ainda é o livro em dois volumes, publicado em 1986 pelo Senado Federal, com organização de Eduardo Silva: *Ideias Políticas de Quintino Bocaiúva*.²⁴ Trabalhou em diversos jornais – *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro*, *O Globo*, *A República* - antes de participar *d'O Paiz*.

Bocaiúva foi figura de destaque da propaganda republicana, associado ao republicanismo “histórico” do Manifesto de 1870, documento do qual foi signatário e, especula-se, um dos principais autores. Sobre suas ideias políticas, Eduardo Silva escreve: “podemos dizer que embora se identificasse com o evolucionismo filosófico pregado pelos positivistas (...), Quintino afastava-se deste ao opor-se à ideia da ditadura. Defendeu, mesmo antes de tornar-se republicano, os ideais liberais-democráticos”.²⁵ Desta forma acreditava que a implantação da República no Brasil viria com a morte de D. Pedro II. Rejeitava ideias revolucionárias e era conhecido por esperar o momento oportuno para agir de acordo com seus interesses. Antes de fundar o Partido Republicano era afinado com o Partido Liberal, defendia um projeto de imigração,

²³ Arquivo Quintino Bocaiúva, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

²⁴ SILVA, Eduardo. *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*. Brasília : Senado Federal ; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. I

²⁵ *Ibidem*, p. 54

chegando a Sociedade Imperial de Imigração junto com Bernardo Caymari, um capitalista cubano, para atrair imigrantes norte americanos para o país.²⁶

Nascido no Rio de Janeiro, filho de mãe argentina e pai português, ficou órfão desde aos 13 anos. Foi para São Paulo patrocinado pelo tio Pedro d'Alagão, para estudar no curso anexo à Faculdade de Direito. Neste período publicou seus primeiros versos, ainda em castelhano para lembrar da mãe, no *Acayaba*. Nessa cidade iniciou sua atividade jornalística e adotou o nome indígena de Bocaiúva, acompanhando a voga nacionalista do período. A primeira vez que seu nome aparece é no jornal *A Honra*, publicado em parceria com Ferreira Viana, mais tarde uma importante figura do Partido Conservador. Passou por dificuldades econômicas que o impossibilitaram de finalizar seus estudos no curso de humanidades e retornou ao Rio de Janeiro, onde continuou a colaborar na imprensa e tentou se lançar como teatrólogo. Publicou alguns trabalhos literários, mas foi na política que efetivamente se destacou.

O primeiro jornal em que vai atuar após seu retorno ao Rio de Janeiro em 1854 foi, *O Diario do Rio de Janeiro* – que foi dirigido por José de Alencar e Saldanha Marinho. Neste período, suas críticas com relação as questões do Prata fizeram com que Joaquim Nabuco o chamasse de “o jovem Hércules da imprensa”. Já Machado de Assis, que integrou o jornal graças à Bocaiuva, apontava que era ele neste período “já então liberal bastante para dar um republicano convicto”. Para além do *Diario*, trabalhou no *A Atualidade*, *A Tribuna*, *A República* – em que também trabalhava Salvador de Mendonça e Francisco Cunha -, e *O Globo*, antes de assumir a redação d'*O Paiz*. podemos acompanhar a formação de um importante círculo de amizades com nomes que acabaram por ser proeminentes na política e na imprensa em fins do século XIX.

Apesar do grande destaque político que alcançou em sua época, não foi um homem de posses. Não raro, em suas missivas, reclamava da pouca rentabilidade da profissão e da falta de valorização da mesma. Não é surpreendente, assim, que tenha se preocupado com a necessidade de melhorar a instrução pública e de valorizar a atividade intelectual, entre outros projetos. Entre eles está a participação em um empreendimento de cabo telegráfico submarino e, igualmente, de fundação de uma sociedade de imigração.

Foi um contínuo defensor da liberdade da imprensa, criticava a influência partidária na Justiça e a influência da Igreja no Estado. Atuou ainda na tentativa de

²⁶ LEMOS, Renato. *Quintino Bocaiúva*, Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

expansão do ensino, ao buscar convênios com os Estados Unidos para construção de novas escolas.

Apesar de ser reconhecida figura republicana, Bocaiuva não alcançou muito sucesso nas urnas. Em 1881 concorreu as eleições gerais pelo Partido Republicano por três distritos no Rio de Janeiro, mas não obteve sucesso. Em 1886, também pelo PR candidatou-se novamente às eleições gerais junto com Ubaldino do Amaral e José do Patrocínio, todos derrotados nas urnas. Em 1888 perdeu novamente as eleições. Nesta ocorreu um racha entre republicanos e abolicionistas. A Confederação abolicionista apoiou Ferreira Viana, do Partido Conservador, por seu posicionamento pelo fim do trabalho escravo. Se no meio político formal suas campanhas não foram de sucesso o mesmo não pode ser dito sobre sua participação nos órgãos republicanos.²⁷

Como republicano Bocaiúva atuou incansavelmente pela divulgação das ideias do partido. Participou de *meetings*, e brilhou na imprensa. Contribuiu ativamente com *A República*, jornal do Partido Republicano, entre 1870 e 1874, mas foi como redator-chefe d'*O Paiz*, que foi decisivo para o direcionamento político do periódico e da campanha pelo novo regime, segundo um projeto político em que acreditava. Avesso à ideia de revolução, defendeu a mudança constitucional do regime imperial para republicano, sendo indefesso na propagação dos ideais republicanos. Manteve contato com representantes das repúblicas americanas, com importantes líderes republicanos do país e chegou a diretor do Partido Republicano Federal. Esteve atento a todas as crises do governo imperial, apontou para necessidade de mudanças, rebateu críticas, acolheu elogios. Por fim, auxiliou na conspiração para o golpe de 15 de Novembro e fez parte do governo republicano.²⁸

Participou do círculo literário, do político – formal e informal -, foi um homem da imprensa e um homem das ruas. Reuniu ao seu lado políticos, escritores, militares. Participando de diferentes espaços, Bocaiúva construiu uma importante rede de sociabilidade. Estava relacionado com os principais nomes políticos do período. Era ele mesmo um político. Vale ressaltar aqui que elite intelectual e elite política raramente podiam ser separadas. O próprio Bocaiúva concorreu em eleições para deputado. Posteriormente ocupou papel de destaque no governo republicano.

²⁷ SILVA, Eduardo. *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*. Brasília : Senado Federal ; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. I

²⁸ LEMOS, Renato. *Quintino Bocaiúva*, Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011

Uma forma de resgatar essa rede de sociabilidade política e intelectual de Quintino Bocaiúva é analisando a correspondência do mesmo. Estas encontram-se disponíveis no CPDOC, em arquivo próprio. A partir delas é possível traçar não só quem estava em contato com Bocaiúva como do que tratavam, o quão próximo eram e quais os interesses em discussão. Infelizmente as cartas escritas pelo próprio intelectual raramente encontram-se no arquivo. De toda forma, é possível acompanhar o propósito das missivas. Na sociedade oitocentista as cartas eram a principal forma de contato entre pessoas e grupos. São instrumentos essenciais de comunicação, daí sua importância e seu valor de análise.

Dentre as cartas encontradas no arquivo, os interlocutores mais frequentes de Quintino Bocaiúva podemos destacar alguns nomes de grande importância no período. Dentre os signatários do Manifesto Republicano de 1870 aparecem: Saldanha Marinho, advogado que havia feito parte do Partido Liberal e trabalhado com Bocaiúva no Diário do Rio de Janeiro e Salvador de Mendonça: advogado, homem de imprensa e diplomata, trabalhou para consolidação das relações entre Brasil e Estados Unidos.

Outros importantes nomes ligados aos grupos republicanos estavam: Lúcio de Mendonça: irmão de Salvador de Mendonça, se destacou em sua atuação na imprensa e como escritor; Francisco Cunha: participou da liderança do Partido Republicano, colaborou em diversos jornais, sendo diretor d'*A República* e Pompílio de Albuquerque: oficial do exército, integrante do partido republicano e da redação d'*A República*.

Ainda ligados a política ministerial figuram entre os correspondentes, Francisco Octaviano: colaborador de diversos jornais, foi deputado e senador do Império pelo partido liberal; e Gôdo: Godofredo Xavier da Cunha, magistrado e genro de Quintino. As cartas deste último são as em maior número. Bocaiúva e Cunha eram correspondentes fieis, tratando dos mais diversos assuntos, pessoais e políticos.

Já entre as cartas menos frequentes, encontramos outras importantes figuras do circuito político-cultural do país. Ligados ao partido republicano de alguma forma estavam, Rangel Pestana: também signatário do manifesto de 1870, redator do jornal *A Província de S. Paulo* e importante membro do Partido Republicano Paulista; Miguel Lemos: um dos principais representantes da doutrina positivista no Brasil; Aristides Lobo: grande defensor da República e também republicano histórico. Silva Jardim: redator e colaborador em diversos jornais e um dos mais atuantes propagandistas da República; Francisco Glicério: importante figura do movimento republicano, fez parte do Clube Radical, do PRP e da Convenção de Itu; Nilo Peçanha: fundador e presidente

do Clube Republicano de Campos e do Partido Republicano Fluminense em Campos-RJ; Rui Barbosa: abolicionista, defensor da causa republicana e importante político do período; Júlio de Castilhos: um dos principais líderes do PRR, diretor do jornal *A Federação* e grande defensor do sistema republicano

Outros correspondentes ligados as questões políticas do período encontram-se ainda, José de Alencar: importante romancista brasileiro, membro do Partido Conservador e colaborador na imprensa; Afonso Celso: importante político do império, que ocupou diversos cargos públicos além de ser eleito deputado e senador e o Marquês de Herval: importante oficial do exército, que em 1878 ocupou a pasta de Ministro da Guerra.

Traçando um panorama desses correspondentes encontramos importantes personagens identificadas com as ideias liberais e a causa republicana, desde signatários do manifesto a pessoas que ganharam destaque dentro das campanhas republicanas posteriormente, e importantes políticos do império nesse período. Esta relação de correspondentes mostra que Bocaiúva estava em contato frequente com aqueles que em algum nível compartilhavam de suas convicções, assim como políticos de destaque. Grande parte desses correspondentes eram também homens de imprensa, que partilhavam com ele as dificuldades de manter-se com a pena.

Compreender o posicionamento político e os ideais de Quintino Bocaiúva nos ajuda a compreender melhor o jornal como um todo. Ainda que convidados variados escrevessem para *O Paiz*, existia uma coerência nas publicações. Seu redator chefe era abolicionista, republicano, político e crítico. Assim também era o jornal.

1.2- A *Provincia de São Paulo*: “Liberdade de pensamento e responsabilidade do autor”.

O jornal *A Provincia de São Paulo* foi fundado em 1875 e era propriedade de uma associação comanditária. Segundo consta em sua primeira edição, a comandita era com capital de 50:000\$000 e faziam parte dela 21 nomes. Dois desses sócios entraram para formação do capital com maior cota e por isso ficaram responsáveis pelos atos praticados em nome da sociedade. Eram eles Rangel Pestana, advogado, professor e

homem de imprensa e Américo Campos, advogado, promotor de Itu até 1863 e também atuante na imprensa.²⁹

A partir de 1882, devido a crise financeira, o jornal passou a pertencer unicamente a Pestana. Dois anos depois metade da empresa foi vendida à Alberto Salles, para no ano seguinte ser comprada de novo. O jornal foi fundado a partir de proposta levantada na Convenção de Itu realizada em 1873 com objetivo de criar um veículo “próprio e inteiramente dedicado ao partido republicano e à divulgação de seus programas”³⁰, que fosse financiado exclusivamente por membros da causa republicana. A convenção foi realizada no intuito de reunir os republicanos paulistas. Contou com 133 participantes e a partir dela iniciou-se o processo de organização do Partido Republicano Paulista que foi fundado neste mesmo ano.

A *Província* caracterizava-se ainda como um jornal vinculado às novas teorias científicas e à divulgação dos valores do progresso e da civilização.³¹ Logo que começou a circular, não se comprometeu explicitamente com a causa republicana. A intenção de sua fundação era a de ser um jornal que, “não sendo republicano extremado, viesse a discutir com serenidade os absorventes problemas do momento”³², razão pela qual, certamente, evitou-se a filiação ao partido. Segundo Schwarcz, “apesar das recorrentes afirmações de simpatia, só em 1884 o jornal assumiu uma postura oficialmente republicana”³³. Esta atitude estaria ligada à tentativa de evitar um choque com setores não republicanos, que deveriam ser convencidos pelo jornal, o que levava, inclusive, à ampliação do possível público leitor. Podemos também concluir que assim como Quintino Bocaiúva, Pestana queria margens de liberdade para defender o

²⁹ *A Província de S. Paulo*, 04 de Janeiro de 1875, p.1

Segundo foi anunciado em artigo de abertura da edição, a folha havia sido criada a partir de capital fornecido por agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas. Na listagem de membros da associação comanditária estavam: Capitão Bento Augusto d’Almeida Bicudo, fazendeiro; Antonio Pompeu de Camargo, fazendeiro; Américo Brasiliense de Almeida Mello, advogado; João Francisco de Paula Souza, capitalista; João Manoel de Almeida Barbosa, fazendeiro; Manoel Ferraz de Campos Salles, advogado; Raphael Paes de Barros, fazendeiro; Major Diogo de Barros, capitalista; João Tobias Castro, fazendeiro; Manoel Elpídio Pereira de Queiroz, fazendeiro, João Tebiriçá Piratininga, fazendeiro; José de Vasconcellos Almeida Prado, fazendeiro; José Pedroso de Moraes Salles, capitalista; Antonio Carlos Salles, capitalista; Francisco de Salles, fazendeiro; Martinho Prado Junior, fazendeiro; José Alves de Cerqueira Cesar, advogado; Candido Valle, negociante; Francisco Glycerio de Cerqueira Leite, advogado; Francisco Rangel Pestana, advogado; Américo de Campos, jornalista.

³⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.73.

³¹ *Ibidem*.

³² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. Ed (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.225.

³³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.77.

republicanismo, com a diferença que o primeiro não era dono do jornal, já o segundo sim. A questão da neutralidade, porém, vai se desenvolver. A partir de 1884, haverá uma mudança nesta relação. Ao *Paiz* foram cobradas diversas vezes maior posicionamento, enquanto *A Província*, assumindo uma postura declaradamente republicana – ainda que mantendo o órgão fora do domínio oficial do PRP – fazia conhecer a todos seu posicionamento. Desta forma, enquanto a folha paulista defendia a República e os republicanos, o jornal do Rio de Janeiro manteve a capa da neutralidade, abordado as questões relativas a essas questões de forma mais indiretas e negando-se a assumir a defesa clara de qualquer lado que fosse.

Analisando a questão do apartidarismo de *A Província*, Hilsdorf, em livro sobre Rangel Pestana, aponta que,

o aspecto mais importante a ser considerado no que concerne à participação de Pestana na criação do *A Província* diz respeito à forma comanditária de organização da empresa jornalística e ao caráter apartidário com que o jornal se apresentou ao público, para grande escândalo de muitos republicanos. Ambos esses princípios representavam concretizações de ideias suas, expressas por ele há já alguns anos, por ocasião dos acontecimentos que envolveram o *A República*. (...) Pestana entendia que um jornal verdadeiramente influente como órgão de partido não pressupõe a sua propriedade pela agremiação: definindo-se como tal pelo pensamento político que apresenta, pela defesa de seus membros e de suas ideias.³⁴

Nesse sentido, seria possível pensar em uma folha que é fundada como resultado de uma convenção partidária, mas que não carregava a bandeira do partido. Que defendia o apartidarismo, mas não a neutralidade política. Por isso, declarava-se

não um jornal de préstimo ocasional, mas uma folha independente do partido, interessada em atender as reivindicações gerais "vivendo à sombra não de uma bandeira neutra, o que seria prova de cinismo, mas de um programa democrático" (...) Enfim, apresentando sua folha como política, mas descolada do partido, Rangel Pestana resguardava a *Província* das disputas intestinas imbricadas nos ajustamentos que tiveram de ser feitos para a formulação da "república dos fazendeiros", considerando-se que o partido dos fazendeiros, agremiação republicana, congregava várias facções, inclusive a sua própria. Ao mesmo tempo, veiculando um ideário liberal e democrático, sem fazer propaganda revolucionária, ampliava seu círculo de leitores.³⁵

A crítica a jornais que viveriam “à sombra da bandeira neutra” é um ponto importante, pois, como veremos à frente, uma das grandes polêmicas em que *A Província* irá se

³⁴ HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília 1988. p. 40-41

³⁵ *Ibidem*, p. 41-42

envolver com *O Paiz* será justamente motivada pela falta de tomada de posição deste último. No programa apresentado em sua primeira edição, *A Província* colocava-se como um campo livre de debates para solucionar os problemas relativos à província de São Paulo. Em sua edição inaugural apontava que, criada

pelo concurso de capitais fornecidos por agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas, está ela [a folha] no caso de fazer as mais legítimas aspirações da rica e briosa província, cujo nome toma para seu título; e isto justifica seu aparecimento.

Esse motivo faz com que o novo jornal se apresente em condições de poder influir diretamente no progresso do país e na educação do povo³⁶

Tinha por projetos principais a descentralização e a necessidade de instrução pública e, com seu posicionamento mais aberto em 1884, a defesa da abolição e da República.

Assinaturas – A Província de São Paulo			
Ano	(anual/ semestre)	Províncias (anual/semestre)	Avulso
1875	14\$000/7\$000	18\$000/9\$000	200\$
1884-1889	14\$000/7\$000	18\$000/9\$000	60\$

Fonte: *A Província de São Paulo*, Janeiro de 1875 a Novembro de 1889.

Em seu primeiro número, em 4 de Janeiro de 1875, *A Província* trazia os seguintes dados: abaixo de seu nome dizia “propriedade de uma associação comanditária” como redatores, Américo de Campos e F. Rangel Pestana, administrador José Maria Lisboa. A tipografia ficava na Rua do Palácio, nº 11. Em abril de 1877, mudou para Rua da Imperatriz, nº 44. Consta ainda a informação: “Liberdade de pensamento e responsabilidade do autor”. Quando da sua fundação, a folha possuía quatro páginas, em tamanho *standart*, sendo a última página dedicada aos anúncios. Além do editorial, no rodapé da primeira página estava localizado o *Folhetim*. Existiam ainda a seção de *Instrução Pública*, a *Seção Científica*, a *Seção Econômica*, *Seção Judiciária*, *Letras e Artes*, *Noticiário*, *Avisos*, *Serviços Telegráficos*, *Províncias* e por fim os *Anúncios*.

Em 1884, período a partir do qual concentramos nossa pesquisa, já consta na primeira página do jornal a informação de que a folha era propriedade de Rangel Pestana. A tipografia, segundo é informado, encontra-se ainda na Rua Imperatriz, no

³⁶ *A Província de S. Paulo*, 04 de Janeiro de 1875, p.1

número 53. O jornal mantém o mesmo tamanho e número de páginas, mas podemos encontrar as seguintes colunas: *A Província de São Paulo (Editorial)*, Folhetim – ainda no rodapé da primeira página, *Seção Científica*, *Seção Livre* – que ocupa as duas primeiras páginas – *Noticiário*, *Informações*, *Comércio*, *Avisos*, *Editais* e *Anúncios* – ocupando as duas últimas páginas. O jornal não trazia em seu cabeçalho a tiragem.

Se as ideias defendidas pelo *O Paiz* estavam diretamente relacionadas com Quintino Bocaiúva, para compreender o posicionamento d'*A Província* é preciso compreender o posicionamento de Francisco Rangel Pestana. Sua trajetória como republicano e jornalista é abordada por diversos trabalhos. Destacaremos aqui o de Maria Lucia Hilsdorf: *Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido*³⁷. Fruto de sua tese de doutoramento, o texto ganhou, em 1987, o Prêmio Grandes Educadores Brasileiros. Nele a autora aborda não só a biografia de Pestana, como seu papel enquanto jornalista, político e educador.

O jornalismo foi o espaço no qual Pestana atuou mais fortemente, defendendo ideias liberais e depois republicanas, uma de suas grandes preocupações seria a instrução pública. Boa parte de seus escritos remeterão ao assunto. Mas sua militância não foi apenas teórica. Trabalhou e chegou a fundar escolas de ensino moderno, todas de iniciativa privada e curta duração.³⁸ Enquanto político batalhou por diversas reformas no âmbito educacional, era defensor do ensino público, da construção de novas escolas, preocupava-se com os problemas do período como o ensino feminino e analfabetismo e defendia uma formação mais científica nas escolas.

Apesar de ter feito nome e carreira em São Paulo, Rangel Pestana nasceu no Rio de Janeiro, em Iguazu, em Novembro de 1839. De origem modesta, a família de Pestana estava relacionada ao grupo dominante do período: “o agrarismo escravocrata plantador de açúcar e café, de orientação político-ideológica conservadora”, seu pai atuou como partidor de órfãos e distribuidor geral de Iguazu e seu padrinho, coronel da Guarda Nacional, era chefe conservador na localidade.³⁹

Pestana mudou-se para São Paulo em 1857. Lá fez seu curso preparatório e posteriormente ingressou na Academia de Direito de São Paulo. Fazendo um cruzamento entre o período em que Rangel Pestana cursou a Academia de Direito e a

³⁷HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília 1988.

³⁸Hilsdorf aponta as seguintes escolas: Escola do Povo, o Liceu de Artes e Ofício, Escola Neutralidade, o Colégio Pestana, Colégio Morton, o Internacional, a Escola Americana. Para mais informações ver: *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*. p. 21

lista de alunos da Academia, podemos verificar que lá conviveu com boa parte daqueles que seriam seus pares na política ou no jornalismo. Maria Lúcia Hilsdorf cita uma longa lista de colegas de Pestana na Academia. Dentre eles destacamos, Prudente de Moraes, Campos Sales, Teófilo Otoni, Bernardino José de Campos foram importantes homens da política paulista. Os dois primeiros membros atuantes do PRP. Américo Campos foi seu parceiro em a *Província de S. Paulo*. Ubaldino do Amaral foi candidato republicano pelo Rio de Janeiro em mais de uma eleição, por fim, Salvador de Mendonça foi outro importante membro do Partido Republicano. Ou seja, as possíveis relações de Pestana durante a formação em Direito apontam para uma importante rede de sociabilidade da qual ele certamente fez uso mais tarde.⁴⁰

O universo intelectual da Academia seria pautado “por uma orientação liberal conservadora, por ‘um ideário acautelado das ideias democráticas que firmam e triunfam na Europa’⁴¹. Pestana incorporará as ideias de Baptiste Say, Benjamin Constant e Comte, defendendo ideias liberais, marcadas pelo cientificismo e positivismo. A autora porém, destaca que a adesão às ideias de Comte se dará

enquanto atitude e não enquanto sistema (...) Como muitos de seus companheiros de crenças, Rangel Pestana vai se mostrar impregnado das filosofias populares divulgadas no país, nessa época, ao lado do positivismo: o darwinismo, o spencerismo, o materialismo e outras de menor expressão. Ele, que foi positivista à la Littré, segundo seus biógrafos, pode ser incluído também como darwinista independente, ao lado de Américo Brasiliense e Américo de Campos, no estudo que T. Collicchio empreendeu sobre a divulgação das ideias darwinistas no Brasil, uma vez que retirava dessas teorias, com seu conteúdo científico, um instrumental para seu programa político-social.⁴²

Quanto ao posicionamento político, apesar da ligação da família ao grupo conservador, Pestana era adepto das ideias liberais. Na sua juventude esteve sempre ligado a jornais que defendiam tais ideias e foi sempre um crítico do conservadorismo. Em sua atividade jornalística, defendeu

ideias emancipadoras, preconizou em suas páginas a descentralização, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, o ensino livre, o sufrágio direto, o Senado temporário e a independência da magistratura. Esses pontos constituiriam anos depois o programa republicano.⁴³

⁴⁰ HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília 1988, p.28

⁴¹ *Ibidem*. p.34

⁴² *Ibidem*. p. 35.

⁴³ RIBEIRO, Antonio Sergio. *Rangel Pestana*. Verbete. Rio de Janeiro:CPDOC/FGV, 2011.

Diante da recusa do Partido Liberal em apoiar um amplo programa de reformas, Pestana aderiu à dissidência liberal. Aderiu ao Manifesto Republicano de 1870, do qual foi um de seus subscritores, chegando mesmo a ser indicado para direção do jornal *A República*, o que teria recusado. Fez parte do Partido Republicano e, em diversas ocasiões concorreu às eleições. Neste período esteve na Corte, em 1873 retornou à Campinas, tornando-se professor em uma escola de prestígio da região.⁴⁴

Assim como Bocaiúva, Rangel Pestana teve uma importante e longa carreira na imprensa. Iniciou suas participações ainda na faculdade. Colaborou com a *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, *Ensaio Literários do Ateneu*, *Memórias da Associação Culto à Ciência*, *O Lírio*, *O Timbira*, *O Futuro* e *A Época*. Além da participação de cunho literário, escrevia sobre os principais assuntos que movimentavam o país neste período. Em fins dos anos 60, já formado, colabora com a *Opinião Liberal*, *Correio Nacional* e *Gazeta de Campinas*. A partir de 1875 passa a colaborar com a *Província de S. Paulo*.

Terminada a Academia de Direito, passou os primeiros anos se dividindo entre a Corte e São Paulo. Pestana foi candidato do Partido Republicano Paulista às eleições gerais e provinciais nos anos de 1877, 1881, 1883, 1884, 1885, 1887 e 1889, sendo vencedor em 1881 e 1885, eleito deputado provincial para os biênios 1882-1883 e 1886-1887. Por ocasião do pleito de 1877, Pestana fora indicado candidato nas prévias do partido, ao lado de Campos Sales, Prudente de Moraes, Martinho Prado, Francisco Quirino e Luiz Pereira Barreto. O seu nome e o de Pereira Barreto foram questionados pelas suas ligações com o Partido Republicano do Rio e ambos renunciaram, dizendo que não queriam ser competidores dos paulistas nos cargos de representação. Procedendo o partido a uma nova votação, Pestana foi reeleito candidato e Cesário Mota Júnior indicado no lugar de Pereira Barreto, saíram, porém, perdedores.⁴⁵

A atuação de Pestana no Partido Republicano Paulista não foi homogênea. Desde 1876 esteve ligado às manifestações do PR na província de São Paulo. Se inicialmente defendia a linha evolucionista – ou seja, uma transição constitucional da monarquia para a república –, assim como Bocaiúva, em fins da década de 1880 foi se aproximando cada vez mais da ala revolucionária, que lutava pela derrubada do antigo

⁴⁴ HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília, 1988

⁴⁵ *Ibidem*.

regime. Em 1888, com o fim da campanha abolicionista, passou a endossar as ideias proclamadas por Silva Jardim em comícios. Este, sempre foi um árduo defensor da ala revolucionária do Partido Republicano, e, ainda que a ala evolucionista tivesse ganho como postura oficial, Jardim sempre foi reconhecido e respeitado entre os republicanos. “Há tempos ele se mostrava entusiasta da organização do partido republicano nacional e não queria um movimento pró-revolucionário fora dos moldes disciplinares dos partidos, que combatiam por uma reforma no terreno da ação legal”⁴⁶.

Diante desse posicionamento, Rangel Pestana foi aos poucos afastando do Partido Republicano Paulista, que adotará a linha evolucionista como discurso oficial. Derrotado nas lutas internas, dedicou-se mais ao jornalismo e à divulgação das ideias republicanas via comícios. Participou do Congresso Republicano Federal em 1888, mas já na dissidência.

Rangel Pestana deixaria de comparecer ao Congresso Federal de Juiz de Fora, realizado em Junho de 1889. Sua última participação oficial como homem de partido, em São Paulo, antes do 15 de Novembro, seria a sua candidatura, pelo 1º distrito da Província, às eleições gerais de 31 de Agosto [de 1889], em que sairia derrotado.⁴⁷

Apesar desta querela, quando da mudança do novo regime, sua participação enquanto importante membro do partido e do movimento republicano não foi esquecida. Fez parte da Junta que governou São Paulo até a indicação de um governador, participou da constituinte de 1891 e seguiu na vida política como senador e deputado federal. Foi presidente do Banco da República do Brasil entre 1893 e 1895, retornando em 1896 como advogado do mesmo. Faleceu em 1903 enquanto cumpria mandado de senador.⁴⁸

1.3 A Federação: órgão do Partido Republicano Riograndense

A Federação – Órgão do Partido Republicano foi editado em Porto Alegre e esteve em circulação desde 1884. Seus fundadores foram Júlio de Castilhos, Ramiro Barcellos⁴⁹, Ernesto Alves⁵⁰, Barros Cassal⁵¹, Borges de Medeiros⁵², Fernando Abott⁵³,

⁴⁶HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília 1988. p. 48-49.

⁴⁷ *Ibidem*, p.50.

⁴⁸RIBEIRO, Antonio Sergio. Rangel Pestana. Verbete. Rio de Janeiro:CPDOC/FGV, 2011.

⁴⁹Natural de Porto Alegre. Membro do Partido Republicano Riograndense. Foi médico, político, jornalista e escritor. Exerceu mandatos de deputado entre 1877 e 1882.

Carlos Barbosa⁵⁴, Germano Hasslocher⁵⁵, Venâncio Ayres⁵⁶, Joaquim Francisco de Assis Brasil⁵⁷ e Pinheiro Machado⁵⁸, “um grupo de gaúchos (...) [que] se reuniu em congresso para organizar um veículo de propagação das ideias que defendiam”⁵⁹. Desde esse momento, Júlio de Castilhos ficara responsável pela redação do jornal. Apresentava-se como “órgão do partido republicano”, constando esta informação como subtítulo do jornal. Segundo Duarte:

O partido Republicano ganhava uma tribuna com *A Federação*. Antão de Farias, Assis Brasil e Julio de Castilhos elaboraram um programa bastante específico para o jornal, motivados pela ideia de “discutir e sustentar a legitimidade e a oportunidade do sistema de governo republicano do Brasil”, conforme expresso em sua edição número um.⁶⁰

No periódico, a base político-intelectual das críticas à monarquia vinha da teoria positivista. Seus redatores reivindicavam a República Federativa, considerando que “a crise imperial apontava a incapacidade do sistema político em processar demandas dos que, como eles, estavam fora das instituições centrais”⁶¹.

⁵⁰Natural de Porto Alegre, foi membro do Partido Republicano Riograndense, deputado federal, diretor de *A Federação*.

⁵¹Natural de Alegrete, foi membro do Partido Republicano Riograndense e redator da *Federação*.

⁵² Natural de Caçapava do Sul. Foi membro do Partido Republicano Riograndense. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de Recife (Tendo iniciado os estudos jurídicos na Academia de Direito de São Paulo). Foi redator da revista *A República*.

⁵³Natural de São Gabriel, fundou o Clube Republicano de São Gabriel, foi membro do Partido Republicano Riograndense, médico e político.

⁵⁴Natural de Pelotas. Foi membro do Partido Republicano Riograndense, médico e político.

⁵⁵ Natural de Porto Alegre. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife, mas iniciou os estudos na Academia de Direito de São Paulo.

⁵⁶ Natural de Itapetininga. Formou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo. Foi um dos fundadores do Partido Republicano Riograndense e primeiro redator-chefe da *Federação*.

⁵⁷Natural de São Gabriel. Formou-se pela Academia de Direito de São Paulo. Colaborou com diversas publicações. Fundou junto com Castilhos o jornal *A Evolução*. Membro do Partido Republicano Riograndense, colaborou com *A Federação*, sendo inclusive o responsável pelo nome do jornal. Foi o primeiro representante republicano e obter cadeira no de deputado.

⁵⁸Natural de Cruz Alta, foi membro do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai. Formou-se pela Academia de Direito de São Paulo. Foi membro fundador do Partido Republicano Riograndense, integrando o movimento republicano radical. Dedicou-se ao jornalismo e à política.

⁵⁹ DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Imprensa e Poder no Brasil– 1901/1915. Estudo da Construção da Personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.59.

⁶⁰*Ibidem*, p.60.

⁶¹ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002. p. 158.

Assinaturas – A Federação			
Ano	Anual	Semestre	Avulso
1884 - 1886	14\$000	8\$000	80\$
1886-1889	14\$000	8\$000	60\$

Fonte: *A Federação*, Março de 1884 à Novembro de 1889.

A Federação era impresso de segunda a sábado e sua tipografia funcionava na Rua dos Andradas, nº291. Não consta no jornal qual era a sua tiragem. Trazia em sua capa as seguintes informações: direção da redação, Venancio Ayres; gerente, Augusto Uflacker. No canto esquerdo superior, logo após o título do jornal, vinha escrito “Federação – Unidade”, e no canto direito superior, “Centralização – Desmembramento”. Desde já deixava claro ao que veio. O jornal era um órgão do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, reivindicando a federação. Por fim, antes do editorial, informava-se que na ausência de Venancio Ayres, a direção da folha era confiada a Júlio de Castilhos. Ainda em 1884, a gerência é substituída por Candido Pacheco, e Júlio de Castilhos assume efetivamente a direção.

Assim como os outros jornais mencionados, *A Federação* apresentava quatro páginas no formato *standart*. As duas últimas páginas eram dedicadas aos *Avisos*. Trazia ainda uma coluna editorial; uma seção para notícias que não vinha identificada, *Fatos e Comentários*, *Últimos Telegramas*, o *Folhetim* que vinha no pé da segunda página e a seção *Efemérides*.

Dentre os periódicos pesquisados, este era o único diretamente ligado ao Partido Republicano. Sendo assim o histórico e às transformações do próprio PRR estão relacionadas com as opções feitas pelo seu órgão de divulgação na imprensa. Em dissertação de mestrado sobre o abolicionismo em *A Federação*, Tuane Ludwig Dihl destaca três características do PRR que se refletiam no periódico: a formação tardia do movimento republicano na região em relação a outras províncias; a particularidade de seus fundadores – jovens, graduados e sem experiência política, que embora fizessem parte da elite econômica, não estavam ligados à oligarquia produtora de charque; e, por fim, o fato do partido não ter surgido de uma dissidência do Partido Liberal. Surgido de uma convenção em 1882, o partido derivou do Clube Republicano de Porto Alegre que a fim de incentivar o ideário republicano na província.

Por não congregarem todas as forças da elite do estado, tiveram que buscar apoio fora dela. Além disso, a direção doutrinária positivista do partido era muito mais

forte, o que lhe deu destaque no movimento republicano⁶². Essas características devem ser levadas em consideração durante a leitura e análise dos artigos veiculados. A Federação era, como estampa em suas páginas, o grande órgão de propaganda do partido. Seu direcionamento estará completamente ligado a este. Isto não quer dizer que seria livre de disputas, até porque o partido não estava.

A frente d'A *Federação* estava Júlio Prates de Castilho. Ele destacou-se no Rio Grande do Sul como uma importante liderança republicana e grande defensor das ideias de Comte. Para traçar parte de sua biografia e trajetória utilizaremos os trabalhos de Margareth Bakos, organizadora de uma coletânea sobre positivismo, abolição e República nas publicações de Júlio de Castilho⁶³; a coletânea organizada por Claudio Todeschini sobre o autor, publicada na ocasião dos 75 anos de seu falecimento⁶⁴; e o verbete do Dicionário Biográfico Brasileiro, organizado pelo CPDOC⁶⁵.

Nascido em 29 de junho de 1859, no distrito de Cruz Alta, Castilhos era descendente de uma família ligada à criação de gado. Seus pais eram o “comendador Castilhos e Carolina Prates de Castilhos. Seu avô materno, Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, foi considerado um dos heróis da Revolução Farroupilha, movimento de caráter separatista que agitou o Rio Grande do Sul de 1835 a 1845”⁶⁶. Era o oitavo filho, mas diferente de seus irmãos, afastou-se do meio rural, indo estudar em São Paulo. Assim como Rangel Pestana, frequentou a Academia de Direito, formando-se em 1881. Após completar seus estudos retornou a Porto Alegre, onde atuou como advogado. Já durante este período envolveu-se com a propaganda republicana.

Foi também durante a estadia em São Paulo que Castilhos iniciou a atividade jornalística. Em 1879 fundou com Assis Brasil e outros republicanos o jornal *A Evolução*. Foi ainda um dos redatores do *A República*, chegando mesmo a dirigi-lo. Juntando-se a jovens recém-formados e propagandistas republicanos, fundou em 1882 o Partido Republicano Rio-Grandense e, em 1884, o jornal *A Federação*, no qual atuou como redator e posteriormente diretor. Sobre seus argumentos na imprensa Bakos aponta que

⁶²DIHL, Tuane Ludwid. *Plurais (in)visibilidades: representações republicanas sobre o negro (jornal A Federação – RS, 1884 – 1903)*. Dissertação (Mestrado em História). UNISINOS, 2017. p. 27-28

⁶³BAKOS, Margareth. (org.) *Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e república*. Porto Alegre: IEL: Edipucrs, 2006.

⁶⁴TODESCHINI, Claudio J. B. (org.) *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre, EMMA/SEC, DAC, IEL, 1978.

⁶⁵SILVA, Izabel Pimentel da. *Júlio de Castilhos*. Verbetes. Rio de Janeiro:CPDOC/FGV, 2011.

⁶⁶*Ibidem*.

Mostram um redator hábil, um excelente estrategista político, capaz de entender, de descrever e de causar emoção com as dores alheias. Buscam a formação de uma posição político-partidária coesa contra à escravidão e a monarquia, fundamentada em seu conhecimento sobre o Positivismo de Augusto Comte. (...) Ele fazia críticas diretas, provocações com todas as letras, tendo por isto granjeado muitos inimigos, inclusive, dentro do próprio Partido Republicano.⁶⁷

Como podemos observar, desde jovem esteve diretamente ligado às questões políticas. Quando da Proclamação da República, contavam com 29 anos. No regime republicano participou da Constituinte, sendo membro influente e foi deputado pelo Rio Grande do Sul de 1891 a 1893 e presidente do estado em 1891, 1892, 1893 a 1898⁶⁸.

Casou-se em 1893 com Honorina da Costa com quem teve seis filhos. Assis Brasil, parceiro de faculdade e das atividades políticas e de imprensa, casou-se com sua irmã. Segundo Artur Ferreira Filho,

Júlio de Castilhos ter-se-ia familiarizado com as ideias de federação e república, ainda no lar paterno, por benéfica influência de sua mãe, filha do sargento-mor Fidelis Nepomuceno Prates, que foi figura de destaque na Revolução Farroupilha e deputado à Constituinte da efêmera República Rio-Grandense.

Ingressando na Academia de Direito de São Paulo, ali encontrou campo favorável ao desenvolvimento de suas tendências republicanas. E também foi durante o curso jurídico, na capital bandeirante, que adquiriu os primeiros conhecimentos da doutrina política e filosófica de Augusto Comte.⁶⁹

O contato de Castilhos com as ideias de Comte durante o curso de Direito pode ser verificada pelo levantamento feito por Hilsdorf. Ao analisar o currículo da Academia de Direito, a autora aponta para a socialização dos alunos com as teorias positivistas e ideias científicas do período⁷⁰. Assim como Pestana, Castilhos aprofundará seus estudos do Positivismo e das novas teorias do século XIX, durante sua formação na Academia. Vai ser também nesse período que se envolverá com a propaganda e o movimento republicano, além de participar de diversos círculos culturais. Assim como ocorre com Pestana, a Academia de Direito será um ponto importante na construção das redes de sociabilidade de Castilhos. Lá ele conviverá com aqueles que estiveram ao seu

⁶⁷BAKOS, Margaret. (org.) *Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e república*. Porto Alegre: IEL: Edipucrs, 2006. p. 43

⁶⁸SILVA, Izabel Pimentel da. *Júlio de Castilhos*. Verbete. Rio de Janeiro:CPDOC/FGV, 2011.

⁶⁹TODESCHINI, Claudio J. B. (org.) *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre, EMMA/SEC, DAC, IEL, 1978. p. 53-54.

⁷⁰HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília 1988.

lado na política e na imprensa. Com eles fundou jornais e o próprio Partido Republicano Riograndense.

Vai ser a partir das ideias de Comte que Castilhos defenderá também a abolição. De postura antiescravista, lutou pela abolição imediata sem indenização para os senhores de escravos, o que acreditava ser uma etapa necessária da passagem do Império para a República. A partir disto, construiu um discurso antimonárquico que dava grande enfoque no passado escravista do país. Segundo aponta Bakos, Castilhos defendia que “o Brasil, maculado pelo aprisionamento do negro, ao longo de três séculos, precisava trilhar novos caminhos em busca do progresso, abandonar a trajetória de violências sociais e derrubar a Monarquia”.⁷¹ Esse discurso, claro, não será homogêneo e levará a disputas dentro do próprio PRR.

Júlio de Castilhos se tornará um dos principais líderes positivistas do período, sendo até hoje reconhecido por suas ideias e pelo fervor com que as defendia. Afastado da vida rural de seus primeiros anos, se destacará na política e na imprensa. Sob sua pena fez duras críticas ao sistema monárquico e à situação do país nos agitados anos de fim de século XIX. Participou ativamente da questão militar e do movimento abolicionista. Abriu espaço em sua folha para os diversos debates que ocorriam no período e foi um dos principais líderes do Partido Republicano Rio-Grandense. Foi, e continua sendo, uma das grandes personalidades da região sul do país.

Representantes do movimento nas principais províncias do país, os jornais *A Província*, *A Federação e o Paiz*, formavam a trindade da propaganda republicana via imprensa e seus editores e diretores Rangel Pestana, Júlio de Castilhos e Quintino Bocaiúva, a frente do debate. Todos se destacaram enquanto importantes líderes políticos e republicanos durante o século XIX. A correspondência mostra que eles estiveram em constante contato. Rangel Pestana e Júlio de Castilhos frequentaram o mesmo estabelecimento de ensino. Foram líderes regionais de seus partidos e trouxeram diferentes nuances teóricas para as campanhas republicanas. A análise da história dos periódicos e o breve registro da trajetória dos homens a eles ligados, ajuda-nos a compreender melhor seus argumentos e suas opções retóricas, fornecendo-nos parte do que Skinner chama de contexto. A análise dos três periódicos nos fornecerá o restante do quadro.

⁷¹BAKOS, Margaret. (org.) *Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e república*. Porto Alegre: IEL: Edipucrs, 2006. p. 32

Nos próximos capítulos destacaremos as principais questões levantadas pelos periódicos e como estes a trataram. Suas opções retóricas nos ajudarão a acompanhar a construção de um discurso republicano de validação e legitimação de um novo regime que se constrói junto com uma nova cultura política republicana.

CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO SERVIL E A CAMPANHA REPUBLICANA

Um movimento social é uma rede de interações sociais de alinhavo de pluralidade de indivíduos, eventos, textos, associações, construída no curso de um conflito, e em contínuo rearranjo (...) o movimento é conjunto de manifestações repetidas em torno de objetivos, líderes, identidades e bandeiras permanentemente negociados e reelaborados.
(Angela Alonso, 2012)⁷²

Ao analisar o abolicionismo no Brasil, Angela Alonso aponta para o caráter social do movimento que se desenvolveu entre 1868 e 1888, considerando-o o primeiro e, sem dúvida, dos mais importantes da História do Brasil. Segundo a autora, o abolicionismo começou como um ativismo de elite e passou a movimento social com as transformações no espaço público, em curso nesses vinte anos. Com o processo de modernização urbana, associado principalmente à reforma da lei educacional – que possibilitou o acesso ao ensino superior a membros de “fora” da elite - novos participantes passaram a se utilizar do espaço público, podendo ressignificá-lo e utilizá-lo como *locus* de crítica política. Esses novos integrantes compartilhavam uma experiência comum de marginalização política, ou seja, mesmo sendo detentores dos requisitos para ingressar nos círculos do poder, continuavam sem acesso às instituições formais e aos cargos administrativos que almejavam.

Alonso destaca três grandes transformações que, a partir de 1860, abriram espaço para discutir no Brasil medidas limitadoras para o escravismo. As mudanças no cenário internacional, com o ciclo de abolições que chegou aos Estados Unidos e Cuba, fazendo com que o Brasil fosse um dos poucos países escravocratas do Ocidente. A aceleração da urbanização que proporcionou um espaço público de discussão e o debate que redefiniu a escravidão como algo abominável. Por fim, de conjuntura política, a contestação do Partido Liberal sobre a supremacia do Partido Conservador. Este “respondeu com modernização: ampliou o acesso ao ensino superior, reduziu os custos da imprensa e propôs uma Lei do Ventre Livre. Tais iniciativas produziram uma crise política intraelite e o ingresso de novos atores no debate político.”⁷³

Emergiram dessas transformações novas oportunidades políticas que propiciou as condições necessárias para mobilização abolicionista. O movimento aproveitou ainda

⁷² ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas: o movimento pela abolição no Brasil*. Tese (Livre – Docencia). Universidade de São Paulo, 2012. p. 14.

⁷³ *Ibidem*, p.18

a experiência estrangeira, criando um repertório político de ações. Diferentemente do republicanismo, que se organizaria basicamente como um movimento político, articulado por setores de elites dissidentes, o abolicionismo mobilizava de forma mais ampla e fluida alianças políticas e sociais variadas.

Filiações políticas diferenciadas não impediam o apoio à causa abolicionista, que unia, sob a mesma bandeira, integrantes de projetos políticos conservadores, liberais e republicanos, possibilitando, assim, a existência de rivalidades entre membros de mesmos partidos.⁷⁴ Portanto, o movimento abolicionista podia ser muito ampliado, porque podia ser muito heterogêneo. Não existia um consenso sobre a forma como deveria ocorrer a abolição, mas para além das clivagens internas, é importante reconhecer que o grande adversário dos abolicionistas era o escravista. Partimos do princípio de que estes representantes se uniam numa espécie de coalizção de veto, superando as cisões internas entre eles e atuando contra seu par oposto. Esta união, porém, é apenas temporária. Uma vez que a causa se concretiza, o grupo se desagrega.

O debate em torno da abolição enquanto um clamor nacional, da necessidade de substituição da mão de obra e da libertação dos escravos vai atingir seu clímax com a subida do gabinete Dantas em 1884 e a elaboração de um projeto que iria ao encontro desses anseios. O projeto Dantas, que após intensas discussões e modificações foi aprovado em 28 de Setembro de 1885, ficando conhecido como lei dos Sexagenários, mobilizou o movimento abolicionista, mas pareceu também colocar em pauta, dentro do Parlamento, as demandas das ruas pela abolição.

A partir de 1884 fica cada vez mais difícil posicionar-se contra a abolição. Aos poucos vai se criando a dicotomia radical entre abolicionistas x escravistas. Passam a existir apenas duas posições possíveis: ou se apoia a abolição ou se é escravista, o que era visto como moralmente duvidoso e questionável. O debate passa também por uma ampliação das questões. O ponto para os abolicionistas passa a questão do como fazer a abolição e, para além disso, como fica a situação do trabalho e da terra. Já os escravistas vão centrar-se apenas no “como”, levantando questões e dificuldades relativas a implementação de um projeto desta magnitude. Se, ser escravista ficava cada vez mais mal visto, assumir a possibilidade da abolição, porém prolongar os trabalhos debatendo uma miríade de detalhes acerca de ideias e projetos, prazos e indenizações, era uma boa forma de atrasar o aprovação deste.

⁷⁴ Ver: ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

2.1 – A questão servil na imprensa republicana

Eduardo Silva aponta que a grande causa defendida pelo *O Paiz* era a Questão Militar.⁷⁵ De fato, deu-se em suas páginas ampla publicidade sobre os problemas entre militares e governo e o jornal sempre se posicionou a favor dos primeiros. Mas foi o abolicionismo que ocupou a maior parte do jornal, que se tornou um *locus* de discussão das mais diversas formas. Desde sua fundação até a abolição, *O Paiz* constantemente publicava não só editoriais relativos ao tema como também fazia minuciosa divulgação do andamento da causa, dos grupos que a defendiam e de ações particulares dignas de nota, ocorridas no Rio de Janeiro ou em outras províncias.

É difícil cruzar as páginas de qualquer edição do jornal sem, pelo menos uma vez, nos depararmos com exemplos do que mencionamos. Notícias de libertações de um ou mais escravos, por iniciativa de indivíduos isolados ou não, eram constantemente publicadas e saudadas. Datas de reuniões e assembleias dos grupos abolicionistas eram também registros constantes nas edições. Em tom irônico ou apenas informativo, fato é que a abolição era uma importante e bem discutida questão da pauta do jornal. Sem dúvida, para *O Paiz*, o projeto abolicionista era uma bandeira suprapartidária: uma questão nacional e importante causa, em torno da qual poderiam se reunir os mais diversos grupos políticos, para livrar o país da mancha e do retrocesso que era o sistema escravista.

Na época de sua fundação, em meados da década de 1880, já estava em curso uma discussão sobre o projeto apresentado por Manuel de Sousa Dantas, a primeira grande iniciativa parlamentar desde a lei de 28 de setembro de 1871 ou Lei do Ventre Livre. Comparativamente a *O Paiz*, para quem a abolição e a questão do trabalho escravo eram temáticas centrais e diárias, *A Federação* parecia dedicar pouco espaço para tratar do assunto. Editoriais e algumas matérias foram publicadas sobre o assunto, principalmente em momentos de grande debate como 1884, com o projeto Dantas, 1885, com a aprovação da Lei dos Sexagenários, e em 1888, com os rumores e a publicação da Lei Áurea, mas não era uma questão diária e não havia seção unicamente dedicada ao tema.

Porém, isto não significava, de maneira alguma, que a questão era pouco

⁷⁵ SILVA, Eduardo. *Ideias políticas de Quintino Bocaiuva: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*. Brasília : Senado Federal ; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. I

importante para o jornal e para Júlio de Castilhos. A questão abolicionista, para *A Federação*, igualmente esteve presente em suas páginas desde sua fundação. Júlio de Castilhos, durante o Segundo Congresso Republicano, ocorrido em 1884, no qual ficou decidida a fundação do jornal, apontou que: “Quando se trata de tornar livres os filhos do Rio Grande, não deve haver partidos. Só há lugar para um partido: é o partido da moral, do direito, da liberdade, que protesta contra a escravidão (...) é imperioso combater este inimigo comum: a escravidão.”⁷⁶ Essa declaração aproxima-se muito da ideia da abolição enquanto causa suprapartidária e nacional que era defendida por *O Paiz*. A abolição devia ser entendida como uma causa nacional e enquanto tal devia ultrapassar quaisquer desavenças e diferenças partidárias.

No momento de fundação de *A Federação*, por conseguinte, a defesa do abolicionismo deixava de ser um tabu ou mesmo um tema a ser evitado entre os republicanos, passando a ser uma questão incontornável e de necessário enfrentamento. Ou seja, cerca de quinze anos após o lançamento do Manifesto Republicano, era simplesmente impossível minimizar a questão, pois os custos desse ocultamento seriam altos demais, ultrapassando de muito qualquer tipo de benefícios pretendidos. Todos os jornais republicanos pesquisados, a essa altura, defendiam a abolição. Ainda que houvesse certos atritos e diferenças entre os grupos de republicanos, os congressos forneciam as diretrizes gerais para atuação do partido. Se na primeira Convenção, em 1882, ainda prevaleceu a defesa do silêncio em relação à questão, o tom de 1884 foi bem diferente e incisivo, determinado seu debate. Uma alteração rápida que, sem qualquer dúvida, vinha se fazendo nos debates entre as lideranças, mas que aparece francamente, como diretriz política, em 1884.

O posicionamento de *A Federação* e de Júlio de Castilhos em relação à questão servil precisa ser analisado em articulação com o conjunto de ideias, valores e crença que sustentava seus discursos e ações: o positivismo. Seguindo as ideias de Comte, Castilhos entendia a abolição como uma etapa de evolução necessária para a passagem do Império à República. Partindo da “lei dos três estados” do Mestre de Montpellier, Castilhos acreditava que a manutenção da escravidão impossibilitava a transformação do Brasil para formas superiores de organização, como o estado industrial. “Para Comte, a incorporação do proletariado, atingindo o cerne da questão social, era o preâmbulo da

⁷⁶BAKOS, Margaret (org). *Júlio de Castilhos Positivismo, abolição e república*. 1ª. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p.20.

reforma necessária para alcançar o estado positivo”.⁷⁷ Dessa forma, a libertação não deveria tardar, devendo ocorrer imediatamente e, por isso mesmo, sem indenização. A questão da abolição, nesses termos, torna-se tão central para o republicanismo gaúcho que constava nos programas eleitorais de todos os seus candidatos republicanos.

O posicionamento d’A Federação representou uma radicalização do debate que já existia na província e entre os representantes do Partido Republicano local. Analisando os discursos veiculados na imprensa gaúcha acerca da questão servil, Bakos⁷⁸ aponta que, num primeiro momento, com a representação de Francisco Xavier Cunha – amigo íntimo de Quintino – e o jornal *A Democracia*, considerado o primeiro jornal republicano da província, a abolição era vista como um problema do centralismo. Para Cunha, se as províncias tivessem liberdade de atuação poderiam iniciar o processo de substituição da mão de obra escrava pela livre, gradualmente e muito provavelmente sem causar grandes impactos políticos ou econômicos. Ou seja, o ponto era defender o federalismo como estratégia para abolição. Com *A Imprensa*, vai haver a defesa de um processo lento de abolição para que não houvesse nenhum tipo de caos social ou econômico.⁷⁹ O jornal posicionava-se ainda a favor da indenização dos senhores de escravos. Ou seja, eram favoráveis à manutenção *sine die* da escravidão no Brasil, sem que qualquer “prejuízo” afetasse os proprietários desses “bens”: lentidão, gradualismo etc.

Dihl aponta que estudos mais tradicionais sobre a região sul do país, até o fim dos anos 1990, costumavam apontar para diminuta quantidade de escravos nessas províncias, uma vez que a região não se destacava pela produção agrícola, geralmente associada ao amplo uso do trabalho escravo, no modelo da *plantation*. No entanto, pesquisas mais recentes destacam que, ainda que efetivamente em menor quantidade que nas regiões Nordeste e Sudeste do país, o Sul também empregou considerável quantitativo de trabalho escravo, especialmente na produção de charque.⁸⁰

⁷⁷ SUPERTI, Eliane. *Positivismo e escravidão: um estudo sobre o projeto positivista de reorganização das relações de trabalho no Brasil no final do século XIX*. Anais. XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2003 p.2

⁷⁸ BAKOS, Margaret (org). *Júlio de Castilhos Positivismo, abolição e república*. 1ª. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006

⁷⁹ O jornal *A Imprensa* é vinculado ao Partido Republicano provincial. Segundo Apeles Porto Alegre, seu fundador, ele foi procurado por Julio Teixeira para publicar um jornal político e assinar um manifesto antimonárquico regional. Apesar disso, Porto Alegre definiu-o como um jornal de caráter mais neutro, “pois lhe faltou apoio para ser mais radical. BAKOS, Margaret (org.)... Op cit. p.25

⁸⁰ DIHL, Tuane Ludwig. Plurais (in)visibilidades: representações republicanas sobre o negro (jornal A Federação – RS – 1884 – 1903). Dissertação de Mestrado. Unisinos, 2017. Entre os trabalhos mais tradicionais destacados pela autora estão: OLIVEN, George Ruben. A

Ou seja, essa representação de uma região quase livre de escravos, mesmo antes da abolição, compartilhada e consagrada pela bibliografia acadêmica, vincula-se, diretamente e não casualmente, à imagem que as próprias elites provinciais construíram e buscaram divulgar sobre si mesmas, aliás, com sucesso. Esta questão fica bem aparente nas páginas da *Federação*. Analisando a questão abolicionista e as representações do negro neste jornal, Tuane Dihl aponta para as diversas construções de um discurso de um sul com características mais europeias e menos dependente do braço escravo.

Dentro desse debate que aparece no periódico, um episódio se destaca: a proposta do Centro Abolicionista para construir um monumento à libertação dos escravos do Rio Grande do Sul, antecipadamente, pois já em 1884. É possível acompanhar pelas páginas do jornal, que tal proposta foi imediatamente rechaçada por *A Federação*, já que construir um monumento seria “celebrar” a memória da escravidão, algo entendido como inadmissível. Ela deveria ser esquecida e não lembrada, razão pela qual o jornal publica:

cumpro ponderar que semelhante será um atestado perene de que um grande crime aqui se cometeu impunemente, reduzindo-se homem, livre por natureza e por destino, à mais nefanda das escravidões. Para perpetuar na memória dos vindouros que este povo, depois de dezenas e dezenas de anos, soube, enfim, reparar o grande crime cometido, libertando os desgraçados que, por uma violência sem nome, foram escravizados? Semelhante fato não é preciso perpetuar, porque a reparação de um crime não se torne perpetua.. Si é possível esquecer-se o crime, que seja esquecido; mas não se perpetue a reparação que o relembra imediatamente.⁸¹

invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.26. GUTFREIND, Ieda. “O Negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico” In *Estudos IberoAmericanos*. PUCRS, v.XVI, nº 1 e 2, 1990. p.178 a 187. Entre os trabalhos mais recentes, que tentam desconstruir este discurso estão: BORBA, Gislaíne. “*É causa dos oprimidos a que abraçamos*”: considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal *A Reforma* (Porto Alegre/ 1870-1888). Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre, UFRGS, 2014. MAGALHÃES, Magna. *Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira* (Novo Hamburgo/ RS). Tese (Doutorado em História), São Leopoldo, UNISINOS, 2010. MOREIRA, Paulo Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003. MÜLLER, Liane. *As Contas do Meu Rosário são Balas de Artilharia. Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889- 1920*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, PUCRS, 1999. ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Tese (Doutorado em História), Campinas, UNICAMP, 2014. WEIMER, Rodrigo. *Os nomes da liberdade: práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas últimas décadas do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, UNISINOS, 2007. ZUBARAN, Maria Angélica. “Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diáspóricas”. In *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.27, jul.2008, p. 161-187.

⁸¹ *A Federação*, 07 de Janeiro de 1885, p.1

Por que um jornal republicano, que abraçou desde sua fundação a causa da abolição, estaria se negando a apoiar a construção de um monumento que celebrava a liberdade dos escravos? Ainda mais: celebrava-a antes mesmo dela ocorrer, o que traduz uma perspectiva de encarar a passagem do tempo em direção conhecida: a do progresso, que continha a abolição. Quer dizer, nesses termos, o fim da escravidão seria um “fato” tão certo e inevitável, que se tornava compatível com os preparativos de sua comemoração, além de poder ser uma forma de pressão. Ao menos, essa é uma leitura possível do problema. Mas a postura do jornal aponta em outra direção que Tuane Dihl, ajuda a entender. Analisando o mesmo episódio, levanta uma hipótese interessante. Para o autor a recusa do jornal à proposta do Centro Abolicionista era uma tentativa de desassociar o processo abolicionista da ordem monárquica. Uma vez formado por republicanos, liberais ou conservadores, não importava, a bandeira abolicionista era, como *O Paiz* insistia, uma causa suprapartidária, mas, como vai se desenhando, uma causa dos que defendiam o regime republicano, único verdadeiramente compatível com o progresso do Brasil. Na tentativa de capitalizar a causa da libertação dos escravos, *A Federação* insistia que construir um monumento à abolição seria criar símbolos que remetessem positivamente ao regime monárquico, responsável pelo crime da escravidão, justo no momento em que o Partido Republicano buscava construir uma nova ordem, na qual a abolição era questão e um trunfo fundamental.

Abolição e fim da monarquia eram dois eventos que estavam ligados na linha dos “fatos” defendidos pelos republicanos e acreditados como ocorrências inelutáveis da evolução da sociedade brasileira, no percurso por ela vivido naqueles anos de 1880. Considerando que a escravidão era a base do sistema econômico imperial, a abolição ocasionaria uma crise política inevitável no regime. Sendo assim, o que o jornal busca é se apoderar da bandeira abolicionista, retirando-a das mãos dos monarquistas.

Para *A Federação* a melhor alternativa não era a dos monumentos, mas outra. Em 1885, os republicanos deveriam avançar,

dando aos libertos aquilo que eles nunca tiveram: O ensino, a educação prática que os habilite para o trabalho inteligente, indispensáveis ambos para que os libertos, saídos agora do regime de tormentos da escravidão, prestem o seu concurso eficaz à sociedade e não constituam um elemento perturbador. Por isso, não recusamos apoio à liberação tomada.⁸²

A “abolição antecipada”, como ficou conhecida da província do Rio Grande do

⁸² *A Federação*, 08 de Janeiro de 1885, p.1.

Sul foi resultado de um grande movimento liderado pelo Centro Abolicionista de Porto Alegre. Este, em 1883, nomeou comissões libertadoras que deveriam percorrer a região negociando as libertações dos escravos. A ação teve considerável sucesso, espalhando-se para outras cidades da província. Estima-se que em 1884 teriam sido libertados por volta de 40 mil escravos, de um montante de 60 mil escravos, aproximadamente. Essas abolições, porém, foram realizadas em sua grande maioria com cláusulas condicionais de trabalho. Desta forma, é preciso que entender que nem a província estava de fato completamente liberta, pois o movimento não atingiu toda parte dela, como mesmo os locais em que se obteve considerável sucesso, os escravos continuaram a trabalhar para cumprir suas cláusulas.⁸³

Ainda assim, partindo da ideia de libertação da província, para *A Federação*, ao invés de preocupar-se com monumentos e homenagens, cumpria investir na integração destes “de forma menos perturbadora possível”, oferecendo educação e habilitando-os ao “trabalho inteligente”. É interessante notar que a preocupação do jornal, ao mesmo tempo, em que defende a importância de dar aos libertos acesso ao ensino, aponta outros problemas advindos da presença de uma massa de libertos: a possibilidade de causarem uma perturbação na ordem social e a necessidade de se adequarem à sociedade, o que se faria pela educação e qualificação para o trabalho. A situação dos negros saídos do cativeiro – um regime cheio de “tormentos” – não é muito discutida, mas fica claro a dimensão saneadora e controladora de “costumes” que a instrução, especialmente para o “trabalho inteligente” exigia nessa nova sociedade.

Em São Paulo o debate sobre a questão da abolição foi ainda mais complexa. Como é sabido o Partido Republicano Paulista (PRP) agregava grande número de fazendeiros, o que tornava a discussão em torno da substituição da mão de obra ainda mais espinhosa. Apoiar abertamente a abolição era correr o risco de romper com uma boa parte dos adeptos do partido. *A Província de São Paulo*, órgão que surge como representante do PRP, mas que não explicita esse vínculo, tratará a questão cautelosamente, ainda que a folha paulista seja um dos grandes debatedores e apoiadores da questão abolicionista. Esse apoio, porém, vai se fazer de forma mais cuidadosa, especialmente devido a importante participação dos fazendeiros no partido.

É conhecido que o Partido Republicano a nível nacional sempre teve

⁸³ KROB, Bruna Emerim. *Entre o discurso e os resultados: as liberdades condicionais como estratégia de emancipação em Porto Alegre (1884 – 1888)*. Anais. 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, 24 a 27 de maio de 2017.

dificuldades em unir seus representantes provinciais. Mesmo ganhando cada vez mais adeptos ao longo da década de 1880, o partido ainda era incipiente em muitas províncias e faltando-lhe melhor organização para competir com os grandes partidos imperiais. Um de seus representantes mais expressivos era o PRP. Fundado e estruturado antes que outros núcleos de várias províncias, o PRP contava não só com uma base de adeptos mais numerosa como também tinha maior expressão política, sendo o primeiro a eleger nomes de peso com sua legenda. O republicanismo paulista era, sem dúvida, um dos grandes defensores do princípio federalista e essa proposta acaba envolvendo invariavelmente a luta abolicionista. Dessa forma, em agosto de 1884, Rangel Pestana esclarece que tipo de relações, a seu ver, deveria haver entre republicanismo e abolicionismo:

qualquer que seja o valor que o republicano possa dar à reforma isolada, que agita os espíritos sob a denominação do abolicionismo, não nos parece prudente que deixe as aspirações e o programa concreto do seu partido para seguir discricionariamente o governo imperial. Não aceitamos, pois, o conselho do ilustrado sr. dr. Ennes de Souza, para que os republicanos sustentem de preferência os candidatos do governo, abstraindo de suas opiniões, para só ter em mira a vitória do abolicionismo.⁸⁴

Fica claro então que, para o jornal, no início da década de 1880, o abolicionismo era um movimento forte, válido e mesmo importante, porém sua defesa não poderia “prejudicar” eleitoralmente o Partido Republicano e seus interesses. Ou seja, em momento eleitoral, o decisivo era o fato de o candidato ser republicano e não ser um defensor da abolição, se isso significasse transferência de votos para os partidos imperiais.

Pode assim proceder o cidadão que, tendo opiniões republicanas, não conhece todavia a disciplina partidária, e não se julga obrigado a ter solidariedade com os outros seus correligionários, que se constituíram em partido formando um agrupamento político com ideias e intuítos claros.⁸⁵

O objetivo aqui é claramente orientar os eleitores. Existe uma grande preocupação com a possibilidade de transferência de votos que faria com que os republicanos acabassem em desvantagem. A prioridade de todo republicano deve ser o seu partido, sendo assim republicano vota, em primeiro lugar, em republicano. Caso haja ausência de

⁸⁴ *A Província de S. Paulo*, 21 de Agosto de 1884, p.1.

⁸⁵ *A Província de S. Paulo*, 21 de Agosto de 1884, p.1.

representantes, o eleitor pode escolher entre aquele que melhor representaria suas aspirações.

E mais à frente o editorial conclui

Cada partido tem, portanto, em relação à questão social o seu modo prático de resolvê-la.

(...) Como questão social a abolição é ideia vitoriosa, mas como questão política, quanto ao modo de efetuar a reforma atendendo às condições do meio e do momento histórico variam as opiniões.

(...) Preenchida a sua missão política no primeiro escrutínio, compreende-se que ele [o eleitor] procure no segundo dar o triunfo ao candidato que mais se aproximar de suas ideias; mas deixar seus candidatos [no primeiro escrutínio] para ajudar a puxar o carro de triunfo do governo imperial, com prejuízo de sua organização e disciplina, seria um erro político de más consequências.⁸⁶

Para o jornal republicano, a abolição, enquanto questão social, era uma causa vitoriosa e estaria decidida. Em outros termos, aliás, esse seria o imenso ganho do abolicionismo ter se organizado enquanto uma causa e um movimento, podendo se beneficiar de engajamentos que excediam filiações partidários. Mas como questão política, a abolição ganhava outros complicadores, pois deixava de ser uma causa moral e econômico-social, para se tornar um debate sobre que procedimentos deviam ser seguidos para implementá-la, o que se faria pelo governo imperial, já que era esse o regime vigente. Por isso, para um republicano, portanto, a primeira responsabilidade – mesmo considerando o tema da abolição – era com seu partido, que asseguraria uma forma republicana de garantir o fim da escravidão, retirando-a da órbita monárquica, mesmo antes do fim do regime. O jornal é pedagógico: nos escrutínios eleitorais deve-se primeiro votar naqueles que representam as ideias políticas do republicanismo. Escolher candidatos que defendem a abolição, mas estão nas fileiras dos partidos monárquicos seria um contrassenso e uma traição com aqueles que fundaram o Partido Republicano e lutavam para defender procedimentos políticos republicanos para resolver questões criadas pela própria monarquia, inclusive, mas não somente, a abolição da escravidão.

É interessante aqui fazer um adendo para discutir o quanto as relações entre os partidos políticos eram diferentes, tomando-se os exemplos de São Paulo e Rio Grande do Sul e o da Corte. Enquanto no Rio de Janeiro da década de 1880, candidatos republicanos invariavelmente se uniam às fileiras do Partido Liberal na hora de concorrer às eleições – devido à inexpressividade do Partido Republicano na Corte –

⁸⁶ *A Província de S. Paulo*, 21 de Agosto de 1884, p.1.

nessas duas outras províncias, a imprensa republicana fazia um esforço para conclamar os eleitores republicanos a votarem em “seu” partido. Isso é possível pela forte organização, expressividade e competitividade dos dois partidos nessas províncias. Como na Corte, o Partido Liberal era considerado, em geral, como o que mais se aproximava da pauta dos republicanos e, nesses dois casos, tornava-se, ao invés de um possível aliado, seu maior concorrente. Não por acaso, em uma disputa eleitoral, o PRP, no segundo escrutínio, chegaria a fazer uma aliança com os conservadores, com objetivo de conseguir vencer os liberais. Veremos essa questão mais detidamente no próximo capítulo.

Ainda sobre o posicionamento dos republicanos paulistas sobre a questão servil, em setembro de 1884, *A Província* publicou um editorial em que constava a transcrição de uma conferência realizada na cidade de Amparo, por Campos Salles, à época candidato republicano para deputado geral. Nesta conferência, Salles foi convidado a definir com clareza seu pensamento acerca do movimento abolicionista e do elemento servil. Ele inicia sua fala mencionando o *déficit* do orçamento do país, explicando que a “grave questão do elemento servil” surge justamente neste contexto de crise. Lamentando as “ambições estreitas de uma política acanhada” aponta que gostaria de

ver aí um campo neutro, em que todas as inteligências bem intencionadas pudessem colaborar em comum para uma solução que fizesse a felicidade da pátria. (...) Pede aos seus correligionários que estejam prevenidos para que não se deixem desorganizar a propósito de uma questão que, na frase de um denodado republicano, é apenas um incidente na vida social. O ponto de vista do partido é superior, ele visa horizontes mais vastos. O inimigo a combater é a monarquia; a sua aspiração é a república. O problema do elemento servil há de ter solução independente do concurso republicano.⁸⁷

Questionado diretamente sobre um assunto tão melindroso para os republicanos, Salles, assim como o partido, o evita. O foco é transferido para a situação política. A crise do escravismo é parte de um contexto de crise maior, a do regime monárquico. A monarquia é o grande problema a ser erradicado e esse devia ser o foco do Partido Republicano. A questão servil seria resolvida, ainda que quando ou como não se discutisse.

2.2 – Emancipação e federalismo: o caso do Ceará e do Amazonas

Antes mesmo da assinatura da Lei Áurea algumas províncias iniciaram um

⁸⁷ *A Província de S. Paulo*, 24 de setembro de 1884, p.1.

processo próprio para libertação dos escravos em seu território. Essa emancipação era feita via Assembleia Provincial, porém resultado de um conjunto de ações. A sanção da abolição do trabalho escravo no Ceará e Amazonas, as primeiras delas, feita pelos chefes de província apenas foi possível, uma vez que via de regra beirava a insubordinação, a partir de estratégias e coordenação de movimentos que envolviam diversas entidades antiescravistas brasileiras e no exterior.

Analisando a atuação dos abolicionistas nesta questão, Angela Alonso aponta que no início dos anos de 1880 optou-se por uma mudança de atuação destes grupos. Diante da dificuldade de negociação com o governo e a vagareza de conseguir o fim do trabalho escravo via parlamento, articulou-se a libertação de territórios. As grandes entidades pró-abolição se uniram sob título de Confederação Abolicionista, que iniciou uma ostensiva campanha que aliava comícios-concertos⁸⁸ com um movimento de rua que de porta em porta pregava a libertação voluntária dos escravos sem qualquer tipo de compensação. Essa tática se espalhou por diversas regiões do país, mas obteve grande sucesso em províncias que não dependiam unicamente do trabalho escravo, não tinham um forte movimento escravista e havia aliados políticos. Ceará e Amazonas preenchendo esses requisitos. Seus chefes de província aprovaram leis de aumento de impostos sob transação interprovincial de escravos, o que teve por resultado a queda do valor do escravo. Apesar de acusado de inconstitucionalidade, o projeto foi aprovado. Associado isto à tática da Confederação Abolicionista, município por município foi conquistando a libertação de seus escravos até o chefe de província declarar a abolição.⁸⁹

A boa conjunção dessas circunstâncias, porém, não eram suficientes. Os abolicionistas investiram numa campanha de publicização dos feitos nestas províncias não só a nível nacional, como internacional. Nabuco e Rebouças, que tinham contato com associações do mesmo tipo na Europa, enviavam notícias, reproduziam discursos, marcaram e participaram de comemorações. As províncias entraram em convulsão social. Estar longe o suficiente para que um deslocamento das forças armadas fosse feito de forma rápida também ajudou. O governo, sob chefia de Lafayette Pereira não se impôs. O imperador também não se pronunciou firmemente acerca da questão. A tática

⁸⁸ Os comícios-concertos eram reuniões em que aliados aos discursos abolicionistas haviam apresentações musicais ou culturais, com intensão de arrecadar dinheiro para um fundo de emancipação. Ver: ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas: o abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁸⁹ *Ibidem*.

encontrou sucesso, mas limitado. O movimento não conseguiu avançar para as províncias de maior dependência econômica da mão de obra escrava, mas foi importante para dar dimensão da força do abolicionismo e das províncias.⁹⁰ Esta ideia tornou-se muito cara aos republicanos que viam nas Assembleias Provinciais um instrumento ideal para abolição.

Estas conhecem os problemas, limitações e as possibilidades de realizarem sem grandes problemas a substituição da mão de obra. A atuação das assembleias provinciais seria ainda uma forma de combater a centralização, que para os republicanos era extremamente danosa para a sociedade. Muito vai se discutir acerca do papel desses órgãos políticos. A abolição será um ponto chave para isto, outro será o debate em torno do terceiro reinado, que veremos no capítulo a seguir. De toda a forma, talvez a forma de realizar o processo de libertação dos escravos de forma mais justa e tranquila possível fosse entregar a decisão às assembleias provinciais.⁹¹ Vale ainda mencionar, antes de abordarmos o tema que, apesar de se declararem livres da escravidão, muitas vezes essa liberdade era conquistada sob o efeito de cláusulas que mantinham o trabalho escravo por algum tempo como forma de indenização ou compensação pela perda da força de trabalho.

Quando da realização desses eventos no Ceará e Amazonas, primeiras províncias a se declararem livres do trabalho escravo, *O Paiz* ainda não estava em circulação, e apenas os outros dois jornais examinados, repercutem tais importantes eventos. Algumas cidades também seguiram o exemplo dessas províncias, como é o caso de Porto Alegre. Assim, diante dessas emancipações tanto *A Provincia de S. Paulo* quanto *A Federação* vão celebrar tais acontecimentos.

No jornal *A Federação*, em 25 de março de 1884, ainda que as grandes questões relacionadas ao movimento abolicionista tenham ocupado um espaço menor que no jornal do Rio de Janeiro e de São Paulo, elas também foram discutidas e comemoradas. Um dos primeiros episódios, como não poderia deixar de ser, foi a libertação dos escravos do Ceará. A este respeito o jornal publicou:

Um fato excepcional na história do país acabou de realizar-se ontem: uma província, pelo próprio esforço, pela iniciativa de seus filhos, acaba de declarar livres os seus últimos escravos.
Mesmo levando em conta que o Ceará houvesse exportado, durante aquela

⁹⁰ Angela. *Flores, Votos e Balas: o abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

⁹¹ RAMOS, Plínio de Abreu. *Partido Republicano Paulista*. Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011

enorme crise da seca, a flor de sua escravatura pro sul, onde foi vendida por preços vantajosíssimos, todavia não deixa de merecer o ato pelo qual se redime daquele crime das exportações em massa, que deu lugar à greve dos jangadeiros, um voto de louvor da imprensa republicana rio-grandense.

Mas, fique consignado na história da emancipação para honra de um filho do povo: o verdadeiro herói da emancipação cearense é o jangadeiro Nascimento, o primeiro que deu o grito de alarma contra aquele comércio desenfreado de carne humana!

Cessado o tráfico interprovincial, desenvolveu-se vertiginosamente no Ceará a propaganda abolicionista, cujos fins foram plenamente realizados ontem.

Na história da pátria brilhará doravante esta data como a de uma verdadeira glória nacional, fazendo antítese com o aniversário do juramento da carta que nos foi outorgada.⁹²

Se por um lado o jornal lembra a exportação em massa dos escravos do norte e nordeste para a região sul, destaca que, após a proibição do tráfico internacional, o esforço dos próprios “filhos” dessa província para concretizar a libertação dos escravos. Declarando como herói da emancipação o jangadeiro Nascimento, *A Federação* encerra a matéria com a exaltação do dia de 24 de março como o verdadeiro símbolo da glória nacional, em contraposição à data Constituição, em geral referida como uma Carta outorgada, sempre muito criticada pelos republicanos. Para *A Federação*, era vista como uma prova da usurpação do movimento de independência, como o fruto de um governo autoritário que, desrespeitando a Assembleia Constituinte, nos outorgou um conjunto de leis que nunca representou as aspirações do país.⁹³

Dando ênfase à questão abolicionista *A Federação* publica, em março de 1884: “Salvo a província do Ceará e a cidade do Rio de Janeiro, não há circunscrição do Império onde as alforrias a título gratuito se tenham mostrado proporcionalmente tão numerosas quanto no Rio Grande do Sul”.⁹⁴ A forma como o jornal trata da questão abolicionista está muito ligada à narrativa que constrói sobre a história daquela província e que convergiria para a aprovação do decreto que dava liberdade aos

⁹² *A Federação*, 25 de Março de 1884, p.1

⁹³ Em 31 de Março de 1884, o jornal em resposta à matéria de aniversário da Constituição publicada pelo *Brazil*, escreveu:

Todos sabem em que circunstancias foi concedida e jurada essa apaniguada constituição política.

A mais emperrada opinião monárquica tem de reconhecer nela o cunho de uma vontade despótica, que usurpou a soberania de nossa primeira assembleia nacional, que empregou gorça armada para dissolvê-la, que lançou no cárcere ou no exílio os legítimos representantes das aspirações da pátria.

(...) Pondo de parte o vício congênito, que valor político possui uma constituição diuturnamente violada pelos agentes do governo constituído?

Que solidez e que vigor podem ser criteriosamente atribuídos a uma constituição, cujas disposições anulam todas as liberdades diante de um supremo poder irresponsável, a cuja sombra a anarquia e o arbítrio predam criminosamente o país?

(...) Pois é do alto desse imenso absurdo que eles se condoem das nossas crenças e colhem vitoriosamente o fruto podre da deserção e do perjúrio!

⁹⁴ *A Federação*, 18 de Março de 1884, p.1

escravos da cidade de Porto Alegre. Como aponta Dihl,

Há um grande esforço n'A Federação em caracterizar a história sul-riograndense como a "história da liberdade", onde esse povo, livre por excelência, sempre teria se "batido vigorosamente pela liberdade contra todas as tiranias, sem vacilar jamais diante dos mais custosos sacrifícios". Qualidades assim justificavam a realização de grandes feitos, como foi, aos olhos do PRR, o decreto da emancipação dos cativos em Porto Alegre.⁹⁵

A libertação desses cativos ocorreu em 7 de Setembro de 1884, após as emancipações do Ceará e Amazonas. O jornal deu ampla cobertura, publicando uma série de textos em comemoração ao acontecimento. Vale ressaltar, porém, que tal emancipação se deu sob uma série de condições, em geral, pela prestação de serviços por prazos variáveis, entre um e cinco anos.⁹⁶

No caso de *A Provincia*, foi publicado o seguinte editorial, quando da libertação dos escravos na Amazonas:

Mais uma província libertou todos os escravos que se achavam no seu território, a do Amazonas; e fê-lo sem revoltas, sem tenaz oposição, sem ódios e no meio de festas e contentamento geral.

Que prova tudo isso? – Uma coisa que está saltando aos olhos e impondo-se aos espíritos: **a força da federação.**

As duas províncias, que eliminaram o escravo como fator econômico, conheciam as suas condições e entenderam que podiam afirmar uma fase gloriosa da transformação social.

(...) O partido republicano paulista deve, pois, acompanhar com alegria esse movimento que libertou o Ceará e Amazonas e que prepara a emancipação de outras.

A tentativa está feita; a experiencia, verificada.

E já agora nos parece que não há conter o movimento provincial.

(...) Parece-nos, portanto, que o programa do partido republicano de S. Paulo, relativo à emancipação dos escravos, é o mais prático e que envolve uma questão de grande alcance político para a transformação social: **pela abolição a cargo das províncias chegaremos à autonomia política e à descentralização administrativa sob a forma – Federação.**⁹⁷

Como podemos observar *A Provincia* celebra as libertações ocorridas no Amazonas, lembrando o ocorrido no Ceará. Mas mais do que exaltar o acontecimento, o jornal destaca a forma como elas se deram. Tanto o Ceará quanto o Amazonas declararam sua

⁹⁵ DIHL, Tuane Ludwig. *Plurais (in)visibilidades: representações republicanas sobre o negro (jornal A Federação – RS – 1884 – 1903)*. Dissertação de Mestrado. Unisinos, 2017.p.

⁹⁶ KROB, Bruna Emerin. Emancipação dos escravos e controle sobre trabalhadores libertos: os registros policiais da Cadeia Civil de Porto Alegre (1884-1888). In: *Revista AEDOS*. v. 7, n. 17, p. 144-168, Dez. 2015.

⁹⁷ *A Provincia de S. Paulo*, 25 de Julho de 1884, p.1. Grifo nosso.

emancipação via assembleias provinciais. Esta atitude causa um debate no parlamento porque políticos destacarão que não era da alçada provincial a discussão e a decisão acerca dessas questões. Apesar das críticas e contestações, as províncias receberam grande apoio da imprensa e mesmo de moções de louvor levantadas dentro do próprio parlamento. No caso da folha paulista, o destaque vai justamente para o acerto do posicionamento defendido pelo PRP, que deveria ser adotado por todos os republicanos do país.

Para os republicanos de São Paulo, aqueles que mais fortemente defendiam o princípio federativo, entregar às assembleias o poder de decidir a respeito da libertação dos escravos contornar problemas e alcançar objetivos. Primeiro: deixava a cargo das forças políticas locais uma decisão delicada que trazia grande desagrado a muitos fazendeiros que compunham o poder público no período. Segundo: permitia adiar a decretação da medida nacionalmente, até que houvesse “condições” para realização de tal empreitada. Terceiro: o partido fortalecia seu posicionamento a favor da descentralização do poder, aliando-o à defesa da abolição. Ou seja, essa era uma boa forma de apoiar o movimento abolicionista sem se comprometer diretamente com ele a nível nacional.

Uma grande discussão do período que vai permear também a historiografia é a relação entre os republicanos e o movimento abolicionista. Muitas serão as acusações de que os republicanos eram monarquistas insatisfeitos com a abolição, ou, antes disso, que este grupo não se posicionava diretamente acerca do assunto devido à existência de escravocratas em seu interior. É forçoso afirmar que, de fato, um posicionamento mais direto acerca da abolição da escravidão vindo do partido, só é estabelecido no Congresso de 1884. Ainda assim, diferentes setores do Partido Republicano já defendiam abertamente a abolição e apoiaram e lutaram pelas leis emancipacionistas.

De toda maneira, se a partir de 1884 a abolição da escravidão era defendida pelo Partido Republicano, o modo como ela se daria ainda estava em discussão. Esse debate vai se refletir nas folhas de *A Federação*, que em abril de 1884, ao transcrever uma matéria sobre a emancipação do Ceará, fez a seguinte introdução:

Os monárquicos são os mesmos em toda a parte.

(...) Diziam eles, então, dos republicanos paulistas o mesmo que os de cá dizem de nós:

Não existe partido republicano; há apenas um grupo insignificante de homens, sem ideias, sem prestígio, sem valor.

Os republicanos respondiam-lhes, elegendo deputados provinciais e constituindo a maioria das câmaras municipais.

Vencidos assim pela pujante evidencia do fato, não foi mais possível aos monárquicos de S. Paulo negarem a existência do partido republicano ali.

Então, iniciaram a sinistra campanha da difamação e da calúnia, sujeitando a propaganda republicana a toda a sorte de interpretações pérfidas, adulterando a conduta dos adversários por todos os modos.⁹⁸

Discutindo a situação de São Paulo e trazendo as críticas dos monarquistas ao Partido Republicano, *A Federação* destacava o espaço crescente que estava sendo conquistado e a necessidade de os monarquistas passarem a combatê-los com um novo argumento:

Sim, existe partido republicano, diziam eles; mas que republicanos? – Escravocratas, inimigos da liberdade.

Na mesma ocasião iniciava-se com ardor em S. Paulo a fecunda propaganda abolicionista.

(...) Em S. Paulo nenhum órgão do jornalismo discutiu com mais critério e competência o problema dos escravos do que *A Província de S. Paulo* e *A Gazeta de Campinas*, folhas republicanas; nenhum jornalista estudou o assunto sob um ponto de vista tão seguro e tão superior como fê-lo o laureado escritor dr. Rangel Pestana.

Como se não bastassem os pronunciamentos francos do partido, como se não bastassem os serviços prestados ao abolicionismo por uma propaganda calma, sensata e refletida, ainda coube aos deputados republicanos a honrosa iniciativa sobre o assunto na Assembleia Provincial, propondo medidas que facilitam a solução do problema.⁹⁹

A prática demonstra que as palavras eram falsas. Primeiro demonstrou-se a força do Partido, depois a atuação de seus membros na propaganda abolicionista. Nesta, destaca-se *A Província de S. Paulo*, com Rangel Pestana e *A Gazeta de Campinas*. O jornal resgata a atuação de parlamentares, os projetos por eles enviados, e o destaque na imprensa que tudo isso obteve para provar seu ponto.

Em 1884, *A Província de S. Paulo* tinha abraçado a causa abolicionista. Até então o posicionamento no jornal ainda era um tanto dúbio. De fato, Rangel Pestana e sua folha trabalharam arduamente na divulgação e propaganda da abolição e na discussão dos males dessa instituição no Brasil. Isso, porém, não apagava o fato de que um posicionamento anterior a este período sobre a abolição não era definido, justamente devido a uma vitória da orientação paulista.¹⁰⁰ O Partido Republicano era,

⁹⁸ *A Federação*, 10 de Abril de 1884, p.1

⁹⁹ *A Federação*, 10 de Abril de 1884, p.1

¹⁰⁰ BAKOS, Margaret (org). *Júlio de Castilhos Positivismo, abolição e república*. 1ª. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

indubitavelmente heterogêneo. Diferentes forças e grupos, não raro, entravam em conflito. Isto significa dizer que, ainda que seu editor fosse abolicionista, o jornal representava um grupo muito mais diverso. A importância das fazendas de café e, por isso mesmo, da mão de obra escrava era muito grande na região. Uma considerável parte dos republicanos paulista do período tinha alguma relação com as fazendas de café. Por fim, a opinião de Pestana não foi a vencedora nos congressos republicanos. Adotar uma postura sobre um tema ainda tão complicado para os republicanos no período era perder leitores e possíveis colaboradores. Era entrar em conflito com o partido.

Os Congressos Republicanos e a fundação de uma diretoria nacional foram essenciais para dar coesão e diretriz ao grupo. Assim como *O Paiz* e *A Província*, o jornal de Porto Alegre vai apresentar o abolicionismo como uma causa social nacional, mas, na verdade, vai acentuar que a monarquia, politicamente, nada havia feito de fato, e nada faria para o fim da escravidão. Bem ao contrário, suas iniciativas tinham por fim retardar a abolição, “simulando” uma adesão, em função do avanço do abolicionismo. Segundo *A Federação*,

O abolicionismo é uma causa social que triunfa finalmente neste país, sem a colaboração exclusiva de nenhum fator de ordem política e auxiliada principalmente pela força adquirida na sua gloriosa carreira e através das sociedades e dos tempos.

Se a causa não tem colaboração exclusiva de nenhum fator de ordem política, então ela também não deve estar ligada à monarquia.¹⁰¹

Continuando o artigo, a folha aponta que fraternizar com a monarquia na celebração da redenção dos escravos era iludir-se.

A monarquia, apesar do afã social não fez nada além de colocar obstáculos nos projetos de abolição. A escravidão era a base do regime monárquico, logo dependia deste para manter-se em funcionamento.

Durante largos anos ele a nutriu com o mais infame tráfico, provocando não só a indignação, mas a intervenção armada de nações estrangeiras.

Durante largos anos manteve-a cuidadosamente, disseminou-a no território nacional, criou enfim e multiplicou essa sórdida e indigna propriedade, destinada a hipotecar-lhe o apoio e a submissão dos proprietários.

Quando a negra instituição assumiu proporções colossais e avultou de novo aos olhos do mundo, como uma afronta à civilização hodierna, compreendeu a monarquia que era tempo de simular uma concessão e promulgou a lei de 28 de setembro de 1871, que até o presente não foi integralmente cumprida.

Finalmente, hoje que vê ruir a sua obra capital de defesa, sem forças para resguarda-la dos irresistíveis golpes que lhe desfecha o patriotismo nacional; **procura por um lado prolongar o *statu quo*, que lhe garante a adesão dos**

¹⁰¹ *A Federação*, 31 de Março de 1884, p.1

escravagistas, por outro estende a mão traidora aos libertadores e simula colaborar nos seus triunfos e na sua glória.¹⁰²

As leis emancipacionistas aprovadas no Brasil, além de simulação, respondiam à pressão de outros países e, certamente, ao crescimento do movimento, que não podia ser completamente ignorado. Prova disso seria o não cumprimento de leis, como a de 1831, que seguia sendo ignorada, e a de 1871, que não era aplicada como deveria. Os fundos de emancipação acabavam inflando os valores dos escravos libertos, e discussões sobre possíveis projetos abolicionistas eram adiadas ou rejeitadas. Nesse sentido, enganava-se quem creditava à monarquia as vitórias conseguidas pelos abolicionistas. Estas eram conquistadas unicamente pela força do próprio movimento que, cada vez mais, conseguia mobilizar a sociedade. A monarquia nunca iria, de bom grado, livrar-se do trabalho escravo, porque dele dependia umbilicalmente, segundo o jornal.

Essa argumentação politicamente orientada de *A Federação* apontava para outra questão. Se a monarquia estava tão ligada à escravidão, como poderia trabalhar para libertar-se do que a sustentava? Sendo assim, como os partidos monárquicos, liberal ou conservador, poderiam lutar para libertar o país daquela que era a condição de existência do regime que eles defendem? Se a luta desses grupos políticos era uma ilusão, uma fachada, o que restava fazer? A resposta dessa questão política era clara: havia o Partido Republicano, o único que podia se posicionar a favor da abolição sem contradição. Defender a abolição era, na verdade, defender o fim da monarquia, o que só o Partido Republicano estava apto a fazer.

Essa linha de atuação fica patente quando, em janeiro de 1886, em editorial sobre as eleições para Câmara dos Deputados, tratando da pauta do governo republicano, *A Federação* publica:

Achamo-nos na fase difícil do preparo da educação pública e da formação das opiniões. Faltaríamos à nossa grande missão reorganizadora e seríamos indignos portadores do vasto ideal republicano, se nivelando-nos com os bandos de solicitadores de votos e de corruptores da consciência do eleitor só cogitássemos de eleger candidatos mediante o abandono dos mais respeitáveis escrúpulos e através de todas as indignidades. (...) Demais, como já temos dito, dadas às condições acanhadas do nosso meio social, na eleição nós encontramos ocasião adequada para atuar sobre o espírito dos nossos concidadãos; ela proporciona ao eleitorado um conveniente ensejo para por em confronto as ideias e opiniões dos partidos que concorrem, confronto do qual ressalta, decisiva e brilhante a superioridade da nossa doutrina e das nossas aspirações. (...) O partido republicano é o único que neste 1º distrito

¹⁰² *A Federação*, 31 de Março de 1884, p.1. Grifo nosso.

apresenta candidato genuinamente abolicionista.¹⁰³

Como podemos observar a conclusão final a que a linha argumentativa conduzia, só podia ser uma: o partido republicano e seus candidatos eram os únicos genuinamente abolicionistas. A doutrina republicana se mostrava assim não só superior, como a única plenamente compatível com os ideais abolicionistas. O único que previa não só a libertação dos escravos do cativo como o fim do sistema que implantou e dependeu dessa mão de obra: a monarquia.

2.3 – O Projeto Dantas e a lei dos Sexagenários

Em 28 de setembro de 1885 foi aprovada, pelo Parlamento, a Lei n. 3. 270, que se tornou conhecida como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe. Inserida nesse longo e tenso debate sobre como se daria o fim da escravidão no Brasil, ela resultou de um projeto, datado de 1884, do ministro e Senador liberal Manuel Pinto de Sousa Dantas. Mas as reações na Câmara e no Senado, quando de sua apresentação, foram tantas e tão fortes, que o projeto demorou a ser votado, resultando sua redação final das negociações entre duas importantes lideranças do gabinete ministerial do Império: o liberal, Conselheiro Saraiva, e o conservador, Barão de Cotegipe.

A proposta original, conhecida como projeto Dantas, era um meio termo entre a abolição imediata sem indenização e um processo gradualista, que, nem por isso, deixou de produzir fortes reações dos escravocratas. Tratava-se de uma reforma, que propunha a libertação imediata e sem indenização dos escravos maiores de 60 anos, que constituíam, na época, apenas uma pequena parte da população escrava. As críticas que sofreu, revelavam aspectos interessantes das práticas dos proprietários de escravos. Entre elas estava o fato de muitas das matrículas de escravos serem feitas com datas forjadas para escapar de limitações legais e burocráticas. Como isso fazia com que a idade do escravo fosse aumentada, a lei poderia acabar libertando não só os escravos idosos como aqueles cuja idade fora alterada para mais, causando maiores prejuízos e ameaçando o plantel de escravos das zonas cafeeiras mais antigas. Além disso, um dos artigos do projeto previa reviver o Fundo de Emancipação, fixando preços máximos, por faixa etária dos escravos, para a compra de alforrias. Mais grave ainda, os alforriados pelo Fundo ficariam sob um protetorado, cogitando-se até a possibilidade de

¹⁰³ *A Federação*, 14 de Janeiro de 1886, p.1.

terras para que esses ex-escravos, agora livres, pudessem trabalhar.

O Projeto Dantas, apresentava um feixe de medidas mais amplo e controverso que libertar escravos idosos. Ela cancelava títulos de propriedade de escravos de meia-idade registrados como mais velhos; intervinha no mercado entre províncias; instituída um plano-piloto de pequenas propriedades e um “salário mínimo”¹⁰⁴ para libertos, além de estabelecer um prazo final de dezesseis anos para a escravidão, sem indenização.¹⁰⁵

Com relação a este projeto, *A Federação* deixa conhecer sua opinião por meio de editorial no dia 18 de Julho de 1884:

O plano que o sr. Dantas recebeu das mãos do dominador soberano, não satisfaz às definidas aspirações nacionais da atualidade.
(...) Isso, porém, não isola o governo dos aplausos do abolicionismo, porque se este não pode, e não deve satisfazer-se com as atuais medidas governativas, aplaude, todavia este fato assaz significativo:
O governo julgou do seu imperioso dever intervir na questão dos escravos para aplicar medidas que lhe facilitem a solução definitiva; finalmente após tantos desenganos, conta esta nefasta situação política um governo patriótico e providente.
Somos partidários convictos da abolição imediata.
Entretanto, não negamos os nossos aplausos ao governo pela atitude que vai assumindo em oposição à desvairada corte do escravagismo.¹⁰⁶

Ainda que criticando o imperador, ao chamá-lo de dominador soberano, que já impingira à sociedade brasileira tantos “desenganos”, o jornal aplaude o fato de o governo ter reconhecido, enfim, seu “dever” de intervir na questão servil. Esse era o significado do projeto Dantas, principalmente pelo que ele facilitava para uma solução definitiva da questão, real objetivo do movimento abolicionista. Se o projeto era acanhado e não satisfazia às aspirações abolicionistas, por outro lado era sinal de que, finalmente, o governo imperial compreendia que era necessário intervir na questão servil e o fazia, mesmo sabendo das críticas que receberia dos escravagistas. Considerado acanhado, porém definitivamente uma vitória do movimento abolicionista, as discussões no parlamento iriam demonstrar o embate de opiniões acerca do tema.

É considerando esse contexto que, dez dias depois, em 28 de Julho de 1884, o mesmo jornal publica um novo editorial, dessa vez criticando os grupos que se opunham à reforma e exortando o imperador a agir de forma a trazer glória ao país.

¹⁰⁴ No artigo 6, inciso IV do projeto Dantas, ficava negado ao liberto nos cinco primeiros anos de liberdade trabalhar gratuitamente ou por salário ilusório, devendo então haver um mínimo estipulado para o salário. Ver: ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas: o abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 408, nota 13.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 244.

¹⁰⁶ *A Federação*, 18 de Julho de 1884, p.1.

Assim, decorridos treze longos anos, s.m. retoma a obra encetada em 1871. Agora, como então, a luta se mostra ameaçadora e inexorável. O escravagismo alarma-se, e, desvairado pela paixão do interesse mal seguro, chama a postos os desconcertados combatentes e organiza-se em sinistra linha de batalha. Chega a ocasião solene de ser posta à prova decisiva a valentia moral de s.m. e suas qualidades de homem de estado e patriota. (...) o que prefere s. m.: comprometer o seu trono porque reivindica para a liberdade uma raça imoralmente escravizada e serve à sua pátria; ou pô-lo em perigo para não prejudicar os senhores de escravos? Não há vacilar na escolha. A honra da pátria e a gloria de libertador deverão inspirar o sr. d. Pedro II.¹⁰⁷

Posicionar-se a favor do projeto era arriscar o trono em função dos rompimentos que poderia provocar no interior da classe política; porém, apoiar os senhores de escravos, rejeitando o projeto, era também arriscar o trono, uma vez que a abolição já era uma aspiração nacional, o que as pressões do movimento abolicionista deixavam claro. Neste sentido, se o regime estava comprometido de qualquer forma, como decidir qual caminho seguir? Para o jornal, o imperador só poderia optar pelo que elevasse a glória e honra da pátria. Ou seja, o apoio ao projeto Dantas não era uma escolha, era uma imposição política, que a força do abolicionismo demonstrava.

Já o jornal paulista, *A Província*, quando começam a surgir as primeiras notícias acerca de um projeto sobre o elemento servil, o projeto Dantas, destaca que este foi discutido com o imperador antes de ser apresentado ao parlamento e, por isso, era provável que encontrasse grande adesão, ainda que houvessem questionamentos acerca de um ou outro tópico.

Não nos resta dúvida de que a vitória será do sr. Dantas: o abolicionismo irá por diante.
(...) Em pouco tempo não haverá mais escravos no Brasil; o imperador assim o quer e os partidos, divididos e impotentes para lutar, hão de receber dele a direção.
(...) Não errará, pois, quem estiver de sobreaviso para aceitar este fato: dentro de poucos anos a escravidão estará extinta.
O século XX não encontrará escravos no Brasil.
Ainda bem! A República será uma fórmula mais perfeita.¹⁰⁸

O trecho acima deixa clara uma importante avaliação dos republicanos paulistas, em julho de 1884: os primeiros passos, bem como o restante do processo, para se resolver a situação do elemento servil no Brasil estavam sendo dados pela Monarquia. Para o novo projeto, o apoio do imperador – que em regime de “poder pessoal” e em

¹⁰⁷ *A Federação*, 28 de Julho de 1884, p.1.

¹⁰⁸ *A Província de S. Paulo*, 17 de Julho de 1884, p.1.

momento de clivagens partidárias – era decisivo, tornando-se o guia do debate. Essa era a informação corrente no período em que o gabinete Dantas havia sido convocado, com o propósito específico de enfrentar essa questão que se tornava cada vez mais dramática na sociedade imperial. Isso, porém, levava a outra situação: como lidar com um processo abolicionista liderado pela monarquia que, ao mesmo tempo em que desoneraria os republicanos dos melindres de debater como seria feita a abolição, com os problemas inerentes a ela; aumentaria a popularidade do regime imperial, que ficava com o trunfo de ter libertado os escravos?

Para o encaminhamento desse problema, é interessante voltar ao Conferência de 20 de Setembro de 1884, no qual Campos Salles, em seu discurso, também se posiciona sobre o projeto, vendo-o sob a ótica republicana, o que evidencia a emergência de novos debates sobre novas temáticas. Tanto que, segundo *A Província*,

Na opinião do orador o projeto não é mau pelo que ele contém, mas pelo que ele deixa de conter. A questão oferece dois aspectos, a emancipação e a substituição; no entanto o plano do governo cogita somente da primeira, preterindo completa e formalmente a segunda.¹⁰⁹

Mais a frente, Salles aponta as críticas que incidem sobre o projeto, por parte dos lavradores que, sendo escravocratas, concentram-se, majoritariamente, em que como se faria a indenização, ou seja, no quanto receberiam pelos escravos que seriam libertados. Uma questão complexa e que se desdobrava:

O orador quer também a indenização, mas por outra forma; menos direta, porém, muito mais real. Ao preço do inválido sexagenário, que é nulo, prefere os meios da substituição. É este o ponto em que cumpre aditar o plano do projeto. Ao lado dele devem ser decretados auxílios pecuniários ao imigrante, de tal modo que ele possa chegar ao ponto de colocação na lavoura, sem dívida. (...) é necessário atraí-lo com uma legislação acomodada às suas justas exigências.¹¹⁰

É bom lembrar, considerando-se o tipo de abordagem, que o próprio Campos Salles era um proprietário terras e que a base do PRP era formada por muitos lavradores. Salles e o PRP declaravam seu apoio ao projeto Dantas, mas não sem críticas que ressoavam os receios da classe de donos de terras e escravos que representavam e para a qual, a questão da indenização não era algo voltado ao valor monetário do liberto, sendo inseparável da discussão sobre a substituição da mão de

¹⁰⁹ *A Província de S. Paulo*, 24 de Setembro de 1884, p.1.

¹¹⁰ *A Província de S. Paulo*, 24 de Setembro de 1884, p.1

obra escrava. Se o PRP era contra a indenização do escravo propriamente dito, fazia isso porque entendia que uma nova legislação era necessária, centrando-se no incentivo à criação de meios para atrair imigrantes para o país. Dessa forma, o foco e a preocupação com a questão servil deixam de ser o escravo e suas condições de vida e trabalho, particularmente no pós-abolição. Tudo isso se desloca, passando a se centrar nos problemas que encarassem as formas de manutenção do bom funcionamento da lavoura, o que demandaria outros tipos de trabalhadores não mais escravos. Nesse sentido, a imigração passa a ser um assunto fundamental, a ser levantando e debatido, enquanto a questão dos ex-escravos – já que a abolição certamente viria – vai sendo afastada da pauta política dos republicanos paulistas.

O Paiz também apoiou a reforma Dantas. Diante da proficuidade da temática no jornal carioca, vamos nos ater principalmente ao exame dos editoriais e artigos que ganharam maior espaço em suas páginas. Já em uma de suas primeiras edições, em Outubro de 1884, *O Paiz* publicou:

a ideia [aboliconista] cresce, e caminha. Cuidava-se, a princípio, que “a grita e a especulação não passariam da corte”, vivendo apenas a vida “da palestra dos cafés.” Ao revéz, porém, dessas justas previsões, **o movimento libertador muda rapidamente a face moral e política do país.** Redime-se o Ceará, redime-se o Amazonas. O Rio Grande segue-lhes a esteira. Goiás agita-se no mesmo sentido. O Paraná desperta sob o influxo do mesmo pensamento. **Os amigos do *status quo* reivindicam os foros de emancipadores, não deixando aos adeptos da reforma senão o título de abolicionistas.** Os tribunais, o governo, a coroa são arguidos da eiva desse contato incoercível. Isso apesar da propaganda, dos vícios, das corrupções, dos crimes, que se lhe imputam! (...) Essa propagação miraculosa da ideia libertadora, a despeito dos seus entusiastas, dos seus defensores profissionais, dos que a entibiam, persuadidos de servi-la, denuncia uma força extraordinária, superior, irresistível.

Essa força não pode ser senão a vontade nacional.¹¹¹

Como podemos observar, uma das primeiras preocupações do jornal recém-inaugurado foi mostrar como o “movimento libertador” crescia rapidamente, não só no Rio de Janeiro, como em todo país. Apesar de todos os problemas que enfrentava “a ideia libertadora”, “miraculosamente” ganhava cada vez mais adeptos, fato que mostrava que sua força “não era senão a vontade nacional”. Ainda no ano de 1884, em Dezembro, o jornal discutia a imensa resistência às ideias abolicionistas existente na província do Rio de Janeiro. Para o articulista:

¹¹¹ *O Paiz*, 3 de Outubro de 1884, p.1. Grifo nosso

A província do Rio de Janeiro é franca e não usa de rodeios: ela não quer que se toque na escravidão (a não ser para *lincha-la...*), ela não admite que se pense na substituição do trabalho, senão quando tiver a mão da morte suprimido o último negro; ela não pode, por conseguinte, aceitar qualquer colaboração legal, que adiante a hora em que deve aparecer o que ela considera o vazio aberto na lavoura, a bancarrota pública e privada.

Se, portanto, depois de todas as demonstrações que tem dado, no parlamento, na imprensa, nos clubes e palestras íntimas, viessem dizer-nos que a província do Rio de Janeiro, em ocasião solene como esta, havia eleito meia dúzia de abolicionista para representa-la, tínhamos o direito de acreditar em violências feitas às urnas, em fraudes escandalosas no pleito, na sofisticação do voto, e na verdade de outros diplomas clandestinos, porque faltava significado ao produto do sufrágio, e a criatura desmentiria completamente o criador.

A lógica obriga, e a verdade não pode ser oculta por meio de artifício.¹¹²

Se, por um lado, o jornal aponta para o crescimento da causa abolicionista, ele também não se faz cego às dificuldades da penetração da ideia. Para *O Paiz* existia uma diferença entre a Corte e o restante da província do Rio de Janeiro, que era formada principalmente por grandes fazendas cafeeiras que defendiam a escravidão. Em 6 de Janeiro de 1885 o jornal apontava:

Assim, pois, a corte é pela Abolição.

O cérebro do Império aceita o projeto ministerial.

A mais qualificada circunscrição territorial, anexa à província do Rio de Janeiro, está em perfeito desacordo com os clubes rurais da mesma província. O eleitor carioca rompe com o eleitor fluminense, mau grado o traço de união que prende o café do comissário ao café do fazendeiro!

A corte não se aterroriza com o projeto ministerial; quer acabar com a escravidão, prosseguindo na série de medidas de que se tornou preliminar aquele projeto.¹¹³

O projeto antiescravista de Dantas era a questão do momento. E *O Paiz* mostrou-se sempre favorável à sua realização. A Abolição era, como foi dito, uma bandeira nacional e suprapartidária, o que significava que o jornal, ao defender o projeto, não se posicionava partidariamente, mas nacional e eticamente. Liberais e conservadores deveriam estar preocupados com a realização de quaisquer iniciativas que conduzissem ao fim da escravidão, porque ignorá-las poderia levar, inclusive, a seu próprio esfacelamento. Sobre isto o jornal apontava, em Fevereiro de 1885:

Repetimos que a questão servil não pode ser afastada dos ajustes de paz.

Essa questão é hoje um reclamo nacional e não deve prescindir dele nenhum dos partidos que estão representados no parlamento.

Mais fácil será o esfacelamento de todos eles, o viver alternado de liberais ou conservadores, como um troço de dissidentes a protestar, do que a coesão

¹¹² *O Paiz*, 24 de Dezembro de 1884, p.1

¹¹³ *O Paiz*, 06 de Janeiro de 1885, p.1

completa dos partidos pela renúncia em absoluto da ideia emancipadora.
(...) Os republicanos de hoje são os primeiros em derrocar a abominável instituição do cativo; com eles não se poderão incorporar os que ainda sonham com o *statu quo*.
Façam as combinações que quiserem. Tanto o partido liberal como o conservador: a questão servil há de ser o eixo de todas essas combinações.¹¹⁴

A abolição era apresentada como um ponto de grande importância para a política imperial, sendo seu não enfrentamento capaz de destruir os próprios partidos monárquicos. Desta preocupação, porém, estavam isentos os republicanos, que eram os primeiros a querer o fim do cativo e, por extensão, não poderiam ter entre seus partidários aqueles que desejassem a manutenção do regime escravista. Ainda que *en passant*, o quadro que o jornal faz do Partido Republicano, a partir de suas próprias ideias sobre o que representava a abolição, é o de um agrupamento político que defendia ideias liberais e era radicalmente contra a manutenção do *status quo* representado pela escravidão.

Outro ponto importante é que a partir desses jornais republicanos vemos também a construção de uma diferenciação entre os participantes do movimento abolicionista. Nesse sentido, não importa tanto, ao menos em princípio, se a posição é pró-abolição imediata, gradual, irrestrita ou com indenização. O execrável é ser escravista.

Esse tipo de discurso, que vai se tornando uma diretriz do Partido Republicano nacionalmente, também pode ser observado em outro tipo de documento: os manifestos elaborados por grupos republicanos de várias províncias. Sobretudo, quando eles confrontados com o Manifesto de 1870, que marca a fundação do Partido Republicano.

O que a literatura que trata do tema vinha apontando e reforçando era a ausência do enfrentamento da questão servil. Posteriormente, ainda que manifestos regionais ou alguns candidatos republicanos incluíssem a Abolição em seus planos, o centro nacional do partido nunca emitiu uma indicação direta acerca de um posicionamento dos republicanos contra a escravidão. Contudo, em pesquisa recente, Claudia Viscardi, retomando o movimento republicano a partir do estudo dos manifestos publicados pela imprensa, observou que, para além do discurso explícito nele presente, o que estava implícito era também muito importante. Para tanto, ela propõe uma análise mais atenta do manifesto, que permita

identificar o que se encontra implícito ou subentendido nas escolhas do autor ao referenciar um fato passado, ao dialogar com um filósofo ou com um

¹¹⁴ *O Paiz*, 28 de Fevereiro de 1885, p.1

personagem de nossa história. Através da análise de tais escolhas, do significado dos conceitos inseridos nos textos e das figuras de linguagem trazidas para o discurso, torna-se possível identificar as intenções dos autores dos manifestos.¹¹⁵

Assim, para a autora, apesar de o movimento republicano ter sido muitas vezes considerado omissivo em relação a questões polêmicas do período – como a Abolição e laicização do Estado –, tal posicionamento precisa ser melhor examinado, tendo justificativa e fazendo parte de uma lógica política, que se relacionava com o momento preciso de divulgação de cada um dos manifestos. Ou seja, para conquistar o maior número de simpatizantes para a causa republicana, a questão servil foi tratada de forma variada, mais ou menos evidente, mais ou menos radical, conforme a situação política do momento permitia. Dessa forma, examinando o Manifesto de 1870, observa, entre outros indícios, que, dos 18 políticos mencionados no texto, 15 tinham alguma ligação com o movimento abolicionista. Sendo assim, ela levanta “a hipótese de que esta escolha não tinha sido aleatória, mas subliminarmente seus autores – não necessariamente seus signatários – tinham a intenção de se vincular ao projeto abolicionista”¹¹⁶. Entretanto, se em 1870 existia a intenção de o manifesto não vincular diretamente o republicanismo ao projeto abolicionista, durante a década de 1880 esse cuidado vai deixar de ser necessário ou proveitoso. O Manifesto do Partido Republicano Pará, também analisado por Viscardi, publicado em 1886 apresentava um discurso muito mais crítico e revolucionário. Segundo a autora, houve uma

transmutação em um projeto revolucionário em 1886. As críticas ao Imperador e ao regime monárquico, leves no manifesto de 70, tornaram-se ácidas no manifesto dos paraenses. A questão servil, subliminarmente inserida no texto de 70, aparece explícita no ano de 1886.¹¹⁷

No caso do jornal *O Paiz*, podemos aventar, reforçando essa tese, que já não havia maiores problema em estabelecer ligações explícitas entre republicanos e abolicionistas. Dessa forma, retornando a questão do projeto Dantas, em março de 1885 - momento em que o ministério sob sua liderança estava chegando ao fim -,¹¹⁸ o periódico declara sua posição de maneira pragmática, mas muito clara:

¹¹⁵ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *As muitas faces da República: o ideal republicano e a montagem do federalismo oligárquico (1870 – 1902)*. Tese (Professor Titular em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. 2015. p. 17

¹¹⁶ *Ibidem*, p.36

¹¹⁷ *Ibidem*, p.59

¹¹⁸ Dantas foi presidente do Conselho de ministros de Junho de 1884 a Maio de 1885.

Boas ou insuficientes as ideias que oferece para a discussão, aceitamo-las todas com interesse, porque essa salutar agitação é um sintoma de que não é precipitado esse governo que, ante o magno problema, não quer parar e nem retroceder.¹¹⁹

Como podemos observar no trecho acima, *O Paiz* declarava compartilhar das ideias de emancipação em debate, mesmo considerando sua limitação, uma vez eram um sintoma da necessidade, nada precipitada, de o governo enfrentar o “magno problema”. Alguns dias depois dessa notícia, ainda em março, o jornal retorna o assunto:

Neste programa, convém repeti-lo, é que está a vida do ministério. (...) Sem nos prendermos à própria fórmula do seu projeto, só consideramos necessária a sua existência por ser necessária a ideia que lhe serve de programa. A câmara, aderindo ao programa do ministério Dantas exprimirá a vontade *legal* da nação; a câmara, divorciada desse programa, criará uma situação arriscada e temerosa, no meio da qual a nação talvez ache insuficientes os meios legais para exprimir sua vontade. Dado o regime eleitoral vigente, bom é lembrar – para explicar melhor o nosso pensamento, a nação real, a que *pode querer e resolver*, só tem para manifestar-se *legalmente* o órgão insuficientíssimo de uma restrita minoria eleitoral. O divórcio estabelecido entre esses dois elementos pode ser – a revolução.¹²⁰

Ou seja, assim como já apontara *A Federação*, mais importante que a fórmula do projeto Dantas era a sua existência, razão da própria “vida” do ministério. O projeto abolicionista, nesse contexto, passava a ser considerado, nada mais nada menos, que a expressão da vontade *legal* da nação. Por isso, em tom um tanto ameaçador, *O Paiz* adverte à Câmara que, em caso de divórcio desse programa, a nação *real* poderia optar pela “revolução”. Um povo que não se sentisse representado, na falta de meios legais para agir, poderia ser levado a se manifestar de forma radical, causando uma ruptura com o governo imperial. E o que seria essa ruptura, essa revolução, a que esse jornal se referia como alternativa à população? No contexto político do debate e nas páginas desse jornal, com toda propriedade, seria o advento da república.

Outro ponto de grande importância, ao qual *O Paiz* vai constantemente retornar, é o fato de que o fim da escravidão ser, por definição, um ideal ligado ao liberalismo. Sendo assim, uma das grandes críticas de *O Paiz* era a existência de políticos ligados ao Partido Liberal e, portanto, às ideias liberais, que não apoiavam o projeto Dantas.

¹¹⁹ *O Paiz*, 01 de Março de 1885, p.1

¹²⁰ *O Paiz*, 09 de Março de 1885, p.1. Grifos do original

Parece que o núcleo principal dos escravagistas está no partido conservador. Isto é lógico e natural. Os conservadores, em geral, são dados a conservar o que existe, bom ou mau, justo ou injusto. Contudo... não perdemos a esperança de ver alguns distintos membros do partido conservador seguirem as gloriosas tradições de Paranhos. O que é difícil compreender é que haja homens que se dizem liberais e que entretanto mostram-se aferrados ao regime da escravidão!¹²¹

Que os conservadores fossem escravagistas era passível de entender. Mas haver liberais que defendiam o regime servil era considerado uma contradição inexplicável. E o jornal vai insistir diversas vezes nesta ideia, convocando os liberais a formarem ao lado do abolicionismo. Porém, tendo os liberais ignorado a necessidade de formar com o projeto abolicionista, *O Paiz* vai aplaudir o fato de alguns conservadores declararem que levarão à frente essa discussão e, ao menos no tocante ao projeto abolicionista, apoiarão os conservadores, sem perder a cautela. Elogiam o ministério por decidir conduzir a questão, mas, conforme vai ficando claro que o projeto não sairia do papel, voltam a criticar a demora e a recusa de dos políticos em sancionar aquilo que já seria desejo da nação. A aprovação da lei finalmente sai em Setembro de 1885. Após incontáveis negociações, o resultado deste debate era uma lei ainda mais restrita do que o que primeiramente foi imaginado.

O número publicado logo após a aprovação da lei dos sexagenários, não se encontra disponível para consulta, mas é fácil imaginar que a medida foi recebida com aprovação. Houve ainda uma preocupação com a situação dos negros libertos pela lei e para o cumprimento das disposições legais sob pena de possível fuga em massa dos sexagenários.

Aqueles que já atingiram os 65 anos devem ir para o meio da rua (...) Se amanhã os velhotes forem postos no meio da rua (como estão fazendo alguns filantropos de Niterói) é preciso que os míseros tenham com que matar a fome nos primeiros dias, enquanto não arranjam trabalho remunerado. Imaginemos, porém, que nem o governo se confessa devedor dos manumitidos pela lei n. 3.270, e nem lhes dá *habeas-corpus*: acontecerá talvez a fuga de muitos, e a fundação de alguns quilombos de sexagenários. O nobre ministro da justiça mandará varejar esses quilombos e aplicará multa de um conto de réis aos acoitadores daquelas pessoas livres e que são indevidamente *mantidas* em cativeiro?¹²²

Após a sanção da lei, a discussão girou em torno de sua execução, pois, era dado um prazo para realização de nova matrícula. Após a Lei do Ventre Livre de 1871,

¹²¹ *O Paiz*, 06 de Março de 1885, p.1

¹²² *O Paiz*, 13 de Outubro de 1885, p.1

ficaram obrigados os senhores de escravos a fazer uma matrícula de todos os escravos que possuíam de acordo com o município, especificando nome, gênero, filiação, cor (pardo/negro) idade, estado civil, aptidão para o trabalho, função, número de familiares, nome do senhor e quaisquer outras informações cabíveis.

Escravos com 60 anos precisariam trabalhar mais três anos antes de serem libertos; já os maiores de 65 eram considerados livres sem nenhuma condição. A realização da nova matrícula acabou gerando problemas, além de atrasar todo o processo de libertação. Devido a essas questões o ministro da Agricultura publicou uma circular regulando o funcionamento da lei e considerando para seus efeitos a matrícula já existente. Transcrevendo a circular, *O Paiz* comentou:

Evidentemente agora não poderá mais ninguém chicanar sobre a inteligência da lei, e cai por terra a evasiva de que somente será conhecida oficialmente a idade do escravo depois de terminada a nova revisão. A circular determina que sirva para todos os efeitos a inscrição da matrícula atual.¹²³

A lei dos Sexagenários não saiu como inicialmente esperada. Foi promulgada no gabinete conservador, e não, como se esperava no liberal do próprio Dantas. O projeto inicial, que havia causado tantos conflitos por causa dos avanços sociais que trazia também perdeu-se. A lei aprovada encolheu. Os pontos mais críticos foram retirados. Ainda assim, sua execução foi lenta e conturbada.

2.4 – O republicanismismo ante a escalada do movimento abolicionista

O ano de 1884, sem dúvida, marca um momento crucial no avanço do movimento abolicionista, com o debate sobre o projeto Dantas. Em todas as províncias ficava cada vez mais claro que, como previa Rangel Pestana, o Brasil do século XX não teria mais escravos. O ritmo da marcha abolicionista se acelerara na década de 80. A aprovação da Lei dos Sexagenários em 1885, como uma versão “enxuta” do projeto apresentado originalmente ao Parlamento, não satisfaz os interesses e os anseios dos dos Abolicionistas, neles inclusos os republicanos que, justamente nesse momento, decidem assumir como diretriz partidária, o apoio, de uma vez por todas, à causa do fim da escravidão..

Em 1887 assiste-se a uma nova aceleração do ritmo do movimento abolicionista. Cada vez mais, cartas de alforrias são compradas, o número de libertações individuais

¹²³ *O Paiz*, 26 de Dezembro de 1885, p.1

crece e revoltas e fugas de escravos se tornam mais frequentes. É neste contexto que, em novembro deste ano, *A Província* publica um editorial intitulado, “O tempo voa”, no qual faz um balanço das alterações profundas vividas em diversos setores da sociedade brasileira, nele incluindo, inclusive, a própria atuação dos escravos:

Não há tempo há perder. A questão do *elemento servil* que anda na baila desde 1864, crescendo sempre a agitação no sentido do abolicionismo e servindo muitas vezes de arma perigosa nas lutas partidárias, mudou completamente de face; hoje apresenta-se muito diversamente do que era, rolando nos debates da imprensa, da tribuna parlamentar e das reuniões populares; passou das regiões do sentimentalismo retórico, dos cálculos políticos dos estadistas, das intrigas de cabalistas eleitorais e está sendo discutida nos cafezais, nos *quadrados*, nas tabernas e nos ajuntamentos dos mais interessados em vê-la terminada. Os escravos já tem opinião e não arreceiam de emiti-la como quem discute o seu negócio e chegam a formular condições para um novo *modus vivendi*.

(...) A disposição de animo da maioria dos fazendeiros nos parece prestar-se a uma solução pronta. Muitos encaram a coisa com calma, sem irritação e até mesmo cobrem com um sorriso de satisfação o prejuízo que possam ter. Bem poucos se assustam com o movimento triunfante do abolicionismo.¹²⁴

Como podemos observar, o autor (não identificado) inicia sua avaliação deixando clara a inevitabilidade da macha em direção à abolição. A seu ver, a questão saíra das páginas dos jornais e do Parlamento, para chegar às ruas, com os comícios, e às fazendas, nas quais “os escravos já têm opinião” e os fazendeiros encaram o movimento abolicionista com calma. Ainda comentando este fato, destacava o jornal

É o resultado da compreensão mais ou menos perfeita da solução do problema – libertação dos escravos e reorganização do trabalho, da facilidade que há em seu obterem trabalhadores livres e do reconhecimento das vantagens de emprega-los.

(...) Um fato mais, e importante, concorre para preparar os espíritos a fim de verem com tranquilidade a solução abolicionista – a animação que reina em virtude da alta do café nestes últimos tempos e esperança de que ele se conserve nos mercados por bom preço.

(...) Esta província era sempre citada entre aquelas que menos aptas se achavam ara abolição.

Entretanto, hoje, ocupa um dos primeiros lugares entre as que mais se adiantam.

Quando aplaudimos a libertação do Ceará, dizíamos que o fato ali era determinado por condições econômicas que o tornavam conveniente e útil e sustentávamos que na província de S. Paulo, dadas certas condições também econômicas que já se anunciavam, o mesmo fato reapareceria.

(...) Se de direito estamos presos ao mecanismo do império centralizado e não podemos quebrar os moldes da uniformidade na legislação, todavia podemos reagir contra isso, colocando-nos pelo acordo das deliberações fora da ação deste mecanismo.

(...) De fato assiste-nos o direito de nos libertarmos da escravidão concedendo a liberdade aos cativos e transformando-os em trabalhadores

¹²⁴ *A Província de S. Paulo*, 12 de novembro de 1887.

Dessa forma, o diagnóstico do jornal era claro: a abolição em São Paulo estava sendo encaminhada porque a província estava economicamente apta para dar esse passo. Como mencionamos, a imprensa republicana, incluindo *A Província*, defendia que a realização da abolição fosse entregue às províncias, cabendo a cada uma decidir se ela era possível; se fosse possível fazê-la, ela devia ser feita. Mas como o privilégio das assembleias provinciais não fora reconhecido pelo governo monárquico, São Paulo deveria seguir o exemplo de Ceará e do Amazonas que, por conta própria, haviam concedido a liberdade dos cativos.

O posicionamento do jornal deixa evidente que, para a tomada de tal decisão, a situação econômica de cada província era o fator decisivo. Quer dizer, a expansão do movimento abolicionista se beneficiava de condições específicas a cada província, razão que explicava porque São Paulo de província resistente à causa havia se transformado em sua defensora.

No decorrer do ano de 1887, próprio Partido Republicano, de modo geral, já apoiava manifestações para a libertação de escravos e via a campanha pela abolição como chegando ao fim. O prazo máximo previsto pelos republicanos para resolver a questão era o ano de 1890. Afloravam no país as discussões sobre uma possível lei para finalizar o processo. O Exército se posicionava contra sua atuação na caça à escravos fugidos, dizendo que não seria mais “capitão do mato”. A queda do gabinete Saraiva-Cotegipe e a convocação de um novo ministério, presidido pelo conservador João Alfredo, em março de 1888, deu início a uma onda de boatos sobre quais seriam os termos desse novo e definitivo projeto de abolição.

Publicando as notícias veiculadas por *O Paiz* acerca das possíveis alternativas de projetos de abolição, *A Província de S. Paulo*, enquanto aguardava o desenrolar desse debate, abriu suas páginas para outra questão. Trata-se da conhecida querela travada entre José do Patrocínio e os republicanos às vésperas da aprovação da Lei Áurea. Os ataques do grande líder abolicionista ao Partido Republicano nas colunas da *Cidade do Rio* eram frequentes e agressivos. *A Província*, ao responder às críticas de que os republicanos eram negreiros e escravistas, recorda aos leitores não só a atuação do partido e da imprensa republicana como destaca as falas do próprio Patrocínio enquanto ainda pertencia ao Partido Republicano.

¹²⁵ *A Província de S. Paulo*, 12 de novembro de 1887, p.1

Desde 1873 que nos manifestamos e fazemos empenho em solver a questão [da abolição]; e cada vez que mais intensamente ela se agitou, a nossa voz tem-se achado à vanguarda dos combatentes; enquanto, até ontem, pode dizer-se assim, os ministros da idolatria do sr. Patrocínio combatiam ferozmente o abolicionismo e as reformas que o concretizavam.

(...) Que mais inequívocas provas podem ser dadas em abono do nosso radicalismo abolicionista, do que o procedimento dos republicanos iniciando a propaganda da libertação imediata e incondicional, contra a opinião do sr. Prado, no Congresso de fazendeiros, e tornando-a fato na pratica de libertações em massa?!

Que mais pode ser feito no terreno prático do que isso e a consecução da lei que impunha 400\$ sobre cada escravo da província, lei que teria já libertado S. Paulo, se não lhe fora negada sanção pelo delegado do gabinete atual, com aplausos do sr. Prado, segundo declarou o *Correio Paulistano*?!

Mais provas do que essas, do que a conduta da imprensa republicana em toda a província, cremos ser impossível reclamar.¹²⁶

É preciso reconhecer que, ainda que muitas vezes não só a imprensa republicana como o Partido Republicano tenham se desviado das questões mais frontais acerca da abolição, os jornais aqui estudados: *O Paiz*, *A Federação e A Provincia*, mostraram seu apoio à causa, inclusive, com variados níveis de inserção no próprio movimento abolicionista. Defenderam a ampliação dos poderes das Assembleias Provinciais para que pudessem proclamar a abolição, fizeram parte de clubes abolicionistas; inseriram a abolição em algumas de suas plataformas eleitorais; saudaram as libertações realizadas por indivíduos e grupos etc. Estiveram também presentes em comícios, conferências, ainda que, partidariamente, tenham sempre frisado que o objetivo maior do partido era o fim da monarquia. No caso paulista, vale lembrar, que os deputados republicanos¹²⁷, em 1887, enviaram um projeto de lei para impor um imposto sobre os escravos, com intuito de forçar libertações. Esse projeto foi barrado.

O ano do centenário da Revolução Francesa, 1889, era uma data simbólica para muitos abolicionistas. Ainda que não se mencionasse uma forma para conseguir a Abolição imediata - caso a Câmara não colaborasse aprovando medidas que acabassem com o regime servil - esse ano era visto como uma espécie de data limite para a existência da escravidão no Brasil, único país no mundo que resistia à sua extinção definitiva. Comemorar 100 anos de uma revolução que se fez em nome da liberdade, igualdade e fraternidade, convivendo legalmente com escravos, era um escárnio, uma vergonha intolerável para os republicanos e os abolicionistas.

¹²⁶ *A Provincia de S. Paulo*, 9 de Maio de 1888, p.1

¹²⁷ Em 1887, para Assembleia Legislativa de São Paulo foram eleitos: Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Campos Sales e Martinho Prado Júnior.

Tanto que, em 2 de janeiro de 1888, começam a circular notícias relativas a um possível projeto de abolição completa da escravidão. Na seção, “Tópicos do dia”, na primeira página de *O Paiz*, sai publicado:

Tudo nos leva a crer que o negregado [sic] 1887 será ano único nos anais negreiros.

Digamos antes, que ele foi o *ultimo* ano do escravismo.

(...) Até que enfim estamos naquele ANO QUE VEM, espantallo parlamentar que tantas vezes foi invocado como uma arma pelos chefes da dissidência conservadora, os herdeiros presuntivos da situação do ano passado!

(...) Este ano, como o de 1871, será memorável para o cativoiro.

Em 1871, o visconde do Rio Branco anunciou que ninguém mais nasceria escravo no Brasil; em 1888 o Sr. Prado, ou o Sr. João Alfredo, ou o próprio Sr. Cotegipe anunciará, que ninguém mais morrerá escravo.

O Sr. presidente do conselho disse no parlamento: que não se oporia à vontade da nação, quando verificasse que esta sufragava a abolição.

O modo de S. Ex. fazer a verificação é saindo da caverna acústica onde só ressoa o non [ilegível] do seu conselho privado.

Ouçã e veja o Sr. barão de Cotegipe tudo quanto espalha em torno de si o ano que despontou com um jubileu a favor do escravo.¹²⁸

O ano de 1888 é saudado como aquele que finalmente marcaria o que tanto se esperava: a libertação dos escravos do cativoiro.

É digno de nota para o povo brasileiro o contraste do procedimento das autoridades judiciárias da mais alta qualificação com a das autoridades políticas e administrativas em relação aos atos a favor ou contra a abolição da escravidão.

Os presidentes de província, os chefes de policia, os subdelegados [ilegível] tropa, perseguem os escravos que procuram a liberdade, prendem, fuzilam os fugitivos, processam e perseguem os cidadãos generosos que se apiedam dos desgraçados que apenas são reús do crime dos seus perseguidores; e os tribunais afirmam a verdade da justiça social mandando cumprir a lei contra os seus mandatários infieis. A magistratura, que em todos os tempos, até nos do despotismo mais ferrenho, foi a única garantia dos povos, continua digna da sua alta missão nesta sociedade. Apesar das intimidações e das insinuações lançadas da tribuna parlamentar pelo presidente do conselho, os magistrados brasileiros, dignos da toga que ilustram, cumprem o seu dever com a isenção e a rizeza de ânimo que é o mais belo característico das suas funções.

O governo manda prender contra a lei; o magistrado ordena que se execute a lei. A violência ali, o direito aqui. Pode ser que prevaleça a violência material das autoridades executoras da política ministerial, mas a afirmação do direito pelos tribunais significará sempre que a justiça nestes tristes tempos teve intérpretes dignos daqueles em que os povos acolhiam-se à magistratura como a derradeira guarida dos seus direitos.¹²⁹

Como podemos observar, diante da imobilidade do governo em resolver a

¹²⁸ *O Paiz*, 02 de Janeiro de 1888, p. 1

¹²⁹ *O Paiz*, 06 de Janeiro de 1888, p.1

questão servil, a fuga de escravos ganhava proporções, não sendo mais algo condenável, mas sim algo exaltado por toda a sociedade e não apenas pelos abolicionistas. Era uma ação que contava com a simpatia e proteção de muitos cidadãos, e que ganhava a adesão até da magistratura isenta, ao aplicar a lei e não compactuar com a violência política. As fugas, antes tão temidas e condenadas, estavam sendo compreendidas como a forma dos escravos buscarem a liberdade, enfrentando aqueles que tentavam frustrar um processo visto como inevitável, além de economicamente e moralmente engrandecedor para o país.

Porém, diante da inação do império diante de tudo isso, no início de 1888, *A Federação* passa a defender uma nova forma possibilidade de enfrentar a questão escravista. Em um editorial de título “Contra a escravidão”, conclama:

Se dentro dos primeiros meses do ano que começa, a ação popular em favor dos escravos não adquirir intensidade bastante para completar com urgência a obra do desagravo social, a nossa província, que deve e pode ocupar o terceiro lugar entre as redimidas, será antecedida por outras. E essa antecipação não será certamente honrosa ao seu glorioso papel histórico.

Mais uma vez apelamos para os legisladores, agora reunidos.

Os representantes da província interpretarão fielmente o sentimento geral, se decretassem um imposto bastante elevado que, gravando a posse servil, qualquer que seja ela – condicional ou não – suplante a obstinação dos resistentes e determine a desistência imediata.¹³⁰

Analisando o avanço do movimento abolicionista, o jornal defendia que a província se antecipasse na abolição de seus escravos. Diante das resistências ainda existentes, solicitava a aprovação de um novo imposto – alto o bastante – para desencorajar a posse servil e produzir a ação “voluntária” dos escravistas. Ou seja, se a pressão social não era o suficiente, o caminho a se seguir era a pressão econômica. Desencorajar ou mesmo inviabilizar a escravidão no Rio Grande do Sul faria com que a província conquistasse seu espaço histórico. Porto Alegre já o tinha feito, ao conseguir a libertação – ainda que condicional – de seus escravos. Restava agora selar o desfecho provincial.

Essa solicitação, porém, não seria discutida. Ainda em janeiro de 1888, começam a circular rumores sobre o Projeto Cotegipe para a abolição. As constantes atualizações dos boatos publicados por *O Paiz* e outros jornais da capital circulavam entre as províncias. Inicialmente eles eram bastante desacreditados. *A Federação* destacava que, a existência de notícias sobre o projeto era um sinal de que talvez

¹³⁰ *A Federação*, 03 de Janeiro de 1888, p.1.

existisse, de fato, alguma chance de concretização de mais um passo em direção à libertação total da escravidão. Como isso aconteceria, ainda não se dizia, mas os boatos eram muitos.

Não é difícil imaginar como uma notícia deste tipo incendiava a população, especialmente no sudeste do país, onde o quantitativo de escravos era ainda grande. Questionamentos sobre a real existência de um projeto, seu conteúdo, e como seria realizado circulavam diariamente em matérias mais ou menos extensas. Estavam todos em alerta, com os olhos voltados para o ministério e a princesa regente.

Enquanto isto, *A Federação* continuava a incentivar as libertações de cunho pessoal ou de vilas e províncias. Dizia que era “com inteira satisfação patriótica” que publicava “todas as notícias que lhe forem transmitidas sobre a libertação incondicional das vítimas da instituição servil”.¹³¹

Outra importante questão levantada pelo *O Paiz*, nesse ano, e visto desde o início como estratégico, foi a discussão entre emancipação e abolição. O tema já havia aparecido nas páginas do jornal, mas ganha força neste período. A primeira estaria ligada à ideia de libertação dos escravos pelos seus senhores, remetendo ao direito de propriedade destes, logo, à indenização sobre suas perdas. O jornal se posicionava contra a moralidade desse tipo de propriedade e, em decorrência, de indenizações pelas quais os abolicionistas se batiam.

As páginas mais importantes, e podemos felizmente dizer, as mais gloriosas da história do Brasil neste derradeiro quartel de século, serão as que descreverem a obra e o grande resultado da propaganda abolicionista.

(...) Os que se recusavam, e eram muitos, e os que ainda recusam ver, e já são muito poucos, a obra da abolição da escravidão usaram e ainda usam a palavra *emancipação* para indicar a redenção dos cativos pelos seus senhores [ilegível] ou pelos seus protetores, querendo ainda teimosamente nesta palavra envolver o direito de propriedade, somente alienável por vontade ou por indenização do proprietário.

É talvez esta a última barreira moral a vencer pela propaganda, mas até mesmo essa barreira vai desaparecendo por toda a parte.¹³²

Deixar de ver o projeto de libertação dos escravos como uma luta pela emancipação era a última barreira a ser vencida pela propaganda abolicionista. Se os escravos estavam tomando em suas próprias mãos a iniciativa de lutar por sua liberdade, ao fugir de seus senhores, deixavam claro que o fim do cativeiro não viria pelas mãos desses mesmos senhores. A abolição viria apesar desses senhores e como um esforço que envolvia os

¹³¹ *A Federação*, 25 de Janeiro de 1888, p.1.

¹³² *O Paiz*, 09 de Janeiro de 1888, p.1

próprios escravos, com apoios crescentes na sociedade. Vemos, então, que o jornal não só entende a ação dos escravos como muito importante para o fortalecimento do movimento abolicionista, como quer denunciar as estratégias dos emancipadores, cada vez mais sitiados e forçados a transigir. Era o que apontava uma série de boatos relativos ao conteúdo de um novo projeto do gabinete. Segundo editorial de 25 de Janeiro de 1888,

Toma corpo o boato de que Sr. presidente do conselho cogita em apresentar na próxima sessão legislativa um projeto de Abolição da escravidão. A fórmula desse projeto já anda divulgada, não como notícia emanada de fonte competente, mas como uma confidência especialmente recomendada à indiscrição dos noveleiros. Do projeto atribuído à intenção do Sr. presidente do conselho só nos parece indiscutível o artigo primeiro: “Fica abolida desde já a escravidão em todo o Império.” Quanto aos outros artigos, é natural que surjam divergências; mas em todo o caso exprimem uma transação com a ideia abolicionista.¹³³

Após comentar o projeto, o jornal transcreveu integralmente seu texto para seus leitores. Ao primeiro citado acima seguia-se: artigo 2º : “De acordo com a última matrícula, e feita a respectiva dedução, o valor do escravo se converterá em valor dos serviços dos libertos”.¹³⁴ Essa dedução, segundo o artigo 3º, se daria por região e os ex-senhores seriam indenizados desse valor pelos próprios libertos. O artigo 4º apontava que a renda do fundo de emancipação já cobrada se reverteria para receita geral do Império. Os dois últimos artigos apontavam para o regulamento necessário que seria expedido pelo governo e a revogação das disposições contrárias.¹³⁵

Atribuído ao presidente do conselho, como podemos observar, esse projeto versava sobre a libertação dos escravos com indenização aos senhores. Ou seja, estava no marco da chamada emancipação dos escravos, contra a qual *O Paiz*, *A Federação* e *A Província* se batiam. Apesar disso e de forma que não deixa de surpreender, *O Paiz* se mostrava satisfeito pelo fato de existir uma tentativa efetiva para o encerramento do cativeiro. Essa, tudo indica, era a pedra de toque de sua posição.

O que, porém, podemos garantir pela nossa parte é que não faltará ao governo o nosso aplauso, se retrocedendo na estrada que investiu, quiser colocar-se no terreno dos princípios, resolvendo a questão e propondo as transações que lhe pareçam necessárias para resguardar os valiosos interesses, regionais ou individuais, infelizmente vinculados à nefanda

¹³³ *O Paiz*, 25 de Janeiro de 1888, p.1

¹³⁴ *O Paiz*, 25 de Janeiro de 1888, p.1

¹³⁵ *O Paiz*, 25 de Janeiro de 1888, p.1

instituição.¹³⁶

Imaginando que os artigos referentes às questões da indenização trariam muitas divergências, *O Paiz* estava interessado em que o projeto fosse de fato debatido no Parlamento, independentemente de suas limitações. Quer dizer, o jornal queria ação, queria o início da discussão e da votação de uma lei definitiva. Vale ressaltar, que esse projeto foi o efetivamente aprovado, tornando-se a Lei Áurea, e mantendo apenas os 1º e 6º artigos do texto original.

Como apontamos, o maior interesse d'*O Paiz* era que tivesse início a discussão de um projeto que acabasse com a escravidão. Quem o defenderia ou o levaria à frente era outra questão de menor importância. É certo que sempre foi indicado que o mais “natural” seria que os liberais propusessem tal medida. Mas qualquer que fosse o partido ou o político que o encaminhasse, seria exaltado, mesmo sendo um antigo escravista. É o que observamos na matéria publicada em fins de Janeiro de 1888, que evidencia os sentidos pragmáticos do suprapartidarismo do jornal, especialmente em momento tão decisivo como o do debate de uma lei que acabava com a escravidão.

Podem conservadores e liberais de um abolicionismo histórico e tradicional murmurar contra a transformação do ministério-Cotegipe, opondo restrições ao apoio que ele deve merecer dos abolicionistas: nós não pertencemos a nenhum corrilho partidário e não nos preocupamos com a data do abolicionismo do ilustre barão de Cotegipe.

Para os que desejam ou a glória de realizar a reforma, ou a glória de ser ministro, essa questão de aparecer tardio ou fora de tempo o novo programa do gabinete pode ter algum valor.

Para aqueles, porém, que não consideram neste assunto nem os nomes próprios, nem o interesse político das facções, tanto faz que o promulgador da magna reforma seja personagem de muitas bulas entre os seus, ou qualquer um dos dois partidos constitucionais.

O que nos interessa é a reforma do estado servil, muitas ou poucas as concessões do governo, apoiaremos as suas ideias, sem todavia nos julgarmos tolhidos de pedir mais, uma vez que elas sejam escassas.¹³⁷

Contudo, apesar de toda especulação em curso, é apenas em maio que o governo se pronuncia sobre o projeto abolicionista. No dia quatro desse mês, a princesa Isabel vai ao Parlamento para a tradicional fala do trono. Nela, menciona o crescimento do sentimento abolicionista, que seria, naquela data, uma inquestionável aspiração nacional. Em 9 de maio, finalmente, o ministro da fazenda leva à Câmara a proposta do governo, e *O Paiz* noticia com vibração o clima que toma conta dos presentes naquele

¹³⁶ *O Paiz*, 25 de Janeiro de 1888, p.1

¹³⁷ *O Paiz*, 31 de Janeiro de 1888, p.1

momento histórico para o Brasil.

Augustos e digníssimos senhores representantes da nação.

Venho, por ordem da Sua Alteza Imperial a princesa regente, em nome de Sua Majestade o imperador, apresentar-vos a seguinte proposta:

Art. 1º - É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2º. Fica revogada a legislação em contrário.”

Ao terminar a leitura do art. 1º da proposta, romperam de todos os pontos da câmara aclamações e palmas uníssonas, estrepitosas e prolongadas, como se uma corrente elétrica a todos colhesse em [ilegível].

É indescritível aquele momento: todos os deputados de pé, a começar pelo presidente da câmara e membros da mesa; de pé os espectadores das tribunas e das galerias; todos a aplaudirem e a aclamarem; e nas duas tribunas principais as senhoras, arremessando flores para o recinto e acenando alegremente com os lenços, e isso durante cinco, durante 10 minutos sem interrupção, deram à história de nossa pátria a mais brilhante de suas páginas até hoje escritas, e aos que duvidavam do povo a mais solene prova de que não estava com eles a opinião, mas com a alma generosa e patriótica dos defensores da liberdade e da honra da pátria.¹³⁸

Não é nosso interesse entrar nos meandros do processo de votação dessa lei. Mas é interessante notar que foi montada uma comissão especial para levar à frente o debate do projeto na Câmara. Apesar de ter enfrentado resistências, a comissão se manteve, sendo a proposta aprovada em todas as instâncias, até ser assinada em 13 de Maio.

2.5 – Da reforma social à reforma política

A República e a Abolição foram temas que incendiaram a opinião pública, as ruas e o parlamento em fins do século XIX. Foram motivo de contendas, debates, associações e rompimentos – vide o caso de Patrocínio – e por isso mesmo entrelaçaram-se. Na historiografia não raras vezes foram vistas também como opositoras. O Partido Republicano e a campanha republicana como um todo foram acusados de omissão com relação ao tema. O que procuramos mostrar neste capítulo foi que, ainda que com diferente intensidade e grau de comprometimento ao longo dos anos, os republicanos defenderam a abolição, moralmente e pragmaticamente. Isto fica claro nas páginas dos principais jornais republicanos deste período.

A abolição era necessária, mas era também um desafio para os republicanos. Desafio porque entre seus membros existiam de fato muitos fazendeiros, alguns dos quais não aceitavam o movimento abolicionista e acreditavam que a Lei do Ventre Livre era suficiente para encaminhar o processo, outros porque acreditavam ferir seu

¹³⁸ *O Paiz*, 09 de Maio de 1888, p.1

direito de propriedade. Desafio também porque sua realização pela monarquia poderia significar uma sobrevivência do regime que eles acreditavam estar condenado. Por fim, diante da aprovação da Lei Áurea, como lidar com os louros colhidos pela monarquia? Além de justificar porque a abolição poderia e deveria ser feita pela monarquia era preciso afastar a ideia de que o governo deveria ser exaltado pela sua realização.

A solução encontrada pela campanha republicana foi absorver o movimento abolicionista. Celebraram a vitória, construíram um discurso que ligava a abolição ao esforço dos abolicionistas, ao povo que ansiava por ver terminado o trabalho servil, aos escravos que diante da inação do governo agiram por meio de fugas em massa e revoltas contra sua condição. A vitória abolicionista foi de todos, menos do governo que a realizou. Este apenas sancionou o que era a vontade nacional. Não fez mais que a sua obrigação e para alguns, já com atraso.

Com a tão esperada notícia da aprovação da Lei Áurea, *A Federação* prepara um extenso editorial, publicado dois dias depois. Comentando a atuação dos abolicionistas aponta,

Desde o ministério presidido pelo sr. Dantas a questão abolicionista, dominando tudo, quebrando todas as resistências, impondo-se vitoriosamente à consciência nacional, tinha conseguido sobre a opinião o ascendente que teve como consequência natural a lei de 13 de maio.

Já naquela época era tal a exigência que os deputados escravistas, dando com o gabinete em terra, cobriram-se de ridículo e de impopularidade.

Só as ideias triunfantes tem este prestígio de lançar o desdouro sobre os seus adversários.

O trabalho do parlamento e do governo, depois que não contrariaram ao movimento libertador, pode resumir-se em pouca coisa: - deixaram de resistir.¹³⁹

A libertação viria, era uma força impossível de se conter, ainda que tão ferrenhamente o governo tenha resistido a ela. E segue,

A libertação dos escravos é trabalho exclusivamente da iniciativa popular.

O povo brasileiro, sim; trabalhou e trabalhou muito para a extinção do cativeiro; a princípio era a propaganda que se fazia numa roda limitada, propaganda em torno da qual estabelecia-se a conspiração do silêncio; depois ela foi se alargando, foi conquistando prosélitos e sofreu todos os ataques, quer do governo, quer dos proprietários de escravos.

Sem embargo, o primeiro impulso estava dado e o concurso de magistrados patriotas veio trazer-lhe novo alento.

O parlamento ouviu a voz abolicionista e, se cerrou os ouvidos a ela, não cerrou-os à nação a quem falavam os abolicionistas.

A aspiração igualitária crescia sempre; a propaganda alastrava-se por toda a parte vencedora até que conseguiu vencer o cordão do escravismo estendido

¹³⁹ *A Federação*, 15 de Maio de 1888, p.1.

entre ela e as fazendas e penetrou das senzalas.

Então toda resistência cessou; tinham falado ao negro em liberdade; fugiram alguns, outros o souberam, fugiram também; da terceira fazenda e da quarta fugiram em massa, o escravo já sabia que havia brancos nos quais não predominava a respeito dele a hostilidade permanente, única face por onde lhe aparecia a raça dominadora.

Todas as contemporizações cessaram então e começaram as libertações por iniciativa dos fazendeiros.

As coisas tinham chegado a um ponto tal que o escravo libertava-se, se o não libertassem.

Se a lei tardasse, corria o risco de ser perfeitamente inútil.¹⁴⁰

A passagem acima é valiosa, porque nela, temos um balanço feito no calor da aprovação da Lei Áurea. Chama a atenção que a primeira afirmação seja a de que a abolição se deveu à iniciativa popular, sendo igualmente fruto da propaganda abolicionista que alcançou as fazendas e incentivou a ação nos escravos e no parlamento. O protagonismo é dos abolicionistas que insuflaram a atuação dos escravos para conquista de sua própria liberdade.

A abolição foi feita, resta assegurar que o processo não afetaria a sociedade de forma negativa e menos ainda a economia.

E o resultado da libertação, já parcialmente conhecido antes da lei, é todo lisonjeiro e favorável aos novos libertos.

A província de S. Paulo que o ateste; foi lá que os fazendeiros estenderam primeiro dever libertar os seus escravos e o trabalho continua com regularidade.

Cessaram os temores da vadiagem desordeira e os ex-escravos continuam no serviço das fazendas.

Não é o trabalho que repugna a uma raça educada nele; o que lhe repugna é o trabalho não remunerado, a espoliação que a lei favorecia.

A libertação está feita e a alegria que domina o país inteiro é a prova incontestável da necessidade que havia dela.¹⁴¹

E por fim, encerra o jornal,

Estão libertos os negros; tratemos agora da nossa libertação.

Estamos preparados para isso; um povo bastante generoso e bastante esclarecido para libertar os seus escravos, merece também a liberdade e não pode, e não deve, continuar a ser propriedade de uma família, propriedade fundada no acaso do nascimento e na presunção da capacidade.

Depois da reforma social, a reforma política.¹⁴²

O discurso se alinha aos outros já aqui apresentados. Feita a reforma social, era tempo da reforma política. Feita a abolição, era a vez de fazer-se a república. Era hora de superar a monarquia e iniciar o regime da liberdade, da participação, do progresso. A

¹⁴⁰ *A Federação*, 15 de Maio de 1888, p.1.

¹⁴¹ *A Federação*, 15 de Maio de 1888, p.1.

¹⁴² *A Federação*, 15 de Maio de 1888, p.1.

submissão à família real é encarada da mesma forma que a escravidão. O povo era propriedade. Libertado o negro, restava libertar o povo. Ou seja, a mesma estratégia narrativa para escravo/povo: são esclarecidos pelas lideranças e atuam sob seu comando. O texto não destaca diretamente a participação dos republicanos neste momento, não parece haver distinção entre estes e os abolicionistas.

O Paiz manifesta sua preocupação com a divulgação do auspicioso fato para os ex-escravos. No mesmo dia, publica essa matéria:

O que convém antes de tudo é dar pleno conhecimento aos ex-escravizados – e de modo o mais completo – de que eles ficaram homens livres desde o instante da sanção imperial.

Não é bastante a divulgação do fato pelos jornais; há muitas outras formas de publicidade que não devem ser esquecidas.

(...) Não esqueçamos que – até bem pouco tempo – centenas de sexagenários ignoravam que eles estivessem libertos por lei, e permaneciam prestando serviços a quem já não tinha direito a eles.¹⁴³

Assim como em 1885, a imprensa não seria suficiente. Era necessária, ainda mais que antes, uma união entre a Igreja, a municipalidade e os jornais para que todos ficassem sabendo da aprovação do projeto. Por isso, *O Paiz* publicou notícias, cartas, telegramas e mesmo matérias retiradas de outros jornais do país.

Entre Maio e Junho, o jornal deu ampla publicidade para as inúmeras festas em homenagem a abolição que ocorreram. A atuação d'*O Paiz* e de Quintino Bocaiúva não foram esquecidas. A sede da folha foi saudada e seu redator-chefe carregado pelas ruas. O comércio foi fechado para comemoração e chegou ao ponto de reclamar feriado nacional para que os trabalhadores pudessem participar dos festejos. Noticiou-se também as ações do governo como telegramas oficiais ao estrangeiro para informar da lei, a recepção dessas nos países, discursos e falas de deputados e senadores em eventos e reuniões.

O Partido Republicano não ficou de lado nas comemorações. Em 20 de Maio o jornal publicou uma mensagem de Joaquim Saldanha à Bocaiúva.

Encerrado o período nefasto da escravidão pela lei n.3353, de 13 de Maio corrente, que deu cumprimento aos decretos da opinião nacional e satisfez, nesta parte as generosas aspirações da democracia brasileira, sou encarregado pelo Conselho Federal Republicano de me dirigir a vós, em nome do mesmo conselho, e como fiel interprete do partido republicano brasileiro, a fim de manifestar-vos, no vosso duplo caráter de redator chefe d'*O Paiz*, órgão denodado intransigente e altivo da causa abolicionista, e de representante do

¹⁴³ *O Paiz*, 13 de Maio de 1888, p.1

partido republicano nas reuniões populares que se fizeram em prol da mesma ideia, não só para congratulamo-nos convosco pela grande conquista democrática que a nação acaba de realizar, como para agradecer-vos o inteiro e brilhante cumprimento que destes ao mandato do parto nos meeting e reuniões populares promovidos em prol da abolição, nesta corte.

(...) Cumpre-nos, porém, no atual momento, assegurar-vos que partilhamos com verdadeiro jubilo a esplendida vitória de uma das principais ideias contidas no programa republicano e associamo-nos às justas homenagens que vos são prestadas e aos vossos companheiros de trabalho pela batalha ganha e porfiada, que feristes em prol dos destinos democráticos e da gloria da nossa querida pátria. – Joaquim Saldanha Marinho.¹⁴⁴

Como podemos observar, Saldanha aproveita do momento não só para saudar Quintino Bocaiúva, mas faz a associação entre o partido e as ideias abolicionistas. Enquanto redator, ele era abolicionista, enquanto republicano, representava o partido nas reuniões do movimento. Ou seja, se não era *O Paiz* abolicionista e republicano – ao menos não abertamente; Bocaiúva apresentava-se, e era reconhecido enquanto tal, como os dois em sua vida política.

Feita a Abolição, as demandas da população negra recém-liberta não parecem ser uma questão. Apesar de denunciar tentativas de reescravização por meio de tutela de ingênuos e criticar possíveis tentativas de pedido de indenização após a Lei Áurea, o tema perde espaço no jornal.¹⁴⁵ A exemplo da publicação de 01 de Junho de 1888:

Mas falemos sério, já que é tão patusca a ideia da indenização.
(...) A escravidão é filha da tolerância criminosa de varias leis ordinárias; aquilo que fez uma lei ordinária pode ser desfeito por outra.
Abolir indenizado? Se isso fosse possível, há 20 anos que o próprio Sr. Andrade Figueira teria dado cabo da escravidão no Brasil.¹⁴⁶

Como podemos observar o jornal ironiza a ideia da indenização, apontando que se ela fosse possível a teriam feito. A coluna “Tópicos do Dia”, que servia basicamente para discutir o tema deixa de existir. Em matéria de despedida no dia 14 de Maio publicou “Hoje, um dia depois da Redenção, julgamos nosso dever depor a arma de que nos servimos por tão largos e desesperançados dias, sempre a serviço da causa que providencialmente acaba de triunfar”¹⁴⁷. A causa pela qual se lutava foi alcançada.

Agora era preciso atentar aos novos problemas do país. Muda-se o foco de *O Paiz*. Ganham destaque as notícias sobre o avanço do republicanismo, fundações de

¹⁴⁴ *O Paiz*, 20 de Maio de 1888, p. 1

¹⁴⁵ Em 24 de Maio, em Editorial, o jornal cobrava uma posição do governo. “É necessário que o governo imperial, por meio de avisos muito claros e terminantes, obrigue a que seja cumprida a lei de 13 de Maio, de maneira a não pairar sobre ela a menor sombra de opressão.”

¹⁴⁶ *O Paiz*, 01 de Junho de 1888

¹⁴⁷ *O Paiz*, 14 de Maio de 1888, p.1

novos clubes, aumento de adesões ao partido.

E como ficou na repercussão da abolição no jornal paulista? A edição de 13 de Maio d'A *Província* dizia:

A lei que vai afirmar o voto nacional sai do parlamento no meio de festas. É o inverso do que nos ensina a história. A libertação dos escravos fez-se no Brasil por um acentuado movimento da opinião, pela capitulação franca das últimas forças de resistência, pela desagregação dos elementos conservadores, mas em plena paz, sem perturbação da ordem, pelo congraçamento dos combatentes da véspera. (...) Impelidos pela agitação, sempre crescente, os poderes públicos entraram na corrente abolicionista e, antes forças dispersivas que elementos coordenados de um organismo, aceitam a solidariedade com os revolucionários que vencem e ditam a lei no momento do triunfo. A vitória do abolicionismo exprime, pois, a vontade nacional. O general que dirigiu a batalha e conseguiu a vitória foi esse grande anônimo que se chama – povo. (...) Estava achada a verdadeira solução: - a reforma partia debaixo – o escravo libertava-se por si. Enfraquecida (...) a autoridade para obstar a fuga, a libertação fez-se rapidamente.¹⁴⁸

Assim como as outras folhas republicanas, o foco da publicação comemorativa da Lei Áurea está em despersonalizar o projeto. Não foi a monarquia que aboliu a escravidão. Ela apenas sancionou a vontade nacional. A vitória é do povo, e do escravo, que teria libertado a si mesmo com as frequentes revoltas e fugas em massas. Mas se a batalha final contra o trabalho cativo foi vencida entre louros e celebrações, a luta foi dura e persistente. O movimento abolicionista percorreu um longo caminho até mudar a opinião pública, desagregar a resistência e as forças conservadoras. O povo venceu, mas venceu devido ao movimento abolicionista. Chegou-se ao ponto que era impossível negar a realidade e mesmo aqueles que antes eram ferrenhamente contra a mudança na forma de trabalho, acatou-a e celebrou. O Brasil deu mais um passo na esteira do progresso. Progresso este que tinha um final claro para os republicanos: a queda da Monarquia e a instauração da República. Em 26 de Maio de 1888, lança um manifesto que tem por objetivo incitar a luta contra os elementos conservadores que ameaçavam tomar conta do país. Três princípios eram listados nesta publicação: combater o 3º reinado, a intensificação da ação republicana por todo meio viável – imprensa, meetings, atividades, recursos, etc. – e investir a direção do partido de plenos poderes para coordenar esses esforços.

¹⁴⁸ A *Província de S. Paulo*, 13 de Maio de 1888, p.1

Se o movimento abolicionista tinha alcançado seu objetivo, a campanha republicana ainda tinha um grande caminho a percorrer. Fazendo um balanço, antes mesmo da abolição, em 1887, sobre essas duas questões que mobilizaram o país em fins do século XIX – abolição e republicanismo – Pestana publicou:

Dissemos que a propaganda abolicionista ganhou mais terreno que a republicana e prometemos dizer porque isso se deu.

Parece-nos que as causas, que determinam esse fato, não são muito difíceis de ser conhecidas. A rapidez com que, dentro de quatro anos, a opinião formou-se a favor da abolição, mostra quais foram essas causas.

Infelizmente para a nossa educação cívica e felizmente para a solução da questão social que se debatia ao influxo do sentimento humanitário, o abolicionismo apareceu, tornou-se uma concretização e avigorou-se à sombra da monarquia, valendo-se de poderosas influências oficiais, chamando em seu auxílio o apoio mais ou menos direto do chefe do Estado que, se como rei constitucional sancionava leis de moldes acanhados, como soberano, respondendo a comissões abolicionistas, deixava conhecer as suas simpatias à propaganda para cujo aumento concorria.

(...) É muito diversa, porém, a propaganda republicana e a sua influência encontra grandes resistências nos privilégios inerentes à atual forma de governo e nos preconceitos da educação social e privada.

(...) Há de chegar ainda assim o dia da vitória.¹⁴⁹

Se o movimento abolicionista contava com o apoio da monarquia, a campanha republicana precisava vencê-la. Como se dará a atuação do Partido Republicano para chegar a sua própria vitória é o que veremos no capítulo a seguir.

¹⁴⁹ *A Provincia de S. Paulo*, 19 de novembro de 1887, p.1.

CAPÍTULO 3- O REPUBLICANISMO NA IMPRENSA: OS JORNAIS E SEUS EDITORES NA DEFESA DO NOVO REGIME

O que se observa na atualidade?

De toda parte surgem adesões sinceras e vigorosas à ideia republicana.

(...) Representado na sua imprensa, que o sustenta e o defende diariamente, representando também na maioria das nossas municipalidades, em cuja esfera de ação atua já com o proveito, o jovem partido cresce constantemente...¹⁵⁰

A imprensa, como era de se esperar, constituía um dos principais meios de atuação dos republicanos. De forma esquemática, porém precisa, o que os jornalistas republicanos buscaram fazer durante o período da campanha foi de um lado, projetar a ideia de uma grave crise do sistema monárquico e, de outro, oferecer uma opção mais acertada e progressista para organização do Estado. Sua atuação no desmantelamento do antigo regime e na defesa do novo, via imprensa, foi absolutamente decisiva. Eles levantaram questões, encaminharam discussões e sugeriram soluções, buscando sempre ampliar suas bases políticas, ganhando novos adeptos. No processo de crescimento do movimento republicano, um ano chave foi 1884, que, como aponta a epígrafe de a *Federação*, foi um momento de grande aumento das adesões “sinceras e vigorosas” ao republicanismo. Não por acaso, é nesse ano que jornais como a própria *Federação* e *O Paiz* são fundados. Também é nesse mesmo momento que *A Província de São Paulo* intensifica o tom de seu discurso de propaganda republicana.

O histórico desses principais jornais republicanos, as ideias defendidas por seus editores e principais colaboradores, bem como suas filiações intelectuais e políticas já foram tratadas anteriormente. Neste capítulo, analisaremos os diferentes discursos mobilizados para a realização das campanhas republicanas, veiculadas por esses três jornais, que têm sido objeto de nossa pesquisa.

Entre os maiores representantes do movimento republicano nas principais províncias do país, formando uma espécie de trindade da propaganda republicana na imprensa, estavam justamente os editores e diretores desses três jornais: Rangel Pestana, Júlio de Castilhos e Quintino Bocaiúva.

A Província de São Paulo, a mais antiga dentre as publicações estudadas, foi fundada em 1875. A partir de 1884 assumiu uma postura oficialmente republicana, sendo um espaço de constantes embates contra as instituições imperiais, de crítica ferrenha ao

¹⁵⁰ *A Federação*, 19 de Março de 1884. p.1

governo e de uma propagandista incansável do regime republicano e dos interesses da província de São Paulo. Apesar de não ser um órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP) *A Província* era abertamente republicana.

Outro importante espaço que *A Província* irá ocupar será o da divulgação da atuação dos candidatos republicanos eleitos pelo PRP. Sendo um dos poucos grupos de expressão política eleitoral, os republicanos paulistas conseguiram eleger dois deputados, já em 1885: Campos Salles e Prudente de Moraes. Quando o mandado de ambos está em vias de encerrar, a folha abre uma coluna especificamente para discutir a atuação desses parlamentares, pontuando como era possível ter candidatos republicanos dentro de um regime monárquico. Fica claro que, para além de dar satisfação a seus eleitores, o maior interesse do jornal era fortalecer novas candidaturas republicanas.

Já *O Paiz*, desde o início de sua circulação, declarou-se como uma folha apartidária. Porém, não se um órgão do Partido Republicano é algo bem distinto de não ser filiado à campanha republicana. Ou seja, embora sua adesão às ideias republicanas não se dê na forma partidária, ela aparece claramente na escolha dos conteúdos dos textos publicados. Um importante ponto defendido pelo jornal era a distinção entre o posicionamento político pessoal de Quintino Bocaiúva, redator-chefe e editor de *O Paiz* e o posicionamento do jornal, neutro partidariamente. É possível verificar que, entre sua fundação e a proclamação da República, o jornal foi um crítico mordaz da política do segundo Reinado brasileiro. Posicionou-se, como vimos, a favor da abolição, debateu os problemas sociais e estruturais do país, e a incapacidade – seja por inabilidade ou negligência – dos partidos monárquicos para resolvê-los. Em suas páginas abordou importantes temáticas e levantou pautas que iam ao encontro das ideias defendidas pelos republicanos. Dessa forma, fazia o elogio ao regime republicano.

A Federação, sendo criado como órgão do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, nunca mediu palavras para defender o regime republicano. Foi o único jornal que, durante todo seu percurso, esteve diretamente ligado a um Partido Republicano. Era, como estampava em suas páginas, órgão de propaganda desse partido. Em suas páginas, fez aberta propaganda republicana, assumindo cunho positivista, dominante entre as lideranças republicanas do estado. Com duras críticas a todas as instâncias e grupos que participavam do governo imperial, defendeu intransigentemente o partido e o novo regime republicano. Suas edições demonstram também uma ligação bastante estreita com os republicanos de São Paulo, constantemente citados e tendo matérias reproduzidos nas colunas.

3.1 Entre tensões e conflitos: *O Paiz* e as cobranças do republicanismo

Ao analisarmos as publicações veiculadas pelos jornais fica claro que eles estavam em constante contato um com o outro. Notícias eram reproduzidas, mensagens e pequenos artigos comemorativos e de elogio eram publicados nos aniversários dos jornais e no de seus editores. Além disso, a atuação pública dessas personalidades do jornalismo era objeto de intensa cobertura dos jornais. Mas, ainda assim, surgiam também conflitos, fossem por causa do posicionamento de um jornal frente a casos específicos, fosse pelo posicionamento de seus editores.

No ano de 1889, em janeiro, após relatar os ataques ocorridos a um *meeting* republicano com a presença de Silva Jardim, ocorrido na Sociedade Francesa de Ginástica, *O Paiz* utilizou boa parte das páginas de suas edições subsequentes para tratar da questão. Segundo o noticiado pelo jornal, membros da Guarda Negra se reuniram na entrada do local para hostilizar Silva Jardim, antes e durante a realização da conferência. Esse episódio vai acabar por trazer à tona as tensões e divergências entre os próprios republicanos acerca da conduta d'*O Paiz* e de Bocaiúva.

Foram, pelo menos, seis grandes editoriais, num período de uma semana. Através dessa série de textos, que divulgava a opinião do jornal, acompanha-se um claro movimento: primeiro, são criticados os ataques movidos contra os republicanos; depois, desferem-se críticas contra a monarquia; por fim, defende-se a posição assumida pelo jornal.

No dia 3 de Janeiro de 1889 *O Paiz* publicou:

Na manifestação do dia 30 de Dezembro, a índole e caráter dos manifestantes definiram-se pelos clamores que soltavam.
Os vivos à monarquia, ao ministério e à polícia entremeavam-se com os morram os republicanos e morram os lavradores!
E todos quantos tem acompanhado a vida d'*O Paiz* e sabem a que causas ele tem dedicado o seu esforço, compreendem perfeitamente que no ataque sofrido não tem nem podia ter representação nenhum elemento propriamente popular, ilustrado, consciente, amigo das liberdades públicas.
(...) Como não somos revolucionários nem queremos concorrer de nenhum modo para abrir uma era de dissensões civis que tenham como resultado o atraso moral da sociedade, o descrédito da nossa pátria, a desolação do lar doméstico e a ruína das finanças do Estado e da riqueza particular e pública, havemos de continuar a pelejar em favor da liberdade e da legalidade contra a prepotência e contra o despotismo da autoridade, parta donde partir a iniciativa dessa política [ilegível] e funesta.¹⁵¹

¹⁵¹ *O Paiz*, 03 de Janeiro de 1889, p.1

Como podemos observar, o jornal critica a manifestação, identificando o caráter dos seus integrantes a partir de suas falas: eram monarquistas, que não representavam nem elementos ilustrados, nem conscientes e muito menos populares. Eram, na verdade, inimigos das liberdades públicas e defensores do despotismo da autoridade. Por isso, além de atacar o *meeting* republicano, esses “maus elementos” ainda foram à sede do jornal e a apedrejaram. A hostilidade contra o periódico indicava a violência dos agressores e evidenciava que o jornal era visto como um defensor do republicanismo e de seus porta-vozes, no caso, Silva Jardim. Apesar disso, o jornal insiste que luta apenas pela liberdade e ordem. Não é revolucionário, pois, é contra a força/desordem. E quem haveria de ser contra esses princípios? Ou seja, apesar de sua explícita posição política, aliás, identificada por seus opositores, *O Paiz* não afirma lutar pela República, mas apenas contra a prepotência e o despotismo.

No dia seguinte, a folha traz uma matéria intitulada, “A Ingratidão de Judas”, retirada do jornal *A Província de S. Paulo*, que comentava o ocorrido e fazia uma defesa d’*O Paiz* e de Quintino Bocaiúva.

O Paiz que, por circunstâncias que não nos cabe examinar, tem-se enfraquecido pelo apoio concedido ao ministério [João Alfredo], foi a vítima dos *mashorqueiros* fluminenses, dos defensores do trono de D. Isabel. Não era ao certo o jornal que merecia as iras da brava gente isabelista; ora o benemérito escritor, o ilustre chefe da democracia, **o homem de grande talento, que pode conciliar a estima e respeito dos seus correligionários com a difícil posição de vendedor de um jornal neutro.** (...) Quem mais fez por ela [raça negra] que o insigne jornalista e notável orador, na imprensa e na tribuna, batendo-se dia e noite contra todos, governo, parlamento, partidos e capangagem a soldo da polícia? (...) O ministério, que tem encontrado na complacência do grande jornalista uma força moral bem pouco merecida, pagou-lhe bem a generosidade, fazendo entrar no plano combinado de guerra aos republicanos a ameaça de morte ao diretor d’*O Paiz*.¹⁵²

O jornal defende Bocaiúva, apontado como aquele que muito fez pela raça negra e pela democracia, sendo um absurdo que ele e *O Paiz*, fossem alvos dos ataques organizados pelos defensores do trono de D. Isabel. Mais ainda, o jornal parece separar Bocaiúva do *Paiz*. O primeiro havia sempre lutado pela causa abolicionista. Foi a *meetings*, falou em conferências, usou de sua posição de reconhecimento na sociedade para ajudar a causa. A folha neutra, por sua vez, era benevolente com o ministério. Não havia porque ser atacada. Mas se *A Província* faz a separação destes, o povo parece não

¹⁵² *O Paiz*, 04 de Janeiro de 1889. p.1. Grifo nosso.

fazê-lo. *O Paiz* é Quintino, Quintino é *O Paiz*. E é por isto que na hora de protestar eles vão ao jornal.

Apesar do apoio manifestado, o jornal paulista faz uma crítica ao apoio do *Paiz* ao ministério e à posição de Bocaiúva como “vendedor de um jornal neutro”. *A Provincia de S. Paulo* e *O Paiz* eram dois grandes veículos, cujos redatores-chefes tinham a mesma ambição, mas se utilizavam de diferentes estratégias para obtê-las. Enquanto o primeiro declarava abertamente seu apoio ao Partido Republicano, o segundo mantinha o posicionamento supostamente apartidário. Dois jornais, campanhas diferentes. Após essas críticas ao acontecimento e também à posição do jornal na imprensa carioca, vieram as respostas:

O Paiz não faz propaganda republicana. Se a fizesse, aumentaria com certeza a força dessa causa política.

O Paiz não faz tampouco propaganda monárquica. Se a fizesse, seria isso um novo indício da decadência dessa instituição.

O Paiz não serve aos interesses de nenhum partido, nem se acha enfeudado a nenhuma influencia política, conservadora, liberal ou republicana, para o fim de pretender o governo ou de torná-lo impossível àqueles que o exercem.

Pela sua índole, tanto quanto pelo seu programa, *O Paiz* só visa merecer o conceito e a confiança da sociedade brasileira, servindo com dedicação a todas as causas nobres e justas e defendendo com energia todos os direitos e todos os interesses legítimos.

Não tendo o ponto de vista partidário, tem recebido e continuará recebendo cavalheirosamente todos os ministérios que se organizem, seja qual for o partido que respectivamente representem.

Essa cortesia, porém, **essa tolerância lhe está imposta pela posição neutra que ocupa, não com relação à política e aos interesses nacionais, como alguns quereriam; mas com relação à política e aos interesses partidários, que ordinariamente se acham em formal oposição àqueles.**¹⁵³

No trecho acima citado *O Paiz* reafirma seu posicionamento: não é um jornal republicano, nem monárquico. Sua tolerância, contudo, tinha um limite claro e não se explicaria por falta de engajamento político. Ao contrário, queria ser intransigente na defesa dos interesses nacionais, “ordinariamente opostos” aos interesses partidários. Mais à frente continua a justificar as vantagens de sua posição política:

Já se ve por isto quanto é cômoda e quanto é livre a posição d’*O Paiz* como folha neutra e a posição de seu principal redator como republicano, que continua a ser, depois da Abolição da escravidão, abolicionista, serviu a nossa causa sem olhar nem para os prejuízos nem para os riscos pessoais.

Pela autoridade de que se acha revestido, graças à confiança que se honra de merecer, da parte do proprietário e fundador d’*O Paiz*, é ele o único responsável pela direção política da folha.

Dessa autoridade é que ele usou para prestar à causa abolicionista o maior

¹⁵³ *O Paiz*, 05 de Janeiro de 1889. p.1 Grifo nosso.

serviço que lhe poderia prestar...¹⁵⁴

Outro ponto importante é como o próprio Bocaiúva se caracteriza. Assume seu republicanismo e seu papel no movimento abolicionista. Mas se militou pelo último, no jornal, afirma que pelo primeiro não o faz. Destaca a liberdade que a folha tem enquanto neutra, separando a posição político-partidária do redator daquela do jornal. É nessa separação que residiria a diferenciação entre *O Paiz* e outras folhas políticas. Esse periódico seria um espaço diferenciado de discussão política, garantindo liberdade de opinião e a crítica independente das paixões pessoais e partidárias.

Mas, se *O Paiz* desejava afirmar-se como um jornal neutro partidariamente, por que vir em defesa dos republicanos depois do ataque? E se afirmava que uma folha era política, que tipo de política defendia? Os editoriais publicados entre os dias 6 e 9 de Janeiro de 1889 nos ajudam a compreender melhor essa intrigante questão.

O nosso pacto é com a lei. Com ela estaremos diante dos republicanos. Com ela estaremos diante dos monarquistas.

A lei garante a liberdade. *O Paiz* defende a liberdade. A lei impõe a ordem. *O Paiz* defende a ordem.

Se a liberdade não é nem deve ser a licença, a ordem não é nem pode ser o arbítrio da autoridade.

Quando os republicanos, falando ou escrevendo, ultrapassarem as raiais do seu direito, e pela incontinência da sua linguagem, pela incitação a delitos previstos e definidos ou tentarem por fatos contra a ordem estabelecida, desobedecendo ou resistindo, *efetivamente*, às ordens legais das autoridades legitimamente constituídas, nós lhes diremos francamente: Estais fora da lei, exorbitais do vosso direito, atentais contra a ordem pública e contra o princípio da obediência legal...¹⁵⁵

Ou seja, *O Paiz* se coloca como um defensor da política dos interesses nacionais: liberdade e ordem e, enquanto tal defende os republicanos em seu direito de manifestação. Porém, desde que dentro dos princípios legais da ordem. E continua mais à frente:

Que o governo imperial deliberou abrir campanha contra os cidadãos que aderem à ideia republicana, é fato de que já não se pode duvidar. (...) O que se pretende é provocar conflitos e resistências, para que o poder público intervenha com a força, em nome *da ordem e da legalidade*.¹⁵⁶

Refletindo sobre a propaganda republicana e os últimos acontecimentos, *O Paiz*

¹⁵⁴ *O Paiz*, 05 de Janeiro de 1889, p.1. Grifos nossos.

¹⁵⁵ *O Paiz*, 08 de Janeiro de 1889, p.1

¹⁵⁶ *O Paiz*, 08 de Janeiro de 1889, p.1

apontava que não mais se podia duvidar que o governo imperial perseguia e reprimia os cidadãos republicanos com a força, ferindo sua liberdade. Contudo, ao invés de abafar o movimento, produzia justamente o efeito contrário. Segundo a folha, “essa propaganda não tem nesta capital um órgão de imprensa; entretanto, desde o dia 30 não se fala, não se escreve, não se discute senão a república e o direito que tem o cidadão de manifestar livremente o seu pensamento”¹⁵⁷. A questão central para o jornal era, portanto, a defesa do republicanismo dentro da ordem legal. Resta então a pergunta: como chegar à república respeitando-se esse limite? A resposta era encontrada no que o próprio Bocaiúva fazia: construir uma opinião pública favorável às ideias republicanas, auxiliar no desmonte das instituições monárquicas¹⁵⁸ e esperar a oportunidade para sua realização, talvez, é possível pensar, quando da morte do Imperador. De toda a forma um projeto que demandava tempo e convencimento.

Na quarta-feira, dia 9 de Janeiro de 1889, Bocaiúva escreveu um editorial para responder a uma acusação anônima da *Tribuna Liberal*, órgão do Partido Liberal. A matéria se intitulava sugestivamente, “Nosso partido”. Nela, o editor, sabidamente republicano, respondia à cobrança que era feita a “seu” jornal:

O nosso partido, uma vez que exigem de nós uma declaração explícita, é este:
- O partido dos contribuintes.

Temos, portanto, a honra de representar o maior dos partidos constituídos no Brasil; o que maior soma de direitos possui, o que mais interesse tem na boa administração do Estado, o que suporta a maior carga na distribuição dos ônus sociais; aquele, finalmente que paga para a música sem tomar parte na festa; que é sempre explorado e nunca explora!

Se este partido não é o mais respeitável; o que se poderá pensar *dos outros*?

O partido dos contribuintes, isto é, o nosso partido, tem a seu favor, e para acrescentamento do seu prestígio e autoridade, mais esta circunstância; é ao mesmo tempo o mais *liberal* e o mais *conservador*.

Como *liberal*, não ataca a forma republicana.

Como *conservador*, exige, antes de tudo, a paz, a ordem, a garantia de todos os interesses legítimos; o livre exercício da atividade dos habitantes do nosso país, sejam eles nacionais ou estrangeiros, aplicado ao desenvolvimento do progresso que a todos nós interessa à liberdade fecunda.

Este partido tem o ideal da pátria feliz, engrandecida pelo alento das indústrias criadoras, que garantem, com a riqueza e com o *bem ser* geral da sociedade, a sua segurança, a sua solidez, a sua honorabilidade no concerto dos povos cultos.¹⁵⁹

De forma algo surpreendente, *O Paiz*, em nome da “felicidade da pátria”, e se colocando

¹⁵⁷ *O Paiz*, 6 de Janeiro de 1889, p.1

¹⁵⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Editora FGV, 2007.

¹⁵⁹ *O Paiz*, 09 de Janeiro de 1889, p.1

ao lado de toda a população (nacional ou estrangeira) do Brasil, se intitula porta-voz dos contribuintes. Findo o processo abolicionista, sua primeira, grande e bem-sucedida bandeira, o periódico reafirmava sua estratégia de não assumir uma explícita vinculação com o partido republicano, e mais uma vez nomeia ideais contra os quais seria difícil fazer objeção.

3.2 Temos homens para a República, e jornais também: o apoio da *Federação*

Se *O Paiz* defendia, desde sua fundação, a neutralidade política, *A Federação* optou pelo contrário. Surgindo como órgão do Partido Republicano, não mediu palavras para defender o novo regime. A partir de uma série de editoriais, que por vezes continuavam por duas ou três edições, essa folha tratava de questões políticas, econômicas e sociais que seriam trazidas pela mudança de governo.

Uma das primeiras séries de editoriais publicada pelo jornal foi intitulada: “Os sofismas”. Nele são analisadas algumas máximas repetidas para se combates a república e o movimento republicano, com o objetivo de provar como os argumentos monarquistas não se sustentavam. O primeiro a ser abordado foi: “Não temos homens para república”. Uma análise dessa afirmação foi feita em 28 e 29 de Fevereiro de 1884.

O fato denunciado por todos, por todos atestados é que *não temos homens*; todos acusam a falta de capacidades, a ausência de energias e a perversão completa do caráter.

Mas, para que esse fato, que só depõe contra a monarquia, pudesse servir de argumento legítimo aos pseudo-oportunistas, fora necessário que nos provassem que a causa dele subsistirá sob o domínio da república.

Eis o que até hoje não provaram, nem podem prova-lo.

Na verdade, a que é devido semelhante fato, tão unanimamente reconhecido? (...) É facilmente explicável o poder que tem tido a monarquia para produzir a nulificação dos homens por todos proclamada.

Sob o seu regime de sofismas e de farsa constitucional, o monarca concentra em si todos os poderes nacionais pelo exercício do poder moderador, torna-se por essa forma a grande força invencível, que anula todo o esforço patriótico, que impede toda a iniciativa liberal, que sufoca toda a expansão do espírito democrático.

Habitados a ver inutilizado todos os seus esforços, todas as nobres tentativas para fazer intervir o país na direção dos seus destinos, vencidos sempre pela força superior que a tudo resiste vitoriosa, os homens públicos acabaram, finalmente, por cair no abatimento, na passividade completa.¹⁶⁰

O primeiro ponto para a qual chamamos atenção neste trecho é a forma como os

¹⁶⁰ *A Federação*, 28 de Fevereiro de 1884, p.1

monarquistas são chamados: pseudo-oportunistas. O outro é que *A Federação* consegue reverter a constatação de que faltavam homens para a República para uma crítica ao regime monárquico e ao tipo de homens que ele cria. O regime monárquico, segundo o jornal, produzia homens nulificados, passivos. Isso porque nesta forma de governo a existência do Poder Moderador impossibilitaria tanto iniciativas pessoais como o espírito democrático. Desta forma, se faltam homens capacitados para se ocupar da política no Brasil, a culpa era da própria monarquia e esta falha não poderia ser corrigida no interior próprio regime. A República era a solução. É o que aponta o editorial do dia 29 de fevereiro de 1884:

(...) *Os homens serão os mesmos; a república não terá o poder de transformá-los.*

Afirmar esta proposição é ignorar completamente as leis da mesologia social, é desconhecer os mais positivos ensinamentos da história.

(...) Nos primeiros tempos da nossa existência política, os homens, então mais fortes, mais ativos, lutaram contra o meio monárquico, reagiram valentemente contra a sua influência, esforçaram-se por vencê-lo e impedir a sua maléfica permanência.

Mas, por um concurso ocasional de circunstâncias que favoreceram então a monarquia, ela acabou por vencer as resistências dos homens, e exercendo por isso mesmo a sua influência sobre a sociedade, criou o meio corrupto, a cujas condições deprimentes se tem adaptado a maioria dos nossos homens públicos, desde o início do fatal segundo reinado.¹⁶¹

Ou seja, a monarquia era um deserto de capacidades, porque criava um ambiente de vícios que impedia o desenvolvimento de virtudes cívicas. Houve então a reação:

Ressurge agora a reação. A maioria dos são espíritos, bafejada pelo sopro das ideias dos novos tempos, vivido e animado, insurge-se contra a influencia do meio criado pela organização política.

Esse antagonismo, que por ora se conversa no domínio intelectual, há de agir, em breve, praticamente, e criará a única condição positivamente possível de transformar o meio.

Essa condição é a república, que substituindo a organização artificial pela organização natural, suprimindo o poder pessoal, estranho à (?) e dela independente, para (?) o governo do povo ao próprio povo, criará o regime da liberdade e da responsabilidade, (?) o caráter dos cidadãos, será um poderoso estímulo às energias cívicas, e dará lugar ao aparecimento de novos homens.¹⁶²

Respondendo aos pseudo-oportunistas que acreditavam que a mudança do regime não afetaria a qualidade dos homens, já que estes seriam os mesmos, *A Federação* destacava que a influência das ideias republicanas seria o suficiente para fazer emergir um novo

¹⁶¹ *A Federação*, 29 de Fevereiro de 1884, p.1

¹⁶² *A Federação*, 29 de Fevereiro de 1884, p.1

homem. A República – uma “organização natural” em contraposição à “organização artificial” monárquica – estimularia as energias cívicas, daria espaço para a participação do povo e criaria um espaço de liberdade. Novo governo, novos homens. Novos e melhores. Homens que não seriam corrompidos e forçados à passividade. Homens que poderiam exercer seu patriotismo.

O combate à monarquia enquanto um regime corrupto e passivo, centrado no poder pessoal, que impossibilitava o desenvolvimento de talentos pessoais, em oposição à república que representaria a liberdade, a meritocracia e o povo, não era novidade. Heloisa Starling e Christian Lynch ao analisarem o conceito de república entre 1750 e 1850 no Brasil, apontam para os diferentes significados que foram se integrando ao conceito.¹⁶³ A República, entre 1830 e 1850, já surgia como o regime de virtudes. Entre 1870 e 1880, Maria Tereza Chaves de Mello aponta para uma nova expansão do conceito, incorporando ideias de liberdade, progresso, ciência e democracia. A República torna-se o governo do povo.¹⁶⁴ São essas mesmas ideias, em termos mais apropriados à campanha republicana, que aparecem defendidas pela *Federação* nos editoriais citados.

Uma outra série de editoriais analisando os sofismas defendidos pelos monárquicos versou sobre a afirmação que o governo fazia sobre oferecer, à época, liberdade demais e não de menos. Sobre essa questão, o jornal adota uma análise em duas frentes: primeiro verificando a legislação brasileira e depois apontando fatos que comprovassem a falsidade do argumento. Nas primeiras duas publicações dessa série, *A Federação* faz uma crítica aos monarquistas que aceitavam os valores defendidos pela república, mas acreditavam que a adoção de um novo regime seria apenas uma questão de forma, sendo, assim, desnecessária. A própria monarquia ofereceria estes valores ou, com algumas alterações, poderia oferecer. O jornal contra argumenta, dizendo

Se a *forma* não tem valor, se a sua influencia é nula, os nossos adversários, para serem lógicos, não deviam absolutamente fazer questão dela, estabelecendo preferencias, como as estabelecem.

Preferem a *forma constitucional* à *forma absoluta*, que repelem terminantemente.

(...) É patente que a causa única da nossa discordância é o vão respeito ao fato consumado, é o receio de romper com a nefasta ordem estabelecida, é a falta de coragem para derrocar definitivamente o velho ídolo, que ameaça ruir diante

¹⁶³ LYNCH, Christian Edward Cyril e STARLING, Heloisa Maria Murgel, “República/Republicanos”. In: FERES JUNIOR, João (org.), *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p.225-245.

¹⁶⁴ MELLO, Maria Tereza Chaves. “A modernidade republicana”. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, v.13, n.26, p.15-31, 2009.

do impulso irresistível do espírito moderno.¹⁶⁵

Se a forma nada vale, logo, não haveria porque não romper com o regime monárquico e instituir o republicano. O que se conclui é que, na realidade, os “pseudo-oportunistas” davam sim valor à forma e o faziam por falta de coragem de derrubar o “velho ídolo” e abraçar o progresso. Uma vez desmentindo esse importante sofisma, o jornal vai se dedicar a comprovar como a legislação e os fatos apontavam para outra falha nesse argumento: a de que já tínhamos liberdade demais.

Perante a legislação positiva não existe a liberdade do pensamento, coarctada por terminantes proibições legais; a liberdade de consciência, suprimida por uma religião privilegiada; a liberdade econômica, nulificada por positivas restrições das leis; a liberdade de associação, sujeita à fiscalização oficial; a liberdade de ensino, peada pela direção soberana do Estado; a própria liberdade individual, sofismada pela prisão preventiva e pelos que exercem a autoridade; enfim, a liberdade da opinião nacional, hostilizada eficazmente pela mais absoluta irresponsabilidade do monarca, inviolável e sagrado.

Impotentes para demonstrar o contrário, os nossos adversários, fazendo silêncio sobre a demonstração dos republicanos, nos bradam:

Dizeis que não temos liberdade demais; entretanto, não pode ser mais livre a manifestação do pensamento do que entre nós. A prova é que hostilizais abertamente a nossa forma de governo e as demais instituições; fundais assembleias republicanas, tendes imprensa que defende as vossas ideias. E tudo isto fazeis impunemente.

Antes de tudo, cumpre-nos recolher o próprio testemunho dos monárquicos: são eles mesmos que no afã de enumerar as liberdades de que gozamos, não atestam o gozo doutra liberdade além da de pensamento.

Entretanto, a liberdade não se divide, ela é um todo sistemático, que ou existe integralmente ou não existe de forma alguma.

Não há meia liberdade ou liberdade parcial; ela é uma e indivisível.¹⁶⁶

Como podemos ver, *A Federação* inicia apontando os fatores que contradiziam cada possibilidade de liberdade defendida pelos monárquicos. Finalizando, sinaliza que se existe a possibilidade de defender uma nova forma de governo, de defender ideias diferentes das vigentes, isso não significava que existia liberdade, uma vez que esta devia ser una e indivisível. Ou existe liberdade em todos âmbitos ou não existe.

Chamamos atenção para esta ideia de liberdade “parcial”. Uma vez que não podiam negar que existia certo nível de liberdade de pensamento e expressão, *A Federação* constrói um discurso crítico, defendendo que poder se manifestar e até hostilizar o regime monárquico não significava que este fosse um regime de liberdade. Se o regime fosse realmente de liberdade, ela seria completa e a atuação dos republicanos representaria uma contestação à monarquia. Porém, o jornal lembrava que, tanto a

¹⁶⁵ *A Federação*. 31 de Março de 1884, p.1

¹⁶⁶ *A Federação*. 04 de Abril de 1884, p.1

Constituição como o Código Criminal possuíam um considerável número de artigos estabelecendo penalidades para transgressões políticas desse tipo. Se os governantes não exerciam o poder que tinham, isso não queria dizer que não podiam fazê-lo a qualquer momento. Sendo assim, a liberdade de opinião tão apregoada pelos monarquistas não passava de uma ilusão.

O jornal destaca ainda outras formas de restrição da liberdade no governo monárquico. A religião, restringindo a liberdade de consciência, as leis reguladoras que impediam a liberdade econômica e de associação, a existência do poder moderador que restringia a liberdade da opinião nacional.

Por fim, em outro editorial, *A Federação* complementa o debate,

Não exerce a soberania um povo que não intervém eficazmente na direção dos seus destinos, que não se governa a si mesmo, que acha-se submetido ao governo de um indivíduo, dele independente e perante ele irresponsável. É um povo que não é soberano não pode absolutamente ser livre, porque está sob a sujeição de uma vontade que lhe é estranha.¹⁶⁷

O maior entrave para o exercício da liberdade no Brasil era, paradoxalmente, quem era identificado como seu maior símbolo: o próprio Imperador no exercício do Poder Moderador.

Além da análise já citada, o jornal, ainda sob o título de os “Os Sofismas: temos liberdade demais”, levanta os testemunhos dos próprios monarquistas sobre a falta de liberdade que existia sob o regime. Verificando os programas monarquistas publicados em 1868,¹⁶⁸ o jornal aponta que as liberdades previstas eram muitas, mas, na prática para que elas tivessem real existência, uma série de mudanças deveria ocorrer. Entre elas, a abolição do poder moderador, a concessão de liberdade em matéria de voto, ensino, associação, comércio e, por fim, descentralização política. Mudanças nunca atendidas, pois, alterariam a Constituição de tal modo que nada dela sobraria. O que *A Federação* tenta, ao fazer essa espécie de levantamento, é mostrar como os próprios monarquistas consideravam necessárias as mudanças demandadas pelos republicanos. E ainda mais, como essas mudanças certamente levariam ao fim do próprio regime. Ou seja, os interesses dos monarquistas e republicanos estariam alinhados, bastando que os primeiros

¹⁶⁷ *A Federação*. 08 de Março de 1884, p.1

¹⁶⁸ *A Federação*. 15 de Abril de 1884, p.1. Citando: “eles pregam a liberdade do cidadão, assegurando-lhe a liberdade de consciência, de voto, de ensino, de associação e de indústria; do município, garantindo a sua legítima autonomia; da província, descentralizando-a e entregando-lhe direito de administrar independentemente os interesses que lhe são próprios”

tivessem a coragem necessária para assumir tal posição. A estratégia utilizada aqui é a de confrontar os monarquistas com suas próprias palavras, dando maior autoridade ao discurso republicano e tentando esvaziar as defesas do velho regime. Utilizar os programas monarquistas da década de 1860 era, assim, uma forma de apontar que a necessidade de reformas no regime imperial era demanda antiga.

Porém, uma análise mais próxima do documento mostra que seu conteúdo extrapola muito o conteúdo do manifesto republicano, e não necessariamente levaria ao fim do regime imperial. José Murilo de Carvalho destaca que o programa do Partido Progressista, fundado em 1862, ainda que apresentasse um texto moderado, adotava a tese da responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador. Já o programa do jornal *Opinião Liberal* de 1866 que foi adotado pelo Clube Radical apresentava propostas de descentralização administrativa e defesa dos direitos provinciais, introdução do federalismo, extinção do Poder Moderador e da Guarda Nacional, fim das listas e vitaliciedade do Senado, libertação do ensino da tutela do Estado e substituição do trabalho escravo por livre. Por fim, o programa do Centro Liberal propunha reforma eleitoral e policial-judiciária, do recrutamento, da Guarda Nacional e versava sobre o processo de emancipação. Desta forma existiria uma agenda de reformas ligadas ao liberalismo clássico que combatia a tradição ibérica e criticavam a monarquia, ainda que não propusesse seu fim. Para Carvalho, a criação do Partido Republicano interrompe este debate, a

passagem do radicalismo ao republicanismo parecia um passo lógico na rota da radicalização. No entanto, ela de fato constituiu um retrocesso no que se refere à variedade e profundidade das reformas propostas por liberais e radicais.¹⁶⁹

A agenda de reformas teria sido reduzida à necessidade de mudança do sistema de governo. O que o jornal republicano está defendendo é que as reformas propostas pelos grupos monárquicos seriam uma espécie de engodo, porque não seriam possíveis dentro do regime monárquico já que em última instância levaria ao seu fim. Para os republicanos somente a mudança da forma de governo possibilitaria a implementação destas mais variadas reformas. Isto difere do que Carvalho defende no sentido de que o Partido Republicano não teria posto fim no debate das reformas, mas antes se apresentou como único possível para fazê-las, mesmo que estas não estivessem todas expostas no

¹⁶⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. In: Centre for brazilian studies. University of Oxford, Working Paper, 87. p.17.

Manifesto de 1870.

As primeiras edições d'*A Federação* não estão disponíveis para consulta. Dessa forma, não temos acesso ao primeiro editorial do jornal que, em geral, informa sobre os interesses e objetivos na fundação da folha. Apesar disso, em Março de 1884, com o aparecimento de nova folha republicana no estado, em São Gabriel – *O Precursor* –, *A Federação* transcreve o primeiro editorial do jornal, sinalizando sua concordância com ele:

Há pouco mais de quatro anos não existia nesta província sério movimento republicano.

Não havia mais do que as pujantes tradições democráticas da nossa história, e alguns raros e valentes espíritos, confiantes e cheios de esperanças no futuro. Iniciado o movimento, já conseguiu, entretanto, em um tão curto período este admirável resultado:

Uma organização partidária bem constituída, disciplinada e forte pela uniformização das opiniões e pela coordenação dos esforços.

Está, pois, efetuado o mais custoso trabalho.

O que agora reclama a vida do jovem partido é que se devolvam rapidamente os meios de propaganda e de ação para dar crescimento à sua força numérica.

Para este fim criou-se esta folha, cuja tarefa principal é manter uma contínua doutrinação política.¹⁷⁰

Se a criação de um jornal para representar os interesses do Partido Republicano Rio-grandense por si só já não deixasse claro, seu editor não se furta em dizer: a tarefa principal d'*A Federação* era a doutrinação política. Ele representava também a consolidação do movimento republicano na província, o que em 1880 ainda era incipiente. A mudança ocorrida, que passa de uma organização em movimento para uma organização partidária – com a fundação do PRR, em 1882 – é muito grande, e o próprio surgimento da folha era um indicativo do crescimento e do espaço que as ideias republicanas estavam conquistando.

O que se observa na atualidade?

De toda parte surgem adesões sinceras e vigorosas à ideia republicana.

Continuamente recebe ela o poderoso concurso dos cidadãos desiludidos da exausta monarquia brasileira, que já não provoca entusiasmo, nem inspira confiança.

Os núcleos republicanos se formam em toda a província, e apresentam-se fortes pelo espontâneo vigor da iniciativa, compactos, homogêneos[sic], unidos pela invencível disciplina das ideias das opiniões.

(...) Finalmente, está atingido o grande objetivo que apenas há quatro anos não constituía mais do que uma vaga aspiração: a organização partidária.

Os monárquicos, mesmo os mais fanáticos, já não podem negar a existência do partido republicano.

Representado na sua imprensa, que o sustenta e o defende diariamente,

¹⁷⁰ *A Federação*, 10 de Março de 1884. p.1

representando também na maioria das nossas municipalidades, em cuja esfera de ação atua já com o proveito, o jovem partido cresce constantemente, e não tardará a ter representação na própria assembleia provincial.

Se não concorre ainda em força numérica com os velhos partidos monárquicos, é, entretanto, mais pujante do que eles pela superioridade de ideal político, pela determinação de objetivo, pela segurança de vistas, pela unidade moral, pela certeza do triunfo em próximo futuro.¹⁷¹

Comparado aos partidos monárquicos, o Partido Republicano ainda era jovem, embora estivesse constante crescimento. A monarquia não podia mais negar sua existência e a força que vinha ganhando. Aliado à imprensa, seu sustentáculo e defesa, ele cada vez obtinha mais novas adesões. E qual o público mais impacto pela constante propaganda e doutrinação republicana? Segundo esse jornal, a mocidade, que iludida com a monarquia não conseguia encontrar abrigo e ressonância nas instituições monárquicas. Um jovem partido que conquistava jovens adeptos, e que tinha por base um grupo sólido de intelectuais e personagens políticos conhecidos e de prestígio. Na imprensa, como já vimos anteriormente, o partido tinha sua melhor tribuna.

Se a imprensa era o sustento e o maior defensor dos republicanos, por que outros jornais como *O Paiz* e *A Província* – fundada com esse intuito – não se constituíam em órgãos do partido na Corte e em São Paulo? Como já mencionamos, *O Paiz* era um jornal de propriedade de João José Reis Junior, Conde de Matosinhos, ainda que seu editor, Quintino Bocaiúva, tivesse grande liberdade para imprimir suas diretrizes. E *A Província*, ainda que fundada com intenção de ser um jornal republicano e dedicado aos programas e ideais do movimento, optou por não se filiar diretamente, ampliando o público leitor e possibilitando maior liberdade de debate.

Outra importante questão levantada na seção *Fatos e Comentários*, de *A Federação* seriam as relações entre conservadores e republicanos em São Paulo.

Os republicanos ligados aos conservadores!

Inconsciente afirmação!

Atualmente mesmo os monárquicos de ambos os matizes estão lá únicos na assembleia provincial para combateres os deputados republicanos.

Estes são apenas quatro.

Mas tal é a elevação da sua atitude, o seu prestígio, o seu imenso poder moral, que os monárquicos compreenderam bem cedo a necessidade da união das forças para poderem resistir aos assaltos da legião.¹⁷²

A simples ideia dos republicanos estarem ligados a algum partido monárquico parece

¹⁷¹ *A Federação*, 19 de Março de 1884. p.1

¹⁷² *A Federação*, 05 de Abril de 1884, p.2

inconcebível para o jornal. A essa época, o Partido Republicano Paulista tinha eleito quatro deputados, que eram sempre muito contestados na Câmara, como aponta o trecho citado. Porém, vale ressaltar que ainda que esse relacionamento tenha sido desacreditado, anos mais tarde, uma carta de Campos Salles a Quintino Bocaiúva anuncia exatamente essa prática. Para Salles, um acordo entre os dois partidos, em localidades onde houvesse competição entre republicanos e liberais servia para aumentar as chances dos primeiros vencerem, o que seria útil também aos conservadores, que sofriam forte oposição dos liberais. Já os republicanos da Corte, não raro concorriam pelo Partido Liberal, diante do pouco espaço político que tinham conseguido. Nesses casos, a estratégia política vai flexibilizar as clivagens ideológicas.

3.3 O apartidarismo d’*O Paiz* e a coluna do Partido Republicano

Ainda sustentando sua posição política, porém não partidária, *O Paiz* inaugurou em 26 de Junho de 1888 duas novas colunas que refletiam esse complexo e polêmico posicionamento: “Campo Neutro”, por Joaquim Nabuco e “Partido Republicano”, por Aristides Lobo. Para anunciar as colunas e esclarecer seu público leitor, *O Paiz* publicou longa matéria, muito provavelmente de autoria de Quintino:

Sob esta rubrica, que ficara regendo permanentemente a nova seção que hoje abrimos na nossa folha, publicamos hoje um artigo do nosso ilustre colega Dr. Joaquim Nabuco.

Como é sabido, a nossa folha é neutra nas contendas dos partidos políticos que entre si disputam a preponderância no governo do Estado.

Desse caráter decorre para nós o dever de não empenhar a responsabilidade editorial da folha na discussão que interesse peculiarmente aos programas de qualquer dos partidos ou nas polêmicas suscitadas entre eles, quer quanto a pontos de doutrina, quer quanto a interesses partidários propriamente ditos.

(...) Em tal caso a imprensa neutra é a arena do debate, e abrir espaço à livre manifestação do pensamento de cada um é fornecer, pela discussão, à própria opinião pública, o elemento indispensável para que ela se pronuncie com conhecimento de causa...

Tal é o intuito com que abrimos hoje a seção *Campo Neutro*, na qual serão inseridos tão somente os artigos políticos que tragam a assinatura dos seus autores.

(...) Em outro plano e correspondendo a uma outra ordem de interesses, abrimos também hoje uma seção especial, que, por convenção, fica pertencendo ao *Partido Republicano*, que por meio dos seus escritores, tem a liberdade de fazer a propaganda dos seus princípios e a de defender os seus legítimos interesses.

Esse direito, nas mesmas condições, pode ser exercido por qualquer outro partido que queira ter na imprensa de grande circulação um espaço consagrado a ser o órgão das suas ideias.¹⁷³

¹⁷³ *O Paiz*, 26 de Junho de 1888, p.1

Como podemos observar, o jornal considera a imprensa uma arena para o debate político; um local privilegiado para a manifestação, discussão e apresentação de ideias e doutrinas. Joaquim Nabuco era antigo colaborador do jornal, publicando matérias eventualmente. Porém, a partir da criação dessa seção, teria uma participação mais efetiva.

Quanto à seção, “Partido Republicano”, vale fazer algumas considerações. Ela já era publicada, em geral, na terceira página do jornal, próxima a outras como a “Seção Livre” e a de “Avisos e Anúncios”. Em geral ocupava o espaço de uma, eventualmente duas, das seis colunas em que era dividido *O Paiz*. Seu título era escrito em letras simples, com caixa alta e em negrito. Ou seja, ainda que não estivesse na página principal, não devia passar despercebida.

Segundo *O Paiz*, uma coluna de nítida filiação partidária seria um direito que poderia ser exercido por qualquer outro partido, embora seja preciso notar, que apenas o Partido Republicano teve efetivamente tal possibilidade. Outro ponto que surge da análise da seção é que, enquanto a coluna escrita por Nabuco saía semanalmente, a do Partido Republicano era publicada diariamente, o que lhe dava ampla vantagem. Por fim, mais duas observações: enquanto a coluna assinada por Nabuco deixou de ser publicada em 4 de Janeiro de 1889, a coluna “Partido Republicano” continuou até maio de 1889. É verdade que sua periodicidade, entre Janeiro e Maio, não foi mais diária, havendo apenas inserções semanais. Contudo, quando ela desaparece definitivamente, surge uma nova coluna dedicada a divulgar notícias do partido: o “Boletim Republicano”.

O importante a ser observado, é que, precisamente em maio de 1889, Quintino Bocaiúva seria eleito, na reunião do Conselho Federal Republicano, o Diretor Político do partido, assumindo o papel de maior destaque na agremiação. Não é casual, portanto, vermos uma modificação na orientação política de *O Paiz*. Ou seja, acreditamos que a ascensão do redator na hierarquia partidária vai afetar a propaganda republicana realizada pela folha. Não só Bocaiúva vai se portar de forma mais explícita em relação ao republicanismo nos editoriais e em outras matérias, como também ocorre essa substituição nas colunas ligadas diretamente ao Partido Republicano. A coluna então tem dois momentos, antes e depois de maio de 1889.

As seções Campo Neutro e Partido Republicano iniciaram sendo assinadas por seus respectivos responsáveis. Porém, já em 3 de Julho de 1888, a coluna Partido

Republicano deixa de trazer a assinatura de seu autor. Provavelmente, porque, assim, mesclava-se melhor com o formato do jornal. Esse formato pode ser visto como uma tentativa de fazer com que a própria seção, ao invés de se apresentar como de autoria de um republicano, fosse um espaço de propaganda política do partido no jornal, que acabava por abraçar, assim, a causa de seu editor.

Durante sua existência, o conteúdo de “Partido Republicano” se dividiu em diversos tópicos. Nela eram publicados os manifestos de núcleos do partido de várias regiões do país; os debates acerca de acontecimentos políticos ligados ao republicanismo; e as principais ideias do partido referentes à defesa do republicanismo. É sabido que, com o fim da escravidão, muitos fazendeiros aderiram ao Partido Republicano e foram muito criticados. Uma questão que agitou os debates da época e sobre a qual a coluna se manifestou:

O desaparecimento da escravidão é a carta de liberdade, não de uma raça infeliz, mas de todos os cidadãos deste país.

Nivelando todas as condições sociais logicamente suprimiu as desigualdades políticas.

Por trás da montanha negra quedava-se o vasto horizonte das aspirações democráticas.

Isto é o que disseram, de todas as tribunas, os democratas que se esforçaram pela extinção da escravidão; este era o argumento máximo dos próprios defensores da monarquia, quando nos diziam: - Como quereis republica em um país que possui escravos?

(...) Em falta de argumentos válidos com que possam combater a marcha natural da transformação monárquica para o regime republicano, eles procuram caluniar e deprimir o movimento.

(...) Por mais que esses homens em solenes manifestos e eloquentíssimos protestos declarem que repudiam o presente grego da indenização com que muitos lhes acenam, os servidores da regente afirmam que é o despeito que os conduz aos arraiais republicanos.

O recurso é conhecido: não se discute, ultraja-se; não se examinam os fatos, caluniam-se as intenções.

(...) Deixai, pois, que prossiga em sua marcha a corrente passageira dessa democracia, que violando a verdade, declarais espúria e corrompida, pois que em breve retrocederá de seu curso, volvendo ao seu encontro.¹⁷⁴

Vê-se como o jornal procura rebater o argumento de que a adesão dos antigos fazendeiros seria despeito, defendendo que, finalmente, indicava uma aproximação com as aspirações democráticas do republicanismo. Uma vez rejeitada a proposta de indenização pelos escravos libertos, não havia mais cabimento para que o vínculo com a monarquia fosse mantido. As acusações de oportunismo contra os recém-filiados tinham o único propósito de combater o avanço republicano, desqualificando os novos aderentes.

¹⁷⁴ *O Paiz*, 26 de Junho de 1888, p.3

O crescimento do partido e o avanço das ideias republicanas no país incomodavam aqueles que lutavam pelo regime monárquico. Mesmo Joaquim Nabuco se posicionou sobre isso em sua coluna quando Martins Júnior, um grande nome do republicanismo nortista, passou em um concurso para lente da faculdade de Pernambuco. Alguns achavam que ele não deveria assumir o cargo já que poderia influenciar seus alunos. A isto respondeu Nabuco:

O grande título de que a monarquia brasileira se ufana é a sua tolerância. Esse belo título é preciso torná-lo ainda mais verdadeiro, mostrando que ela não foi tolerante somente quando os seus inimigos eram uma pequena minoria que ela temia aumentar perseguindo, mas que o soube ser quando eles se organizaram em partido para uma luta sem tréguas.¹⁷⁵

O crescimento dos republicanos organizados partidariamente passou a ser sentido e reconhecido. Ao ser interpelado sobre a situação, o presidente do Conselho de Ministros teria dito que o Partido Republicano precisava crescer e aparecer, para que então a monarquia se preocupasse com ele. A isto respondeu Aristides Lobo:

A tranquilidade real ou aparente, ostentada pelo digno presidente do conselho nos deveria levar, a nós republicanos, ao terreno da mais perfeita e absoluta segurança, se, acaso, já não fosse por demais sensível o deslocamento de sua primitiva posição.

(...) Agora, porém, dirigindo-se formalmente ao Partido Republicano, S. Ex. – diz que [ilegível] no caráter instável do movimento que se opera, apelia (que lamentável segurança) para a versatilidade do espírito nacional, que diz e desdiz, que se afirma e se nega constantemente, na opinião do ilustre representante do governo da regente, e conclui com a seguinte e desdenhosa ameaça – “Cresçam e apareçam. E então ajustaremos as contas.”¹⁷⁶

Então continua:

O Partido Republicano, fique S. Ex. certo, não aceita o repto.

Temos perfeita segurança da marcha acelerada dos nossos princípios no espírito e na consciência do país, para entrarmos em ajuste de contas com um governo de incidente, que está como a gralha da fabula, vivendo à custa das incertezas, dos terrores, dos desânimos e da confusão em que foram lançados os dois partidos, que por um eufemismo estranho se chamam regulares.

S. Ex., que ve os acontecimentos através de um longo horizonte, fazemos-lhe justiça, sabe, como o declarou, que a monarquia representativa é um governo de transição.

(...) É inegável, e nós somos os primeiros a reconhecer, que a marcha da ideia republicana tem sido lenta, penosa e difícil, mas assim devera ser.

(...) Não é azado o momento de desarticularmos a curiosa estrutura de

¹⁷⁵ *O Paiz*, 03 de Julho de 1888, p.2

¹⁷⁶ *O Paiz*, 28 de Junho de 1888, p.3

manequim constitucional, cujo organismo, habilmente calculado, põe em proveito de uma só entidade – o representante da realeza – todas as forças vivas do país.¹⁷⁷

À provocação do presidente do Conselho, o autor responde com a certeza do avanço das ideias republicanas. Reconhece sim que essa mudança ocorreu de forma lenta e gradual, mas acredita estarem justamente no momento de desarticulação dos princípios monárquicos e em vias de mudança do regime. A preocupação da monarquia com o avanço republicano é apontada como motivo para a perseguição do governo ao partido. Durante o período eleitoral foram denunciados diversos casos de violência para garantir a vitória dos partidos monárquicos. O fato foi denunciado no espaço do partido. Era visto como sinal da desarticulação do regime.

O que resta dos dois partidos monárquicos, a nação está vendo: um governo sem norte, uma representação solapada nas próprias bases do seu mandato, alguns homens patriotas, porém incertos, que se debatem entre a descrença pela atual ordem de coisas, e os desejos e vacilações do futuro.¹⁷⁸

Uma semana depois, ao comentar novamente o resultado das eleições, publicou:

De toda parte nos chegam reclamações contra o estado anárquico em que o governo da regente mantém as regiões do interior.
(...) Aterrado com o rápido desenvolvimento do espírito democrático, o governo da regente e os seus atrabiliários servidores ressurgem todo o processo aparatoso e violento das antigas eleições.
(...) Estamos, pois, em presença da posição a que queríamos chegar – o Partido Republicano o único partido nacional em face de um só partido monárquico.
(...) A monarquia passou do plano da vida normal da nação, para o lugar de um incidente, de vida breve, agonizando e meramente transitória.
A ninguém escapa, que a junção toda ocasional dos dois partidos, nada tem de serio e duradouro.
Pode-se afirmar, sem medo de real contestação, que a parte estável e solida dos dois partidos, principiam a formar o grande leito por onde abrem caminho as aspirações republicanas.¹⁷⁹

A vitória dos partidos monárquicos teria ocorrido apenas pela união ocasional e oportunista destes. Isso indicaria a formação de uma nova configuração: Partido Republicano x Partidos Monárquicos. Os partidos monárquicos separados, já não tinham mais força para frear a marcha republicana. Esta estaria cada vez mais avançada e a monarquia, em estágio agonizante.

¹⁷⁷ *O Paiz*, 28 de Junho de 1888, p.3

¹⁷⁸ *O Paiz*, 01 de Julho de 1888, p.3

¹⁷⁹ *O Paiz*, 07 de Julho de 1889, p.3

Além dos partidos monárquicos, o Partido Republicano criticou em diversas vezes a própria instituição monárquica. Destacamos aqui dois artigos em que as críticas se mostram mais virulentas. No primeiro, publicado em 5 de Julho, a coluna critica a monarquia, apontando seu caráter tirânico. Abrangendo um longo período, desde a independência até o momento em que se encontrava, o articulista critica o processo de formação do país e a atuação de seus governantes,

O primeiro imperador, impôs a sua vontade despótica dissolvendo a constituinte reunida pelo voto popular [ilegível] sobre os seus representantes a boca dos canhões.

Em compensação, deu-nos uma carta que é um compendio de máximas inocentes, é certo, mas entregou as forças diretoras e diretoras e subjulgantes desse aparelho político, aos representantes de sua dinastia no poder.

O grito do Ipiranga, é fruto de uma transação vergonhosa, que figura nos *cadastros* do Imperio, como a primeira divida do povo brasileiro, em paga de sua suposta alforria, mas que nunca foi nem será indenizada.

Eis o primeiro elo de nossa gratidão.

O segundo imperador, levado segundo dizem, por zelo patriótico, mas zelo infeliz, incorreu em funesto erro político dobrando todas as resistências e todas as virilidades nacionais em proveito seu e de sua casa reinante.

(...)Cumpre rever em presença da história, o reinado pacífico desse rei bonachão, a quem o atual ministro da justiça chamou cruelmente em pleno parlamento de Cesar caricato.

Todas as tiranias são mansas quando ninguém lhes resiste.¹⁸⁰

A independência do Brasil é apontada como transação vergonhosa. D. Pedro I teria sido um déspota que se impôs ao dissolver a constituinte, entregando o país a representantes da sua confiança. Já D. Pedro II é criticado por colocar seus próprios interesses acima do desenvolvimento da nação. O artigo finaliza apontando que o caráter “manso” da monarquia se dá apenas pela falta de resistência. Ou seja, diante de uma oposição forte e organizada ela mostraria sua verdadeira face.

Intensificando o tom das críticas, na semana posterior, a coluna comparou a monarquia à escravidão. Segundo a publicação,

A instituição monárquica é a pior de todas as escravidões.

Ela não se contenta com as regalias que a rodeiam e com os privilégios absurdos que a parvoíce humana decreta no perpetuo interesse das dinastias.

Sejam quais forem as exigências de progresso e as imposições da civilização, é força que a respeitem e mantenham sob pena de insurgir-se.

(...)O governo é um mero instrumento do soberano, os parlamentos são ou devem ser as chancelarias submissas de sua augusta e soberana vontade.¹⁸¹

¹⁸⁰ *O Paiz*, 05 de Julho de 1888, p.3

¹⁸¹ *O Paiz*, 12 de Julho de 1888, p.3

O governo monárquico seria a imposição da vontade de seu soberano. Uma forma, a pior, de escravidão. Centrada em interesses pessoais, submete a população e o parlamento. Em contraposição, o regime republicano é considerado como a própria democracia. É o progresso e o respeito à vontade nacional, expressa pelo voto universal. Constrói-se uma clara oposição entre tirania e democracia, vontade pessoal e vontade do povo, retrocesso e progresso.

Entre o período de Julho e Dezembro de 1888, tendo já finalizado o processo eleitoral, a coluna volta-se a anunciar *meetings*, adesões e transcrever conferências. É o momento em que diminui também sua periodicidade.

O outro grande evento que debatido pelo jornal foi a já mencionada conferência de Silva Jardim em fins de 1888, com o decorrente confronto entre republicanos e membros da guarda negra. Os republicanos se defenderam e consideraram que a polícia teria deliberadamente chegado atrasada, para deixar que a situação se desenrolasse antes de intervir. Diversas pessoas teriam ficado feridas. Por isso, a atuação da polícia foi muito criticada, juntamente com o governo, que não teria se manifestado. Um inquérito foi aberto para averiguar o ocorrido. A coluna relata este episódio destacando a atuação épica dos republicanos, que mesmo sob grandes riscos, defenderam sua causa e um de seus principais propagandistas.

Quando o ano de 1889 começa, nos primeiros dias de Janeiro, a coluna trouxe uma descrição completa do ataque. Nas publicações o autor faz uma crítica direta à guarda negra que teria sido a responsável pelo ato.

A liberdade da tribuna era violentamente atacada pelos agentes do poder público, e a guarda negra, a quem o primeiro ministro do imperador confiou a defesa das instituições, empreendia em nome destas mesmas instituições o primeiro assalto contra a liberdade do cidadão!

Dois lemas tremulavam nos campos de combate. Um sustentava-o a monarquia atirando-se contra o povo em nome da sucessão da Sra. D. Isabel ao trono do Brasil aos gritos de morra o povo!

O outro erguia-o a democracia brasileira, desfraldando-o aos ventos da futura grande da pátria aos gritos de – viva a república!¹⁸²

Narra-se o evento como um embate entre dois lemas, duas ideias, a monarquia e a república, mas que lutaram de modo diferente.

Continuando a descrição no dia posterior, publicou:

¹⁸² *O Paiz*, 05 de Janeiro de 1889, p.3

Era horrível... mas era sublime!... O amor da pátria já tinha apaixonado até o coração das crianças e os sorrisos destas almas puríssimas que n'uma luta encarniçada saudaram as alvoradas da liberdade caíram como gotas de orvalho sobre a frente dos combatentes e como que afugentaram as nevoas de sangue levantadas nos horizontes da pátria!

(...) É a história das instituições decadentes, dos governos fracos e pusilânimes que não confiando nos meios de manter a ordem pública vão procurar entre os inconscientes sem noção de dever, nem concepção de direitos o braço que assalariam trazendo à superfície das ruas a onda espumante das fermentações que se geram nas sentinas sociais!¹⁸³

O confronto entre os dois grupos serve de analogia à própria situação do império. Enquanto os republicanos resistiram pelo amor à pátria, os monarquistas, apenas atacavam - utilizando-se de um grupo específico, e virulento. Uma vez que sabiam que não conseguiriam mais manter a ordem e, em última instância, a instituição monárquica; na impossibilidade de frear a causa republicana, atacava-a.

Segue-se a estas matérias de janeiro de 1889 uma série de artigos denunciando a perseguição encetada pela monarquia ao Partido Republicano, até que a coluna, sem aviso, deixa de ser publicada, sendo substituída pelo “Boletim Republicano” coincide com a subida de Quintino Bocaiúva a diretor político do partido. O “Boletim Republicano” tinha um caráter muito mais informativo. Não era um espaço de propaganda e divulgação de ideias, tendo também um tamanho menor, raramente ultrapassando mais que meia coluna. Nela eram informadas reuniões, acompanhamento e eleições e foram feitas algumas críticas sucintas, como, por exemplo, ao chefe de polícia que expediu edital para punir vivas à república. Entre Maio e Setembro, período final em que é publicada, tinha uma periodicidade também muito menor, saindo uma vez na semana, por vezes, nem isso.

Vale observar que uma coluna como essa já existia n'A *Província de S. Paulo*, tendo o mesmo caráter. Como *A Federação* era oficialmente o órgão do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, não haveria muito sentido em uma coluna como essa, pois todo o jornal cumpria esse papel. Logo, ela não era necessária. Já em *O Paiz* e em *A Província*, órgãos republicanos, porém não de forma oficial, esse era um espaço específico para que o partido pudesse publicar suas notas, convites, programas e fizesse a propaganda de suas ideias e de seus candidatos.

Em sua última publicação dentro do período estudado, em 25 de Setembro, *O Paiz* publicou:

¹⁸³ *O Paiz*, 06 de Janeiro de 1889, p.3

Muitas vezes já temos ouvido de pessoas gradas que o país não está preparado para a república.
É um erro. Um povo está sempre apto para progredir.
(...) A república está em todos os espíritos e avança neste sentido todos os dias. Os efeitos produzidos aí estão.
(...) O governo democrático tem por princípio a igualdade dos homens, não a igualdade absoluta, que seria a ruína da sociedade. (...) A riqueza será partilhada por todos, sem privilégios, limitando-se assim o número de ricos e crescendo o número dos abastados. Uma espécie de nivelamento se estabelece
(...) Tudo se eleva moral e socialmente falando.
Partindo desses princípios, o sufrágio universal é a instituição fundamental da democracia.¹⁸⁴

Era uma matéria retirada da *Gazeta de Sobral*, sobre a política republicana. Nela o autor afirma que ao contrário do que se tem dito, o país estava sim preparado para a república, uma vez que esta seria o progresso. A república é o governo democrático, é a elevação de todos os princípios. Esta última publicação passa uma importante mensagem. É a afirmação de que não seria necessário temer a república, que tudo melhoraria com a instauração de um governo republicano. Seria o progresso para o país.

Ao analisar os textos publicados na seção “Partido Republicano” de *O Paiz* podemos observar como a ideia de república foi sistematicamente associada ao conceito de democracia, passando ambas as palavras a designar os mesmos valores, em oposição à monarquia. Algo, aliás, que a literatura que trata do tema já vem apontando.

Analisando especificamente o Manifesto de 1870, Carvalho aponta para formação de um tripé em torno do qual se construiu o discurso republicano: república-democracia-federação.¹⁸⁵ Todos esses conceitos estavam relacionados e se completavam. Outra importante contribuição nesse sentido é a de Maria Tereza Chaves de Mello, que, em artigo publicado sobre a modernização republicana, analisa a operacionalidade do conceito de república nas décadas finais do império. Segundo a autora, nesse período “o vocábulo república expandiu seu campo semântico incorporando as ideias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado”¹⁸⁶.

Toda esta articulação semântica pode ser observada nos textos publicados na seção, “Partido Republicano” de *O Paiz*. Sendo assim, podemos observar que havia um elo entre o que estava sendo divulgado oficialmente pelo partido e o que estava sendo

¹⁸⁴ Retirado da Gazeta de Sobral - *O Paiz*, 25 de Setembro de 1889, p.3

¹⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo no Brasil, 1870-1891 In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, 2011: p. 141-157, p.157

¹⁸⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana”. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, v.13, n.26, p.15-31, 2009, p.16

publicado na imprensa carioca, o que evidencia a convergência entre o discurso partidário e propaganda da coluna, que conseguia grande alcance, chegando a um público não necessariamente republicano, como ocorreria no caso de um jornal partidário, o que garantia uma ampla divulgação e debate de suas ideias e objetivos.

A modificação na orientação política de *O Paiz* ocorre quando Quintino Bocaiúva é eleito, por reunião do Conselho Federal Republicano, o Diretor Político do partido, assumindo, então, o papel de maior destaque dentro da agremiação. Acreditamos que sua ascensão na hierarquia partidária vai afetar a propaganda republicana realizada pelo jornal. Não só Bocaiúva vai se portar de forma mais explícita em relação ao republicanismo nos editoriais, como ocorrem alterações na coluna que era publicada desde o ano anterior, sob o título Partido Republicano.

3.4 O Brasil enquanto exceção: *O Paiz* e o elogio das repúblicas americanas

Apesar de não se declarar republicano, *O Paiz* também nunca se pronunciou contra a Monarquia. Mas sua não filiação ao partido republicano também não o impediu de publicar, no ano de 1888, uma série de matérias elogiando as repúblicas americanas.

Essas matérias estavam relacionadas à situação econômica, política, educacional e religiosa desses países e foram publicadas, por vezes, durante visitas de representantes dessas repúblicas ou em edições especiais de homenagem às comemorações de independência. Em 1884, por exemplo, em uma das edições, discutindo uma visita ao Colégio Salesiano de Niterói, publicou:

Enquanto na República Argentina o governo e o congresso dão todas as garantias ao ensino leigo, procedendo com grande energia contra o vigário geral de Córdoba, e conseguindo que o prelado recentemente nomeado para ali, D. Juan Tissera, declare previamente que obedecerá sem relutância às leis civis, concernentes às escolas do Estado, entre nós corre sem a mínima fiscalização do poder público, o ensinamento nas escolas e asilos dirigidos por clericais.¹⁸⁷

Como se pode observar, desde seus primeiros números, *O Paiz* marcou posição a favor da laicização do Estado, o que era um ponto importante do programa do Partido Republicano. A educação era uma questão central, uma vez que era o melhor caminho para o progresso. É interessante ainda notar que, como contraponto à situação brasileira,

¹⁸⁷ *O Paiz*, 05 de Outubro de 1884, p.1.

optou-se por apontar o exemplo da república Argentina.

O tema da educação será um tópico recorrente através do qual o jornal apresentava e discutia suas ideias republicanas. Para além da crítica ao ensino ligado à Igreja Católica, também registrava a escassez de escolas públicas e a insuficiência do modelo escolar existente. Citando, principalmente, o caso dos Estados Unidos da América (EUA), *O Paiz* defendia a existência de uma educação profissional, voltada para aqueles que queriam aprender ou se dedicar a uma profissão. É o que vemos na matéria publicada em Junho de 1888:

O desequilíbrio que se observa entre nós nas carreiras literárias, já esterilizadas pela concorrência, e nas que existem instrução técnica, desamparadas de concorrentes e de servidores por falta de educação profissional, constitui um embaraço social e exige providencias governamentais que removam o obstáculo oposto a tantas vocações perdidas.¹⁸⁸

Vale mencionar que a preocupação de Quintino Bocaiúva com a questão educacional no Brasil é muito anterior às matérias que aparecem no jornal. Encontramos cartas em seu acervo que atestam seu envolvimento numa importante campanha pela construção de escolas públicas, com o financiamento dos Estados Unidos.

O projeto, levado à Câmara por Homem de Melo¹⁸⁹, não foi à frente, mas foi muito debatido por Quintino em cartas. Um importante aliado de Bocaiúva no projeto era Salvador de Mendonça, republicano histórico e cônsul do Brasil nos Estados Unidos. Em 1880, no início da empreitada ele escreveu a Mendonça:

A mania atual, depois de tantos e ainda em meio de muitos esbanjamentos, é fazer economias à custo da instrução pública. Esta gente só faz a supressão de escolas e de professores no intuito de cortar despesas inúteis, Em compensação animam com prêmios as corridas de cavalos. É triste que nem todos tenhamos quatro patas.¹⁹⁰

Posteriormente, comentando o projeto,

Se for feliz, os dois contratos (RJ e SP) já oferecem excelente ponto de partida para a iniciação de nosso plano e de atrair para o nosso país o capital e a iniciativa dos Yankees¹⁹¹

¹⁸⁸ *O Paiz*, 19 de Junho de 1888, p.1.

¹⁸⁹ Barão Homem de Melo. Político liberal, abolicionista. Exerceu a inspetoria da instrução pública primária e secundária no gabinete João Alfredo. Participou também do Gabinete Saraiva.

¹⁹⁰ BOCAIUVA, Quintino [carta] 05 Set. 1880 [para] MENDONÇA, Salvador de.

¹⁹¹ BOCAIUVA, Quintino Bocaiúva [carta] 05 Jan. 1881 [para] MENDONÇA, Salvador de.

Mendonça se encontrava nos Estados Unidos e travava por lá os contatos necessários, enquanto, no Brasil, Bocaiúva tentava, às escondidas, levar à votação bem-sucedida do projeto. Como podemos observar, era do interesse de ambos conseguir um contrato com os Estados Unidos. O projeto foi muito debatido na Câmara, mas com o valor que deveria ser investido para construção das escolas e a falta de vontade, como chama Bocaiúva, dos deputados, não foi realizado.

A Argentina - ao lado dos EUA e outros países republicanos - vai aparecer diversas vezes no jornal como contraponto ou exemplo a ser seguido. Ressaltamos ainda outra questão: nos anos finais do império – entre 1888 e 1889 – proliferam as matérias deste tipo. Maria Tereza Chaves de Mello aponta que

Na década de 1880, a equação [monarquia x república] ganhou maior contundência em função do esvaziamento de um dos trunfos da propaganda monárquica: o confronto entre a estabilidade, a paz e o progresso do Brasil com a anarquia e a barbárie das repúblicas sul-americanas. Naquele momento, diversos desses países já haviam encontrado sua forma de estabilidade institucional e, muito ao contrário, Argentina e Chile, pelo menos, se adiantavam em relação ao Império brasileiro: maior progresso material, mais ampla população educada, maior adesão às “ideias avançadas”.¹⁹²

A título de ilustração, destacaremos algumas publicações. Em Janeiro de 1888, discutindo os avanços agrícolas argentinos, *O Paiz* publicou:

A imigração, o estabelecimento de colônias prósperas, o desenvolvimento das comunicações terrestres e fluviais, o telégrafo e as estradas de ferro, finalmente, operaram a maravilha e hoje a República Argentina, sem pretender ser um país essencialmente agrícola, é entretanto uma potência agrícola.¹⁹³

A Argentina, agrícola como o Brasil, demonstrava grande progresso, já podia mesmo ser considerada uma potência, enquanto aqui nos apegávamos à rotina e ao escravismo. Sendo assim, o jornal se pergunta: “*Que futuro estará reservado a esta pobre terra se prevalecerem nos conselhos do governo e nos conselhos da opinião pública esses homens funestos, que, como os morcegos, fogem da luz e só se sentem a gosto no meio das trevas?*”¹⁹⁴.

Para além da comparação efetuada, a qual faz parecer que o Brasil fica em larga

¹⁹² MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. In: *Revista Tempo*, 2009, vol.13, no.26, p.17.

¹⁹³ *O Paiz*, 07 de Janeiro de 1888, p.1

¹⁹⁴ *O Paiz*, 07 de Janeiro de 1888, p.1

desvantagem, fica ainda a pergunta sobre o que esperar do futuro. Afinal, o país estava nas mãos de “homens funestos” que, como morcegos, fugiam da luz. Claro que nada de bom poderia acontecer. A crítica é direta, atingindo duramente os monarquistas que estão no poder, em sua grande maioria proprietários de terras e donos de escravos e, como tal, representantes do “obscurantismo” vigente.

Em 9 de julho de 1888, menos de dois meses após a Abolição, *O Paiz* publicou um de seus suplementos especiais, explorando a mesma estratégia de elogios às repúblicas vizinhas. Homenageando a República da Argentina, o suplemento contava com diversas contribuições.

Não é este o momento mais oportuno para examinar qual dos dois países mais tem progredido com a forma do governo que adotaram, mesmo porque não se pode afirmar o que está reservado a esta pátria brasileira. Se, porém, fosse dado a alguém levar o seu olhar além da linha veladora e restrita do horizonte visual, talvez fosse possível descobrir um ponto em que se reconhecesse emurchecida essa flor exótica da América, que tanto tem medrado no Brasil.
Henrique Strepple¹⁹⁵

Como podemos observar no trecho acima, apesar de apontar para a dificuldade de comparação entre Brasil e Argentina, não hesita em chamar o regime monárquico de “emurchecida flor exótica da América”. Essa ideia é desenvolvida de forma ainda mais cuidadosa em matéria assinada pelo próprio Bocaiúva.

Ressaltando o enriquecimento da Argentina e estabelecendo comparação com os Estados Unidos, duas grandes nações republicanas, apontava:

Paralelamente com o progresso da população tem crescido a riqueza geral da nação. (...) O mesmo fenômeno se observa no confronto dos algarismos totais que representam o movimento comercial das duas repúblicas (importação e exportação) (...) Graças a essa política tão ousada quanto inteligente, o coeficiente da circulação monetária correspondente aos habitantes da república guarda honroso paralelismo com as nações mais ativas e adiantadas do globo.¹⁹⁶

A República não representou para esses países perdas ou crise, mas antes crescimento e desenvolvimento, tanto comercial quanto político. Outro reflexo do crescimento do país se deu na educação com formação de uma forte cena intelectual argentina. Esta,

¹⁹⁵ *O Paiz*, 9 de Julho de 1888 – Suplemento

¹⁹⁶ *O Paiz*, 09 de Julho de 1888 – Suplemento

demonstra que na evolução social do povo deu-se o mesmo fenômeno cósmico presumido pelos sábios com referência ao mundo planetário.

A grande massa iluminada, o foco da luz e da vitalidade mental tem ido sucessivamente condensando-se e irradiando-se – assim como o sol ilumina o sistema planetário do qual é centro – fonte de calor e da vida.

Para os Estados esse foco está representado pela condensação e difusão do ensino.¹⁹⁷

A intelectualidade é comparada ao “sol de um sistema planetário”, que seria a fonte da evolução de um povo cujo desenvolvimento se faz ver na força de atração da difusão do ensino.

Por fim conclui que estas rápidas informações eram suficientes para mostrar aos brasileiros

a vastidão dos recursos da República Argentina, a sua opulência, a sabedoria dos seus governos, a energia viril do povo e a admirável eficácia social das suas instituições republicanas.

(...) **Orgulha-se com esse resultado como americano, como republicano e como brasileiro, o sincero amigo da República Argentina,**

*Q. Bocayuva*¹⁹⁸

Analisando diversos pontos do regime republicano da Argentina, o autor aponta para todos os progressos que foram realizados (e de forma acelerada), destacando o desenvolvimento do país e a eficácia das instituições republicanas. Verificamos então um elogio direto à forma de governo republicano pelo exemplo da Argentina. Bocaiúva raras vezes assinou as matérias que publicou n’*O Paiz*, por isso vale destacar que escreve e assina essa matéria, apresentando-se ainda como “republicano e brasileiro” e não mais como editor anônimo de um jornal apartidário. Ou seja, deixa de lado suas reservas e não poupa louvores e elogios diretos à República e suas conquistas.

Se o expediente de elogios ao regime republicano por meio das conquistas de outros países da América foi muito utilizados pelo *Paiz*, o mesmo não era necessário para as outras folhas, uma vez que elas assumiam o republicanismo enquanto direção política oficial de suas publicações. Isto não significa, porém, que matérias deste teor não fossem publicadas. Elas ocupavam entretanto um espaço muito menor.

3.5 Centralização/Desmembramento x Descentralização/Unidade: um debate entre *A Federação* e *A Província de São Paulo*

A dicotomia acima é encontrada no cabeçalho do jornal *A Federação* e representa

¹⁹⁷ *O Paiz*, 09 de Julho de 1888 – Suplemento. Grifo nosso.

¹⁹⁸ *O Paiz*, 09 de Julho de 1888 – Suplemento. Grifo nosso.

uma das bases do movimento republicano. Talvez a mais agregadora de todas: a descentralização. A centralização monárquica era um dos maiores problemas do “velho” regime, sendo fortemente criticado por impedir o crescimento e a autonomia das províncias e municípios; portanto, o progresso do Brasil.

As emancipações provinciais foram um fator que também colaboraram na defesa da descentralização. O argumento era que a disparidade das representações provinciais, os impostos exigidos pelo governo e a falta de autonomia para decisões das mais básicas às mais importantes, acabariam por criar um clima de revolta que acabaria resultando no desmembramento do país. Essa possibilidade não era apenas aventada pelos republicanos. Os liberais também a consideravam um risco, ao pleitear uma diminuição da centralização monárquica. Segundo Renato Lemos, o sistema centralizado sobreviveu enquanto poderes econômicos e políticos estavam alinhados.¹⁹⁹ A coligação de senhores de engenho nordestinos com os fazendeiros do Vale do Paraíba proporcionou a coesão política necessária à monarquia por quase meio século. Entretanto, a decadência da economia açucareira e da cafeicultura fluminense não correspondeu a uma diminuição proporcional de seu peso na estrutura de poder.²⁰⁰ Por outro lado, a ascensão dos cafeicultores paulistas não foi acompanhada pelo aumento da participação política da província, levando a muitas críticas e descontentamento do setor.

Ainda em 1884 *A Federação* fez dois grandes editoriais associando a centralização política ao risco de desmembramento do país. Em Março, transcrevendo a notícia de um jornal de Belém que exigia a descentralização com uma contribuição limitada das províncias ao governo central e uma reforma municipal, a folha publicou:

De experiencia em experiencia, de desengano em desengano, chegou, finalmente o país ao período crítico, em que mais e mais imperiosa se torna a solução deste inevitável dilema:
Ou descentralização ou desmembramento.
O que se passa nas províncias não permite a mais leve dúvida sobre a gravidade da situação.²⁰¹

A disparidade entre as representações políticas provinciais e suas demandas não atendidas pela monarquia fizeram com que estas pressionassem cada vez mais o governo por maior autonomia. Tornou-se um lema a ideia de “descentralização ou

¹⁹⁹ LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

²⁰⁰ *Ibidem*, p.410.

²⁰¹ *A Federação*, 20 de Março de 1884. p.1

desmembramento”. Os republicanos reforçavam esse ponto desde o Manifesto de 1870. Insistindo nele, o jornal publicou, alguns dias depois, novo editorial sobre o tema.

Observando os fatos da nossa atualidade, temos por vezes afirmado que o império, após 60 anos de compressão e de esterilidade, atingiu o seu período crítico.

Ou há de conceder às províncias a mais ampla descentralização, ou há de provocar o desmembramento.

De contínuo estamos recolhendo aqui os testemunhos insuspeitos que oferecem os próprios monarquistas, liberais e conservadores, e que não permite a mais leve dúvida sobre a iminência do perigo.²⁰²

O testemunho insuspeito, trazido pelo editorial, era justamente o artigo publicado em jornal monárquico, *Diario de Belem*, reclamando a necessidade da descentralização. O objetivo era mostrar que não só os republicanos estavam insatisfeitos. O excesso de centralização do império afetava todos os grupos políticos.

Grandes intelectuais e políticos monarquistas também se manifestavam neste sentido. N’*O Paiz*, a coluna de Joaquim Nabuco tratou do tema e, como outros monarquistas, ele defendeu o federalismo dentro da própria monarquia. A província de São Paulo era a mais afetada por essa situação. Próspera economicamente pagava grande quantidade de impostos, não tendo, porém, uma representação significativa na Câmara. Razão pela qual a divisa da descentralização foi levada às últimas consequências por alguns, iniciando mesmo um movimento separatista. O risco desmembramento do Brasil, tornava-se um medo cada dia mais real para o governo. Havia aqueles que insistiam na segurança e contentamento do povo com o império, mas existia quem indicasse a reforma como essencial para manutenção do próprio regime imperial.

Ainda em Abril de 1884 o jornal *A Província de São Paulo* publicou um artigo com o título “Centralização – Desmembramento”, assinado por Lúcio de Mendonça, enviado de Minas Gerais. O título foi retirado, segundo o próprio autor, do Manifesto de 1870. O artigo tratava dos males da centralização e dos problemas econômicos que ela gerava para as províncias. Finalizando, Mendonça indicava:

Se a monarquia brasileira não cuida, sem demora, de alargar a vida provincial, descativando-a da centralização administrativa, dando às províncias presidentes eletivos por elas, assembleias legislativas com as atribuições adequadas às necessidades de sua missão, atribuindo-lhes grande parte da receita impropriamente adjetivada hoje ao governo geral; se não lhes reconhece como direito que como direito podem reclamar; ai da unidade

²⁰² *A Federação*, 03 de Abril de 1884, p.1

brasileira! Ai da integridade do império!
Neste assunto, o brado dos republicanos não é um grito de alerta incendiário:
é um clamor de angustiado patriotismo.²⁰³

O tom dessa contribuição de Mendonça vai ser o mesmo que vai permear as publicações sobre essa questão no jornal, ao longo da década de 1880. A folha, que possuía como epígrafe o lema “Descentralização – Unidade, Centralização – Desmembramento”, lembrava constantemente seus leitores dos problemas do excesso de centralização e da necessidade de autonomia das províncias que, com diferentes contextos e problemas, possuíam diferentes necessidades que só poderiam ser resolvidas por aquelas que as vivenciavam.

Pedir a descentralização no caso dos republicanos rio-grandenses era pedir pela federação. A federação era a unidade. O conceito de federação, porém, neste período estava em disputa, sofrendo alterações de sentido. Descentralização, federação e confederação eram, constantemente, palavras usadas de forma indistinta, remetendo ao mesmo significado e se intercambiando com frequência. Nesse sentido, o que estava sendo defendido efetivamente pelos jornais republicanos?

Em editorial de Julho de 1884, *A Federação* publicou uma matéria de Assis Brazil retirada do jornal *O Precursor*. Nesse texto, Assis Brazil foca, a partir da experiência de São Paulo, o problema econômico gerado pela centralização. São Paulo, como sabido, nesse período era um dos maiores arrecadadores de impostos do país. Segundo os números publicados no artigo, o fisco paulista recolhia anualmente doze mil contos. Mas desse volume, tinha que pagar dez mil ao governo central. No caso suas contas ultrapassarem o valor de 2 mil contos que lhe sobrava, era necessário realizar diversas solicitações ao governo que podiam ou não serem atendidas. Uma solução para esta situação, que se repetia em outras províncias, em maior ou menor nível, era que cada uma delas vivesse de seus próprios recursos, unindo-se para “grandes fins nacionais, como a viação interprovincial, o exército e armada e a segurança nacional”.²⁰⁴

A reprodução do artigo indica que o jornal defendia o mesmo princípio. A proposta de cada província viver de sua própria renda era particularmente atrativa para os paulistas que, como já mencionamos, eram grandes arrecadadores. O que fariam as províncias mais pobres? Segundo a matéria se “for pobre, passará com a honrada indigência que lhe coube em sorte, mas sem contar senão com a sua própria força e sem

²⁰³ *A Federação*, 15 de Abril de 1884, p.1

²⁰⁴ *A Província de S. Paulo*, 12 de Junho de 1884, p.1

ser humilhada com as esmolas das irmãs mais felizes”.²⁰⁵ Para Assis Brazil, a distribuição feita pelo império era uma das grandes causadoras de conflitos entre as províncias, dessa forma, se cada um vivesse do que produzisse esse conflito cessaria. Não lhe parecia problemático que numa federação algumas províncias não se desenvolvessem pela falta de possibilidade de captação de renda. A indignação seria melhor estímulo, do que receber um auxílio que nada resolvia ante o que seria necessário. Não um meio termo entre pagar imposto demais e pagar um valor que poderia ser redistribuído. Brasil dessa concepção de federação seria, de fato, extremamente desigual.

Analisando o conceito de federalismo e seus desdobramentos ao longo da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, Ivo Coser aponta para as diversas transformações e incorporações do conceito. Na definição contemporânea, federalismo seria o sistema de governo no qual o poder é dividido entre o governo central e os governos regionais, constituindo assim um meio termo entre governo unitário e confederação. Porém, esta distinção entre federalismo e confederação vai se estabelecendo lentamente no período analisado, desenvolvendo-se durante a segunda metade do século XIX. Nesse período, as notícias veiculadas pelos jornais não raro utilizavam-se indistintamente dos conceitos para explicar o princípio federalista republicano defendido.

O termo federalismo começa a ser utilizado no Brasil por D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1798, para tentar estabelecer um arranjo institucional que permitisse que o Brasil usufrísse de maior autonomia, incentivando assim seu crescimento e desenvolvimento econômico, sem romper com a metrópole portuguesa. Na década de 1820, durante a constituinte portuguesa, a questão novamente emerge, entrando em disputa duas visões: de um lado a de que Brasil e Portugal, enquanto dois povos, deviam estabelecer um pacto que garantiria certa autonomia a ambos. De outro, a de Portugal que defendia que “o Império português não era formado por povos autônomos que deliberam formar um pacto de união, mas uma nação formada por cidadãos portugueses situados em continentes diferentes”.²⁰⁶ Ainda que o projeto defendido pelo primeiro grupo não utilizasse diretamente o conceito de confederação, parte dos portugueses acusava-o de tentativa de transformar o Império Português em uma confederação.²⁰⁷

²⁰⁵ *A Província de S. Paulo*, 12 de Junho de 1884, p.1

²⁰⁶ COSER, Ivo. Federal/Federalismo In: FERES JUNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.95.

²⁰⁷ Segundo aponta Coser, além do projeto citado que estabeleceria dois reinos ligados por um pacto, defendido por paulistas e fluminenses, existia o posicionamento da Bahia e Pernambuco que considerava o

Com o processo de independência do Brasil e a constituinte de 1823, temos o retorno dessas questões para o centro do debate, desta vez com a defesa de propostas federalistas e centralistas. Na corrente federalista dois projetos se delineavam: um republicano, que “associava a forma do governo republicano com o modelo federalista”²⁰⁸, e outro centralizador, que via “compatibilidade entre a forma de governo monárquica e o arranjo federativo”.²⁰⁹ Coser aponta ainda que os conceitos de federação e confederação ainda eram, não raro, utilizados como sinônimo. É a partir do debate travado no período regencial que se inicia uma maior demarcação entre os dois significados. No que nos toca, nas fontes analisadas, o discurso republicano é todo ele marcado pela ideia de federação.

Como podemos observar, diferentes intelectuais defendiam diversos níveis de descentralização. Havia aqueles, como Nabuco, que falavam até de uma monarquia federativa. Existia então todo um esforço dos republicanos de reivindicar a bandeira federativa como sua, para tanto eles buscavam denunciar a impossibilidade de tal arranjo, feito para ludibriar votantes.

A índole da monarquia brasileira é essencialmente conservadora e centralizadora: estabelecer nela a federação fora cavar-lhe o sepulcro. Uma vez de posse da liberdade econômica, o povo havia de reclamar a liberdade política, a liberdade de ser governado por delegados seus. A monarquia sabe disto... Ela só nos concederá a descentralização, quando estiver disposta a suicidar-se.²¹⁰

Quer dizer, muito claramente os republicanos afirmavam que a descentralização, na monarquia, era uma ilusão. Apenas os republicanos poderiam defender e lutar por esse ideal com propriedade. Em Outubro do mesmo ano, Ramiro Barcellos, em editorial, complementa:

Queremos – federação, mas a única possível, a única verdadeira – a federação republicana. O que poderíamos entender por uma – confederação monárquica? De duas, uma: ou um grupamento político de vários reinos, tendo cada um o seu monarca e subordinados todos a um monarca supremo; ou uma porção de estados, regidos pela forma republicana e tendo por um chefe um imperador.

Brasil não um país único, mas vários diferentes, como províncias. Enquanto o primeiro tinha um maior sentido de federalismo, pois visava assegurar a autonomia para o Brasil enquanto unidade, o segundo se aproximava mais da ideia de confederação, pois propunha a obtenção de autonomia para as províncias que formavam o Brasil. Para melhor compreender o debate ver: *Ibidem*, p.95.

²⁰⁸ *Ibidem*, p.97.

²⁰⁹ *Ibidem*.

²¹⁰ *A Província de S. Paulo*, 12 de Julho de 1884. p.1

Em consciência, não é possível decidir quais das duas confederações monárquicas toca mais ao absurdo.²¹¹

Ainda que criticassem as possibilidades da descentralização na monarquia, não podemos deixar de notar que havia certa aproximação entre os projetos republicanos e os projetos dos liberais monarquistas, especialmente aqueles que ainda remetiam ao manifesto de 1868 dos liberais radicais. Mesmo achando inviável a realização dessas reformas na monarquia, esperava-se, teoricamente, que se houvesse a necessidade de apoio a algum projeto ou partido monárquico, este seria o liberal. No Rio de Janeiro, como já mencionamos, esse intercâmbio era prática comum. Em São Paulo, em 1889, vai se optar pelo acordo com os conservadores para ganhar eleições. Mas, o Rio Grande do Sul sempre teve um posicionamento contrário a esses acordos, mesmo não tendo uma organização partidária tão forte quanto a paulista. Nessa província defendia-se o princípio dos “republicanos pelos republicanos”. Isto fica explícito em vários momentos ao longo desse período, mas destacamos aqui essa ideia no tocante à descentralização:

Federalistas por excelência, nós devíamos à primeira vista prestar decidido apoio ao partido liberal, como apoiamos tudo o que um de seus gabinetes havia tentado pelo abolicionismo, se duas razões muito fortes não tivessem então atuado em nosso espírito: a incompatibilidade do regime atual com o federalismo e a falta absoluta de sinceridade do partido liberal em suas promessas.

Em futuro bem próximo vimos plenamente justificadas as nossas previsões sobre a nova ideia do liberalismo: nem mais uma palavra sobre federação, nem uma única referência a ela, quer em programas de candidatos, quer em artigos de imprensa.

(...) Preferimos vê-la esquecida por aqueles que tudo sacrificam à permanência do regime a vê-la estragada e desvirtuada, como o foi a ideia abolicionista, como o foi a reforma eleitoral e o tem sido outras aspirações.²¹²

3.5.1 A radicalização do debate e a questão separatista

Se a descentralização era uma bandeira agregadora dos republicanos, a ideia separatista não era. Cássia Adduci, discutindo o tema do separatismo paulista em 1887, faz uma revisão historiográfica apontando para três principais linhas de interpretação do fenômeno. A de Emília Viotti, que considera os separatistas um grupo extremado da defesa do federalismo, a de Décio Saes, que defendia que o movimento separatista foi uma tentativa de oposição à campanha abolicionista e a libertação de algumas províncias na

²¹¹ *A Província de S. Paulo*, 02 de Outubro de 1884. p.1

²¹² *A Federação*, 19 de Novembro de 1887. p.1

década de 1880 e a de Sérgio Buarque de Holanda, que via o separatismo como uma alternativa para o caso de não ser adotada a forma republicana e federativa de governo.²¹³

O movimento separatista não era uma novidade no Brasil. Ao contrário, aliás. Essa era uma proposta antiga, que em determinados momentos da história ganhou e perdeu força. No início do século XIX, antes da independência, foi um horizonte aterrorizante, que retornou no fim do mesmo século, em meio às discussões sobre a centralização e a descentralização. Ou seja, no centro da campanha republicana. Como é fácil de entender, a bandeira separatista foi defendida principalmente por São Paulo. Mas ela repercutiu em outras províncias.

Analisando jornais e impressos do período na província de São Paulo Adduci aponta que, além de muito anterior ao 1880, os separatistas nem eram necessariamente republicanos nem de cunho escravista. Grandes divulgadores destas ideias neste período foram Francisco Eugenio Pacheco e Silva, republicano que escrevia para o *Diário Popular* e assinava por *Feps*. Joaquim Fernando de Barros, que enviou cartas a Seção Livre da *Provincia de S. Paulo*, além de Alberto Sales que publicou o livro *A Patria Paulista*. Outro importante nome foi Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, que pertencia ao Partido Liberal. Em discurso na Câmara de 1884, declarou-se também como abolicionista.²¹⁴ Feps (Francisco Eugenio), J. F. de Barros e Nemo (Martim Francisco) foram grandes interlocutores via imprensa, respondendo-se uns aos outros em cartas e artigos.

Outro ponto destacado por Aducci e que, diferente do que apontava certa parte da bibliografia sobre o assunto, as ideias separatistas existiam em disputavam espaço com as ideias federalistas. Ou seja, não necessariamente se constituíram enquanto uma radicalização do discurso federalista.²¹⁵

A polêmica em torno dessa questão se explicitou quando o jornal *A Província de S. Paulo* publicou uma série de editoriais e artigos de opinião em torno de uma carta. Tratava-se de carta enviada J. F. de Barros, membro do Partido Republicano Paulista, enviada ao jornal, que respondia a outra carta que criticava suas ideias e era assinada por autor que adotava o pseudônimo de Nemo. No dia 09 de Março de 1887 a carta de Barros

²¹³ ADDUCI, Cassia Chrispiniano. Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 101-124. 1999.

²¹⁴ A saída de Martim Francisco do Partido Liberal é um tema de disputa. De toda forma, cumpriu mandato pelo partido até 1885. Posteriormente escreveu artigos defendendo as ideias separatistas em jornais republicanos, não tendo assumido, apesar disso, filiação ao grupo. Para mais ver: *Ibidem*.

²¹⁵ *Ibidem*.

foi publicada. Nela, o autor menciona a festa inaugural do Clube Republicano da cidade de Santos, na qual as aspirações separatistas foram mencionadas. Discorrendo sobre o assunto, Barros aponta que, ainda que a ideia estivesse dando seus primeiros passos, ela foi suficiente para animar os apoiadores do movimento.

Comentando a questão, *A Federação* publicou,

Na operosa província dos enérgicos cometimentos aspira-se instituir a pátria paulista, autônoma, independente de ligações com a grande feitoria. Já ali se propaga com desassombro, e sem enervantes preocupações partidárias, a ideia separatista.

(...) Os pródromos da desagregação começam a agitar a alma popular.

Evitá-la agora, parece-nos obra de patriotismo; mas deixar de prevê-la é uma espécie de revolta contra a ordem natural das coisas, contra a noção elementar do que é a pátria.

(...) Entretanto, cumpre-nos responsabilizar a monarquia pelo risco em que deixa a unidade brasileira, politicamente considerada. E se acaso a separação se tornar inevitável por um concurso de circunstâncias invencíveis, aceitemos-la com prazer.²¹⁶

Como podemos observar, apesar de reconhecer o fato e indicar a necessidade de refletir sobre a ideia, o jornal não é favorável ao separatismo naquele momento. A questão dependeria das circunstâncias nas quais se encontrariam o país. Seguindo o editorial, a *Federação* publica alguns argumentos produzidos pelo Dr. Martim Francisco para justificar a ideia separatista. Esta matéria havia sido transcrita pelo *Paiz*, dias antes.

Está grassando em S. Paulo, e grassando rapidamente, a ideia separatista.

Essa ideia, bom é que o digamos, apresenta-se com caráter original.

Ela não é uma ideia republicana, nem liberal nem conservadora; é uma ideia paulista.

(...) O que pensa S. Paulo é o que desejam intimamente o Amazonas, o Pará, Pernambuco, o Rio Grande do Sul.

Há como que uma gravitação fatal para essa ideia por parte de todas as províncias que tem mais abundantes recursos e sentem-se dignas de melhores destinos.

(...) Como forma definitiva e aspiração futura nós a condenamos – porque somos pela pátria grande, pela pátria unida, pela pátria forte.

Bem sabemos e bem o estamos vendo que o império e a centralização estão completando a sua obra, que não pode ser afinal senão o desmembramento e fracionamento da pátria brasileira.²¹⁷

A *Federação* não se posiciona diretamente, mas também não se opõe ao que é veiculado pelo *O Paiz*, incluindo a ideia de que o próprio Rio Grande do Sul desejaria a separação. Sendo isto verdade, sendo esta uma ideia antiga que inevitavelmente, em momentos de crise, retornava ao debate e que estava sendo reconhecida no próprio

²¹⁶ *A Federação*, 28 de Março de 1887, p.2

²¹⁷ *O Paiz*, 17 de Março de 1887, p.1

cabeçalho da folha, como se posicionaria a folha? Diante da demora ou impossibilidade da descentralização, aceitaria o desmembramento? Num próximo editorial isto é respondido:

Não somos nem podemos ser partidários do separatismo em princípio. Evitar o fracionamento da pátria brasileira, assegurando o viver harmônico das províncias pela restituição da liberdade e autonomia que lhes foram usurpadas – tal é a inspiração suprema das nossas convicções federalistas. (...) É esta a missão que os republicanos estamos desempenhando, convencidos de que não será infrutífero o nosso perseverante labor. Mas, menos pacientes do que outras, algumas províncias já sentem-se cansadas de suportar o jugo centralista, e apelam para a separação como recurso extremo de alcançarem a libertação completa. (...) Levada a efeito a tentativa paulista, devemos os rio-grandenses afirmar a nossa solidariedade por atos positivos, ou prestaremos braço forte à reação central? Não será a separação assim encaminhada um dos meios extraordinários de construir a federação nacional.²¹⁸

O trecho acima afirma a opinião da *Federação* na questão. O separatismo não é a melhor opção, mas diante do excesso de centralização imperial – que impedia o crescimento das províncias, que ia contra seus interesses, que se mostrava ineficiente diante dos problemas e necessidades locais – não seria o desmembramento uma opção viável? Além disso, era necessário pensar como agiria o Partido Republicano, em seus vários núcleos, diante da possibilidade deste acontecimento.

Os republicanos, enquanto partido, defendiam a ideia da descentralização para união das províncias. Criticavam a monarquia pela centralização excessiva, pois entendiam que ela levaria ao desmembramento. Sendo assim, a proposta paulista e a defesa do separatismo criavam uma situação limite. Criticar essa possibilidade seria se alinhar com a monarquia, apoiar seria ir contra uma das bases do movimento republicano: a unidade da nação. O que *A Federação* faz é criticar o separatismo enquanto princípio, mas aceitando que o despropósito da monarquia poderia gerar uma situação tão grave, que o separatismo poderia se tornar realidade. Neste caso, o que o autor destaca é que ainda que não como ideal, o separatismo seria um caminho extremo para a conquista da federação. Uma vez livre do jugo centralizador imperial, as antigas províncias se uniriam federativamente, num governo republicano e democrático.

Muitos textos seriam publicados sobre a questão. Todos num tom reflexivo e crítico sobre qual a possível direção a seguir. As possibilidades seguiam em aberto uma vez que, num dilema como este, era difícil tomar uma decisão antecipada. Até onde ir na

²¹⁸ *A Federação*, 16 de Abril de 1887, p.1

questão separatista parecia depender do equilíbrio de forças do momento. A discussão sobre o assunto, porém, indica que existia quem estivesse disposto à bancar estas ideias.

A Província de São Paulo segue as discussões durante todo o ano de 1887. Enquanto a polêmica entre Barros e Nemo segue na Seção Livre, outras matérias são publicadas seja no editorial, seja em outros artigos. Em editorial do dia 20 de Abril, logo antes de reproduzir um artigo da *Federação*, a folha publica,

Separação é o produto de desastres políticos, de erros acumulados, de desorganização dos partidos, do império centralizado, o império do deficit e terá por trabalho preliminar ou correlato a revolução. Meio legítimo de chegar-se à Federação, ela deve ser preparada para ser realizada como quer que seja; impõe-se pela urgência como um fato e por isso precisa ser bem estudada quanto às suas causas e seus efeitos.

(...)O grande problema que temos para resolver é a organização da República Federativa, e urge conhecer a solução mais prática, mais real, intuitiva para leva-la à compreensão popular.

O império esboroa-se sob o peso do déficit, pela desorganização das finanças, pelo vicio corruptor que mina fundamente a vitalidade das províncias.

Assim, se a Federação é a forma salvadora, a Separação como meio, exprimindo a harmonia de pensar e da escolha do meio parar chegar-se ao mesmo fim, as províncias, importantes não se deixarão iludir e o grande ideal político dos povos modernos entrará em vias de realidade.²¹⁹

Ambos dos jornais apontam então para a questão mais prática da separação: como fazê-la e como, ultrapassada essa etapa passar a República Federativa. A resposta não é dada. A separação é apresentada como uma reação aos problemas e conflitos do governo centralizador, logo ela se torna necessária, mas não deve ser o fim último. Neste sentido o que parece estar sendo proposto é que as províncias rompam com a unidade centralizadora da monarquia e, a seguir, se reúnam de novo sob forma federativa. Formas prática de fazer isto não foram aventadas via imprensa. Mas as questões foram levantadas e postas para debate.

Independente do posicionamento dos jornais, o debate se intensifica. Alberto Salles publicará o livro *A Pátria Paulista* que será amplamente divulgado pelos jornais republicanos. Além disso, de acordo com as publicações veiculadas pela *A Província de São Paulo* acerca do Congresso Republicano de 1887, a discussão do separatismo entra em pauta. Neste encontro, membros separatistas apresentaram uma moção de apoio à organização da pátria paulista e, logo após, alguns desses membros manifestaram seu apoio à assinatura de um documento. Outro manifesto também foi apresentado na ocasião por Campos Salles, mas sua votação foi adiada, levando com ela a discussão sobre a Pátria

²¹⁹ *A Província de S. Paulo*, 20 de Abril de 1887, p.1

Paulista. Outras notas acerca do assunto apontam que a questão continuou sendo adiada diante de algumas questões técnicas como a necessidade de formação de comissão para elaboração do manifesto. Independentemente, vale ressaltar que um dos oradores no caso foi Rangel Pestana, que teria atentado para os perigos e sacrifícios exigidos pela adoção da ideia separatista, não no sentido de criticá-la, mas no de alertar para o que “a fundação da Pátria Paulista não é um fato realizável por meio de discursos, manifestos, conferências; serão necessários muitos sacrifícios monetários e talvez de vidas”.²²⁰

Acompanhando as publicações sobre o Congresso e a questão separatista e os editoriais e artigos veiculados pelos jornais, parece que a ideia é adiada. Nesse processo, o debate esfria uma vez que as condições políticas se alteram. Outras questões avultam em torno do movimento republicano e a espinhosa questão do separatismo para alcançar a federação é deixada de lado. Talvez propositalmente. Em fins do ano de 1887 a questão abolicionista está cada vez mais forte, e com a libertação dos escravos em 1888 o fim do império parece cada vez mais próximo. O esforço se concentra então na desqualificação da monarquia e no discurso de crise que assolava o Brasil.

²²⁰ *A Província de S. Paulo*, 12 de Junho de 1887, p.1.

CAPÍTULO 4 – A REPÚBLICA ENTRE O PARLAMENTO E O TRONO

Ao longo da última década de governo monárquico os republicanos foram muito contundentes em suas críticas à monarquia, que se estendia também à família real. Dom Pedro II, a Princesa Isabel, Conde d'Eu, principalmente, eram personagens constantes nas análises realizadas pelos jornais republicanos. A monarquia e especialmente um possível terceiro reinado eram uma preocupação contumaz deste grupo. O discurso construído enfatizava que, não só a monarquia era um sistema de governo falho, atrasado e superado historicamente, mas que a mudança precisava ocorrer, senão naquele mesmo momento, ao menos ao fim do governo de D. Pedro II, cuja morte os republicanos imaginavam - e desejavam - próxima, ante o que entendiam como evidências de sua decadência física e mental.

Na luta pela nova forma de regime, dois caminhos foram explorados: a crítica à família real e a atuação republicana no Parlamento. Nesse caso, os republicanos deveriam mostrar, desde aquele momento, como seria sua atuação prática como representantes dos ideais de República. São essas estratégias de ação política que abordaremos no decorrer deste capítulo.

A história dos políticos e intelectuais republicanos se mistura com a história da fundação do Partido Republicano, no qual se organizaram como um grupo político institucionalizado, tendo como objetivo a luta pelos projetos e ideais propostos para se alcançar a República. Isto não significava, no entanto, que não houvesse divergências de ideias entre os republicanos ou que, do ponto de vista organizacional, todos estivessem necessariamente filiados a um grupo regional. Foi a partir das conferências realizadas pelo partido durante 1880, que ocorreu uma intensificação do debate de entre os próprios republicanos, dando-se então início a uma campanha sistemática de ideias, que teve na imprensa seu principal meio de divulgação. Sendo assim, ainda que esse debate não estivesse restrito ao partido, ele teve uma importância primordial para a conformação do projeto político de república que se desejava implantar no Brasil e para a ampliação de seus apoiadores, cujo número deveria se estender ao máximo, através de uma bem conduzida propaganda.

Ao estudar a geração 70 e os intelectuais que participaram ativamente do debate político nas décadas finais do século XIX, Angela Alonso identifica, previamente à criação do partido republicano, os homens que dele farão parte. Segundo a autora, os republicanos integravam parte da dissidência liberal radical que, exacerbando as bandeiras levantadas pelo Partido Liberal, passou a exigir um sistema político representativo federalizado.²²¹

4.1 A luta parlamentar do Partido Republicano

O Partido Republicano foi fundado em 1870 por uma dissidência radical dos liberais. Como um partido antimonárquico que atuava no interior de um regime monárquico é fundamental entender como funcionou desde sua criação, até a data da Proclamação da República. Em especial, é valioso observar como disputou espaço dentro do Parlamento, o que significava participar das eleições, disputando cadeiras com os partidos monárquicos e negociando com eles.

O Manifesto Republicano, que foi lançado em 1870, trazia as bases gerais que deviam orientar a atuação na nova organização. Porém, a estruturação que o partido ganhou, a nível regional, foi muito diferenciada. Representações provinciais republicanas foram fundadas em diferentes anos entre 1870 e 1889, possuindo também diversas características. O Partido Republicano Paulista foi, sem dúvida, seu núcleo mais importante, sendo também muito atuantes os representantes do Rio Grande do Sul e da Corte. Em decorrência, a participação eleitoral dos republicanos era igualmente muito variada. Além disso, suas estratégias e alianças eleitorais precisavam seguir a lógica dos embates e relações de força da política de cada província. Mesmo sendo a monarquia um regime centralizado, a disputa política eleitoral não escapava de uma lógica provincial, como se verá.

Começamos pelo Partido Republicano do Rio de Janeiro, que nunca conseguiu grande expressão no embate eleitoral. Ainda assim, teve sucesso em eleger alguns poucos representantes. Para tanto, alianças foram feitas com o Partido Liberal, e, mais do que isto, os republicanos chegaram a ser candidatos pela legenda deste partido. Já o Partido Republicano Rio-Grandense só conseguiu eleger um representante para

²²¹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

Assembleia Provincial. Mas apesar do pequeno sucesso eleitoral, este era um partido extremamente atuante e que fazia uma ampla divulgação das ideias republicanas.

Na província de São Paulo, à medida que o republicanismo ganhava força, foi possível eleger alguns de seus nomes para deputados pela legenda do próprio partido. Este foi um fato muito celebrado, que resultou, como já mencionamos, na criação de uma coluna no jornal *A Província*, para expor a atuação e discutir a existência e a importância da eleição de candidatos republicanos. O Partido Republicano Paulista teria ainda uma peculiaridade. Seria o único a negociar e construir uma aliança com o Partido Conservador, tendo em vista o objetivo comum de desbancar a força dos Liberais. Organizada por Campos Salles para as eleições 1889, essa opção política gerou um grande debate sobre estratégias desejáveis de atuação partidária dos republicanos. Se por um lado *A Província* e *O Paiz*, e seus editores, pareciam apoiar as ligações entre republicanos e outros partidos e representantes para conquistar posições nas eleições ou para defender determinada causa, *A Federação*, vai se colocar contrário a alianças do Partido Republicano com partidos monárquicos.

Esse fato não passou em branco no jornal *O Paiz*, nem na correspondência pessoal de seu editor, Quintino Bocaiúva. As primeiras matérias sobre o desempenho do Partido Republicano nas eleições imperiais datam de janeiro de 1885, portanto, logo depois da fundação do jornal. Em 1º de janeiro de 1885, ao ser divulgada a lista dos candidatos eleitos, entre eles Campos Salles, pelo 7º distrito São Paulo, *O Paiz* publicou:

O ilustre cidadão acaba de ser investido de tão honroso mandato é o primeiro representante da ideia republicana, sufragado por um eleitorado republicano, eleitorado que conquistou, pelos meios legais, mas francos e positivos, o direito que acaba de receber nas urnas, a sua suprema sanção.

Este fato, que constitui um fenômeno político, deve ser assinalado por nós como por toda a imprensa.

É a primeira manifestação solene de uma ideia política que envolve em si uma transformação radical; é a primeira voz que um partido novo e incipiente vai exaltar no seio do parlamento nacional como o eco das suas crenças e das suas aspirações; é o primeiro ato de vigor e energia que atesta a existência de uma opinião corporificada, a qual, partindo da luta legal, conseguiu já abrir espaço para sua representação no seio do grande conselho nacional.

Seja qual for o ponto de vista em que se coloque a imprensa, em que se coloquem os próprios partidos monárquicos, é honroso para o nosso país, é honroso para a própria monarquia, atestar, ante o mundo civilizado, que, dentro da órbita da legalidade, e só pelo emprego dos meios constitucionais, pode uma opinião radicalmente oposta à instituição fundamental sobre que repousa toda a nossa contextura social e política, elevar-se até o parlamento e daí fazer vibrar sua voz, colaborando também na obra laboriosa e fecunda da

reconstrução nacional, no momento em que a acumulação de todos os problemas adiados coloca a nossa Pátria em estado de perfeita crise.²²²

Celebrando a eleição de Campos Salles, o jornal exalta a vitória não só pelo seu significado para os republicanos como para a política do país. Apesar de outros candidatos que apoiavam as ideias republicanas já terem concorrido e mesmo vencido nas urnas – como foi o caso de Saldanha Marinho em 1878 –, eles haviam participado dos pleitos como filiados a um partido monárquico, geralmente o Partido Liberal.

Campos Salles foi o primeiro representante das ideias republicanas a conquistar uma vaga de deputado no parlamento de sua província, eleito pelo próprio Partido Republicano. Para o jornal uma boa oportunidade de apontar este fato como demonstração da existência de uma opinião pública republicana em consolidação. Por fim, destaca que somente pelos meios legais e constitucionais pode uma opinião radicalmente oposta à estrutura vigente elevar-se ao Parlamento e, por meio de sua atuação institucional, pôr em marcha a “reconstrução nacional”. *O Paiz*, em 1885, defendia claramente a forma de luta parlamentar para o crescimento do republicanismo, afastando qualquer posição “revolucionária” de suas páginas.

A candidatura de Campos Salles foi apoiada por diversos membros da política da época, causando burburinho principalmente pela recomendação feita por José Bonifácio, um eminente chefe liberal para que os seus correligionários votassem em Salles e não no nome do próprio partido. A justificativa para tanto, era o fato de Salles, ao contrário do candidato liberal, defender o projeto emancipador. Bonifácio, posteriormente, escreveu uma carta na qual explicou seu posicionamento, que havia sido bastante criticado, na época. *O Paiz* não perdeu tempo e divulgou a carta em suas páginas.

Outra candidatura paulista também apoiada por esse jornal foi a de Prudente de Moraes. Publicando uma matéria retirada da *Provincia de S. Paulo* dizia:

Em todo o caso a sua votação mostrará que as forças do Partido Republicano, disciplinado e unido, são respeitáveis. O número de votos atestará a importância do novo agrupamento político e a valia do seu candidato. (...) O Partido Republicano na escolha dos candidatos tem oferecido aos seus adversários um exemplo digno de nota: é o eleitorado que se pronuncia indicando um nome de mérito e de mais probabilidade de triunfo. A Comissão Permanente homologa apenas o ato de apresentação.²²³

²²² *O Paiz*, 01 de Janeiro de 1885, p.1

²²³ *O Paiz*, 10 de Janeiro de 1885, p.1

Com dois candidatos republicanos eleitos, Campos Salles e Prudente de Moraes, São Paulo teve um bom desempenho nas eleições para deputado geral de 1885. O mesmo não pode ser dito sobre o Rio de Janeiro. Apenas um candidato republicano, Bezerra de Menezes, foi eleito. Contudo, teve sua vitória descartada pela Comissão de Verificação de Poderes, deixando a província sem nenhum representante. No Rio Grande do Sul, por sua vez, foi eleito e reconhecido o deputado provincial Assis Brasil. Sua vitória no 3º distrito foi muito celebrada pela *Federação*.

Começam os sucessos eleitorais a demonstrar, com a sua imponente evidencia, que não tem sido vão os ingentes esforços dos convictos lutadores republicanos.

(...) São precisamente as glórias do passado rio-grandense, cuja revivescência vigorosa foi vitoriosamente empreendida por Assis Brasil, que colocam o Rio Grande na alta posição do povo mais republicano no império e mais temido pela ditadura imperial.

(...) Assis Brasil deve estar bem certo de que o seu modo de pensar e o seu modo de agir hão de provocar sem dúvida a atenção do povo rio-grandense, que tantos desenganos tem sofrido e que tantas esperanças patrióticas ainda nutre!²²⁴

Como podemos observar a eleição de Assis Brasil, para o jornal, significou o resultado dos esforços empreendidos desde a fundação do PRR e também da atuação da própria *Federação*. Assis Brasil era o representante das glórias e aspirações por liberdade que estavam marcadas no povo rio-grandense. É importante notar que a folha sempre procurou construir uma narrativa ligando a história do país e da região, destacando as lutas do partido e dos republicanos do período. Estes não representavam apenas as novas e modernas ideias políticas de progresso, eles representavam a história e o sangue de um povo que sempre lutou pela liberdade, e por extensão, pela democracia, que implicava em um regime republicano.

Assim como nas páginas de *O Paiz*, nas páginas de sua correspondência pessoal – e, portanto, com mais liberdade – Bocaiúva discute questões ligadas ao processo eleitoral. Debates sobre nomes de candidatos e pedidos de apoio são constantes. Em 24 de dezembro de 1887, o redator manda carta ao republicano Lucio Mendonça, pedindo voto para Alberto Brandão, republicano que concorria sob a legenda do Partido Liberal. Segundo ele,

²²⁴ A *Federação*, 19 de Janeiro de 1885, p.1

Pelo [distrito] de Valença apresenta-se como candidato entre outros liberais, o Alberto Brandão que me pede para recomendá-lo ao teu voto. Não me compete estabelecer gradações no merecimento dos candidatos que se apresentam; mas creio que o distrito ficaria bem representado se o Alberto fosse eleito. Ao teu critério e sua amizade entrego o assunto.²²⁵

Já em 1889, quando o Partido Republicano tinha maior expressão no Rio de Janeiro, e havia a real possibilidade de ganhar algumas disputas eleitorais, Campos Salles enviou uma carta a Quintino, informando-o de um acordo que fizera com os conservadores:

Conto-lhe em reserva (por ora) que ontem estabeleci um acordo com o Prado, em virtude do qual os conservadores votarão nos candidatos republicanos que nos distritos da província concorrem, em 2º escrutínio, com candidatos liberais. (...) Ficou mais combinado que, guardando-se reserva sobre este acordo até que se realize o 1º escrutínio, após ele a União Conservadora recomendará ostensivamente, pela imprensa, as candidaturas republicanas, fazendo o mesmo a Comissão Permanente com relação às candidaturas conservadoras.

Deste modo temos garantido o nosso triunfo no 7º e 8º, onde temos maioria e poderíamos vencer os liberais com simples neutralidade dos conservadores. O acordo, porém, tem a vantagem de impedir que os liberais fizessem negócios com os conservadores nestes distritos, como aliás já o tentaram.

Agora, o que me parece da maior conveniência é que v., logo depois do 31 de Agosto, isto é, imediatamente após o 1º escrutínio, lance no *Paiz* um artigo com sua assinatura, como chefe do partido, *aconselhando os republicanos em todo o país a aliarem-se no 2º escrutínio às forças da oposição*. Este seu manifesto será de grande utilidade, porque dará ao plano, assim generalizado, o cunho de uma política nacional (...). Além disto penso que é necessário abordar francamente esta questão das alianças eleitorais para doutrinar nosso partido e dar-lhe a verdadeira orientação.²²⁶

Como podemos observar, Bocaiúva é peça importante no acordo, extremamente pragmático, feito entre Campos Salles e Prado, na medida em que beneficiava conservadores e republicanos, naquele momento, desejosos de afastar os liberais. O “manifesto” de Quintino, como presidente do partido, transformava o pragmatismo provincial em orientação ideológica para todo país, já que ele “aconselharia” aos republicanos, nacionalmente, votar nos conservadores, então em oposição à Monarquia, no 2º escrutínio.

Essas cartas evidenciam como o Partido Republicano se movimentava nas eleições monárquicas. O ponto principal era ganhar lugares na Câmara, e para isto era

²²⁵ BOCAIÚVA, Quintino [carta] 24 Dez. 1887 [para] MENDONÇA, Lucio.

²²⁶ SALLES, Campos [carta] 19 Ago 1889 [para] BOCAIUVA, Quintino, grifo do autor

necessário utilizar diferentes estratégias: apresentar candidatos sob a legenda do próprio partido ou concorrendo sob outra, como a do Partido Liberal; articular alianças com os partidos monárquicos, de acordo com as possibilidades de vitória em cada província; recomendar candidatos a eleitores, na busca de se aumentar seus votos. Enfim, nada que os partidos monárquicos também não utilizassem, lançando mão dos mesmos mecanismos. Em termos de defesa de ideias, nesse momento específico, importava menos a quem se dava ou de quem se recebia os apoios eleitorais. Os principais líderes republicanos demonstram que na luta política eleitoral, a questão é conquistar espaço.

A luta pela república era conduzida por um partido político, uma organização que disputava espaço na política formal, não tendo, portanto, as características de movimento social, como ocorrera com o abolicionismo. A luta pela república, ao desqualificar a monarquia e postular o seu fim enfrentava, ao menos, um complicador de peso: a figura do imperador. Por isso, havia republicanos que defendiam que a transição de regimes políticos deveria se dar apenas com a morte de D. Pedro II; enquanto outros entendiam que uma ruptura com a monarquia – o que chamavam de via revolucionária –, era o único jeito de alcançá-la. Ainda que o imperador estivesse muito doente e fosse bastante criticado por todos; ainda que a possibilidade de um terceiro reinado, com a presença de um estrangeiro como Conde D’Eu, fosse indesejada por todos; ainda assim, não existia consenso entre os republicanos sobre a melhor forma de alcançar a República. De toda maneira, com as constantes crises vividas pelo Império em meados dos anos 1880, os republicanos estavam atentos e cientes da real viabilidade de atingir seus objetivos, por qualquer das vias. É o que podemos observar na carta enviada por Francisco Glicério, líder republicano paulista, a Quintino, em março de 1888, portanto, antes ainda da Abolição:

Você deve agora dirigir qualquer movimento militar no nosso sentido, e dar o golpe decisivo, logo que contarmos elementos de sucesso. Vibre o golpe aí, que S. Paulo e o Rio Grande respondem imediatamente. O resto *a sorte e da sorte da Republica* eu não tenho medo. (...) Em seguida *ao facto*, vêm os homens. Jamais serão tantas correntes favoráveis como no momento atual.²²⁷

Em resposta, alguns dias depois, Bocaiúva escreve:

(...) a ocasião não era oportuna. Ninguém mais do que eu deseja e promove pelos meios ao meu alcance a realização do único *desideratum*, da única

²²⁷ GLICERIO, Francisco [carta] 05 março1888 [para] BOCAIUVA, Quintino.

esperança que nos resta hoje como partidários e como patriotas. Sem jactância creio poder dizer que tenho espreitado todas as ocasiões e tenho aproveitado todas as circunstâncias e elementos para o fim de tornar possível o grande facto de que depende o futuro da nossa causa e o futuro da nossa pátria. Mas o momento ainda não chegou. Há de chegar, talvez mais brevemente do que se supõe. Saber esperá-lo é também dar prova de sagacidade política.²²⁸

O momento oportuno, para Glicério, era o clima de instabilidade trazido pela questão militar. Ele incentiva Bocaiúva a aproveitar esse momento para orquestrar um golpe republicano, já que, a seu ver, nunca tantas correntes lhe seriam favoráveis. Quintino, por outro lado, aponta que, ainda que as condições parecessem oportunas, não havia chegado o momento, muito embora não explique, na carta, as razões para tanto. Apesar disso, deixa claro que está acompanhando com atenção o desenrolar dos acontecimentos, à espera do momento certo, apontando ainda que em breve ele chegaria.

4.1.1 A atuação dos republicanos no legislativo: um relato dos paulistas

Em 05 de Abril de 1884 *A Provincia de S. Paulo* traz uma seção de mesmo nome assinada por Manoel de Moraes Barros, Martinho Prado Junior, Gabriel de Toledo Piza e Almeida e Antonio Muniz de Souza, deputados provinciais da legislatura de 1884.²²⁹ O propósito desse espaço era prestar contas à população da atuação desses deputados em seus mandatos. Ressaltamos aqui o PRP, pois foi o primeiro a se organizar e sempre teve um peso importante em São Paulo. Já em 1877 elegeu três deputados provinciais. Ou seja, Barros, Prado Junior, Almeida e Souza não foram os primeiros a conquistar um espaço político. Segundo a publicação, ao fazer esta prestação de contas, os deputados estavam seguindo os precedentes dos eleitos na

²²⁸ BOCAIUVA, Quintino [carta] 28 março 1888 [para] GLICERIO, Francisco.

²²⁹ Manoel de Moraes Barros, natural de Itu, era bacharel em Direito chegando a atuar como juiz municipal e de órfãos. Foi membro do Partido Conservador, passando para o Partido Liberal em 1870. Apoiou o Manifesto de 1870 e participou da Convenção de Itu. Para mais informações ver: Manoel Barros – verbete Cpdoc.

Martinho Prado Junior, natural de São Paulo, foi jornalista e escritor e bacharel em Direito. Participou da Convenção de Itu e da fundação do jornal *Provincia de São Paulo*. Para mais informações ver: Martinho Prado – verbete Cpdoc.

Gabriel de Toledo Piza e Almeida foi proprietário rural e diplomata. Participou da Convenção de Itu.

Antonio Muniz de Souza foi advogado e residia em Amparo quando da sua candidatura.

Sobre os últimos dois candidatos não foram encontradas maiores informações além das apontadas no momento de sua candidatura.

legislatura de 1881-1883²³⁰. A proposta era que, não só os eleitores pudessem se informar como também julgar o comportamento dos seus representantes.

O artigo inicia explicando que se iria dar informações sobre as atividades dos deputados nas sessões legislativas, até aquele momento. Começando pela verificação dos poderes, os deputados expõem como insistiram na investigação das denúncias feitas, a fim de concluir a validação dos diplomas. Em seguida, o texto aborda rapidamente a atuação dos republicanos na votação para a escolha da mesa diretora da Assembleia Provincial. Passa a discutir, então, os projetos que foram colocados em votação: o pagamento de passagens e alojamentos para imigrantes, instrução pública, monumento do Ipiranga, Cantareira e Esgotos e outros, colocando-se ao lado da justiça nas questões discutidas, procuraram sempre se ater aos limites das disposições dos projetos e mantiveram o zelo pelas finanças provinciais.²³¹

Dentre as muitas questões abordadas na Assembleia, os republicanos se colocaram constantemente contra o prolongamento das discussões com pedidos de emendas desnecessárias e que impediam o bom andamento dos trabalhos e o debate acerca do que realmente era importante.

Esse era o caso por exemplo de um projeto acerca da instrução pública, que estando na ordem do dia, foi retirado pelo líder da sessão, que ao invés de dar prosseguimento as discussões, passou a aprovar projetos menores. A respeito deste fato, comentava a matéria,

Contra o *sistema* de legislar sem o exame necessário das medidas propostas, protestamos sempre, e procuramos corrigir o vício opondo-nos à apresentação de emendas que não eram bem cabidas como ampliação, restrição ou explicação dos projetos.

Mais de uma vez tivemos de manifestar a nossa formal oposição tornando extensivas certas disposições ou generalizando-as, como meio de salvar o inconveniente da aprovação de emendas sem o devido estudo sem esclarecimentos necessários.²³²

Parece-nos claro que havia uma grande preocupação em destacar a atuação do Partido Republicano em oposição aos partidos monárquicos, mas também de mostrar que era possível atuar dentro da monarquia, mesmo sendo um partido antimonárquico. Isto era de grande importância, pois, este é um período de crescimento dos republicanos

²³⁰ Neste legislatura foram eleitos deputados provinciais: Campos Sales, Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Martinho Prado Júnior, Gabriel de Toledo Piza e Antônio Gomes Pinheiro Machado.

²³¹ *A Província de S. Paulo*, 05 de Abril de 1884, p.1.

²³² *A Província de S. Paulo*, 05 de Abril de 1884, p.1.

enquanto organização partidária. Era importante demonstrar na prática a atuação dos candidatos e as possibilidades que eles abriram ao serem eleitos.

É também interessante acompanhar, nas seções seguintes dedicadas à Assembleia Provincial ou outros artigos e editoriais, a atuação dos deputados republicanos, ressaltando-se sua aproximação com o público leitor. Esse tipo de matéria construía uma espécie de ponte que possibilitava a relação entre os representantes e seus eleitores, tendo em vista a fiscalização de seus trabalhos. O pequeno número de candidatos eleitos também facilitava o acompanhamento de sua atuação como um grupo coeso, distinguindo-se das constantes divergência internas entre os partidos monárquicos.

Em 1887, uma série de artigos, com o título de “Cartas Campineiras”, assinada por Repúblico, vai apontar e defender a atuação de alguns representantes republicanos. No primeiro desses artigos, o autor inicia destaca que num exemplar do jornal conservador, *Rio de Janeiro*, fez-se um retrospecto político que incluiu críticas às ações de Campos Salles e Prudente de Moraes na Câmara. Passa-se então à citação de uma série de discurso de ambos com o objetivo de defender e justificar seu desempenho político. Analisando esses discursos, o autor conclui que eles denunciam “a inflexibilidade, a austeridade de uma consciência que se levanta ativa no parlamento, porque sabe que o seu mandato é a expressão genuína da confiança popular”.²³³

Por fim, discutindo a subida do gabinete de 10 de Março de 1888 e as promessas feitas por ele, *A Provincia* aponta que não se devia confundir estima pessoal e reconhecimento com apoio político irrestrito e que a função dos republicanos, tanto os que faziam parte dos quadros políticos do império quanto os que atuavam em outra esfera, era “apoiar os atos mas não o ministério por simples promessas, com esperanças de reformas dentro dos moldes da monarquia”.²³⁴

4.2 A família real em debate

Se existia um grande empenho da imprensa republicana em construir uma narrativa que apontasse para incapacidade da monarquia resolver os problemas do país, existia também um ataque direto à própria figura do imperador e da princesa regente à

²³³ *A Provincia de S. Paulo*, 20 de Fevereiro de 1887, p.1

²³⁴ *A Provincia de S. Paulo*, 29 de Março de 1888, p.1

sucessão monárquica. O período aqui estudado abarca não só o crescimento do republicanismo, como o enfraquecimento da saúde do imperador D. Pedro II, o que levaria a um grande debate acerca do terceiro reinado. É sabido que o movimento republicano tinha duas grandes vertentes: a revolucionária, representada por Silva Jardim, e a evolucionista, representada por Quintino Bocaiúva. Se, como apontamos, ao longo da campanha republicana houve uma guinada para o evolucionismo, o fim do Segundo Reinado era um momento esperado e acompanhado com atenção. A deterioração da saúde de D. Pedro II, sobretudo a partir de 1888, gerou dois grandes debates: o que envolvia um terceiro reinado e, neste caso, se a princesa Isabel seria uma boa representante.

Considerando essas questões, é preciso compreender primeiro como a imprensa republicana se posicionava de modo geral em relação à família real e, posteriormente, abordaremos as implicações de um terceiro reinado. Até aqui procuramos explicitar a relação dos republicanos com o governo monárquico, as críticas às suas políticas e ideais e a oposição aos partidos a ela relacionados. Obviamente, independentemente dos vínculos partidários dos jornais, esse sempre foi um tema muito conflituoso. As páginas tanto da *Provincia* como da *Federação* e do *Paiz* transbordavam manifestações contrárias às atuações do governo imperial e a suas principais figuras. No final da década de 1880 foi se fortalecendo um discurso de crise do regime, diretamente associado à tentativa de construção de um caminho que levasse à República. Nosso interesse, neste tópico é abordar outro lado da relação dos republicanos com a monarquia, ou seja, observar mais de perto como os jornais se referiam aos membros da família real. Sofriam eles ataques diretos e constantes ou as críticas eram direcionadas estritamente ao governo? Que tipo de vocabulário era utilizado, em especial para nomear o imperador?

O que verificamos é que se o governo imperial frequentemente era execrado nos artigos e publicações já analisados, as críticas diretas ao imperador e à sua família foram menos comuns. A esposa de D. Pedro II, a imperatriz Teresa Cristina, raramente aparecia na imprensa, com exceção das notas de aniversário ou participação em viagens e afins.²³⁵ Quer dizer, ela não era alvo nem de ataques nem de preocupações; uma figura

²³⁵No aniversário da imperatriz em 1888 *O Paiz* publicou em editorial:

A digna consorte do augusto chefe do Estado é sinceramente estimada e respeitada pelos brasileiros, que veneram na sua pessoa as virtudes que a exornam.

Ligada ao trono e à pátria de seu esposo, a augusta senhora tem sabido merecer a estima geral da nação.

meramente social e sem peso político algum, que, portanto, podia ser até venerada pelos brasileiros. O foco das publicações se voltava muito mais para o próprio imperador, como era de se esperar, e para a princesa Isabel e seu marido, Conde d'Eu. Ou seja, para aqueles envolvidos diretamente na liderança do presente e do futuro país. Ainda que haja uma considerável diferença na forma em que os jornais abordavam essa questão, um fato fica claro na análise das notícias: o imperador tinha um tratamento muito menos duro do que sua filha. E isso não ocorre por acaso. Por isso, vale um exame que considere o passar do tempo.

Quando o Partido Republicano se formou, D. Pedro II estava no poder há 30 anos. Sua posição, enquanto o mais importante líder do país, já estava estabelecida/consolidada. Ainda que os republicanos buscassem enfraquecer a monarquia, desconstruir a figura do imperador era um trabalho muito difícil. Tanto que, apesar de eventualmente ser contestado em sua atuação frente ao governo, D. Pedro II sempre foi reconhecido enquanto um grande intelectual e um homem que amava o Brasil. Porém, para os republicanos, nem sempre ou quase nunca soube governar. Tinha virtudes privadas, mas não era um homem público. Já a princesa Isabel e o conde tinham uma reputação muito menos respeitável. Eram figuras que representavam a continuação de um regime que deveria ser abandonado rapidamente e, mais do que isso, que representavam aquilo que, independentemente da forma de governo, deveria ser afastado: a relação Estado/Igreja, a moralidade cristã e a ameaça de uma liderança política estrangeira. Ainda que tenha vivido grande parte de sua vida no Brasil e tenha participado de importantes batalhas como militar, o Conde d'Eu ainda era visto como o “estrangeiro” que tomaria o trono brasileiro. Os republicanos vão explorar todas essas brechas, maximizando seus desdobramentos e infundindo temor na população ante o futuro que se aproximava.

Analisando esse processo de dessacralização do monarca e da monarquia, Maria Tereza Chaves de Mello, aponta que, ao longo das últimas décadas do século XIX, foram constantes as críticas à monarquia, ao poder moderador e a importantes figuras políticas brasileiras, entre elas o imperador e a família real.

Ausente da pátria que adotou e que ela tem sabido honrar pelas suas virtudes, o seu nome é recordado neste dia com saudade e respeito. (*O Paiz*, 14 de Março de 1888, p.1)

O corolário do “imperialismo” de D. Pedro II foi a sensação de vazio de poder que tomou a sociedade a partir de sua doença, quando, por acréscimo, desconfiava-se da competência da regente. (...)

Os republicanos avolumaram o fato, dando a entender que o imperador perdia progressivamente sua capacidade mental. (...) O que a propaganda republicana buscava infiltrar era a ideia de que, sem o poder pessoal, o “espírito do regime” ficava atingido”²³⁶

Esse movimento vai estar claramente presente nos jornais republicanos. Assim, constantemente criticavam o poder moderador, um poder pessoal de D. Pedro II. Mas, diante de suas ausências, criticavam ainda mais a princesa Isabel e duvidavam de sua competência e mesmo da possibilidade de um terceiro reinado. Sendo assim, se o destino do Segundo Reinado ainda era incerto, um novo governo com a princesa Isabel parecia descartado.

No que diz respeito ao imperador, *O Paiz* chegou até a se posicionar, afirmando que o via como um chefe de Estado e, como tal, prestava o respeito que merecia. De fato, as matérias publicadas neste jornal não fazem grandes críticas a Pedro II ou à família imperial, como um todo. Em nota sobre seu aniversário de 63 anos, o jornal publicou: “Sentimos não poder celebrar este aniversário em condições mais auspiciosas para nossa pátria e para a pessoa do augusto Imperante”²³⁷. Nesse caso, as críticas dirigidas ao governo eram, em geral, diretamente voltadas ao ministério em atuação no período. D. Pedro II, em geral, era retratado como um patriota e sua família raramente era mencionada, a não ser em edições comemorativas de aniversários, relatos de viagens ou notícias pontuais. Isto, porém, não impedia que críticas mais contundentes aparecessem. Por exemplo, na coluna, “Partido Republicano” de julho de 1888, portanto, logo após a Abolição, publica-se uma análise do Primeiro e do Segundo Reinado, procurando-se problematizar a ideia de que este último foi pacífico e que a figura do segundo imperador tivesse sido politicamente benéfica ao país, como se costumava afirmar.

O segundo imperador, levado segundo dizem, por zelo patriótico, mas zelo infeliz, incorreu em funesto erro político dobrando todas as resistências e todas as virilidades nacionais em proveito seu e de sua casa reinante.

(...) Cumpre rever em presença da história, o reinado pacífico desse rei bonachão, a quem o atual ministro da justiça chamou cruelmente em pleno parlamento de Cesar caricato.

Todas as tiranias são mansas quando ninguém lhes resiste.²³⁸

²³⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Editora FGV, 2007, p.166

²³⁷ *O Paiz*, 02 de Dezembro de 1888, p.1.

²³⁸ *O Paiz*, 05 de Julho de 1888, p.1.

A atuação do imperador é vista como unicamente direcionada para o proveito de sua família dinástica e, ao dar fim às revoltas regenciais estava dando fim às “virilidades nacionais”, já que nelas imperava o “espírito” da república. Não haveria, portanto, tolerância ou tranquilidade; muito ao contrário, o que houve foi muita repressão. Esta era uma crítica bastante dura, que revia a história recente do país, interpretando-a de maneira bem distinta da que oficialmente se propagava.

A *Federação*, ainda em 1884, empunhava o mesmo caminho e argumento. O reinado de D. Pedro II não era nada pacífico; ele apenas travestia seu autoritarismo, dando-lhe aparência de tolerância.

Enquanto o pai tiranizava as claras, a peito descoberto, em campo limpo, o filho é inexcedível no governo que se exerce pelas ciladas, pelas surpresas, pelas traições, no despotismo que “espreita, avança recuando, recua avançando.”

Enquanto o primeiro ostentava-se franco, sem disfarces, sem aparências ilusórias, o segundo aceita e pratica a escola do absolutismo que vive pelo embuste, pela farsa, pelo sistema das *concessões* (...)

Explica-se assim claramente a tolerância dos governos no segundo reinado, tolerância que o atual imperador julgou ser o único meio de prolongar a existência da monarquia.²³⁹

Considerando que a coluna, “Partido Republicano”, era uma espécie de seção independente e que as ideias nela veiculadas iam ao encontro daquelas veiculadas pelo jornal sul rio-grandense, é possível compreender que uma visão menos crítica ao imperador, não era uma visão consensual ou talvez nem mesmo majoritária, entre os republicanos. Mais do que isso, podemos ver que há setores republicanos que estão empenhados em reconstruir a narrativa mais corrente acerca do Segundo Reinado e do imperador. É o caso de *A Federação*:

O povo, de há muito tempo, mostra-se indiferente aos *vivas* que a etiqueta oficial manda dar a s. m. e à família imperial.

O povo não corresponde.

E quando o povo não quer corresponder, está decidido: a autoridade não deve teimar, porque cai no ridículo.²⁴⁰

Sobre a expressão Cesar Caricato, esta foi usada por Ferreira Vianna em um famoso discurso em que este acusa a monarquia de governar pela corrupção e violência.

²³⁹ *A Federação*, 05 de Abril de 1884, p.1.

²⁴⁰ *A Federação*, 28 de Março de 1884, p.1.

Se no Primeiro Reinado D. Pedro I teve a chance de ouvir os clamores patrióticos por liberdade e ignorou-os optando pela construção de um império, D. Pedro II atuou da mesma forma. Ignorou o brado nacional e agiu em interesse próprio para consolidar a Casa reinante. Ainda assim, a família real, mesmo enfraquecida, tinha um peso político considerável. A figura do imperador, especialmente, ainda agregava muitos correligionários. Segundo Mello, apesar

da progressiva desafeição ao regime com o correr da década de 1880, o imperador continuava a ser bem visto pelo povo. Suas qualidades, muitas vezes tão incensadas, ainda eram reconhecidas, apesar de submetidas, com muito maior frequência do que em qualquer outra época, à galhofa. (...) Embora criticado pelo pouco apreço ao exercício do governo — crítica mais ligada à sua contumaz sonolência em atos públicos ou interesse por assuntos científicos e filosóficos - ninguém discutia o amor de d. Pedro pelo país.²⁴¹

A princesa Isabel, por outro lado, nunca teve essa força. Mesmo com a Abolição dos escravos, ainda havia controvérsias a seu respeito, especialmente pela ideia de ter um consorte estrangeiro no trono.

Assim, se *O Paiz* não tinha o costume de criticar ferrenhamente o imperador, a princesa Isabel, enquanto substituiu de seu pai, não escapava de censuras, que sempre destacavam o caráter temporário de sua regência, O jornal fazia diversas críticas à sua passividade, falta de pulso e ausência de bom senso para enfrentar crises. Aproveitava-se de qualquer incidente para atingir a Regente, fazendo-a passar por inábil, despreparada etc. Um bom exemplo foi o de um simples acontecimento, mas que gerou grande desgaste. Ele envolveu o embate entre a polícia e um funcionário da Armada, que teria sido desrespeitado. O governo, ao invés de se posicionar a favor da Armada, defendeu a polícia, gerando grande revolta. Em editorial foi publicado:

Acima dos oficiais e soldados da polícia mal inspirados e aconselhados está a responsabilidade do Sr. chefe de polícia, desembargador Coelho Bastos; acima do Sr. Coelho Bastos está a responsabilidade do ministério, que o sustenta; acima do próprio ministério está a responsabilidade do Sr. senador Paulino José Soares de Souza, que impõe esse chefe ao gabinete e à população desta capital; e acima de todos está a responsabilidade da augusta Regente do Império, que não sabe, não pode ou não quer exercer, no sentido do bem público e na defesa dos seus concidadãos, a suma autoridade que lhe está delegada, não para ser testemunho passiva de tantos e tão clamorosos

²⁴¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Editora FGV, 2007, p.185

atentados, mas para ser a inspiradora do respeito às leis e a garantia do equilíbrio dos poderes do Estado.²⁴²

Esse incidente, aparentemente banal, gerou uma crise no governo. A princesa Isabel foi criticada por não agir e o ministério por sustentar o chefe de polícia. Um dia após a edição do jornal, o gabinete ministerial de Cotegipe foi demitido. Com a essa demissão, a princesa convocou o senador João Alfredo Correia de Oliveira para organizar um novo gabinete e *A Província* publicou um artigo intitulado *Risos e Reflexões*, tratando de como teria ocorrido a reunião do conselho. Segundo é informado o Barão de Cotegipe estava extremamente descontente com a atuação da princesa regente e quase deixou escapar sua verdadeira opinião acerca do que estava ocorrendo. A suposição apresentada pelo jornal é de que quem estaria por trás de tal medida era o príncipe consorte e a intenção de Cotegipe era denunciar que a princesa não governava com os conselheiros e ministros, mas sim com as ideias do Conde d'Eu.²⁴³

O mesmo movimento, segundo Mello, foi realizado em meetings convocados por Silva Jardim. A degeneração dos Braganças e os defeitos dos Orleans eram assuntos constantes nas conferências.

Suas teses se resumiam aos seguintes itens: o rei estava “inutilizado para o governo”; o pouco desenvolvimento havido no país durante sua gestão fora obra espontâneas da nação; o monarca herdara do pai “os germens da política reacionária”, possibilitando esperanças de opressão; os Braganças eram “uma família decadente e condenada pela fatalidade das leis naturais”; a herdeira “não possui absolutamente qualidades de governo”.²⁴⁴

Ao acompanharmos as notícias veiculadas pelas folhas republicanas aqui analisadas vemos tal diagnóstico se formando e fortalecendo. Ou seja, uma linha narrativa perpassava, ao mesmo tempo, imprensa, meetings e conferências republicanas. A mensagem era direta: o imperador não podia mais governar, a princesa regente não tinha condições de governar; a monarquia estava em vias de acabar.

Ainda assim, mesmo os mais errados podem acertar alguma vez. Por isto, ainda que críticas à princesa Isabel fossem constantes, ainda que a possibilidade de um terceiro reinado fosse visto como inadmissível, mesmo os jornais republicanos

²⁴² *O Paiz*, 07 de Março de 1888, p.1

²⁴³ *A Província de S. Paulo*, 12 de Maio de 1888, p.1

²⁴⁴ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Editora FGV, 2007, p.167

poderiam reconhecer uma decisão acertada. Não porque a regente fosse repentinamente iluminada pela luz da administração, mas porque ela teve o bom senso de ouvir os clamores públicos e atuar de acordo. Desta forma, se, em 7 de Março, o editorial do *O Paiz* criticava duramente a Regente, diante da mudança de situação, um dia depois, passou a elogiar seus atos e o retorno do

decoro governamental, o império da lei, a sisudez na administração publica, a segurança individual, a tranquilidade da população e a ordem social.

O ministério Cotegipe caiu como devia cair – esmagado pela execração publica.

(...) Despedindo do palácio do governo ao ministério Cotegipe, Sua Alteza a regente deu prova de critério governamental e consultou em boa hora os interesses fundamentais da sociedade brasileira.²⁴⁵

Desde 1887 o gabinete Cotegipe vinha perdendo o apoio devido suas tendências repressoras e falta de atitude para resolver a questão escravista. Muitos já eram os que pediam sua demissão. Porém, esta só ocorreu após o caso Leite Lobo. Oficial da Marinha reformado, Leite Lobo invadiu uma casa, tentando matar uma senhora e espancando seu filho. Ao ser levado para delegacia, apresentando estado de desequilíbrio mental, Lobo foi agredido um alferes responsável pela estação. Este mesmo alferes teria ainda desrespeitado o tenente-coronel Beaurepaire Roham, que havia ido libertar Lobo, seu sobrinho.²⁴⁶

Diante deste caso, oficiais da Marinha, Exército e Armada, montaram uma comissão para decidir como lidar com o caso de insubordinação e reparar sua honra. “A imprensa da Corte não perdeu tempo em anunciar a reunião como um ato de indisciplina, prevendo a queda instantânea do gabinete Cotegipe”.²⁴⁷ Nas ruas, marinheiros e policiais entravam em confronto. O clima de insegurança era grande. Para resolver a questão, a Princesa Isabel, conversando com Cotegipe pediu a demissão do alferes e do comandante, mas também do chefe de polícia. O Barão de Cotegipe tentou salvá-lo, sem sucesso. Entregando por fim uma carta de demissão. Ao aceitá-la e montar novo gabinete, *O Paiz* entendia que a princesa Isabel estava atendendo um clamor que há muito já se espalhava pela sociedade. Era hora de livrar-se de Cotegipe e avançar nos projetos emancipacionistas.

²⁴⁵ *O Paiz*, 08 de Março de 1888, p.1

²⁴⁶ Para mais detalhes do caso ver: NASCIMENTO, Carla Silva do. *O Barão de Cotegipe e a crise do Império*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 99.

A Província de S. Paulo por sua vez parece seguir uma conduta muito próxima da de *O Paiz*. Em Agosto de 1884, criticando o Partido Conservador, que em busca da manutenção da escravidão, estava atacando o próprio imperador, publica:

os jornais republicanos usam hoje de uma linguagem moderada, polida e convincente. Discutindo as instituições, levam às vezes a crítica até ao *homem-principio*, por necessidade de averiguar o seu modo de atuar como peça principal no sistema.

Não vai nisso, porém, ofensa pessoal e há uma razão para assim procederem – é esse mesmo o ponto capital de divergência.

Os republicanos não atacam o indivíduo cujos defeitos apontam; mostram o lado mau do governo monárquico-constitucional-representativo, tal qual foi constituído no Brasil. Podem proceder com mais liberdade, porque o seu objetivo é a condenação da monarquia.

Os conservadores, porém, querendo firmar as instituições, são políticos atacando violentamente a pessoa do imperante ou cobrindo-o de ridículo?²⁴⁸

Como podemos observar, segundo o jornal os republicanos criticam “o lado mau” do governo, porém não atacam o lado pessoal do imperador. Neste sentido, é importante destacar que essas críticas e ataques tinham por fundo uma importante distinção entre o público e o privado. A preocupação dos republicanos é com sua atuação dos membros da família real como representante do país. Isto é dizer que, no âmbito pessoal, enquanto sujeitos com interesses, inclinações e paixões, estes poderiam ser considerados bons, valorosos, inteligentes. Porém se essas características os redimiam enquanto pessoa, o mesmo não se aplicava sua atuação pública.

Ainda que não conscientes desta operação, os republicanos traçaram uma espécie de linha divisória pautada nessas ideias. O imperador, enquanto indivíduo privado poderia ser bom, mas isto não resolvia os problemas do país. Como chefe de Estado sua atuação era fraca, então ele podia, deveria, e era cobrado por isto. O mesmo poderia ser dito da princesa regente ou do príncipe consorte, ainda que para os republicanos estes não tivessem tantas características a serem louvadas assim.

Logo após essa matéria de abertura, é reproduzida uma notícia de *A Federação* que, tratando da situação do imperador na consolidação do Segundo Reinado e das críticas que ora estava enfrentando, referia-se a D. Pedro II como “ditador”. Uma crítica duríssima. A reprodução desta matéria mostra um afinamento entre *A Província* e *A Federação* com relação ao chefe de Estado. Este poderia até ser bem intencionado, mas enquanto figura pública e dirigente do país, era falho.

²⁴⁸ *A Província de S. Paulo*, 26 de Agosto de 1884, p.1. Grifo nosso.

Ainda que nem sempre os jornais utilizassem desse tom mais duro, as críticas eram constantes. De toda forma, marca-se uma posição: *A Província de S. Paulo*, não faz ataque pessoal à família real, mas aponta os erros e desmandos de um governo. Podemos ver isto ainda como a expressão do Estado que os republicanos querem construir: um Estado moderno, pautado na separação do público e do privado. O discurso dos jornais republicanos é moderno nesse sentido primordial da modernidade: da impessoalidade; do interesse público como se sobrepondo a tudo que é privado.

Se não faziam ataques diretos à família real isso não os impediu de publicar algumas notas e artigos que traziam algumas críticas à Casa imperial. Quando a doença de D. Pedro II começa a se agravar em 1887, a folha republicana paulista publicou um editorial intitulado, *Ele não quer*. Nele discutia a necessidade do afastamento do imperador, que se recusava a deixar o cargo ou a chamar a princesa Isabel, tendo suas ordens e desejos acatados. *A Província* destaca, assim, o caráter pessoal do governo de D. Pedro II. Quer dizer, como a monarquia era um “velho regime”, que não distinguia entre o interesse público e o desejo pessoal de um soberano, que impunha despoticamente sua vontade, contra o bem estar da sociedade. Um regime em que o imperador quer e não quer a seu bel prazer.

A tudo isso, porém, simples consubstanciação na imprensa do que se pensa e se diz nas salas e nas ruas, respondem os responsáveis pela vida do chefe de Estado e pela regularidade dos negócios públicos: “o imperador não quer”.
(...) **De tal arte a história dirá que o sr. D. Pedro II, do berço ao túmulo, exerceu o governo pessoal.**²⁴⁹

Em outro momento, anunciando a visita do imperador à província de São Paulo, o jornal destacou como elas eram sempre pontuadas por comemorações e honrarias. Que o imperador se mostrava sempre educado e interessado, mas ao voltar à sede de governo continuava a ignorar as necessidades da região, que seguia prosperando às custas de seu próprio trabalho. Segundo o jornal, o “imperador, bondoso, cavalheiro, democrata, curioso vem e vai, e os vícios do império perduram, embaraçando os recursos da província e a atividade e energia dos seus habitantes”.²⁵⁰ Não se discute ou ataca as características pessoais da família real, porque elas não fazem diferença para afastar os vícios do governo. Sendo o imperador um homem bondoso, curioso, ou não, a

²⁴⁹ *A Província de S. Paulo*, 06 de Maio de 1887, p.1. Grifo nosso.

²⁵⁰ *A Província de S. Paulo*, 21 de Outubro de 1886, p.1.

grande questão é a perpetuação de um governo imperial que não se dedica ao progresso e crescimento do seu povo.

É claro que nem sempre esta linha era seguida à risca. Existiam críticas pessoais, mas estas em muitos casos eram feitas para reforçar as críticas feitas às figuras públicas. Por exemplo, a doença do imperador o incapacita à função pública; a carolice da princesa também não era algo bom quando transferida para o governo.

Em Janeiro de 1887, *A Federação* publicou extenso editorial em que reafirmava suas propostas e intenção de divulgar as ideias republicanas, opondo-se às instituições monárquicas (e ainda quando havia escravidão). Esse artigo vinha em resposta a um ataque do jornal *A Reforma*. Ambos os jornais faziam insinuações sistemáticas ou mesmo ataques diretos um ao outro. Mas, a virulência do artigo parece surpreender a folha republicana. Para ela o aumento das agressões dos monarquistas estava diretamente relacionado com o aumento das adesões à causa republicana. Além desta disputa, o que parece mais importante no texto, é o reconhecimento de que a função de *A Federação* era a doutrinação republicana e, como desdobramento, a análise da situação monarquista.

Compreendendo que em um meio social como o nosso a doutrinação encontra um poderoso auxiliar na crítica, temos dado a uma e outra desenvolvimento simultâneo, tornando eficiente o seu auxílio recíproco e servindo-nos muitas vezes da segunda para aferir perante os nossos concidadãos a verdade da doutrina. O monarquismo com as suas instituições, o seu modo de vida e os seus partidos não podia deixar de ser objeto constante das nossas apreciações.²⁵¹

De fato, fazia parte constante das publicações do jornal análises sobre as mais variadas esferas do regime monárquico, entre elas, da própria família real.

Outro episódio útil para se compreender o tratamento dado pelos jornais republicanos à família imperial, foi o atentado contra a vida de D; Pedro II, ocorrido em Julho de 1889. Ao que consta, o imperador, a caminho do teatro, foi hostilizado por um homem que deu “Vivas à República” e disparou um tiro contra a carruagem. A gravidade dessa ação por si só já garantiria sua ampla divulgação na imprensa. Porém, a possibilidade da atribuição do atentado ao Partido Republicano, levou Quintino Bocaiúva a se posicionar, não só como redator político de *O Paiz*, mas, sobretudo, como

²⁵¹ *A Federação*, 10 de Janeiro de 1887, p.1

chefe do Partido Republicano. Ou seja, desta feita redator, jornal e partido republicano se expressavam de uma só vez.

Devo dirigir-me ao público no meu duplo caráter de redator d'*O Paiz* e de chefe do Partido Republicano, enquanto sobre mim pesar a alta responsabilidade desta honoríssima investidura.

Do acontecimento complexo dois fatos se desentranham. (...) o desacato praticado com intuito de ofensa ao chefe do estado e à sua família e o tiro ou tiros disparados ulteriormente contra a carruagem que conduzia a família imperial ao retirar-se esta do teatro.

Destes dois fatos lamentáveis o primeiro tem para mim maior importância do que o segundo. Direi por que. Seja qual for a intensidade e a marcha acelerada da propaganda republicana, essa propaganda visa um ideal político e não se apoia senão em princípios.

(...) No seu esforço e na sua propaganda legítima o que o Partido Republicano pretende e visa é a conquista moral dessa maioria da opinião (...) Nesta ordem de ideias **o respeito devido ao chefe do estado é uma homenagem que se tributa menos à sua pessoa do que à alta magistratura que ele exerce e nome da soberania nacional.**

(...) **Desde o imperador até o ultimo agente legal, na escala da hierarquia social, política e administrativa, todos têm direito ao acatamento individual, porque é à lei que se rende a homenagem da obediência legal.**

Nenhuma instituição mais do que a instituição republicana carece radicar na consciência do povo o espírito da obediência legal.²⁵²

Bocaiúva analisa o acontecido destacando ser mais grave o desacato ao imperador, uma vez que o suspeito o teria ligado à propaganda republicana, desmoralizando o partido e suas ações sempre realizadas dentro da ordem. Sendo a luta pela república e contra a monarquia uma questão política, não era aceitável a ideia de qualquer tipo de violência física à pessoa do chefe de Estado. O atentado, por conseguinte, feria a orientação seguida pelo partido e a ele a agremiação se opunha:

A violência nunca fundou nada que fosse perdurável. (...) Vitimar um homem não importa sufocar uma ideia ou destruir uma instituição. (...) O ato isolado e que ainda não está (...) averiguado, em todos os seus variados aspectos (...) não interessa absolutamente à entidade de nenhum partido, nem tampouco tem ou pode ter caráter político. (...) **O simples desígnio de semelhante atentado só poderia ser nocivo à causa republicana. O tiro disparado sobre imperador feriria ou ferirá, antes da sua respeitável pessoa, ao próprio Partido Republicano.**²⁵³

²⁵² *O Paiz*, 17 de Julho de 1889, p.1

²⁵³ *O Paiz*, 17 de Julho de 1889, p.1 Grifo nosso.

Este ataque ao imperador gerou uma resposta que foi criticada pelo *O Paiz*. No dia posterior, o chefe de polícia expediu edital anunciando punição para quem, na presença de autoridades, gritar vivas à república, morras à monarquia, viva ao Partido Republicano ou outras frases consideradas “sediciosas”.

Se *O Paiz* encarou como fato grave e fez questão de se posicionar e criticar o ocorrido *A Federação*, por sua vez demorou mais a enfrentar a questão. Inicialmente, o jornal apenas reproduziu telegramas do Rio informando e contando sobre a prisão de um suspeito. Somente no dia 18 de Julho, três dias após o ocorrido, *A Federação* se pronunciou acerca do ocorrido ao publicar um comunicado, na segunda página em que informava que ainda não conheciam a seriedade da tentativa de assassinato do imperador, mas que concedendo gravidade ao caso, acreditavam que este

seria um signo do tempo, indicando que há, como no ultimo período de todas as revoluções, ânimos bastantes exaltados para não hesitarem (...)

O Brasil, porem, não faz revoluções cruentas; as suas liberdades triunfam pela evolução das ideias.

Nós, os republicanos, estamos compenetrados dessa verdade; e como estamos também certos, de que teremos o novo regime dentro de um ano, - **condenamos inteiramente o regicídio, que poderia até rodear de simpatias, atualmente ausentes, os membros sobreviventes da família imperial.**²⁵⁴

Nota-se que apesar dos telegramas terem sido publicados na primeira página o comentário não foi considerado importante o suficiente para figurar nas primeiras colunas do jornal. De toda forma, para além dessa nota, *A Federação* continuou a publicar telegramas do Rio sobre a investigação e ainda o editorial escrito por Quintino Bocaiúva, cujos trechos citamos acima. Acompanhando este debate podemos observar que, ainda que a morte do imperador fosse um fato até desejado pelos republicanos, o regicídio não. A morte natural facilitaria a implantação do regime republicano, o assassinato do imperador fazia justo o contrário. Além de um crime de grande magnitude, poderia ao contrário angariar simpatias para família real.

Por fim, *A Província* também irá se pronunciar sobre o assunto. Inicialmente, assim como *A Federação*, irá apenas reproduzir os telegramas, e noticiar algumas notas e pequenos artigos de folhas republicanas do Rio de Janeiro. Em 20 de Julho, porém, fará um grande editorial abordando o assunto. A grande preocupação do jornal era o início de uma perseguição aos republicanos, devida aos gritos de “Viva à República”

²⁵⁴ *A Federação*, 18 de Julho de 1889, p.1. Grifo nosso.

pelo autor do atentado à vida de D. Pedro II. O editorial é um elogio a um artigo publicado no *Diário de Notícias*, por Ruy Barbosa, que tratava do inquérito e procedimentos a que foi submetido o autor do atentado ao imperador, Adriano Valle. O que a *Provincia* busca reforçar é a necessidade de maior justiça na aplicação da lei e maior calma nos procedimentos de acusação. Para a folha, o governo estaria transformando um ato impensado e destacamos, “sem compreensão política”, em algo muito maior do que foi, cercando o jovem de guardas e de extensos interrogatórios. Enfim, exacerbando a aplicação da lei – guiada por um “sentimentalismo histórico” de repressão – a um ato que não tinha o caráter político que lhe queriam atribuir. Sobre a atitude do governo, que estaria se aproveitando da oportunidade, comenta:

Faça-se silêncio! – eis a formula liberal com que o governo do imperador combate a tendência para alucinação de espíritos juvenis e exaltados. Com o intento de chegar a esse resultado, aí vem uma serie de medidas preventivas: é proibido *dar vivas à república e morras à monarquia*; é proibido fazer reunião pública; é proibido andar armado; é proibido falar alto contra a família imperial, seus ministros e até seus lacaios. Daí a pouco virá a proibição à liberdade de imprensa.²⁵⁵

A preocupação do jornal, como se pode ver, é clara. Não era o atentado ao imperador, um “ato impensado” que estava sendo punido. O que preocupava era a retaliação que o governo estava realizando, tentando calar as vozes contrárias a monarquia. É a tentativa de censura que *A Provincia* está discutindo. O imperador, que segue vivo e sem grandes danos, tornara-se um bom pretexto para uma investida contra os republicanos e a imprensa em que defendiam suas ideias. Comícios e meetings não seriam também mais possíveis. E se esta censura chegasse à imprensa, como antecipavam, impossibilitaria a existência dos maiores meios de divulgação das ideias republicanas. Mas o discurso que a folha constrói quer ser mais sofisticado, entendendo que a repressão seria igualmente contraproducente à monarquia.

uma instituição que precisa rodear-se de tantas precauções está condenada, e a violência, a perseguição, o arbítrio, o despotismo e a tirania não hão de salvá-la.
(...) É do interesse das instituições vigentes e da dinastia não fazer vítima de ódios e paixões por mais patrióticas que possam parecer.
(...) A violência, o despotismo e a tirania podem formar verdadeiros fanáticos, alucinados de mais importância.²⁵⁶

²⁵⁵ *A Provincia de S. Paulo*, 20 de Julho de 1889, p.1

²⁵⁶ *A Provincia de S. Paulo*, 20 de Julho de 1889, p.1

O recado que a monarquia passava era o de sua inevitável crise, pois, se não estivesse tão fraca, não precisaria empregar tais recursos para controlar a população. Pior ainda, ao empregar tais recursos, ao invés de fazer morrer as ideias republicanas, alimentava-as. Não havia salvação para a monarquia.

Analisando a reação das três folhas sobre esse fato tão emblemático, ainda que haja diferenças no nível de abordagem que lhe dedicam, uma linha de ação se constrói entre elas: o afastamento dos republicanos do acusado e o esvaziamento de sentido político ao atentado à vida do imperador. Adriano Valle era um “jovem”, “sem consciência política”, “sem vínculos partidário”. Se gritos pela república foram dados, isto não significava uma ligação efetiva com o partido e os republicanos. Tanto Bocaiúva como Pestana se referem diretamente ao caso: os republicanos repudiam o ato, que, na verdade, lhes era prejudicial, afirmando não reconhecer seu autor enquanto republicano. Para os editores, a República estava próxima e uma possível ligação entre o atentado e suas ideias seria altamente danoso. O esforço e argumentos dos republicanos podem ter funcionado. As proibições não foram à frente e, aos poucos, o debate em torno do ocorrido também se esvaziou. O que ficou claro, porém, neste episódio foi a crença, em maior ou menor grau de exposição, de que o fim da monarquia estava chegando e a imprensa republicana iria utilizar suas páginas da maneira mais eficiente para que isto ocorresse o mais rápido possível.

4.2.1 A sucessão monárquica e o Terceiro Reinado

Durante a viagem do D. Pedro II em 1887, a princesa regente assumiu o trono e constantes boletins foram publicados na imprensa, enviados por correspondentes que acompanhavam o imperador. Estes boletins davam notícias, não só de sua saúde como de suas atividades no além mar. Foram frequentes os relatórios que se diziam alarmados com a saúde de D. Pedro II, que piorava, apenas para, logo depois, serem revistos após alguma melhora.

Essa situação de incerteza levou a muitos debates a respeito da possibilidade de continuação do regime monárquico. Era uma questão particularmente sensível aos republicanos que, em sua maioria, eram evolucionistas, acreditando que a morte do imperador ajudaria a instauração do regime republicano. A viabilidade de um terceiro reinado era tema de disputas. Muito foi publicado e dito sobre a princesa Isabel e o

Conde d'Eu. A atuação da regente, durante o período provisório de governo, era atentamente acompanhada pelos republicanos, que criticavam ora sua falta de iniciativa, ora suas decisões equivocadas.

Se as críticas voltadas ao imperador centravam-se em sua figura pública, sendo sua pessoa preservada e até bem quista, a princesa Isabel não foi objeto desta mesma propensão. Sua incapacidade de liderança política, aliada a seus valores religiosos e mesmo seu casamento e cônjuge, foram constantemente questionados nos jornais republicanos. Nem mesmo a assinatura da Lei Áurea amainou completamente as censuras. Ou seja, nesse caso, não havia virtudes privadas para compensar (pouco que fosse) a falta de virtudes públicas.

Diante de toda essa insegurança sobre o futuro do país, ocorre um fato inusitado, que chama a atenção do país. A Câmara Municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul, convoca um plebiscito para que a população decida sobre a possibilidade de um terceiro reinado. Como era de se esperar, essa ação causou rebuliço nacional. Entra em discussão nacional a legalidade da ação da Câmara Municipal: a intenção “por trás” dessa atitude; o terceiro reinado em si; o poder da vontade nacional. A atuação do governo, diante do ocorrido, também seria muito discutida.

Enviado em 11 de Janeiro de 1888, o telegrama da Câmara de São Borja, foi publicado, no dia seguinte, na respectiva seção, tanto no jornal *A Federação*, como em *O Paiz*. A proposta reverberou também em outros jornais e em outros municípios, que enviaram seu apoio. Apenas a consideração de que o futuro do regime do país, uma monarquia hereditária, pudesse ser decidido pelos cidadãos, demonstrava o nível de rejeição da ideia de um terceiro reinado e o quanto os republicanos podiam se beneficiar. Eis o telegrama:

S. Borja, 11

A câmara municipal desta cidade aprovou na última sessão a seguinte proposta apresentada pelo vereador Aparício Mariense:

“Proponho que esta câmara represente à assembleia provincial sobre a indispensável necessidade de dirigir-se essa corporação à assembleia geral legislativa sugerindo a ideia de que, dado o fato lamentável de vir a falecer o atual imperador, seja consultada a nação por meio de um plebiscito, para o fim de saber se convém aos interesses de nossa pátria que a sucessão do trono se efetue, sendo transferida a coroa a uma senhora inclinada ao fanatismo religioso e além disso casada com um príncipe estrangeiro; outrossim proponho que sejam convidados a aderir à ideia desta proposta e a tomar a

mesma iniciativa dessa representação ao poder legislativo, todas as outras assembleias provinciais do império e câmaras municipais dessa província.”²⁵⁷

A transferência da coroa para uma princesa “inclinada ao fanatismo religioso” e “casada com um príncipe estrangeiro”, preocupava evidentemente a população, que parecia se mobilizar, através de suas Câmaras Municipais e Assembleias Provinciais, para enfrentar, por meios legais, uma questão decisiva para o futuro da pátria.

Comentando a proposta, no mesmo dia de sua publicação em *O Paiz*, outra matéria, da seção ‘Política Interna’, avalia:

Por mais que se procure dissimular é patente a gravidade da revelação, porque a iniciativa dos vereadores do importante município rio grandense atesta um movimento de opinião e evidencia a inquietação do ânimo público ante a possibilidade de funesto evento, que pode determinar, de um momento para outro, a transição do segundo para o terceiro reinado. Não nos parece fazer considerações sobre a hipótese de que trata a proposta aprovada pela câmara municipal de S. Borja, tanto mais quanto as seguranças oficiais sobre a saúde do imperador auspiciam a continuação do seu reinado.²⁵⁸

O destaca dado à notícia não é lá muito grande. Apostando na saúde do imperador, não parecia fazer sentido debater a possibilidade real ou não de um Terceiro Reinado. A intenção maior da folha é destacar a “inquietação” da população, sem explicitamente julgar seus méritos, o que é conveniente para o jornal. *O Paiz* opta por uma abordagem um tanto distanciada da delicada questão, mas *A Federação* fará o inverso. O jornal aproveitará o episódio para lembrar o papel histórico das Câmaras Municipais e convocá-las à ação. Sendo assim, também no dia 12 de Janeiro de 1888, no editorial publicou-se:

A atitude dessa câmara relembra grandes sucessos do nosso passado histórico, a virilidade e a altivez que caracterizaram o espírito de independência local, quando a monarquia centralizadora ainda não havia começado a produzir os seus desastrosos efeitos. Quem estuda a nossa história não ignora que, antes e logo depois da instalação do império, eram as câmaras dos municípios as que mais nutriam e avigoravam o espírito de rebeldia ao jugo imperial (...) Durante tão largo período, era das comunas que partiam os primeiros brados de revolta; a vida municipal se manifestava com exuberância sob o influxo do varonil sentimento de independência e liberdade.

²⁵⁷ *O Paiz*, 12 de Janeiro de 1888, p.1

²⁵⁸ *O Paiz*, 12 de Janeiro de 1888, p.1

Nenhum momento mais oportuno do que o presente para provocar a revivescência das energias de outrora.²⁵⁹

Ainda que todos não acreditassem que a petição iria muito longe – para *A Federação* a Assembleia Provincial não passava de um órgão de chancelaria da monarquia e, como tal, não daria atenção ao documento – o que o jornal tenta resgatar é a tradição histórica de luta pela “independência e liberdade” que se pautava nas Câmaras Municipais. O editorial termina, conclamando para que estas instituições ocupassem seu papel na reivindicação da libertação do país das “garras dinásticas”. Independente do resultado obtido, para *A Federação* o mais importante parece ser o fato que São Borja inicia o debate em torno da sucessão dinástica e a folha lhe dá seu apoio: “A fatalidade que vitima o imperador impõe esta evidencia: ou pela interdição, ou pela abdicação, ou pela morte, a vacância do trono é inevitável”.²⁶⁰ Portanto, era hora de agir.

Já em *A Provincia*, o conteúdo do telegrama foi publicado apenas no dia 14 de Janeiro de 1888, na seção “Províncias”, sem nenhuma discussão acerca da questão. Se inicialmente o telegrama de São Borja não causou maior impacto, a reação da Coroa e da Assembleia Provincial do Rio Grande fez com que a folha se manifestasse.

Segundo é possível acompanhar por *A Federação*, veículo que mais discutiu o evento e seus desdobramentos, a resposta à petição de S. Borja foi a suspensão, com responsabilização, dos vereadores por um “ato de sedição”²⁶¹. Em editorial, no dia 17 de Janeiro, o jornal discutiu a situação da Câmara. Para o jornal republicano gaúcho, não havia nada de ilegal ou sedicioso na petição votada, uma vez que o que ocorreu foi que a Câmara Municipal “representou ao poder competente no sentido de consultar-se a nação afim de saber-se se era conveniente aos interesses superiores do povo brasileiro a sucessão majestática recaindo em pessoa que a juízo daquela corporação não tem a idoneidade necessária”²⁶². Ou seja, a Câmara cumpriu seu papel enquanto órgão municipal preocupado com os rumos da nação. Ainda sobre esse episódio, *A Provincia* publicou no dia posterior, 18 de Janeiro, logo após o editorial, uma nota da qual citamos um trecho,

²⁵⁹ *A Federação*, 12 de Janeiro de 1888, p.1

²⁶⁰ *A Federação*, 12 de Janeiro de 1888, p.1

²⁶¹ Para substituir a câmara de S. Borja suspensa, o governo convocou a câmara municipal do quadriênio findo.

²⁶² *A Federação*, 17 de Janeiro de 1888, p.1

Não é de aplicação ao caso o art. 78 que proíbe todo o *ajuntamento* para tratar. Ou decidir negócios não compreendidos no regimento, (...), porque a Câmara deliberou em sessão regular e dirigiu-se aos poderes públicos, sugerindo uma menina de interesse público e de acordo com as formulas constitucionais (...).

O governo tocou a debate. Estão, pois, confirmadas as suspeitas populares: o segundo reinado está terminado e a intriga dos áulicos urde tramas dinásticas.²⁶³

Assim como *A Federação*, a folha de São Paulo também não viu nenhum tipo de ilegalidade no procedimento. Para *A Província*, a reação desmedida da Coroa seria antes uma comprovação que o Segundo Reinado estava próximo do fim e, por isso, era preciso cercear os debates e discussões em torno da sucessão. A suspensão da Câmara Municipal de São Borja também revoltou *O Paiz*, que no dia 21 de Janeiro publicou um editorial criticando o ato.

Estamos (...) na ignorância das razões justificativas da suspensão dos vereadores da câmara de S. Borja, nem sabemos que crime lhes é atribuído pelo governo, a fim de sujeitá-los a processo.

O que fez a câmara de S. Borja? Aprovou, na esfera legítima da sua competência, uma proposta que lhe foi apresentada por um dos seus membros, para que, usando do direito de representação aos poderes superiores do Estado, se dirigisse à assembleia provincial sugerindo a hipótese de uma consulta à assembleia geral legislativa para prevenir certos efeitos que ela julga perniciosos, derivados do acidente previsto do falecimento do augusto chefe do Estado e da consequente transmissão do poder majestático à atual herdeira presuntiva do trono.

Nem na deliberação da câmara, nem nos termos em que ela está concebida, há motivo para atribuir-se-lhe *intenção* criminosa.²⁶⁴

No mesmo tom de *A Província*, *O Paiz* critica a falta de justificativa para a atuação da Coroa. Para além da punição, o jornal ainda acusa o governo que, acreditando-se superior à nação e a suas leis, não se deu o trabalho de explicar seus atos. Os jornais parecem assim se aproveitar do evento para mais uma vez insistir no discurso de crise monárquica e necessidade de mudança política.

Ao final do mês de Janeiro, ainda que a discussão esteja ausente dos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, a folha rio-grandense mantém o debate. Em editoriais vai ressaltar a força dos vereadores que resistem à atitude do governo. Vai destacar a violência exagerada da resposta da Coroa e a perseguição à Câmara. Vai associar estes

²⁶³ *A Província de S. Paulo*, 18 de Janeiro de 1888, p.1

²⁶⁴ *O Paiz*, 21 de Janeiro de 1888, p.1. Grifo nosso.

atos a um discurso de crise da própria monarquia, que luta para manutenção da sua existência apesar da falta de apoio popular. Ainda em 29 de Janeiro, um *meeting* em Santos, em apoio à Câmara de S. Borja, causa grande comoção. Esperava-se que a partir dele, São Paulo desse força ao movimento de questionamento do Terceiro Reinado.

Apesar disso, ainda que surgissem diariamente moções de apoio à Câmara de São Borja, por parte de pequenos grupos e mesmo de outras câmaras, o assunto aos poucos foi desvanecendo. Com as notícias de melhoras significativas no estado de saúde do imperador, a situação se acalmou, mas a ideia de um terceiro reinado já aparecia como descartada pelos republicanos, fossem eles evolutivos ou revolucionários. O movimento contra um terceiro reinado, expresso por um município do Rio Grande do Sul, mostrava o quanto o país se afastava, na prática, do futuro de um regime monárquico. O quanto, por conseguinte, estava sensível à propaganda de um novo regime republicano.

CAPÍTULO 5 - A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO HISTÓRICO REPUBLICANO PARA O BRASIL

De onde vimos nós?

Da *Inconfidência Mineira*, da revolução pernambucana de 1817, da *Confederação do Equador*, da revolução de 7 de Abril, da *República de Piratini*, do suplício de Tiradentes, o sangue dos Canecas e dos Ratclifs.

(*A Província de S. Paulo*, 14 de Junho de 1885)

Ao escrever sobre as comemorações de 50 anos da República, ocorridas durante o Estado Novo, Angela de Castro Gomes apontou como se deu a construção de uma narrativa do passado cuja direção era o Estado Novo.

Nesse processo de enquadramento de memória buscou-se ressignificar personalidades e episódios de modo a fazer uma biografia para o país que passasse pelas lutas pela “liberdade” e que explicasse os problemas da trazidos pela Primeira República, que desaguaram no governo varguista.²⁶⁵ Segundo Gomes este momento imporia um esforço de rememoração e ressignificação da República que antecedeu à Revolução de 30, que passaria a ser chamada (por muito tempo) de República Velha. Neste sentido,

as comemorações eram uma ocasião inestimável para o trabalho de consolidação e divulgação de uma versão da história republicana, livre de maiores dissonâncias, que alimentasse a construção de uma memória história sobre a República no Brasil, identificando um passado – mais remoto e mais próximo – e conectando-o ao presente da população [Estado Novo].²⁶⁶

Para tanto foram trazidos ao centro do debate intelectuais, historiadores e figuras políticas e históricas importantes. Foram realizados peças, festas, discursos. A imprensa fez ampla cobertura dos eventos.

Ainda que possa parecer um tanto quando deslocado iniciar este capítulo com um texto sobre o Estado Novo, o que Gomes nos ajuda a mostrar é a importância de investimentos na construção de passados históricos ou, dito de outra forma, a importância dos usos políticos do passado para determinados atores históricos, em

²⁶⁵ GOMES, Angela de Castro. Saia justa, salto sete: o Estado Novo comemora os 50 anos da República. In: *Acervo: Revista Do Arquivo Nacional*, v. 30, p. 49-70, 2017.

A autora utiliza a noção de enquadramento de memória de Michel Pollack, referindo ao esforço de interpretar o passado produzindo uma versão acerca dele para que seja compartilhada por um grupo.

²⁶⁶ *Ibidem*, p.54

especial em determinados momentos. Exemplos são as comemorações, as crises, a defesa de transformações políticas, como é o caso dos republicanos antes e depois da proclamação.

Assim, a construção de uma biografia para o Brasil republicano, que estava cuidadosamente sendo se consolidada na Era Vargas, há muito tempo vinha sendo construída e divulgada. Nosso objetivo, neste capítulo, é apontar como os republicanos, ainda no curso das campanhas pela República, vão traçando uma história da ideia de República que se associa às lutas pela liberdade do território, aos ideais de progresso e à soberania da nação.²⁶⁷ Esse processo teria se iniciado na Colônia, com as revoltas contra a metrópole, passando pela Independência do Brasil, pela usurpação do poder por D. Pedro I. Seguiu com o movimento de abdicação, o período regencial e continuava a crescer até a eclosão do movimento republicano em 1870. Nesse sentido, figuras como Tiradentes, Frei Caneca e outros se tornam mártires da liberdade e uma espécie de patronos da causa republicana. Um enredo que seria enriquecido e reafirmado de múltiplas formas durante os anos da Primeira República e que foi apropriado pelo governo varguista, segundo a ótica de legitimação de seus objetivos.

Este mesmo histórico foi resgatado pelo governo varguista, que ainda precisou lidar ainda com o período de implantação e construção do regime republicano. Segundo a análise do período, a “República Velha” interrompeu o curso da história. Vargas retomaria o destino republicano do Brasil. A Revolução de 30 colocou o Brasil de novo no curso dos propagandistas. A ponto central desta negociação memorial é criticar o passado recente e se alinhar com o passado mais “puro” da República: o da proclamação.

Nas décadas finais do império, assim como em 1939, era preciso criar uma narrativa que conectasse o passado ao presente e apontasse um futuro para a população. Mas nesse momento “original”, a operação intelectual trazia outros desafios, porque se tratava, fundamentalmente, de inventar um passado republicano para o país que fosse capaz de legitimar a luta pelo novo regime, derrubando a monarquia e tudo o que ela representava. Diante desta difícil empreitada, uma figura se destaca nas comemorações: Tiradentes, o grande patrono da liberdade e, por extensão, da república. Aquele que lutou contra os desmandos de Portugal, enfrentando bravamente contra a coroa portuguesa e que teve punição exemplar. A construção da figura messiânica de Joaquim

²⁶⁷ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. In: *Revista Tempo*, 2009, vol.13, no.26

José da Silva Xavier teve forte contribuição dos republicanos da geração de 70, imagem esta que segue muito forte ainda nos dias atuais. É justamente este movimento de construção de uma memória histórica republicana que iremos discutir neste capítulo.

5.1 O futuro é a República

Ao iniciar sua campanha, um dos principais esforços dos propagandistas e teóricos foi construir uma história das ideias republicanas no Brasil. Esta história retomava os movimentos coloniais, especialmente a Inconfidência Mineira, passando pela independência, a abdicação do trono por Dom Pedro I e o período regencial, até a construção do estado imperial do Brasil. Segundo os republicanos, a ideia de fazer do Brasil uma república sempre esteve presente nos anseios de parte da população, sendo frustrada seguidas vezes, mas nunca morrendo. A República era um desejo popular e não era possível escapar dela. Dentro desta perspectiva, a ideia positivista de que a república seria a superação de um estado teológico-metafísico, identificado com a monarquia, só veio a fortalecer a ideia de república como algo inevitável. Um passo da evolução do qual era impossível fugir.

Reescrever o passado é uma forma de agir politicamente. Jacques Revel e François Hartog destacam os usos políticos do passado não são exclusividade dos historiadores, mas de todo aquele que mobiliza os recursos cognitivos argumentativos e simbólicos do passado de modo a recriar um discurso de identificação ou direção. A história nacional sendo um gênero em que esses usos políticos são mais fortes.²⁶⁸

É neste contexto que ressaltamos o papel destes intelectuais republicanos e da imprensa enquanto agentes e meio de propagação de ressignificação da história do país. A imprensa republicana era a maior divulgadora dos ideais e valores dos propagandistas do novo regime político, e teve grande participação nesta operação. É através dessa moderna mídia, que se iria tecendo essa delicada teia de fatos, interpretações e personagens, possibilitando a identificação da luta republicana como uma luta histórica, que vinha de longe, quer dizer, tinha um passado heroico. Os editores, articulistas, colaboradores e afins, agiam então como mediadores nesse processo de apropriação da memória nacional.

²⁶⁸ HARTOG, François; REVEL, Jacques. Note de conjuncture historiographique. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (orgs.) *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001.

Desta forma os republicanos se colocavam enquanto continuadores de um ideal e apresentavam o Brasil como um país, que desde muito cedo em sua história, almejou a república. Isso é muito importante para a defesa da legitimidade e inevitabilidade da mudança de regime. Juliano Antonioli, em sua tese de doutorado, analisando a experiência do tempo da geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo entre 1878 e 1882 discutiu como os republicanos reinterpretaram e reescreveram o passado tendo em vista um projeto político.²⁶⁹ Nesse sentido, podemos destacar como a ressignificação da história nacional já estava sendo feita desde quase o lançamento do Manifesto de 1870.

Segundo Antonioli,

o estabelecimento da república como fim último da história, pressuposto sobre o qual se apoiava toda a reformulação histórica operada, permitiu aos estudantes republicanos identificarem o processo histórico que, vindo do passado (não sem obstáculos), os conduzia para a realização do objetivo que almejavam. A história, então, passava a ser vista como um todo dotado de sentido (...). Dessa forma, a história foi, para eles, tanto guia (pois apontava o caminho a ser trilhado) como fundamento da legitimidade da causa republicana, uma vez que era capaz de demonstrar os vestígios de um republicanismo histórico, adormecido pelo sufocamento provocado pela monarquia anômala e anacrônica. A evidência da história, portanto, servia aos estudantes da propaganda como prova não só da existência de um passado republicano, fundamento de uma narrativa que abria um espaço de luta no presente, mas também como prova da necessidade da instalação do regime republicano.²⁷⁰

Isto significa dizer que a releitura da história pela ótica republicana tinha uma perspectiva pedagógica, ensinar como agir e qual o resultado a ser buscado. Fornecia também razões para a ação republicana e abria um espaço de ação no presente. O passado guia para a República, então o presente é o momento de lutar por ela.

Nessa narrativa alguns episódios entraram em disputa para formar a linha principal da história. Alguns personagens também. Mas, ainda que aqui e ali diversos nomes e momentos tenham sido trazidos à tona, uma versão vai aos poucos se conformando de forma mais clara e articulada. Esta versão seleciona um conjunto de episódios que conta uma história sobre o passado do Brasil que perpassa a Inconfidência Mineira e a Revolução de 1817 em Pernambuco, como os primeiros movimentos organizados pela República no Brasil, a independência do Brasil em 1822, a grande

²⁶⁹ ANTONIOLLI, Juliano Francesco. *“Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar: A experiência do tempo da geração republicana da faculdade de Direito de São Paulo (1878-1882). (Tese) Doutorado. UFGRS. 2017*

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 168.

oportunidade do país de seguir um novo rumo político. Esta, segundo os republicanos foi “interrompido” por D. Pedro I ao assumir o trono, ou seja, o imperador definido como um entrave para o desenvolvimento do republicanismo. Com a abdicação, as revoltas regenciais que vão novamente trazer a cena o espírito republicano, que, por fim, ganha força no final do século XIX com a fundação do Partido Republicano.

Constrói-se, assim, uma narrativa histórica que fortalecia a luta republicana, por demonstrar que essa era uma luta de do povo; era um anseio do país; era uma condição para que o país finalmente entrasse no rumo do progresso e da modernidade. Ao reescrever a história os republicanos estavam inventando uma tradição política republicana para o Brasil e o faziam porque acreditavam nela. Os republicanos acreditavam que estavam a carregar uma bandeira histórica e se consideravam herdeiros da luta de Tiradentes e de tantos outros heróis do passado. Formavam um grupo, como aponta Alonso, às margens do poder oficial, que tentava justificar a validade e a importância de sua luta.²⁷¹

Colocar-se como um marco dentro de uma história iniciada na Colônia era criar um sentido de continuidade com o passado, integrando-o ao presente. A República se tornava uma reivindicação histórica do povo brasileiro, ao invés de uma ideia nova defendida por um pequeno grupo da sociedade.

5.2 – A Inconfidência Mineira e Tiradentes, o protomártir republicano

À memória de Tiradentes o 1º da independência do Brasil

Foi mártir!... foi herói da liberdade!

Foi soldado qu'o Brasil inda o pranteia:

- Quis quebrar da nação dura cadeia

Este vulto que jaz na eternidade!

Rugiu contra ele a tempestade

Em proceloso mar que sempre'alteia:

- O Brasileo estandarte já se enleia,

Chora a pátria – e o lamenta com saudade!

Da independência herói sempre o primeiro;

Lutou qual leão entre os valentes

Por ser ídolo do povo brasileiro!

Foi colosso de ideias eminentes!...

-Nasceu libre – não quis cativo

Joaquim José - o mártir Tiradentes

²⁷¹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

A Inconfidência Mineira na narrativa construída pelos propagandistas surge como a primeira manifestação republicana do Brasil, o mito de origem da República. A primeira vez que, de forma organizada, um grupo de “brasileiros” se levantou contra os desmandes da Coroa, exigindo liberdade. Por isso, Tiradentes se torna o grande mártir da República, ainda que este posto tenha sido disputado com outros personagens. Em *A Formação das Almas*, José Murilo de Carvalho, ao analisar o imaginário da República no Brasil, coloca:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos.²⁷³

Apesar de o autor estar se referindo à construção de um imaginário republicano pelo próprio regime, suas considerações são adequadas para o período anterior à proclamação. Ou seja, os políticos republicanos à frente do governo a partir de 1889 eram, em grande parte, os mesmos que estavam reivindicando a causa republicana desde 1870. Se após a queda da monarquia há um esforço oficial de consolidação de uma memória histórica republicana, é porque a operação intelectual de construção e divulgação dessa narrativa já ter sido deslanchada e estar em curso no período da propaganda, tanto nos jornais e demais publicações, como nos meetings e outras reuniões. Se Tiradentes, nesse momento, é escolhido como o grande herói, impondo-se a figuras da transição da Monarquia à República – como Deodoro, Benjamin Constant e Floriano Peixoto –, isso se deve ao fato de, ainda antes da atuação desses atores políticos, ele ter sido celebrado como uma figura central do discurso que falava sobre um passado político republicano no Brasil.

É por isso que, em 25 de Maio de 1888, sob o título, “Mais patriotismo, menos festas imperiais”, é publicado um texto assinado com o sugestivo pseudônimo Danton, no qual o autor faz uma avaliação da situação monárquica e aponta que os problemas

²⁷² *A Província de S. Paulo*, 30 de Abril de 1884, p.1.

²⁷³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.55

vivididos pelo país são na verdade causados pela monarquia, forma provisória de governo que não atende aos interesses do povo.

Os movimentos revolucionários que se estendem desde a gloriosa e inovidável *Conspiração Mineira*, onde aparece à posteridade o vulto imortal e grandioso do Tiradentes, até o heroico e demasiado generoso 7 de Abril de 1831, além de outros como os de 42 em Minas e S. Paulo e o de 48 em Pernambuco, atestam-nos que no Brasil não existe absolutamente identificação da dinastia *Bragança-Orleans* com o povo.²⁷⁴

O povo quer a república. A monarquia é vista como uma semente mal plantada, uma flor exótica e artificial em meio a América republicana. Comprovando esse argumento, vê-se como os republicanos estão recuperando a história do país e ressignificando fatos, de modo a construir uma narrativa cujo sentido é claro: a república era uma grande aspiração nacional. Neste sentido o título do texto é muito significativo: a luta republicana é a luta patriótica.

Esse é apenas um exemplo de muitos que podemos encontrar ao analisar as edições dos jornais republicanos. Neles é possível acompanhar a construção de um história/passado histórico para a ideia de república no Brasil. Como mencionamos, no centro dessa operação está a figura de Tiradentes. O poema de Amerio Braga, publicado em homenagem ao aniversário da morte de Tiradentes na *Provincia de S. Paulo* aponta todos os elementos que o tornam o herói republicano, por excelência: o primeiro, o mais valente, o que recusou o cativo, o que procurou libertar a nação e o mártir. Segundo aponta Heloisa Starling, em livro sobre a tradição republicana na Colônia,

Tiradentes foi o mais ativo propagandista das ideias que sustentaram o projeto político da Conjuração Mineira e o grande responsável por colocá-la em circulação no interior de uma rede formada pelo entrecruzamento de diferentes grupos sociais.²⁷⁵

Como vemos acima, Starling se refere ao movimento de 1789 como Conjuração Mineira, porém, nas fontes pesquisadas encontramos a denominação de Inconfidência Mineira. A diferença de nomenclatura é muito significativa e indica tanto o momento e os enunciadores da narrativa, como mudanças ocorridas na historiografia brasileira. Inconfidência é a denominação dada pela própria Coroa ao episódio e denota que “o

²⁷⁴ A *Provincia de S. Paulo*, 25 de Maio de 1888, p.2

²⁷⁵ STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.126.

crime foi descoberto a tempo pelas autoridades, e a repressão, bem-sucedida”.²⁷⁶ Já “conjurar”, na linguagem republicana, seria “tentar chegar ao poder pelo caminho encurtado da ação violenta e recuperar a liberdade perdida”.²⁷⁷ Sob esse ponto de vista, Conjuração Mineira seria um termo muito mais apropriado, por dar conta dos objetivos do movimento republicano. Porém, a denominação Inconfidência foi mantida durante muito tempo, sendo usada não só pela historiografia oitocentista, como pela que se produziu após a proclamação. Na verdade, a crítica a tal denominação é bem recente, sendo um resultado dos cuidados da historiografia brasileira com a adoção de classificações de eventos, na medida em que todas elas estão orientadas por valores, nesse caso, de rebaixar a ação dos envolvidos na revolta contra a metrópole. Não é uma surpresa, portanto, que a grande maioria das fontes, mesmo sendo produzidas por republicanos na virada do século XIX, utilizem o termo Inconfidência. Por isso, optamos por mantê-lo. No entanto, se os republicanos estavam utilizando um termo cunhado pela monarquia para designar o episódio, o enredo da história que estavam contando era muito diferente do anterior, sendo convergente com a ideia de conjuração.

Segundo Carvalho, alguns fatores que contribuíram para que Tiradentes vencesse essa batalha memorial foram proporcionados pelo apelo à tradição cristã. Desde ao menos 1882, com publicação de um artigo de Luis Gama, “À forca o Cristo da multidão”, criou-se uma identificação cristã à figura de Tiradentes. Pinturas e textos do período o colocam como um “Cristo cívico”; além disso, haveria também uma questão geográfica. Tiradentes era representante do sul do país, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as capitânicas que seriam libertadas pelo movimento da Inconfidência, e que se tornaram o centro político do Brasil no século XIX. Por fim, havia a sua morte sacrificial, que assumiu uma característica ritualística.²⁷⁸

O cerimonial do enforcamento, o cadafalso, a forca erguida à altura incomum, soldados em volta, a multidão expectante – tudo contribuía para aproximar os dois eventos e as duas figuras, a crucificação e o enforcamento, Cristo e Tiradentes. O esquitejamento posterior, o sangue derramado, a distribuição das partes pelos caminhos que antes percorreram também serviram ao simbolismo da sementeira do sangue do mártir...²⁷⁹

²⁷⁶ *Ibidem* p.19

²⁷⁷ *Ibidem* p.18

²⁷⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

²⁷⁹ *Ibidem*, p.58

Os mesmos motivos que fizeram com que, a partir de 1889, Tiradentes ganhasse um papel central na história republicana do Brasil também ajudam a explicar por que, mesmo antes da proclamação, ele vinha conquistando esta posição/local. Carvalho defende que esta não foi a opção inicial, ainda que os clubes republicanos viessem tentando resgatar sua memória. Tanto que outra importante figura que disputou o papel de herói republicano com Tiradentes foi Frei Caneca. Gomes e Carvalho destacam a importância deste ator dentro da história republicana. Frei Caneca participou da Revolução Pernambucana em 1817, primeira experiência que tirou do papel, planos conspiratórios para uma república, chegando a instalar um governo provisório de pouca duração. Foi então preso, e posteriormente, foi um dos líderes da Confederação do Equador de 1824, outra revolta republicana, dessa feita após a independência. Preso mais uma vez, desta feita, foi fuzilado. Ao analisar a disputa entre Caneca e Tiradentes, Carvalho aponta que alguns aspectos pesaram contra o primeiro: o fato de ser um representante do Nordeste, região em decadência econômica e política em fins do século XIX e de apesar de ter morrido como mártir, ser um líder cívico rebelde e agressivo.

Frei Caneca e seus companheiros tinham-se envolvido em duas lutas reais, em que houvera sangue e morte. Morreu como herói desafiador, quase arrogante, num ritual seco de fuzilamento. Foi um mártir rebelde, acusador, agressivo. Não morreu como vítima, como portador das dores de um povo. Morreu com um líder cívico e não como mártir religioso, embora, ironicamente, se tratasse de um frade.²⁸⁰

Talvez também pesasse, além desses fatores, o fato de ser um religioso. Em fins do século XIX a questão da laicidade do Estado para os republicanos era muito importante e discutida. Celebrar um herói ligado à Igreja talvez trouxesse algum conflito. No período aqui estudado, sua figura, ainda que fosse lembrada constantemente, não era fortemente destacada.

Os jornais aqui estudados são justamente representantes desse centro político que teria maior ligação com Tiradentes e a Inconfidência. Sendo assim, não foi possível apreender a recepção ao herói Tiradentes em outras províncias. Mas como muitos artigos, poemas, editoriais, etc. o reconhecem como herói da República, é possível considerar que talvez sua figura e sua memória tivessem uma difusão maior do que a imaginada por Carvalho. Certamente após a proclamação e a constituição do governo

²⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.67. Vale observar que já nos 1930, o fato de ser um mártir rebelde e um religioso culto vai pesar a seu favor e contra a figura de Tiradentes.

republicano novas figuras ganharam prestígio: presidentes, ministros, publicistas, líderes partidários. Dessa forma a negociação memorial tornou-se mais complexa e conflituosa. Porém, mesmo antes do dia 15 de Novembro já vinha se difundido uma construção narrativa em que Tiradentes era a figura central, o que teve peso no momento posterior à instalação do regime. Contudo, as comemorações do dia 21 de Abril ainda não eram grandes eventos. Os clubes republicanos prestavam homenagens a seu nome, comemoravam o dia e anunciavam pequenas festas ou palestras. Sabemos dessas comemorações, porque várias notas eram publicadas nas páginas dos jornais. Um exemplo é a nota de *O Paiz*, reproduzida pela *Província de S. Paulo* e pela *Federação*, em 1885.

No teatro S. Luiz realizou-se ontem a comemoração aniversária de Tiradentes, o mártir da Inconfidência Mineira. Essa solenidade, que todos os anos se repete sob os auspícios do *Clube Republicano Tiradentes*, atraiu uma grande e escolhida concorrência, achando-se nos camarotes muitas distintas famílias. Ocupavam o camarote os dignos representantes da ideia republicana no seio do Parlamento.²⁸¹

Não há nos jornais, contudo, um grande número de artigos que tratem unicamente de Tiradentes, mas, independentemente disso, não raro ao recuperar a história da ideia republicana no país, os editoriais e artigos traziam a imagem do mártir da liberdade. Mais do que isso, ele era reconhecido como o protomártir da República: como aquele que veio primeiro, tendo precedência ante todos os demais.

Ainda que o dia 21 de Abril fosse importante e lembrado pelos republicanos com certa regularidade, estando presente nas edições comemorativas das folhas de São Paulo e Rio Grande do Sul, *O Paiz*, que era o jornal da capital, deu uma atenção menor ao evento. Apresentando-se como neutro e apartidário e não estando diretamente ligado ao Partido Republicano, a estratégia do jornal foi apresentar as notícias, abrindo espaço para as ideias em suas edições. A partir das descrições que faz dos eventos, sabe-se que Quintino Bocaiúva estava presente nesses momentos e chegava a discursar. Não era publicado na folha o teor de sua fala, mas ela anunciava sua participação.

A sociedade Club Tiradentes celebra hoje, como tem feito nos outros anos, a comemoração da execução de José Joaquim da Silva Xavier – o Tiradentes, primeiro mártir da ideia da independência e da forma do governo republicano para o Brasil.

²⁸¹ Publicado pelo *Paiz* em 23 de Abril de 1885, p.1 e transcrito na *Província de S. Paulo*, 24 de Abril de 1885, p.1.

Se *O Paiz* foi menos explícito e recorrente em seus elogios a Tiradentes e à relação deste com os republicanos, isto não quer dizer que eles fossem inexistentes. Em 1885, comentando a Inconfidência Mineira, o jornal publicou:

Através dos séculos a sua figura se engradece e o nome de Joaquim Jose da Silva Xavier fulgura como a estrela polar da liberdade perdida na caligem [sic] dos tempos, desferindo como um astro de primeira grandeza raios luminosos que consolam a visão do pensamento e fortificam a alma dos patriotas na crença da liberdade.

O que tinha de ser um suplício infamante transfigurou-se em um martírio glorioso; o poste da ignominia transmudou-se em pedestal de gloria; e é para esse Golgotha político que no dia de hoje volvem-se os olhos e os corações de todos os brasileiros que ainda crem e que ainda esperam.²⁸³

Assim, em muitos artigos e editoriais publicados pela imprensa republicana, a relação direta entre Tiradentes e a luta pela liberdade é o ponto de base dos discursos, a ideia fundamental da narrativa. E ela só seria alcançada com um novo regime. Reproduzindo uma matéria da *Gazeta da Tarde*, tanto *O Paiz*, quanto a *Federação* corroboram o argumento de que

Tiradentes, pretendendo fazer a independência nacional, planejou modelar a nova nação pelos Estados Unidos, e os seus adeptos, que se inspiravam na Revolução Francesa, não queriam senão dar a cada circunscrição territorial de então a máxima autonomia.²⁸⁴

Ou seja, o objetivo era instaurar uma República federativa, apostando na descentralização política, como nos Estados Unidos. Em edição do dia 21 de Abril, em artigo intitulado Tiradentes, completa o jornal,

o ideal da pátria independente consorciou-se por tal modo com o ideal do governo republicano, que um e outro formaram uma consubstanciação sublime, à qual, mais cedo ou mais tarde, chegará finalmente o Brasil, através das vicissitudes históricas que porventura ainda estejam ocultas no manto caliginoso do porvir.²⁸⁵

Chamamos atenção para o fato de que, no artigo, a vinda da República é dada como certa, restando apenas que surja uma boa oportunidade para que ela se instaure. Uma

²⁸² *O Paiz*, 21 de Abril de 1886, p.1

²⁸³ *O Paiz*, 21 de Abril de 1885, p.1. Transcrito pela Federação em 08 de Maio de 1885, p.1

²⁸⁴ Transcrito da *Gazeta da Tarde*, publicado em *O Paiz* em 16 de Setembro de 1885, p.1. Reproduzido também pela *Federação* em 25 de Setembro de 1885, p.1.

²⁸⁵ *O Paiz*, 21 de Abril de 1887, p.1

vez que *O Paiz* insistia em seu apartidarismo, raramente mencionava diretamente o projeto existente de mudança de regime. Assim, o artigo é duplamente interessante, pois não só destaca a importância de Tiradentes e seu reconhecimento como mártir, como relaciona diretamente a Conjuração com o republicanismo.

Em Junho de 1888, a *Província de S. Paulo* trazia em sua primeira folha, tomando quatro colunas, a transcrição de uma conferência realizada por Silva Jardim no Clube Republicano de São Paulo em 7 de Abril do mesmo ano. A matéria foi dividida em partes, sendo publicada em mais de uma edição. Um dos pontos da fala de Jardim foi resgatar os fatos históricos que, desde a Colônia, anunciavam o republicanismo dos brasileiros. Ao tratar de Tiradentes, o “revolucionário mineiro”, ele dissera:

Em 1780 Tiradentes – o alferes Joaquim José da Silva Xavier! – idealiza a independência do Brasil sob forma política semelhante á dos Estados Unidos da América do Norte. Mal compreendido por quase todos, senhores, pelos correligionários que nele veem o louco entusiasmo de sonhador dedicado, ou pelos cronistas imperiais que o pintam leviano sem fito, ou mero anarquista, o revolucionário mineiro era cabeça superior, estadista em gérmen, que anteviu com admirável intuição os destinos da pátria. (...) A ninguém também Tiradentes culpou: calmo, resignado, quando a todos, e só não a ele, chegou o perdão, enviou do ângulo da prisão em que jazia preso às cadeias, parabéns aos companheiros! Sobe ao patíbulo: que importa! era a tribuna eterna donde o mártir pregaria ao porvir! cai-lhe a cabeça do alto do cadafalso: que tem isso! na mão de cada compatriota colocava a bandeira que trazia legenda: *Libertas que sera tamen, liberdade ainda que tarde!*²⁸⁶

A imagem retratada vai ao encontro do que diz Carvalho. Exalta-se Tiradentes pelas suas ideias e pela grandeza de sua conduta. Não cedeu e não entregou amigos, não culpou ninguém. Morreu como mártir e deixou sua causa e bandeira banhada em sangue: liberdade ainda que tardia. A força tornou-se púlpito. A narrativa sobre essa figura que se tornara tão importante para o republicanismo segue em geral a mesma tônica. Destaca-se seu papel e importância ante o ataque da monarquia; depois de morto a continuação/o legado de suas ideias. Os republicanos de 1870 estariam dando continuidade a esse legado, esperando o momento oportuno para finalmente levar à frente seu projeto político. Se, via de regra, *O Paiz* não fazia essa associação direta, não é possível estender a mesma postura a seu editor. Ao menos uma vez, quando comentou o ataque ao imperador, em Julho de 1889, Quintino Bocaiúva deu um tom mais partidário a seu artigo/editorial, publicando que “Tiradentes foi vitimado, mas a ideia

²⁸⁶ *A Província de S. Paulo*, 23 de Junho de 1888, p.1

republicana no Brasil aí está refulgente e poderosa”.²⁸⁷ *A Província* faz o mesmo no aniversário de sua morte, em 21 de abril de 1889:

Há quase um século, no dia de hoje subiu os degraus da forca, na cidade do Rio de Janeiro, o protomártir da nossa liberdade.
(...) Que nos sirva de fanal a data de hoje!
A cabeça de Silva Xavier, espetada em um poste na estrada pública de Minas Gerais, ainda prega a revolução!...
Não sejamos surdos à voz profética, que através dos tempos nos chega aos ouvidos, pedindo vingança!...
O nome de Tiradentes é um programa! São as camadas populares que se levantam revoltas como o Oceano em fúria!²⁸⁸

Tiradentes passa a representar muito mais que um herói: ele era um programa político, voltado para libertação do povo da monarquia, um regime autoritário e pessoal. Ele se transforma e materializa a própria ideia de República, governo apoiado na democracia e na participação do povo – ainda que uma definição precisa do que se entendia por povo não tenha sido objeto de grandes debates. Ele também inaugura uma espécie de genealogia de republicanos, que vão dar continuidade à sua luta. Se Tiradentes foi o proto, o primeiro, novas tentativas seriam feitas pela libertação do país. A Inconfidência Mineira era “a primeira tentativa em prol da nossa independência, tentativa que, malograda na ocasião, foi renovada em 1817 em Pernambuco, e saiu vitoriosa em 1822.”²⁸⁹ Mas, infelizmente, a subida de D. Pedro I ao trono, foi um erro e novamente explodiram no país movimentos pelo fim da monarquia.

Inúmeros são os elogios a Tiradentes, aquele que lutou e defendeu até o fim sua bandeira, apesar da traição dos que estavam próximos. Ainda que os grandes poetas e outros personagens que fizeram parte da Inconfidência fossem eventualmente citados, Joaquim Jose da Silva Xavier se destacava entre eles por não ter cedido à pressão da Coroa, mantendo-se fiel àquilo que acreditava e que por fim levou-o à forca. Ele entregou-se à morte, sereno, mantendo suas convicções, perecendo pela causa da independência brasileira. Deixa de ser o homem e torna-se o mártir. Completa-se então o circuito religioso. O patíbulo transforma-se em altar, onde Tiradentes é imolado em nome da causa republicana.

Como se explica a simpatia unanime dos brasileiros hoje por *Tiradentes*?
Ele foi um obscuro até a *Inconfidência*; da sua vida só há uma parte brilhante – a fase em que foi agitador e revolucionário.

²⁸⁷ *O Paiz*, 17 de Julho de 1889, p.1

²⁸⁸ *A Província de S. Paulo*, 21 de Abril de 1889, p.1

²⁸⁹ *A Província de S. Paulo*, 22 de Abril de 1885, p.2

A história nada tem que ver com o obscuro alferes Xavier; quem ela conhece e consagra é Tiradentes, o republicano, o revoltado contra a ordem de coisas daquele tempo, da qual a de hoje não é mais do que o prolongamento.²⁹⁰

Constrói-se, dessa forma, uma periodização que divide a vida de Tiradentes entre antes e depois da Inconfidência. O passado do alferes não importa. Ele nada era à época. Mas com a Inconfidência se tornou o maior símbolo da luta republicana. Era, segundo *A Federação*, aquele que demonstrara mais ardor, paixão e vontade de lutar. Por isso foi acusado de louco pela Coroa, numa tentativa de justificar seus atos. Contudo, o resultado foi justo o inverso. O alferes Xavier entra no patíbulo como o supliciado, mas dele sai um herói; um símbolo da luta pela independência e pelas ideias republicanas. E termina *A Federação*,

Quando desprendia-se ensanguentada a cabeça do venerado mártir, decepada pelo ferro inexorável da tirania sanguinária, acreditava certamente a dinastia assassina que cortava tragicamente no patíbulo o fio da tradição republicana e que não mais ressurgiria nesta parte do continente a aspiração revolucionária. Mas nesse cadafalso erguido pelo crime não extinguiu-se o ideal da pátria livre: consumou-se uma glorificação perpetua.

(...) Somos e seremos, nós que constituímos a falange da república, os representantes do grande ideal que apaixonou a alma de Tiradentes.²⁹¹

A partir dessas publicações é possível traçar o enredo da narrativa que foi se constituindo desde o final do século XIX, e que vai ganhar força com a proclamação, reaparecendo, para se consagrar, no Estado Novo. A Conjuração Mineira passa a ser considerada como a primeira grande experiência de uma luta que visava libertar o país da Coroa portuguesa, instituindo um sistema republicano federalista. Segundo Starling, a ideia de liberdade evocada por Tiradentes e os demais conspiradores estava ligada à “independência, soberania e autossuficiência econômica”. Porém, há mais do que isto: “os conjurados mineiros infundiram à palavra liberdade um afeto que expressa mais do que um propósito de poder (...) um sentimento do mundo público que faz exigências políticas: ele se manifesta numa presteza de partilhar o mundo com outros homens”.²⁹² Este sentimento, porém, deixava de fora questões importantes do período, como a escravidão. Ainda assim, resgatando a história da Inconfidência Mineira, *A Federação* narra:

²⁹⁰ *A Federação*, 21 de Abril de 1888, p.1

²⁹¹ *A Federação*, 21 de Abril de 1888, p.1

²⁹² STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.140.

Os republicanos mineiros não foram revolucionários sedentos de sangue (...) em Minas não houve revolução, houve um movimento, um desejo de liberdade.

(...) A capitania de Minas Gerais tinha um grupo de homens de talento e ilustrados, ligados pela natural simpatia que congrega os espíritos com as mesmas tendências e as mesmas predileções.

Nesse grupo tomou vulto a ideia da revolta.

(...) Foi então que principiou a tornar-se mais saliente o papel do alferes Xavier, o Tiradentes, um dos conjurados e aquele que sempre mostrou mais ardor, mais coragem e mais disposição para a luta, o único lutador, talvez, dos inconfidentes.

(...) Mas a delação levou a conspiração ao governador ...

(...) Quando não houvesse outro crime para o governo colonial, havia este de ter maculado a existência dos republicanos mineiros.

(...) Só um homem conservou-se ereto, idêntico consigo mesmo, imperturbável: foi Tiradentes.

(...) Foi ele que encarnou o movimento na sua pessoa, identificou-se com ele, salvou-a perante a posteridade na tradição de martírio e do heroísmo que representa.²⁹³

Tiradentes seria o marco inicial de uma tradição de martírio e heroísmo no Brasil. Ela será seguida mais tarde por Frei Caneca, pelos revoltosos da Regência e pelos republicanos que atuavam no fim do século XIX. Dando continuidade ao legado do protomártir dessa tradição, os propagandistas e partidários da República espalhavam seus ideais e tentavam, de uma vez por todas, libertar o país do jugo da Coroa e, finalmente, instaurar o novo regime.

Todas as comemorações que se fazem hoje à memória de Tiradentes são comemorações republicanas.

É a ideia republicana que avança e não está talvez longe o dia da vitória.

Que nos sirvam de guia as duas virtudes que ele teve maiores: coragem e abnegação.²⁹⁴

Herói e exemplo de coragem, luta e convicção, a imagem de Tiradentes tinha dupla função: assegurar um sentido de continuidade histórica para a causa republicana e ser o símbolo dessa luta. Mas ele não era o único herói, nem o dia 21 de Abril o único marco na história das ideias republicanas. Outros eventos e personagens somavam-se a ele. A semente plantada em 1789 floresceria em 1817 e 1824, com a Revolução Pernambucana e com a Confederação do Equador, para ser reforçada pelas revoltas regenciais, chegando à fundação do Partido Republicano em 1870.

5.3- As disputas por uma história do Brasil republicano

²⁹³ A *Federação*, 21 de Abril de 1888, p.1

²⁹⁴ A *Federação*, 21 de Abril de 1888, p.1.

Tiradentes era reconhecido, entre os republicanos, como o primeiro e grande mártir da causa. Porém, sua posição não eliminava a existência de outros personagens e episódios que seriam sistematicamente lembrados e recontados. Ainda no momento da propaganda republicana, é possível perceber disputas para o estabelecimento de uma narrativa republicana para a história do Brasil. Tais embates indicam o quão valioso era a produção desse passado republicano, que afirmava que em todas grandes revoltas e tentativas de revolução no país havia uma centelha republicana, que permanecia acesa desde Inconfidência Mineira. Justamente por essa razão outros personagens históricos, vindos de outras províncias participavam do enredo e também deviam ser lembrados.

Uma vez que *O Paiz* mantinha um discurso de apartidarismo, raros são os textos que discutem episódios da história do Brasil sob uma ótica republicana. É possível encontrar pequenas chamadas relembrando datas, como Revolução Rio-Grandense, Revolução de Pernambuco, Confederação do Equador, entre tantas outras que formarão, mais tarde, o conjunto de comemorações republicanas. Informava-se ainda possíveis reuniões realizadas pelos Clubes Republicanos. Em 1888, o jornal avisava que iria expor em seu salão a bandeira da República Rio-Grandense conservada por um dos veteranos da Revolução Farroupilha de 1835. Podemos observar que se não era explícita a adesão a esse procedimento, o jornal também não deixava de partilhar e incentivar a mesma rememoração que estava sendo feita pelos outros órgãos e grupos republicanos. Dessa forma, a maior parte das referências utilizadas são referentes aos periódicos *A Província de S. Paulo* e *Federação*. São artigos, editoriais, conferências e meetings transcritos nas páginas das duas publicações. Demos também foco às palestras e falas transcritas pelos jornais porque estas já apresentavam uma narrativa completa, mostrando não apenas como os republicanos viam cada um dos episódios que selecionavam, mas também como construía uma linha de continuidade e sentido entre eles.

Se em 1789, Tiradentes e seus companheiros não conseguiram atingir o objetivo da Conjuração Mineira, ele não se perdeu. Foi resgatado por vários outros eventos, em especial os ocorridos em Pernambuco em 1817 e depois em 1824: a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador. Ambos de caráter republicano e separatista. A primeira teve início com um motim, transformou-se em insurreição e conseguiu romper com o centralismo da Corte. Segundo Starling, a história do

republicanismo na província de Pernambuco teve início muito antes, na verdade, “durante a sedição de 1710, em Olinda, e entrou pelo século XIX afora”²⁹⁵. Comentando a Revolução de 1817, *A Província de S. Paulo* publicava:

Os planos e tentativas da casa real encontravam embaraços e oposição nos sentimentos e ideias que já vagavam no Brasil, oriundos das novas doutrinas e das tradições vivazes e dominadoras ligadas à Inconfidência. A repugnância dos brasileiros, as suas opiniões definidas no sentido de um regime democrático avolumaram-se e incorporaram-se na gloriosa revolução de 1817 que teve por teatro a heroica província de Pernambuco, com ramificações por outras províncias do norte, as quais abriram luta armada no intuito de obstar o estabelecimento da monarquia.²⁹⁶

A repressão autoritária da Coroa mostrou sua força sobre os revolucionários de 1817 assim como o fez na Inconfidência Mineira. Líderes foram presos e mortos. Mais uma vez, as expectativas de libertação do povo brasileiro foram frustradas. De toda forma, o espírito de descontentamento continuou e parecia que teria seu curso retomado em breve. Saldanha Marinho também expôs sua opinião acerca da Revolução de 1817. Este movimento era, para ele, muito especial por guardar, além das mais puras raízes republicanas, um componente bastante pessoal. É o que relata no início de sua Conferência em 1886, na qual situa a participação ativa de seu pai:

Foi em 1816. O pai do orador [Saldanha Marinho] teve a fortuna de ser rebelde, e foi com o orador nos braços que ele e sua nobre esposa atravessaram o acampamento inimigo. Doze dias depois, vítima de seu amor à pátria, morria o velho patriota.²⁹⁷

A experiência pessoal de Marinho nos ajuda a compreender melhor sua posição em defesa da importância da Revolução de 1817. O foco dado por ele à revolta, não se limita à exaltação do patriotismo daqueles que lutaram por ela. Seu esforço era também o de entender porque ela não foi bem sucedida. Neste sentido aponta,

Tivemos depois a revolução de 1817 em Pernambuco, que começou por um erro: - a nomeação de chefes e instalação do governo sem audiência da vontade popular. O resultado fatal foi a indiferença pública para com o movimento revolucionário, que assim não pode deixar de abortar. Os melhores diamantes do patriotismo pernambucano de então foram assassinados por ordem do rei²⁹⁸

²⁹⁵ STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 240.

²⁹⁶ *A Província de S. Paulo*, 11 de Fevereiro de 1888, p.1

²⁹⁷ *A Província de S. Paulo*, 30 de Novembro de 1886, p.1

²⁹⁸ *A Província de S. Paulo*, 30 de Novembro de 1886, p.1

O movimento revolucionário não é desbaratado apenas pelo imperador, que de forma autoritária e violenta prendeu e sentenciou seus líderes à morte. Isto foi possível, porque seus líderes se encontravam isolados, sem apoio popular, devido à forma de ação dos próprios revolucionários que não consultaram a vontade do povo. Essa narrativa que busca os erros na execução dessas “revoluções” republicanas era fundamental para o argumento central de Saldanha Marinho. Fosse a Inconfidência, a Revolução de 1817, a Confederação do Equador ou as revoltas de 1842, 1848 e a Farroupilha, todas teriam fracassado por uma razão básica: não sustentavam uma ideia firme que as justificasse, e “todos nós sabemos que sem ideia, não há revolução estável”. O elemento que parece faltar a todas elas, ainda que tivessem uma orientação republicana, era a definição clara de suas ideias e objetivos, uma vez que os “que querem a verdadeira felicidade da pátria não devem pegar em armas sem ideia ou mérito”. Os sacrifícios de um movimento revolucionário são grandes e para estar disposto a assumi-los é preciso que estejam bem fundamentados. A solução para tal dificuldade era

O verdadeiro republicano se-lo-á sempre porque o é por educação. A República depende, em última palavra, da educação popular. A responsabilidade do verdadeiro republicano é enorme. É preciso que ele a reconheça.²⁹⁹

Se este era o grande erro do passado – identificado pelo conhecimento dos fatos da história sob uma ótica não mais monárquica – os republicanos de fins do século XIX estavam tentando superá-lo, aprendendo com os eventos que admiravam, nos quais encontravam as razões de tantos fracassos. Por isso as conferências, os meetings, os jornais. Por isso a luta pela “educação popular”, empreendida especialmente por Quintino Bocaiúva e Rangel Pestana, que reconheciam sua importância e força políticas. Se durante o período colonial e no Primeiro Reinado a eclosão das revoluções republicanas precedeu a ampla divulgação de seus ideais, a partir de 1870 isso não mais poderia ocorrer. Assim, há um esforço muito grande do partido e dos correligionários republicanos para tornar conhecido de todos esses ideais e princípios. A própria narrativa histórica que estava sendo construída tinha um evidente peso pedagógico. Mostrar para o público que os anseios republicanos sempre estiveram presentes no passado dos verdadeiros brasileiros, desconstruindo a imagem da monarquia como um

²⁹⁹ A *Provincia de S. Paulo*, 30 de Novembro de 1886, p.1

bom regime era uma necessidade incontornável. Neste sentido, também Silva Jardim é muito claro:

Em Pernambuco rebenta em 1817 o celebre movimento impulsionado pelo ilustre bahiense Domingos Martins. Sociedades secretas se formam, atacam-se em público as instituições e aliciam-se revolucionários (...) imita-a Paraíba do Norte, imita-a o Rio Grande, bem como Ceará (...) e ainda Alagoas e Bahia (...) circunstancias diversas fazem, porém, abortar este generoso movimento: o bloqueio de Pernambuco tira as forças do governo republicano e mal dispõe as povoações do interior. (...) Nada disto poderia impedir, no entanto, a marcha gigantesca do movimento ascensional para a república: porque agora é 1822.³⁰⁰

Diante das exigências portuguesas trazidas pela Constituição de 1820, que se aliaram às ideias revolucionárias de liberdade já em curso no país, uma nova chance de conquistar a liberdade há tanto almejada segue seu curso. A independência do Brasil deveria coroar as aspirações que vinham desde 1789. Mas não foi assim. Conquistamos a separação do reino português, mas mantivemos o regime monárquico. Segue o mesmo tom Bernardino de Campos em *A Provincia de S. Paulo*, no ano de 1888,

Depois D. João, retirando-se para Portugal, deixou D. Pedro como seu representante.

Mas aquele velho rei já tinha a noção das teorias evolucionistas, ao menos quando se tratava dos interesses de sua dinastia. Ele bem compreendia que a emancipação do Brasil se havia de fazer; e, hábil político, sagaz e vivo, recomendou a seu filho que, antes de qualquer outro, pusesse ele sobre sua cabeça a coroa do Brasil.

(...) É assim que a independência não representou outra coisa mais senão a partilha dos domínios portugueses entre pai e filho.³⁰¹

Na mesma linha de interpretação de Bernardino de Campos, Saldanha Marinho, anos antes, na Conferência em 1886 antes mencionada, considerava que em 1820,

Germinava então já no Brasil o espírito de independência; e os que a queriam, erraram completamente confiando no rei covarde. Não há independência feliz sem sangue.

(...) O grito do Ipiranga não foi sincero; foi arrancado em consequência de documentos oficiais vindos de Lisboa nos quais se falava até em *prisão*.³⁰²

Ambos disputavam a narrativa da independência, considerando-a não mais como um momento de libertação para o país, mas como uma continuação do velho sob uma nova

³⁰⁰ *A Provincia de S. Paulo*, 23 de Junho de 1888, p.1

³⁰¹ Bernardino de Campos, *A Provincia de S. Paulo*, 11 de Fevereiro de 1888, p.1

³⁰² *A Provincia de S;ao Paulo*, 30 de Novembro de 1886, p.1

roupagem. Enfim, um momento de esperança roubada. Os brasileiros queriam a independência, estavam prontos para ela, mas ao confiarem nas forças erradas, terminaram por ter seus desejos ignorados, vendo a instauração de um novo governo monárquico. Conseguiu-se a separação entre Brasil e Portugal, porém com a mesma família real no poder. Dom Pedro, que aqui poderia ser o I, ainda era o IV em Portugal. Os laços dinásticos se mantiveram.

Contudo, a interpretação do evento da independência esposada por Bernardino e Saldanha não era um consenso entre os republicanos. Havia aqueles que consideravam a data de 7 de Setembro de 1922 digna de celebração, apesar dos acontecimentos que se lhe seguiriam. Silva Jardim, em conferência, pronunciada em 1888 e transcrita pela *A Província de São Paulo* discute essa complexa questão e oferece sua própria compreensão dos fatos.

É ou não Independência caminho para a república? (...) Afinal, desde que temos uma Pátria, (E temo-la – forte, ilustre e generosa) é mister que lhe marquemos com veneração a data da Independência: 1822 é a grande data nacional e 7 de Setembro o dia festivo geral. Embora agindo com a Realeza ao lado, Jose Bonifácio e seus companheiros são verdadeiros representantes do povo da geração independente: é justiça reconhecer-lhe o contínuo amor à Pátria, e a abnegação e o desinteresse mesmo o mais nobre: - o do poder. A prova de que os brasileiros queríamos era a Liberdade e não a Monarquia, então, como hoje puro acidente na nossa vida histórica, está em que reenviamos o Príncipe, desde que anti-liberal. **Era a República, senhores, o que em princípio almejamos: a ação patriota de 22 foi evidentemente revolucionária e republicana: tanto era a emancipação política contra a vontade do poder central; continuareis a vê-la, a essa mesma ação, latente ou manifesta, no coração da Pátria.**³⁰³

Silva Jardim, assim como Bernardino de Campos e Saldanha Marinho, também destaca que o resultado esperado da Independência era outro e que este se frustrou. Porém não retira a importância da data e de sua conquista. Isso porque reconhece a luta de José Bonifácio e de seus companheiros, que desejavam a liberdade do Brasil. E eles a teriam conquistado, a despeito da manutenção da monarquia, vista, desde 1822, como um “puro acidente” em nossa história. Um acidente que, segundo outras conferências aqui citadas, se deu pela confiança nas pessoas erradas. Silva Jardim marca ainda e mais intensamente que os outros, algo essencial: 1822 teria sido uma revolução republicana, ainda que a República não tenha sido seu resultado. 1822 era um movimento republicano porque foi feito contra a vontade do poder central e em busca da emancipação política da metrópole. Esta é uma importante operação de ressignificação

³⁰³ *A Província de S. Paulo*, 23 de Junho de 1888, p.1. Grifo nosso.

da narrativa histórica, evidenciando as muitas disputas travadas: de um lado, contra a história que a monarquia consagrara; de outro, dentro da própria narrativa que os republicanos estavam construindo.

Se 1789, 1817 e 1824 tinham características que podiam identificá-las como republicanas, a Independência do Brasil sempre foi um episódio central e de orgulho na narrativa monárquica, mantida distante desse tipo de ideal. A independência fora a luta para escaparmos das garras de Portugal e das tentativas de recolonização, mas nunca fora destacada como um movimento revolucionário, menos ainda republicano. A República não surgia como questão nesse evento, até porque 1822 não só marcava nossa independência como inaugurava a dinastia monárquica. É importante então destacar esse ponto. Para Campos e Saldanha o 7 de Setembro de 1822 foi nossa oportunidade não concretizada de mudança: um momento de perda de esperanças. Já para Jardim ele podia ser comemorado, apesar do resultado final, porque movimentos de libertação de um poder central e opressor teriam sentido republicano. Parece uma diferença sutil, mas marca a profundidade das disputas existentes na construção de uma narrativa de uma história republicana para o Brasil. Neste caso, reivindicar a Independência como uma revolução republicana era “apagar” um episódio que glorificava a Monarquia.

O reinado de D. Pedro I foi um período conturbado. O fechamento da Constituinte, as medidas autoritárias, a centralização. Tudo isto foi se somando aos questionamentos dos grupos mais exaltados que clamavam por liberdade. O resultado nós conhecemos: a abdicação em favor de seu filho D. Pedro II. Antes, porém, um novo episódio se destaca: a Confederação do Equador de 1894. Se no pós 1889 Frei Caneca, como aponta Carvalho, será uma das principais figuras que disputará o centro da narrativa republicana, no período aqui estudado seu destaque era menor. Seu nome é lembrado e entra no rol daqueles que deram o sangue pelo país, contudo, diferentemente de Tiradentes que brilha sozinho, o heroísmo de Caneca é compartilhada com outras figuras. Ele é lembrado, por exemplo, ao lado de Ratclif³⁰⁴, que junto com Caneca participou da Confederação. Esse movimento é reafirmado como uma reação à dissolução da Constituinte por D. Pedro I. Em *A Província*, Saldanha Marinho a ele se refere em 1888:

³⁰⁴ João Ratclif, liberal português que lutou ao lado dos confederados.

O escândalo da dissolução teve desastrosas consequências. Uma delas teve por teatro Pernambuco.

O presidente Barros, desgostado, proclamou a República, inoportuna e imprudentemente. Qual o resultado?

Lima e Silva, à frente das tropas imperialistas, invadiu a província, ergueu sobre o seu solo o negro cadafalso e nele assassinou os mais distintos vultos da sociedade pernambucana.³⁰⁵

O autor não destaca quem foram estes vultos, mas os conhecemos: Frei Caneca, Agostinho Bezerra, padre Gonçalo Mororó, Francisco Manuel Ibiapina, Lázaro de Sousa Fontes, Luís Inácio de Azevedo, João Ratcliff, Joaquim Loureiro, entre outros, executados a mando do Imperador. Bernardino Campos, no mesmo jornal e ano, escreve:

Foi ainda na região do Norte, nesta denodada zona que tinha Pernambuco por sede e onde parecia haver se concentrado o civismo, o amor pela causa liberal, onde mais exuberante se expandia a grande alma da nação, que os brios patrióticos levantaram, ainda mais uma vez, esse grandioso movimento, essa revolta memorável, conhecida pela Confederação do Equador, revolta afogada de novo no sangue dos mais dignos cidadãos, revolta que não pode ser dominada senão pela força e pela insidia, e pela mais brutal selvageria.³⁰⁶

A violência da repressão era indicativa da força que vinha ganhando o “civismo” dos brasileiros que lutavam contra a opressão de D. Pedro I. Razão pela qual sua abdicação, em 7 de Abril de 1831, torna-se a data em que, de fato, ocorre a libertação do país do jugo do absolutismo. Ela passa a ser considerada como um marco na história da busca da liberdade e da democracia no Brasil. Os republicanos constantemente se referem a ela como uma nova chance para o país se livrar da dinastia Bragança.

Quer dizer o 7 de setembro de 1822 e o 7 de abril de 1831 vão disputar o lugar de ponto de inflexão decisivo na luta pela liberdade do Brasil, sendo que, nessa disputa, a maneira como a figura do primeiro Imperador é construída passa a ser decisiva. Se durante a Colônia ocorreu uma série de manifestações contra a Coroa, o movimento de independência deveria ser o *gran finale* desse longo processo. Finalmente, o país se livraria do jugo português, tornando-se independente. Porém com a continuidade da monarquia e com a entrada em cena da figura do imperador D. Pedro I esse objetivo ficou comprometido. O primeiro imperador do Brasil tinha muitos defeitos e gerou muitos problemas, como até mesmo monarquistas reconheciam. Porém, o maior deles,

³⁰⁵ A *Provincia de S. Paulo*, 30 de Novembro de 1886, p.1

³⁰⁶ A *Provincia de S. Paulo*, 11 de Fevereiro de 1888, p.1

imperdoável para os republicanos, foi a usurpação do poder que promoveu, “roubando” a soberania do povo e transformando-se em mais um déspota português.

Ainda que já tenhamos abordado as críticas feitas a D. Pedro I em capítulo anterior, é importante retomar esse aspecto específico de seu governo, uma vez que esse seria um componente importante da narrativa histórica construída pelos republicanos. A manutenção da monarquia – resultante de uma trama – e o autoritarismo do Imperador se tornam elementos centrais da explicação do nosso “atraso” ante as repúblicas americanas. Comemorando o 7 de abril de 1831, em 1885, *O Paiz* publicou um artigo no qual se lia, que era

o 7 de Abril, que melhor do que o 7 de Setembro, afirma a virilidade do povo brasileiro.

(...) No dia 7 de Abril a nação foi a mais forte, quando o monarca, que ela pôs à testa do governo do Estado, quebrou o *pacto* que celebrara com tamanha solenidade.

(...) O dia 7 de Abril, por mais fidalgo que o queiram tornar, será sempre um dia bem plebeu.

(...) Pode o Instituto Histórico deitar hoje discurso de entusiasmo dinástico, negando a revolução de 1831, como já negou as flórias (sic) de Tiradentes: o país sabe perfeitamente que, se a coroa foi devolvida ao filho do primeiro imperador, não o foi por efeito do legado paterno, mas porque aquele povo que voltou do bota-fora quis fazer guarda de honra junto ao berço batido pelos vendavais da revolução.³⁰⁷

Era importante que o jornal se colocasse em oposição à história feita pelo Instituto Histórico, que por sua proximidade com o Império ganhava foros de uma história monárquica “oficial”. Era tal instituição que controlava e validava o discurso histórico do período e se colocar contra ela, era assumir a existência de outros discursos históricos em disputa ante a narrativa imperial.

Corroborando essa posição de intervenção na política através dos usos do passado histórico *O Paiz* defende a ideia de que o 7 de Abril teria sido uma revolução do povo contra Pedro I, que fora forçado a sair do poder. Insistindo nesse ponto, um ano depois, em 1886, o jornal publica uma matéria comemorativa do 7 de Abril:

O povo é que escreve nos seus anais, como datas de primeira gala, aquelas que atestam a virilidade da nação.

A aclamação, como a abdicação, foi obra sua, efeito de sua soberania; ele pode reivindicar para si os cortejos do dia de hoje.³⁰⁸

³⁰⁷ *O Paiz*, 07 de Abril de 1885, p.1

³⁰⁸ *O Paiz*, 07 de Abril de 1886, p.1

Por conseguinte, nessa leitura, o povo era o grande herói da abdicação. Marcelo Basille, em artigo tratando sobre as disputas narrativas em torno desta data, assinala como, desde 1831, a imprensa e outros meios de divulgação já debatiam tal questão.

para aqueles que participaram de alguma forma dos acontecimentos, a Abdicação revestia-se do cunho de um acontecimento fundador, de uma verdadeira revolução, ao romper com um passado proscrito e inaugurar uma nova ordem política e social. Uma revolução exemplar e única na história, porque feita com moderação, sem derramamento de sangue, mediante a união de todos os patriotas brasileiros e de forma a consagrar a liberdade no país.³⁰⁹

Basille destaca ainda que dias antes do movimento, grupos andavam pelas ruas da cidade interceptando moradores, especialmente portugueses, esperando ouvi-los saudar a Constituição ou mesmo a República. Saudar o Imperador era visto como um erro. Se o interesse geral das manifestações contra D. Pedro I não era de teor republicano, ainda assim o republicanismo esteve presente em algum nível. Por isso, décadas depois, os propagandistas dos anos 1880 destacavam o espírito republicano do movimento. O problema era responder à questão: porque então não se fez a república? *A Federação* explorou essa questão em texto publicado em outro aniversário da data. Segundo o jornal, em 1889, além de celebrar o 7 de abril, era preciso aprender com ele.

A abdicação do príncipe proscrito foi uma irrisão. Como podia abdicar aquele que estava deposto?

Há para nós, entretanto, uma grande lição no fato e ao menos dela não nos hão de provar os falsos apóstolos que não se ligam aos movimentos democráticos senão para desvirtuá-los do seu fim natural.

(...) Há uma coisa pior para a causa da liberdade do que o espírito francamente reacionário; (...) é a política bifronte dos falsos apóstolos da liberdade, que fingem servi-la para melhor contrariar-lhes as expansões.

Meditem os republicanos brasileiros sobre os exemplos que nos fornece a nossa história política e habituem-se a repelir sempre o perigoso concurso dos falsos amigos da liberdade.³¹⁰

O povo foi às ruas para retirar D. Pedro I do poder e conseguiram. Porém, o movimento se perdeu porque confiou em “falsos apóstolos”, que recearam o rumo dos acontecimentos. Assim, refrearam a vontade geral, ignoraram a busca pela liberdade e aceitaram a manutenção da monarquia. A questão não era fácil, a começar pelo paradoxo: se D. Pedro tinha sido deposto, como poderia abdicar?

³⁰⁹ BASILLE, Marcelo. *A Revolução do 7 de Abril de 1831: disputas políticas e lutas de representações*.

In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal – RN, 2013. p.1

³¹⁰ *A Federação*, 07 de Abril de 1889, p.1

Vós sabeis como esse grandioso movimento, ao qual se haviam associado todas as classes da sociedade ante o qual Pedro I teve de resignar a coroa e o poder, abdicando na pessoa do seu filho; vós sabeis que esse movimento não produziu todos os resultados, não realizou todos os desejos, e todas as aspirações que se abrigavam nessa época no seio da sociedade brasileira porque esse movimento dispersou suas forças, - cindiu-se, decompondo-se para formar os dois partidos, o exaltado e o moderado, cabendo a gestão pública e a predominância ao moderado, que retrogradou por mal entendida prudência e errado patriotismo, procurou desviar o curso da revolução e impedir o seu desenlace no sentido republicano como a solução natural e desejada daquele movimento revolucionário...³¹¹

Como aponta Basille, a união de grupos tão diversos pela retirada de D. Pedro I do poder era apenas “instrumental”. Diversos projetos políticos estavam em jogo. A pauta que os unia era muito mais negativa, no sentido de afastar um inimigo comum, do que positiva e propositiva de um projeto comum. Desta forma, não existia um projeto a ser seguido, e diante do sucesso da “revolução, os “radicais” (republicanos) saíram perdendo ante os moderados (monarquistas). O de 7 Abril, segundo essa narrativa, foi revolucionário, popular e republicano em seu âmago. Porém, deixou-se desviar. O resultado ficou como exemplo: não se poderia confiar em “falsos amigos da liberdade”, que precisariam ser identificados e vencidos. O fracasso dos movimentos contra a monarquia parecia seguir o mesmo curso. Buscava-se a liberdade, lutava-se por ela, porém, a falta de união e clareza de objetivos, a falta de divulgação das ideias republicanas no seio da população, fazia com que o resultado final da luta ficasse aquém do esperado, que era a república.

Estudadas as disposições dos clubes, a corrente da opinião, a coragem da resistência e energia do pronunciamento, conhece-se que no fundo do movimento revolucionário estava a ideia republicana; mas os homens que impulsionavam o movimento não tinham verdadeira intuição republicana.³¹²

É por isso que os republicanos parecem ver, no fim do século XIX, a oportunidade certa para que todas essas aspirações se concretizassem. Ao contrário dos períodos anteriores, eles organizaram suas forças de forma partidária, investiram na divulgação e doutrinação de suas ideias, constituíram clubes, estabeleceram estratégias e aprenderam com os erros do passado histórico, sobretudo o recente. A (re)construção de uma história do país pautada pela ótica da liberdade e dos anseios republicanos tinha um propósito pedagógico. É a partir dela que os republicanos pretendiam se orientar, ao

³¹¹ *A Província de S. Paulo*, 11 de Fevereiro de 1888, p.1

³¹² *A Província de S. Paulo*, 07 de Abril de 1889, p.1

menos para não cometer os mesmos erros. Se no passado, por diferentes razões, os homens da república não estiveram prontos para aproveitar as oportunidades que se lhes abriram, os republicanos da geração 70 deveriam estar.

O episódio da abdicação de D. Pedro I trouxe um novo quadro político: a Regência. Sendo ainda criança, Pedro II não pode assumir o trono. O país não havia se tornado republicano, mas isso não significava que essas ideias tinham desaparecido.

As esperanças da regência, iniciando uma forma conciliadora em que a democracia predominaria, desnorream os espíritos e o império continuou, tendo por imperador uma criança a quem o sentimentalismo brasileiro se julgava obrigado a (?) e a respeitar com penhor (?) da independência e liberdade da nação.³¹³

Contudo, se a regência começou sua existência cercada de esperança, logo estas se desfizeram. A descentralização seguiu lenta e muito aquém do que era esperado. Um novo momento de instabilidade se instaura no Brasil. Pequenas e grandes revoltas vão ganhando espaço e tomando proporções inesperadas. Entre elas, uma se destaca: a Revolução Farroupilha e a fundação da República de Piratini. Ela representaria, mais uma vez, o grande desejo nacional: a república.

Tanto o povo brasileiro sentiu que eram frustrados os seus intuitos, os seus mais legítimos desejos, que depois de 31, nós tivemos esse importante movimento revolucionário no Rio Grande do Sul, em 1835, chegando a constituir-se, e organizar ali de um modo quase definitivo a república de Piratinin.³¹⁴

Campos aqui se refere ao dismantelamento da Confederação do Equador. Seu fim significou uma vez mais a interrupção do sonho republicano. Este, porém, não foi esquecido e é retomado mais uma vez.

No final do século XIX o movimento ocorrido no Rio Grande do Sul se configurava como um dos episódios mais marcantes para uma história republicana do país. Ainda que não assumindo, publicamente, seu republicanismo, como sempre, *O Paiz* não deixou de lembrar o dia 20 de Setembro de 1835 e anunciar as festas e celebrações, realizadas pelos Clubes Republicanos em homenagem da data. Mais expressivos nesse sentido foram a folha de São Paulo e, como era de se esperar, a do Rio Grande do Sul.

³¹³ *A Provincia de S. Paulo*, 07 de Abril de 1889, p.1

³¹⁴ *A Provincia de S. Paulo*, 11 de Fevereiro de 1888, p.1

Em edição especial que ocupava toda a primeira página, em 1884 *A Federação* rememorou o evento, publicando mensagens enviadas por clubes republicanos de diversas províncias e outras locais. Do Rio de Janeiro recebeu mensagem assinada, entre outros, por João Clapp³¹⁵ e Pardal Mallet³¹⁶, importantes nomes republicanos. Nelas eles saudavam a folha que seria a “legítima representante das generosas aspirações que ora florescem em solo mondado por tão cruas batalhas”. Em seção intitulada “Solidariedade”, na qual publicavam-se todas as notas e textos de apoio e celebração da data, apontavam:

A história cortesã e a crítica palaciana tentaram em vão deprimir o sentido imaculado do movimento revolucionário de 1835 e negar intuito ideal aos imortais cidadãos que o dirigiram.
(...) A moderna geração rio-grandense está vingando nobremente a sagrada memória dos puríssimos paladinos da Liberdade.
Adotando o seu ideal, servindo-o com a mesma fé inquebrável, a geração de hoje se ostenta solidaria com eles na gloriosa proclamação:
A salvação da Pátria está na Federação Brasileira sob a forma política – a República.³¹⁷

Podemos observar novamente uma linha que liga os revoltosos de 1835 a todos os republicanos da década de 1880. A nova geração de rio-grandenses lutava pelos mesmos ideais de 1835, compartilhavam a mesma aspiração: a proclamação da República. Em outro artigo anunciavam: “20 de Setembro é o ponto de partida dessa grande obra que, um ano depois, inaugurou no Rio Grande do Sul um sistema racional de governo – extinto após um decênio de lutas intemeratas”.³¹⁸

Na parte inferior das duas primeiras páginas trazia um texto assinado por Amaro Juvenal, que descrevia o início do movimento de 1835. As edições comemorativas seguiriam repetindo a mesma tópica, nos anos seguintes. Em 1885, para além dos artigos, saudações e poemas, o jornal adicionou um desenho da bandeira da República Rio-Grandense. No artigo que abre a edição, ao refletir sobre o episódio, o autor apontava que os “heroicos cidadãos (...) souberam, já exausto de recursos, salvar com a própria honra a honra do Rio Grande do Sul, no desfecho da luta dos dez anos”.³¹⁹ Para corroborar o argumento, publicara as condições do tratado de pacificação assinado pelos

³¹⁵ João Fernandes Clapp, comerciante e abolicionista, fundou junto com Patrocínio a Confederação Abolicionista da qual foi presidente por mais de 10 anos.

³¹⁶ João Carlos de Medeiros Pardal Mallet, jornalista e romancista, participou dos movimentos abolicionista e republicano.

³¹⁷ *A Federação*, 20 de Setembro de 1884, p.1.

³¹⁸ *A Federação*, 20 de Setembro de 1884, p.1.

³¹⁹ *A Federação*, 20 de Setembro de 1885, p.1

representantes da República em questão, pedindo para que o leitor refletisse e reconhecesse a “estatura moral” daqueles que o antecederam. Se *A Federação* via no tratado um exemplo de honra e conduta a ser seguida pelos republicanos seus contemporâneos, na conferência de Saldanha Marinho, transcrita em *A Província de São Paulo*, o acordo entre rio-grandenses e Imperador era visto de forma menos gloriosa.

Foram dez anos de uma luta gigante com a bandeira republicana à frente, e que, se não aproveitou à briosíssima província, incutiu, entretanto, no povo, certas ideias que lhe permitiria o chegar com maior facilidade à República.

No fim desse longo espaço de tempo, s. m. o imperador, desanimado, ofereceu a paz à valente província revolucionada, mantendo os seus guerreiros nos postos conferidos pela República e continuando-lhes todas as pensões.

Ora, todos sabem que uma soma enorme de sacrifícios acaba por exaurir completamente um povo.

O que se deu então era fácil de prever: fez-se a paz, s. m. ficou assentado no trono e a província do Rio Grande do Sul pacificada...³²⁰

Saldanha busca mais uma vez não só compreender o movimento, mas o seu fracasso. O resultado é o mesmo. Não se deve entrar numa revolução sem a força para permanecer nela, sem um profundo convencimento e apoio popular que sustentem os sacrifícios. Não se deve pegar em armas sem estar preparado para tal. Os anos de resistência da República de Piratini exauriram o povo e, assim, seu apoio à luta. Dessa forma a oferta de paz do Imperador não só foi aceita como foi bem vinda. Ainda assim, este movimento deixou a centelha republicana aberta na província.

Segundo *A Província* no aniversário da revolução celebrado em 1884, as “grandes revoluções são sempre transbordamento de injustiças por muito sofridas”.³²¹ Assim como os movimentos republicanos anteriores, o de 1835 – com a fundação da República Rio-Grandense ou de Piratini, como preferiram chamá-la – foi mais uma prova da busca do país por sua liberdade e para livrar-se das garras da monarquia.

O movimento rio-grandense teve por resultado a instauração de governo republicano a partir de uma revolução. Ainda que de maior duração que a Confederação do Equador, a República de Piratini também teve seu fim. A revolução, como se esperava, não se espalhou para outras províncias. O golpe da maioria e a coroação de D. Pedro II iniciou um processo de re-centralização com o fortalecimento da monarquia. Mais uma vez o país perdeu a luta por sua independência. A dinastia

³²⁰ *A Província de S. Paulo*, 30 de Novembro de 1886, p.1

³²¹ *A Província de S. Paulo*, 20 de Setembro de 1884, p.1

Bragança permaneceu no trono. Um novo marco dessa luta pela República só se daria em 1870, com o manifesto republicano e a fundação de um partido.

5.4 O movimento republicano e o surgimento de uma memória histórica republicana

A fundação do Partido Republicano em 1870 e o início das campanhas marcam um novo momento, que seria o último para o enquadramento de uma memória histórica republicana para o país. O que se iniciou em 1789, com Tiradentes, finalizou-se em 1889 com Marechal Deodoro, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant e outros. A partir de então, o foco da narrativa que se estava construindo muda. Ele migra da questão das “origens” da República no Brasil, para os problemas de sua implementação. Novos heróis vão ser apontados nesta nova fase. Tiradentes consolidará sua posição de mártir da República. Manter-se-á a narrativa que vinha sendo consolidada ao longo das últimas décadas do século XIX.

O que nós buscamos ao longo deste capítulo foi apontar como, ao longo das campanhas e com o auxílio dos periódicos, os republicanos vão construindo uma narrativa sobre o passado histórico do Brasil, que seria fundamental para o estabelecimento de uma memória histórica. Operando com o que se chama de usos políticos do passado, os propagandistas estavam iniciando um processo de enquadramento de memória, que continuaria em curso durante a Primeira República.

No período da propaganda, vão ser definidos: um mito de origem, seus heróis, seus episódios principais, seus símbolos etc. Este passado reconstruído em chave republicana se tornaria um elemento de identificação e coalizão deste grupo, sendo fundamental para o surgimento de uma cultura política republicana. Assim, uma tradição política republicana vai sendo construindo ao longo deste período e, se ainda precisa ser consolidada, já encontramos nela muito dos elementos que formarão uma cultura política republicana com a qual, a despeito de muitas transformações, lidamos até hoje. Como aponta Bernstein, uma cultura política é um conjunto de representação que está em constante movimento e embate com outras culturas políticas que lhe são contemporâneas em uma sociedade. Para se tornar dominante e não se deixar ultrapassar precisa ter flexibilidade e negociar sempre com a realidade social³²² No período aqui

³²² BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

estudado vemos as disputas entre uma narrativa histórica monárquica sobre o passado do país e uma nova narrativa que com ela compete. Sendo realizada pelos republicanos, tal narrativa defende que a ideia república é o fio condutor de nosso passado e o indicador do progresso/futuro do país. Se os positivistas destacavam que toda história tinha uma direção, esta só podia ser a instauração da República e a superação da fase metafísica-teológica representada pela Monarquia. Mais do que criticar o discurso monárquico, os republicanos combateram-no duramente e ressignificaram a memória histórica do país de acordo com seus objetivos, acreditados como os mais modernos e melhores para o Brasil.

Apesar do passar do tempo, muito dos resultados desta complexa operação memorial seguem conosco, presente em livros didáticos, na mídia, em efemérides e comemorações. Certamente adaptações foram feitas, mas o enredo da história que se cria nesse momento, ainda segue marcando nossa cultura política republicana. Neste enquadramento de memória, a imprensa teve papel primordial. Os editores e articulistas, utilizando de sua posição de poder, selecionaram e interpretaram fatos e eventos, alinhando uma história dos movimentos republicanos para o Brasil. Muitos desses jornalistas eram também líderes e personagens atuantes no movimento de rua, no movimento partidário e, claro, na divulgação das ideias republicanas. Criaram e incentivaram pautas, discussões, ideais. Num processo simbiótico, os republicanos construía referências, a partir de operações memoriais, e estas serviam de base para teorizar e guiar as ações republicanas durante o período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A República vira notícia

No dia posterior à proclamação, 16 de novembro de 1889, as notícias sobre queda do gabinete do Visconde de Ouro Preto foram o assunto principal de todos os jornais da antiga Corte, sendo noticiada nos jornais dos outros estados, primeiro por telegrama e depois, também, a partir de correspondentes e “amigos” que residiam na antiga Corte. Com os olhos voltados para o Rio, os periódicos buscavam novas informações a fim de repassá-las aos seus leitores.³²³

No Rio de Janeiro, *O Paiz*, comentando o agrupamento das tropas no Campo da Aclamação, nas horas que se seguiram à queda do gabinete Ouro Preto, publicava:

Não podia ser mais imponente o aspecto que apresentavam as forças de terra e mar, formadas no campo da Aclamação, desde o amanhecer, em frente ao quartel das primeiras, onde, situada a secretaria de guerra, conservava-se os prisioneiros do povo e dos militares o gabinete decaído. (...) Ali permanecendo durante horas, senhora da praça, a força levantava sucessivas vivas à liberdade, à nação brasileira, ao exército e armada, à republica salvadora.³²⁴

O regime havia mudado, as antigas instituições haviam ruído. Restava então uma única coisa a fazer:

Desfizemos e vamos agora refazer.
Destruir para construir é o lema moderno.
Desapareceu a monarquia e hoje a forma do governo brasileiro é o da República Americana: o governo do povo, pelo povo e para o povo.³²⁵

Caíra o antigo regime e, para *O Paiz*, era a hora de começar um novo tempo e reconstruir a nação nos novos moldes.

Ao longo dos dias que se seguiram, *O Paiz* veiculou uma série de pequenas notas sobre manifestações a favor da República, como a ida dos alunos da Escola Superior de Guerra cumprimentar Benjamin Constant; as manifestações dos alunos da Escola Naval que, no dia anterior, também teriam ido cumprimentar o Ministro de Guerra; a apresentação dos alunos das escolas de Medicina e Politécnica, ao mesmo ministro; a reunião da “classe operária”, para ir saudar o governo; de protesto de adesão da classe médica ao Governo Provisório, oferecendo auxílio quer material quer científico; de ida do Centro Positivista cumprimentar o governo provisório, entre outros. Adesões pessoais também afluíam nas páginas do jornal.

³²³ A repercussão da Proclamação da República na imprensa no calor da hora foi tema da minha dissertação de mestrado. Ver: SILVA, Camila de Freitas. *A República vira notícia: narrativas no calor da hora*. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

³²⁴ *O Paiz*, 16 de novembro de 1889, p.1

³²⁵ *O Paiz*, 17 de novembro de 1889, p.1

Tendo como foco a população, *O Paiz* fez questão de apontar, mais de uma vez, o caráter pacífico da “revolução” e sua aceitação pelo povo. Parece-nos que uma grande preocupação do periódico foi, além de elaborar um discurso favorável à República, construir uma imagem de povo, no sentido mais amplo da palavra. Materializado pelos habitantes residentes na cidade em que a folha era editada, esse povo estava “satisfeito”, “vibrante”, “ansioso” pelo advento republicano. Um povo que “dá vivas” e saúda o novo governo, que se encontra “deslumbrado”.

Comentando essas manifestações, *O Paiz* ressaltava,

Cheio de convicções, rodeado de toda a tranquilidade, senhor de si e dos seus direitos, o povo brasileiro levanta hinos festivos à pátria renascida com o batismo de completa liberdade.

Tranluz a alegria em todos os semblantes e a expansão popular casa-se o riso da própria natureza, iluminada por sol que lhe dá todos os tons do festival que presenciamos.³²⁶

Outra coluna específica que tratará do povo, ainda que não diretamente das manifestações populares, é a *Foguetes*. Nela, o povo, representado pelo personagem “Zé Povinho”, aparece surpreso com o advento da República, por ter sido, por tanto tempo, “enganado” pela monarquia a respeito dessa forma de governo:

Zé Povinho ainda está de boca aberta.

Andaram a dizer-lhe ha umas dúzias de anos que a republica era uma coisa medonha, um bicho danado, com olhos cor de sangue, com baionetas em vez de unhas e punhais em vez de dentes... e o pobre Zé Povinho, o empulhado e sempre crédulo, chegou a ficar com medo, andou escabreado e olhando para os republicanos de soslaio.

Um belo dia – zas! a republica põe a cabeça de fora, e com a cabeça vem todo o corpo... e sai a passeio, e sorri para todos, e espalha flores em vez de derramar sangue... e Zé Povinho, fica absorto três dias depois de cair das nuvens, apercebendo-se de que a coisa era totalmente diversa do que lhe andaram dizendo tanto tempo.

Pobre Zé Povinho, vê como abusaram da tua boa-fé!³²⁷

Um interessante desdobramento das comemorações pela República foi publicado em 24 de novembro de 1889, na seção “a pedidos”. Lá é veiculada pela primeira vez a notícia da abertura da subscrição popular pelos alunos da Escola Militar para sanar a dívida externa do país. Outras notícias relacionadas à mesma subscrição apareceram nos dias seguintes sob o título de *Dívida Externa*. Teriam colaborado neste esforço pessoas dos mais diversos grupos sociais e das mais diversas formas: alguns se comprometiam a doar alguma porcentagem do seu salário mensal, outros doariam uma quantia fixa por

³²⁶ *O Paiz*, 18 de novembro de 1889, p.1

³²⁷ *O Paiz*, 19 de novembro de 1889, p.1

mês, ou mesmo uma vez só. Ao longo do período analisado a lista com doações cresceu significativamente, sendo incluída na publicação, juntamente com o valor doado, ainda que não nos seja possível vislumbrar o total levantado.³²⁸

O mesmo clima de festejos e celebrações aparece nos jornais de São Paulo e Rio Grande do Sul. Adesões e notícias de manifestações de grupos a favor do novo regime também estavam presentes nas páginas da *Provincia* e da *Federação*.

Logo após a chegada da notícia da mudança de governo, a Câmara de São Paulo manifestou prontamente sua adesão à nova situação, e escolheu os membros José de Moraes Barros, Francisco Rangel Pestana e Joaquim de Souza Mursa para o governo paulista, diferentemente do que ocorreu em outros estados, que esperaram a designação do Governo Provisório. A indicação dos governantes pela Câmara foi exaltada pelo jornal, que evidenciou a “alta capacidade dos paulistas para o regime republicano”³²⁹. Ainda comentando a escolha dos membros do governo provisório de São Paulo, A *Provincia de S. Paulo* publicou:

Aclamados pelo povo, surgem na direção da sociedade paulista com poderes de organizadores da nova ordem de coisas três homens que se completam no trabalho político e administrativo e que desde logo levantaram em torno de suas pessoas as simpatias gerais, pouco depois, os aplausos, e afinal, as mais significativas provas de apoio.³³⁰

Se primeiramente foi apontado que os governantes foram aclamados pelo povo, é possível inferir que esta “aclamação” aconteceu por etapas – primeiro o governo conquistou a simpatia do povo, depois “aplausos” e por fim provas de apoio.

Outro tema abordado nos editoriais d’A *Provincia de S. Paulo* foi a instauração da ditadura militar. Em artigo do dia 22 de novembro de 1889, o jornal afirmava que não havia no Brasil uma ditadura militar, uma vez que: “De oito membros [do governo provisório], apenas três são militares”. Além disso, o jornal tranquilizava seus leitores quanto a esta hipótese já que dois dos integrantes militares do ministério estavam à frente de pastas relacionadas com as Forças Armadas e sempre se haviam apresentado como republicanos: “Tranquilizam-se os tímidos, descansam os receosos: Não há ditadura militar”³³¹.

³²⁸ *O Paiz*, 22 de novembro de 1889, p.2-3

³²⁹ *A Provincia de S. Paulo*, 20 de novembro de 1889, p.1

³³⁰ *A Provincia de São Paulo*, 20 de novembro de 1889, p.1

³³¹ *A Provincia de S. Paulo*, 22 de novembro de 1889, p.1

No dia 28 de novembro de 1889, o editorial d'*A Província de S. Paulo* tratou da questão da federação. O jornal respondia diretamente o editorial do *Correio Paulistano*, do dia anterior, no qual se questionava a manutenção do apoio ao governo provisório de São Paulo, uma vez que haviam corrido rumores de que, por não terem sido indicados pelo Governo Provisório da República, seriam substituídos por nova junta governativa.³³² Segundo *A Província*, no entanto, “nada (...) autoriza a desconfiar da soleníssima promessa que desceu do governo central para todos os ângulos do país.”³³³ Mantendo o mesmo tom, o jornal lembrava ainda a proclamação recente e que a República encontrava-se ainda em fase de estabilização.

Por fim, *A Federação*, no Rio Grande do Sul saudou a república, dando vivas ao novo governo, considerado como “salvador da unidade da Pátria brasileira”, ameaçada pela possibilidade de uma guerra civil. Segundo a folha:

Bastou que a *nação armada* – o valoroso exército e a valorosa marinha bélica – fraternizando com o povo, cansada já de suportar com heroica resignação os desmandos, os vexames, as afrontas e ousado arbítrio de um poder provocador e abusivo, retirasse o seu apoio ao regime que por essa forma se incompatibilizara com a nação.

Desamparado pela população, assim isolado no seio do país, a um tal sistema só restava baquear como baqueou.³³⁴

Desta forma, a “nação armada” estava confraternizando com o povo que teria neste caso as mesmas aspirações. O jornal informava que, após a instauração da república, a “agitação” havia tomado conta da capital. A República teria aberto uma “era de regeneração da Pátria” tendo “o poder de emocionar (...) a alma popular”³³⁵

A partir do dia 20 de novembro de 1889, *A Federação* inicia uma polêmica com o jornal *A Reforma*, a respeito da ordem de prisão de Silveira Martins, ex-conselheiro do Império, em viagem do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro. Criticado por *A Reforma* como ato ilegal e violento, a prisão do líder liberal era considerada por *A Federação* como apenas uma medida de segurança, destacando que, de toda forma, a integridade do ex-conselheiro fora garantida. Sobre a acusação de ilegalidade, declarou *A Federação*:

**Declaramos que o governo d’este Estado, que o governo de toda República está em plena ilegalidade.
Não estamos com a lei, mas estamos com o direito.**

³³² *Correio Paulistano*, 27 de Novembro de 1889, p.1

³³³ *A Província de S. Paulo*, 28 de novembro de 1889, p.1

³³⁴ *A Federação*, 16 de novembro de 1889, p.1

³³⁵ *A Federação*, 18 de novembro de 1889, p.1

A lei instituía uma forma de governo perpétua – e nós instituimos uma forma de governo temporária;
A lei sustentava uma família privilegiada para o governo – e nós mostramos a essa família o caminho do exílio;
A lei apoiava um senado vitalício, uma câmara que devia funcionar quatro anos – e tudo isso nós derrubamos.
Não estava conosco a lei, mas estava o direito, estava a soberania nacional, em cujos braços caímos entre júbilos e festas.³³⁶

A ilegalidade dos atos do governo, portanto, não se colocava em questão, uma vez que a lei vigente não era fruto do direito, ao contrário, representava uma instituição contrária à “soberania nacional”, já que esta última deveria incorporar os valores republicanos.

Em editorial do dia 22 de novembro de 1889, o a República era apresentada como um governo que privilegiaria as ideias, em detrimento dos homens.

Estas [as ideias], correspondem a um dado período histórico, emergem do espírito do tempo, e, rompendo as resistências que se lhes antepõem, avultam, adquirem crescente vigor, dilatam dia a dia a sua influencia e atingem, finalmente, a intensidade que acelera o movimento inevitável da sua consagração vitoriosa.³³⁷

Os homens alcançariam o valor político das ideias que representavam enquanto fossem fieis a elas. Uma vez as abandonassem, perderiam a base de seu prestígio. Vale destacar a influência positivista na afirmação do jornal e também a associação da república brasileira ao modelo americano. Segundo *A Federação*, portanto, o antigo regime havia caído porque “refletia ideias já condenadas, incompatíveis com o nosso tempo e com a nossa vida americana, correspondentes a fases históricas de há muito encerradas”³³⁸.

Conclusão

Ainda que os estudos sobre a Primeira República estejam passando por um *revival*, como apontou Angela de Castro Gomes, as pesquisas sobre a implantação e o movimento republicano ainda são poucas. Este trabalho teve por objetivo colaborar com os estudos sobre o tema. Buscamos, assim, como apontou Claudia Viscardi, fugir do

³³⁶ *A Federação*, 20 de novembro de 1889, p.1. Grifo nosso.

³³⁷ *A Federação*, 22 de novembro de 1889, p.1

³³⁸ *A Federação*, 22 de novembro de 1889, p.1

“federalismo historiográfico”³³⁹, propondo uma abordagem mais ampla do movimento republicano e das campanhas por ele realizadas, destacando a importância da imprensa na criação e divulgação dessas ideias. Se o nosso foco foi a imprensa republicana, outras possibilidades ficaram em aberto, como a análise do Partido Republicano e dos Centros Republicanos e suas estratégias. A abordagem que fizemos desta instituição se deu apenas a partir das publicações incluídas nos jornais. Também não abordamos outros tipos de publicações como livros e revistas ou mesmo os *meetings* e conferências. Ficam ainda muitos caminhos abertos para novos trabalhos e pesquisas.³⁴⁰

Nossa proposta neste trabalho foi analisar a imprensa republicana e o discurso político por ela veiculado como forma de propagar e legitimar um novo regime. Partimos então do princípio de que as campanhas republicanas foram diversificadas e formaram um campo forte de ação para construção de uma cultura política republicana e também de um campo semântico republicano.

Além disso, a análise dos jornais (*A Província, O Paiz e A Federação*), no período abordado, nos permitiu visualizar como se construíram estas campanhas - que mais tarde foram unificadas como se formando um único movimento - e como sua atuação foi importante para a desestruturação do regime imperial, criando um importante espaço de debate sobre uma forma de governo alternativa e, como era considerada, superior ao formato monárquico.

Para tal, consideramos o papel da imprensa e dos intelectuais a ela ligados, que atuando como intelectuais mediadores produziram, criaram e se apropriaram de ideias, textos e conceitos, iniciando um trabalho de construção de uma cultura política republicana. Ressignificando a história nacional, eles traçaram um caminho progressivo, que ia da libertação do jugo português até seu fim último, a República. O novo regime passou, assim, a ser sinônimo de democracia, liberdade e progresso. Nesse sentido, os propagandistas buscaram, ao longo das páginas de seus jornais, construir um discurso de deslegitimação e crise da monarquia, ao mesmo tempo em que apresentavam as ideias republicanas.

Essa propaganda republicana, porém, não foi homogênea. Existiam diferentes tipos de república em jogo, diferentes formas para alcançá-las – como por exemplo a via

³³⁹ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. As muitas faces da República: o ideal republicano e a montagem do federalismo oligárquico (1870 – 1902). Tese (Professor Titular em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. 2015, p.4.

³⁴⁰ Importantes trabalhos neste sentido são os de VISCARDI, Claudia. As muitas faces da República...op cit. MELLO, Maria Tereza. A República Consentida...op cit. e, mais recentemente, a tese de doutorado de ANTONIOLLI, Juliano. “Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar”... op. cit.

revolucionária de Silva Jardim ou a evolucionista de Quintino Bocaiúva. Pesavam ainda as estratégias de escrita e convencimento do público. A retórica usada pelos jornais é essencial para compreender seus objetivos. Analisando a retórica como chave de leitura, José Murilo de Carvalho ressaltou que uma de suas características

é a importância do auditório. Como ela deve ser eficaz, é necessário que o orador conheça seu público para escolher os argumentos, os estilos, a pronúncia adequados para movê-lo. Auditórios diferentes exigem argumentos e estilos diferentes. Cada auditório terá seus valores, cada época terá seus auditórios.³⁴¹

Enquanto *O Paiz* opta pela retórica da neutralidade, *A Província de São Paulo* vai se colocar a favor de um discurso mais posicionado. O mesmo pode-se dizer da *Federação*, que desde o nome carregava a marca de um jornal ligado ao Partido Republicano. Essas opções estiveram ligadas à própria história de cada folha. Enquanto a primeira era um órgão independente, ligado a um comerciante, *A Província* foi criada a partir da Convenção de Itu, para divulgação dos ideais e princípios do Partido Republicano Paulista – embora não como órgão partidário. Por fim, *A Federação* foi fundada com a proposta de ser o órgão do Partido Republicano Rio-grandense. Temos então três propostas diferentes, o que resultará em três estratégias diferentes.

Ressaltamos até aqui a importância da propaganda para o Partido Republicano. Este, vale destacar, não era um partido de oposição ao governo, era uma força de oposição ao regime. Estando dentro do sistema monárquico, exigia o fim do mesmo. Por outro lado, a existência de um partido dentro do sistema implica em eleições, candidaturas, competição. Dessa forma, a propagação das ideias republicanas era mais do que uma mera divulgação, era uma forma de mobilização, de ação política. Os republicanos, e neste caso específico, a imprensa republicana, partindo de um discurso político, estava não só propondo ideias como também uma ação: a queda do regime imperial.

Enquanto tal o Partido Republicano participou das eleições, travou acordos, elegeu – ainda que poucos – representantes. Tentou, dentro do regime monárquico implantar alguns projetos, mas principalmente buscou a divulgação dos seus ideais e princípios via imprensa, *meetings*, conferências, livros e todo e qualquer meio disponível. Criticou a monarquia por seu atraso, pelo excesso de centralização, pelo

³⁴¹CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura In: *Topoi*, Rio de Janeiro, n° 1, p. 138.

gasto excessivo e pouco investimento naquilo que eles consideravam essencial. Os editores, Pestana, Bocaiúva e Castilhos, eram todos homens do partido. Seus jornais podiam não estar filiados diretamente a ele, como era o caso do *Paiz* e da *Provincia*, mas seus escritos e suas ideias ressoavam sua ligação ao movimento.

O movimento republicano também esteve diretamente ligado ao abolicionismo. Se o partido, enquanto organização formal, demorou a se pronunciar a respeito da abolição, seus membros, em sua militância pessoal, não fizeram o mesmo. As páginas dos jornais aqui estudados - importantes representantes do republicanismo na imprensa-, contém inúmeras matérias, por vezes seções inteiras, dedicadas à questão. Todas clamavam pela abolição. Discutiam as melhores formas de concretizá-la, endossaram e incentivaram ações contra o trabalho escravo, porém sem esquecer sua lealdade. O Partido Republicano e o republicanismo vinham em primeiro lugar, mas a abolição só se faria, verdadeiramente, com a república.

Por fim, ao reinterpretar a história do país sob o viés republicano, os propagandistas, ainda antes da implantação do novo regime, começam a construir uma narrativa para a História do Brasil e para o próprio movimento republicano. O desejo e a luta por um governo republicano vinha de longo; era um grito de liberdade lançado desde a colônia. Restava conquistá-la e construí-la. O 15 de novembro podia ter sido um golpe, mas este estava apoiado numa ampla propaganda e campanha pelo novo regime, que era um sonho muito mais antigo.

FONTES E REFERÊNCIAS

1 Fontes

A Federação: órgão do Partido Republicano – disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Província de São Paulo – disponível no acervo digital do Estadão

O Paiz – disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correspondência Política (disponível no Arquivo Pessoal Quintino Bocaiúva – CPDOC)

Correspondência Pessoal (disponível no Arquivo Pessoal Quintino Bocaiúva – CPDOC)

2 Referências Bibliográficas

ADDUCI, Cassia Chrispiniano. Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 101-124. 1999.

ALENCAR, José Almino de. *Rui Barbosa*. Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. A ciência como força transformadora e revolucionária no Brasil pré-republicano. In: *Revista Científica Ciência Em Curso*, Santa Catarina, v.1, nº.2, 2013: p. 5-20.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Flores, votos e balas: o movimento pela abolição da escravidão no Brasil*. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANTONIOLLI, Juliano Francesco. “*Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar: A experiência do tempo da geração republicana da faculdade de Direito de São Paulo (1878-1882)*.” (Tese) Doutorado. UFGRS. 2017.

AZÊDO, Maria Nazareth Capiberibe. *Imprensa republicana antes do 15 de Novembro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1975..

- BAKOS, Margaret. (org.) *Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e república*. Porto Alegre: IEL: Edipucrs, 2006.
- BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880- 1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.
- _____. *História Cultural da Imprensa, Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BASILLE, Marcelo. *A Revolução do 7 de Abril de 1831: disputas políticas e lutas de representações*. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal – RN, 2013.
- BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: AZEVEDO, Cecília. ROLLEMBERG, Denise. BICALHO, Maria Fernanda. KNAUSS, Paulo. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BERSTEIN, S. Cultura política. In: *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, p.349-63, 1998.
- BOBBIO, Norberto. (Org.) *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 2007.
- BOEHRER, George. *Da monarquia à República: história do partido republicano no Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura e Educação, s. d.
- CAPELATO, Maria Helena R. *História e Imprensa do Brasil*. São Paulo : Contexto, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. República, democracia e federalismo no Brasil, 1870-1891 In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, 2011: p. 141-157.
- _____. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove. In: *Centre for brazilian studies*. University of Oxford, Working Paper, 87.
- COSER, Ivo. Federal/Federalismo In: FERES JUNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009
- COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*.

8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- DEBES, Célio. *Constituição, estrutura e atuação do partido republicano de São Paulo na Propaganda (1872 - 1889)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.
- DIHL, Tuane Ludwid. *Plurais (in)visibilidades: representações republicanas sobre o negro (jornal A Federação – RS, 1884 – 1903)*. Dissertação (Mestrado em História). UNISINOS, 2017.
- DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Imprensa e Poder no Brasil – 1901/1915. Estudo da Construção da Personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas Dutra. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. In: *Varia História*, número 28, dez. 2002.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. In: *Revista de Sociologia Política*. n.27 Curitiba nov. 2006
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; LESSA, Monica Leite (Orgs). *Entre a Monarquia e a República. Imprensa, Pensamento Político e Historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- _____; CORRÊA, Maria Leticia. Introdução. In: _____. *200 anos de Imprensa no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.
- GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Marta; SOIHET, Raquel; e GONTIJO, Rebeca (Organizadoras). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.45-63
- _____; HANSEN, Patrícia. Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen. (Org.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- _____. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. In: GOMES, Angela de Castro,; MOURÃO, Alda (orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011
- _____. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- _____. Saia justa, salto sete: o Estado Novo comemora os 50 anos da República. In: Acervo: *Revista Do Arquivo Nacional*, v. 30, p. 49-70.

- HARTOG, François; REVEL, Jacques (orgs.) *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília 1988.
- KROB, Bruna Emerim. *Entre o discurso e os resultados: as liberdades condicionais como estratégia de emancipação em Porto Alegre (1884 – 1888)*. Anais. 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, 24 a 27 de maio de 2017.
- _____. Emancipação dos escravos e controle sobre trabalhadores libertos: os registros policiais da Cadeia Civil de Porto Alegre (1884-1888). In: *Revista AEDOS*. v. 7, n. 17, p. 144-168, Dez. 2015.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. A Propaganda Republicana na Província de São Paulo (1872-1889). In: *Cadernos CERU (USP)*, São Paulo, n.3, 1991.
- LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 401-444.
- _____. *Quintino Bocaiúva*, Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.
- LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Imprensa, pensamento político e historiografia (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?. In: Maria Fernanda Baptista Bicalho; Fátima Gouvêa; Rachel Soihet. (Org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 285-303.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Edur, 2007.
- _____. “A modernidade republicana”. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, v.13, n.26, p.15-31, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A História Política e o conceito de cultura política. Anais do X Encontro Regional de História. Mariana: 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

MORAES, Evaristo. *Da monarquia para a república (1870-1889)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

NASCIMENTO, Carla Silva do. *O Barão de Cotegipe e a crise do Império*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio. 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, 1989.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *O ideal republicano e seu papel histórico no Segundo Reinado, 1870-1889*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1983.

POCOCK, J. “O conceito de linguagem e o metier d’historien”. In: *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2013.

RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RAMOS, Plínio de Abreu. *Partido Republicano Paulista*. Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Antonio Sergio. *Rangel Pestana*. Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François(Orgs.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Eduardo. *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília : Senado Federal. 1986.

SILVA, Izabel Pimentel da. *Júlio de Castilhos*. Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

- SIQUEIRA, Carla Vieira de. 1995. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas - 1890/1922*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- SKINNER, Quentin “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. In: *History and Teory*. 1969.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- _____; LYNCH, Christian. República/Republicanos. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SUPERTI, Eliane. *Positivismo e escravidão: um estudo sobre o projeto positivista de reorganização das relações de trabalho no brasil no final do século XIX*. Anais. XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2003.
- TODESCHINI, Claudio J. B. (org.) *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre, EMMA/SEC, DAC, IEL, 1978.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *As muitas faces da República: O ideal republicano e a montagem do federalismo oligárquico (1870-1902)*. Tese (Professor Titular História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015.

é um indivíduo suspeito que á sociedade convém corrigir pelo escárnio ou insultar pelo desprezo.

E como se pensa na Inglaterra.

Scenas de amor

As muralhas de Cambrai foram há pouco theatre de um terrivel drama de amor.

Dois namorados, ambos de boas familias, um elegante rapaz e uma formosa e interessante moinha, pedidos de amor, tinham-se dado rendez-vous no jardim publico.

Fasejaram algum tempo na grande avenida, depois afastaram-se no longo das muralhas que conduzem ás portas de Paris.

Entroues aos seus sonhos de amor, não notaram que eram seguidos.

O pai da moinha há muito que vinha atrás de ambos.

Era um homem muito conhecido e muito digno e que, com razão ou sem ella, estava persuadido de que sua filha não tinha sido seduzida.

Chegados ao jardim do Regimento, subiram ambos ao parapeito para ver o que se passava, por terem ouvido um certo ruído suspeito.

Foi então que o sr. M. C., que estava armado de um revolver, apontou-o contra o rapaz e desfecho-o.

A preve moinha, que viu o gesto do pai, mette-se entre o seu amante e o pai, recebendo ella na face a bala e caindo logo morta.

O pobre rapaz, ao ver a sua namorada n'aquelle estado, deitase da muralha sobre o fosso, conseguindo-se com custo ainda tirá-lo vivo.

As duas familias ficaram assás consternadas.

O governo ordenou o pagamento das quantias de que, desde setembro do anno findo, estavam no deslombos os empreiteiros e trabalhadores dos collisões d'Alcázar, com o de E. e de I. isabel.

Usos e abusos

Há muito tempo que se annunciava a exonerção do senhor. Rodrigues Junior da pasta da guerra.

E por que? Aparentemente por divergencias e abolicões entre este sr. e os seus colugas de ministerio, mas, em realidade, por falta de sufficiente do deputado sereno para o alto cargo que estava occupando.

Não é isto uma novidade, é pelo contrario um abuso velho.

Em nosso país não se organisam ministerios tendo em vista a capacidade dos respectivos ministros para as pastas que tem de occupar: as combinações se fazem sob a determinação do interesse partidario.

E o que se deriva d'isto abuso? Resulta o que estamos vendo todas as vezes — uma desorganisação cada vez mais calamitosa do serviço publico e o robustecimento da crença de que — n'este país não há homens capazes de governar.

Por um Duarque de Macedo dão-nos os organisadores de gabinetes trinta Rodrigues Junior.

H. de Balzac

Eugenia Grandet

Decorram assim dois mezes. Aquella vida domestica, out'ora tão instável, animada pelo immenso interesse do segredo que ligava intimamente as tres mulheres.

Quando acabará este abuso? Sob o regimen monarchico — nunca. Os partidos monarchicos não tem mais possibilidade de modificar a sua disciplina: tem procedido o modo de proceder sempre assim.

O uso abusivo é muito antigo e faz parte integrante do systema que rege os partidos monarchicos.

Quando se organisa um novo ministerio, o chefe do gabinete não perde tempo des de como embaraçado na escolha de apellidos; ninguém se preoccupa com isso.

A magna questão é — contentar ao senador Fulano que é chefe na Bahia, não despostar ao conselheiro Sierano que despõe a deputação rio-grandense, acceitar Beltrano para tal pasta porque o rei não admitiu um outro que é deputado pela mesma provincia, etc., etc.

Uma chamada de condições a precher, uma multidão de problemas d'esta natureza a resolver.

A aptidão, o preparo especial para a gerencia da pasta que tem de occupar cada um ministro, isto é, lottira morta.

E garante-se, todavia, a regeneração da patria com taes partidos e com taes usos.

Não pôde haver esperança mais illusoria. De tão pernicioso habito não mais se despirão os partidos, que sevozam-se no poder.

A geração nova, que procura educar-se melhor sob a outra disciplina politica, essa nada quer ter do common com os velhos partidos já gastos.

Faz muito bem a nova geração em fugir do contagio das perigosas infecções que estão arruinando os velhos partidos.

Fiquem elles com toda a responsabilidade da degradação a que arrastam a patria.

E deixal-os usar e abusar até que.... João Antonio.

Rio Grande

2 de Março: — Deixou de fazer parte da redacção do Diario o sr. Carlos Eugenio Fontoura.

As companhias de seguros Confiança e Perseverança elegeram novas directrices.

Tratando de uma reunião da Companhia Hydraulica, diz o Echo do Sul: «Deliberou essa companhia mandar vir cincoenta hydrometros, a fim de collocar nos cases que, por ficarem nas proximidades do canal real, fazem grande consumo d'agua, sem offerecerem por isso maiores compensações á companhia.»

Com a collocação do hydrometro terio de pagar conforme a quantidade d'agua que consumirem.

E foi tambem avencada a idea de substituir o motor actual por um motor a vento, com o que, diz o gerente, lucrará a companhia 20%.

Resolvete-se, porém, que antes de se adoptar essa medida se ouça o opinio do dr. Honorio Bicalho e outras autoridades não assumido.

O novo motor é do custo de. . . 14,000\$000.

O parecer do conselho fiscal opinava que a companhia entrasse em accordo com os possuidores de accções em mezas, em um estado de agitação continua, de tal natureza, que ainda não conseguira acabar as suas mangas de que tanto precisava para o frio.

litigio; a assembléa geral resolveu, porém, que se proseguisse na accção até ultima instancia, empregando-se para isso todos os meios legaos.

Foi tambem approvada uma indicação fazendo passar a debito do lucros o perdas o emprestimo de 13,000\$000.

A companhia fundada em 1841 e que tinha de 48,653\$960, em 1882 elevou-se a renda a 61,110\$170 e em 1883 a . . . 65,419\$280.

A alfandega d'aquella cidade rendeu no mez de fevereiro proximo fim do 224,433\$21, mais 27,911\$355 do que em igual mez no anno passado.

A mesa do rendas provinciais rendeu 22,478\$833, menos 5,638\$300 do que o anno passado em igual periodo.

A vintena foi o sr. Carlos Scott, proprietario do Grande Hotel, que já levou o facto ao conhecimento da policia.

«Será bom que ninguém acceto pacto de cobre sem examinações primarias.»

«Admis-se no Rio Grande o dr. Hilario de Gouvea.

Falleceu d. Rita da Cunha Machado, sogra do sr. Ernesto Geringeres, redactor do Diario de Pelotas; Antonio Martins Costa, subido portuguez, com 68 annos; João Bento, brasileiro, casado, que ali foi commerciante e licoeiro.

Os jornas platinos publicam os seguintes telegrammas: «Londres, 21 — Os principaes jornaes ingleses censuram severamente a condução do general Gordon, enviado em missão especial ao Sudão, de quem se sabe que autorizou o commercio de escravos em Kashtium.

Roma, 20 — Na sessão de hoje o presidente da camera lamentou o occorrido com a familia real acerca do Cerreto.

O governo relatando o facto declarou o parlamento que em sua opinião a aggressão era mais bem dirigida contra os genlarmes (? que contra a familia real.

Todos os membros do corpo diplomatico e dos corpos de estado felicitarão a familia real por não haver soffrido desgraça alguma.

Noticias do Prata: Não há noticias de importancia das republicas do Prata.

Os jornas que hoje recebemos na da registram digno de especialmênto.

Chalham Este vapor esteve hontem encalhado no lazio do Crystal, do onde conseguiu safar ás 5 horas da tarde, segundo o viagem.

A camera municipal d'esta cidade resolveu que os despojes de materias feças sejam agora feitas na Ponta das Pedras, ao lado da casa onde são recolhidos os immitentes.

Chegou hoje no Paranao major José Joaquim Caldeira, delegado de policia de Pelotas.

Segundo o Diario d'aquella localidade, esta autoridade vem á capital por desculpas para não irem solememente ao quarto de Grandet.

O inverno de 1819 a 1820 foi um dos mais rigorosos d'aquella epocha. A neve encheu os tellhados.

A senhora Grandet apenas ouviu seu marido dando voltas no quarto, disse-lhe a través a parede:

chamado do juiz formador da culpa, no processo do moda falsa.

Rio Paraná

Trouxe-nos o Rio Paraná folhas do Rio Grande, Pelotas, Jaguarão e outros pontos do sul.

As noticias vao publicadas em differentes lugares.

Consta-nos que na fazenda do Leão, pertencente á herança do finado sr. João Ferreira Porto, foi gravemente ferido com uma facada no peito, há tres ou quatro dias, um escravo da mesma herança.

Dizem-nos ser autor do crime o escravo de nome Ignacio.

O ministro das relações exteriores do gabinete da republica do Uruguay conferenciou com o ministro argentino, Azevalles, que trataram da questão do rio Uruguay.

Facto grave

Consta que foi designado da alfandega de Santos, onde achavasse addido, o chefe de secção da alfandega do Pará, sr. Cândido José Pereira, que já esteve na alfandega do Rio Grande.

Escrevem de Fernand: «Os srs. Zuanella e Rudolindo Marques venderam 3,000 novilhos para o saladero Casa Blanca, a 14 pesos.

O sr. Francisco Gutierrez Zorilla, 2,300 a igual preço, para a fabrica de Liebig.»

Actriz Apollonia

Chegou. E estroia amanhã no S. Pedro, com a Helena de Pinheiro Chagas.

Não é a melhor peça do seu repertorio, mas tambem não é a peor.

Ella quer apolpar a plateia.

Tem Dumas Filho e tem Muniz, Cezar e João Fernandes.

Pinheiro Chagas é o termo medio. Depois da Helena virá provavelmente a Princesa Jorge.

Si o publico não tiver o gosto educado, ella cae no Muniz.

Tom espirito, não acham? E é mesmo este o seu melhor predi-cado.

O que, entretanto, não quer dizer que não seja uma boa actriz.

Não, senhora. A Apollonia não é precisamente uma primeira actriz, mas é a primeira actriz brasileira.

Ismenia, a Adelaida Amaral, que deram panacea aqui, ficam-lhe muito semem.

Verão. Mas, como iamoz dizendo, é uma mulher de espirito.

A Ismenia, n'essanotte, representava do nova em um drama.

— Como achas melho que enfeito o meu vestido, perguntou-lhe, com fitas ou com rendas?

— Com rendas, está visto; para uma noiva, quanto mais rendas melhor.

Tem espirito, é como lies digo. E provará que é uma excellento actriz, si voltar ao seu repertorio da corte.

Princesa Jorge, Filha unica, Os Fourchambault, e outras comedias modernas, são os seus padros de gloria.

Faz isto, Apollonia, dá-nos Dumas Filho, Sardou e Augier, e deixa o resto para depois.

Extrah-se improntivelmente a 6 do corrette a loteria do Rio n. 142 B.

Carta de Uruguayana, recebida em Pelotas, comunica que Miguel Verdum e Serafim Cezario, autores do assassinato do tenente-coronel Pompeu José de Souza, foram condemnados o pena ultima pelo dr. juiz de direito d'aquella comarca.

O processo tem de ser submettido ao julgamento do jury.

Um moco, de nome Alvaro Bello, habitando-se hontem de manhã, no Guahyba, para o lado da Ponta das Pedras, pereceu afogado.

O cadaver appareceu ás 8 horas do mesmo dia.

Chegaram ante-hontem da Cachoeira os nossos co-relogionarios dr. Manoel Hasselocher e Fontoura Xavier, a quem cumprimentamos.

Passageiros

Chegaram hoje no Rio Paraná: Bernardo Marins Paz, José Arpezin, James Madole e sua familia, Mr. Mash, Adão Bery, Lecour, E. Cromer, J. Pereira Escobar, Arthur Firmiro, dr. Felipe Caidis, Gabriel Tavares Leite, Adolpho David, d. Elisa Tavares de Almeida, Manoel Antonio Fernandes, Joaquim Ferreira da Costa, Alfredo Paranhos, F. de Barros, Alberto de Nioce, Antonio Caetano Sevo Navarro, Antonio Lopes Hioy, João Chaves Barcellos, Francisco Vieira Braga, Arthur Pellico, Itaymundo Vieira da Silva, José S. Bernades, Felipe Horn, João Gonçalves Lopes, Agostinho José Ribeiro, João Martins, major José Joaquim Caldeira, a companhia dramatica da actriz Apollonia, um cabo, duas pragas e um preso, quatro soldados de infanteria.

Pelotas

2 de março: — Na xarquetada do sr. Joaquim da Silva Tavares foi assassinado Antonio Ferreira Soares, portuguez, casado e empregado do mesmo estabelecimento.

Sizenandes Pereira Junior, trabalhador da estrada de ferro, achando-se a desencanar a espolista de uma mina do dynamite, esta explosão inesperadamente, despedaçando-lhe os dedos indicador e anular da mão esquerda.

Foi recolhido ao hospital da Santa Casa, onde está em tratamento.

Diz a Discussão que sendo encontrado pelo policial Miguel, á rua Gonçalves Chaves, o preto Pedro, escravo dos herdeiros do finado capitão João Thomaz Farinha, aquelle perguntou a este o que andava fazendo.

Pedro contou ao policial desfechando-lhe dois tiros de pistola, que, felizmente, não acertaram.

Pedro foi preso proximo á xarquetada.

nunciava-lhe a subida dos fundos publicos.

Estes achavam-se então a 89; os capitalistas mais conhecidos compravinos a 32.

Grandet ganhava, havia dois mezes, dozo dor cento sobre os capitais; tinha apurado as contas e ia receber d'ali em diante cincoenta mil francos todos os seis mezes, sem ter a pagar impostos, nem reparações.

Concordia emilia a existencia da collocação sobre os fundos publicos, pela qual os provincianos nutrem uma involuntaria repugnancia, e via-se, antes do cinco annos, senhor de um capital de seis milhoes, engrasado sem cuidados excessivos e que reunido ao valor territorial das suas propriedades, constitua uma fortuna colossal.

Os seis francos por elle dados a Nanon salvavam talvez um serviço enorme, prestado pela criada a seu patrio, sem ter conhecimento d'isso.

Oh! oh! onde iria o tio Grandet, correndo como um foguete? disseram um aos outros os logistas occupados em abrir os estabelecimentos.

Quando mais tarde o viram voltar estivo de um modo da companhia, transportando em um carrinho de mão uma porção de saccos cheios:

— Á agora vai ter ao rio, dizia um; o velho já aos escudos.

— Vom-lhe de Paris, de Froifond e da Hollanda, dizia outro.

Há de acabar por comprar Satoruz, exceto um um terreno.

— Elle mangá com o frio; está sempre na brochá, dizia uma mulher so marido.

(Cont.)

da do commandador Helodoro, sendo recolhido à cadeia civil.

O sr. João Francisco Pereira, impressor da Discussão, de accordo com seus irmãos, concedeu carta de liberdade ao seu escravo Raphael, de 24 annos de idade.

Escrevem ao Correo Mercantil: «Nos campos do Gaudencio Nunes, lugar denominado Boa Vista, municipio de Cangussu, foi gravemente ferido o pardo João Mercenciano pelo negociante italiano ali estabelecido sr. Casimiro Bernage, muito conhecido n'esta praça, com quem está sempre em transações.»

O nosso informante diz-nos que Mercenciano, de rixa velha com o sr. Casimiro, dirigio-se ha dias á sua casa de negocio para satisfazer uma conta. «Fagou-se», retirou-se, mas voltou duas ou tres vezes á referida casa, não se sabe para que.

A ultima vez perguntou-lhe se não lhe queria fiar mais, tendo resposta negativa.

Acto continuo, mette o cavallo em que montava pelo balcão a dentro, e puxa de uma adaga para ferir Casimiro.

«Estô, tendo proximo um revolver, disparou-lhe um tiro, que feriu o aggressor seriamente.»

Chegarão a Pelotas 25 praças do terceiro batalhão a fim de completar o destacamento d'aquella cidade, e em substituição ás 25 que regressaram aquelle batalhão, que está em Jaguarão.

Pela policia foi preso o desertor do terceiro batalhão, estacionado em Jaguarão, Manoel José dos Santos.

Na xaravada de Sr. Brutas Almeida, na costa de Pelotas, Manoel Ribeiro Cousinho, ao abrir um cylindro da graxeira foi horrivelmente queimado.

Prestou-lhe serviços medicos o dr. Nunes Vieira.

A sra. D. Vicência Maria de Jesus Siquiera, mãe do dr. Canabarro, vigário d'aquella parochia, querendo de uma forma honrifica corresponder á visita feita pelo Cla. Negro, e em substituição ás 25 que regressaram aquelle batalhão, que está em Jaguarão.

Na xaravada de Sr. Brutas Almeida, na costa de Pelotas, Manoel Ribeiro Cousinho, ao abrir um cylindro da graxeira foi horrivelmente queimado.

Prestou-lhe serviços medicos o dr. Nunes Vieira.

A sra. D. Vicência Maria de Jesus Siquiera, mãe do dr. Canabarro, vigário d'aquella parochia, querendo de uma forma honrifica corresponder á visita feita pelo Cla. Negro, e em substituição ás 25 que regressaram aquelle batalhão, que está em Jaguarão.

Na xaravada de Sr. Brutas Almeida, na costa de Pelotas, Manoel Ribeiro Cousinho, ao abrir um cylindro da graxeira foi horrivelmente queimado.

Prestou-lhe serviços medicos o dr. Nunes Vieira.

A sra. D. Vicência Maria de Jesus Siquiera, mãe do dr. Canabarro, vigário d'aquella parochia, querendo de uma forma honrifica corresponder á visita feita pelo Cla. Negro, e em substituição ás 25 que regressaram aquelle batalhão, que está em Jaguarão.

Ephe'mérides

Março — 3

- 1890 Os hispanóicos são expulsos de Dresden (Hollanda).
1823 Expulsão do deputado francez Manoel.
1838 D. Pedro I do Brazil e IV de Portugal adida a coroa de Grécia.
1861 Libertação dos servos na Russia.
1863 Falleo na capital da provincia de Minas-Geraes o Conselheiro Francisco Diego Pereira de Vasconcellos, presidente da mesma provincia e por elle senador do imperio.
1866 O senador José Pedro Dias de Carvalho demittido do cargo de ministro da fazenda, sendo nomeado para o substituir interinamente o conselheiro Francisco de Paula Silveira Lobo.
1867 As tropas brasileiras atacam pela terceira vez os fortalhões de Curuzú.
1871 As tropas prussianas reitram-se de Paris.
1878 Em S. Stefano são assignados os preliminares da paz entre a Russia e a Turquia.

AVISOS

Torres e C., Andradas, 180, está com a sua loja sortida do que ha de chic em toucas de filô e setim, punhos e collarinhos, moirão especial, colchas brancas, etc., etc.

Chaves e Almeida, escriptorio á rua do Commercio, 10.

PARTE COMMERCIAL

Porto Alegre, 20 de Fevereiro
Metaes
Onças pesadas, 33\$500.
Moedas de 20\$, brasileiras, 23\$50.
Condores, 20\$000.
Meias doblas, 17\$500.

Libras, 11\$000.
Reichsmark, 10\$600.
Moedas de 20 francos, 8\$500.
Dollars, 5/0/0.
Directores: — Manoel Balthazar de Almeida e Silva e Jose Francisco da Silva Nunes.
Commissão de pauta: — João Casetano Pinto e Ventura Pinto de Oliveira.

Banco da provincia

Director - gerente: — W. ter Briggien.
Director de semana: — João Pinto Ribeiro.
Praça do Commercio
Directores de moed: — Felix Kossler Roberto Jacobi.
Commissão de pauta: — Antonio Joaquim de Carvalho Bastos e Frederico Dexheimer.

OPERAÇÕES

Emprestimos sobre caução, 9/0 ao anno.
Desconto de letras, a seis mezes, 10/0; a quatro, 9/0; a dois, 8/0/0.
Dinheiro á disposição, em conta corrente, não vence juro.
Dinheiro em conta corrente credo a 4 1/2 0/0.
Dinheiro em conta corrente devedora 9/0.
O banco saca sobre as praças do imperio, compra e vende apolices da divida publica.
Tambem presta fiança com caução de apolices sob a commissão de 4/0 ao anno.

Cotações da praça

Apolices da divida publica, 1:05\$ a 1:06\$.
Divida provincial, de 7/0/0, ao par.
Idem de 6/0/0, 92\$ a 94\$.
Accções da Hydraulica, ultimas vendas, 125\$.
Idem da Fluvial, 100\$, 165\$
Do Banco da Provincia.

Importação

Mostardeiro & Luchsingor, 10 fardos com panno de algodão cru.
Otiólo Kahler & Comp., 300 caixas e 1.400 meias ditas com farinha de trigo.
F. Daval & Comp., 2 caixas com alcaçô de 1/2 e algodão e 2 fardos com pellicula de algodão.
Warneke & Dörken, 1 caixa com miudezas.
Chaves e Almeida, 2 fardos com algodão liso.
Holtzweissig & Comp., 1 fardo com laçã.
Feizel & Comp., 1 fardo com morim entezado, 1 dito com panno de algodão e 1 dito com riscado de algodão e 1 caixa com lrim de algodão.

Movimento do porto

Sahidas
Montevideo, paquete nacional Rio Paraná, carga farinha de trigo; agente Frezes Junior.

Alfandega

Rendimento do 1 14:503\$80
Idem do dia 3 3:910\$100
18:413\$980

BARRA DA PROVINCIA (Telegramma da 3)

Entrou o paquete Rio de Janeiro.
Barra com vagalhão rebentando, agora baixa, ás 11 horas rezepruz por pouco tempo.
Sonda 12 1/2 calmos maximo.
Vira avistam-se 7 navios.
No porto 11 para sahir, inclusive o vapor Cacour.

PREÇOS DA DOCA

Agarramento de Santo Antonio, pipa 130\$900 (direitos pagos).
Amendoim, sacco 2\$800.
Arroz nacional, sacco 12\$800.
Banha, kilo 560.
Batatas novas, sacco 1\$200 a 1\$800.
Cabello, kilo 1\$200.
Carne de porco, kilo 320.
Lã fina, kilo 500.
Lages, duzia 7\$800.
Leñah, talha 1\$100 a 1\$800.
Linguiça, kilo 500.
Linhaça, sacco 5\$800.
Manteiga, kilo 1\$400.
Milho novo, 2\$800.
Ovos, duzia 2\$00.
Polvilho superior, sacco 9\$ a 10\$900.
Queijos da Serra, 500 a 700.
Taboado, duzia 1\$800.
Tocinho, kilo 440.
Xarque, arroba 3\$200 a 3\$800.
Ouro, kilo 720 a 780.
Cera, kilo 1\$100.
Ervilhas, sacco 4\$500.
Erva-mate, kilo 130.
Farinha de centello, sacco 2\$5000.
Farinha de mandioca, sacco 2\$50000.
Farinha especial, 4\$500 a 5\$800.
Farinha de milho, sacco 2\$200 a 2\$500.

Feijão novo, sacco 1\$100.
Feijão branco, sacco 7\$900.
Favas, 3\$800.
Fumo em rama, kilo 700 a 750.
Dito em folha prima, kilo 230 a 260.
Dito » » segunda, 140 a 160.
Rapaduras, conto 1\$800 a 1\$900.
Malhado, kilo 1\$800.
Lã grossa, kilo 380.

MOVIMENTO FLUVIAL

Margem do Taquary
Companhia Fluvial, vapores Monarcha, Guapo e Guicho, todas as noites ás 7 horas.
Vapor Pederneras, ás segundas e quintas-feiras, ás 6 horas da manhã.
Rio Taquary
Vapor Toulonia, á quartas e sabbados, ás 8 horas da manhã.
Regressa ás segundas e quintas-feiras.

Rio Cahy

S. SEBASTIÃO
Vapor União, sobe ás quintas ás 8 horas e desce ás segundas-feiras.
O Barão do Cahy sobe ás segundas ás 8 horas e desce ás sextas-feiras.
O Maratá sobe aos domingos ás 8 horas e desce ás quintas-feiras.
S. JOÃO MONTE NEGRO
O S. João sobe aos domingos e quintas ás 9 horas e desce ás torças e sabbados.
O Germania sobe ás torças e sextas ás 9 horas, e desce ás quartas e domingos.

Pedras Brancas

A lancha Apito, todos os dias, ás 8 horas da manhã, regressando ás 4 da tarde.

Rio Grande e Pelotas

Vapores Itapúa e Humaytá: — As vigiãs dependem das chegadas dos paquetes do Rio Negro e Montevideo regulando nos dias 1 ou 2, 9 ou 10, 18 e 24 de cada mez.
Do Rio de Janeiro partem nos dias 3, 11, 17, 25, 30 ou 31 os paquetes Rio Parado, Rio Frazão, Rio de Janeiro, Rio Grande, Rio Negro e Rio Jaguarão.

MOVIMENTO TERRESTRE

Estrada de ferro de Porto Alegre & Uruguaryana
Os trens partam diariamente da estação da Margem, rio Taquary, conduzindo os passageiros e cargas que vão da capital.

Os trens partam da margem do Taquary ás 8 horas da manhã e chegam á estação do Jacuhy ás 3 horas e 5 minutos da tarde.
Os passageiros que se destinarem do Jacuhy á capital partem d'ali ás 7 horas da manhã, chegando aqui no mesmo dia.

De Porto Alegre a Novo Hamburgo
Trem da manhã: — Parte um da capital ás 7 horas e chega outro ás 9.
Da tarde: — Parte um ás 4 e 30 m, chega outro ás 6 e 30 m.

SEÇÃO LIVRE

AVISO aos interessados
O procurador ou os empregados dos trabalhos de certa estação da estrada de ferro de Porto Alegre á Uruguaryana são convidados pelo presente annuncio a saltar a conta das pinturas ali executadas, sem que o aliatxo assignado ver-se-ia obrigado a recorrer á imprensa afim de publicar o seu contracto, suas contas, carta carta de ordem e mais algumas cousas.

E pretense que elle ver-se forçado a servir-se d'este meio, porém tendo já empregado todos os meios possiveis para conciliar-se amigavelmente, sem resultado algum, apenas o da perda de tempo, por isso ver-se forçado a recorrer á publicidade, pelo que requer a attenção do publico, particularmente a das autoridades.

No fim elle declarará a razão pela qual é forçado a servir-se d'este meio.
NOTA: — Os trabalhos foram entregues em agosto p. passado.
Juiz de M.
Porto Alegre 1 de março de 1884.

Léon Victor Couppé pede aos seus compatriotas, que lhe dão a honra de se occuparem com sua obscura pessoa, o obsequio de darem uma paternidade positiva aos boatos que a seu respeito fazem circular.

ANNUNCIOS

AO COMMERCIO

Chaves & Almeida reabriram a sua casa importadora de fazendas e miudezas de lei, á rua do Commercio n. 10.

Huch & C., agentes da companhia de seguro — Hamburgo Magdeburgueza, declaram aos seus freguezes e ao publico em geral ser falsa a noticia, espalhada n'esta capital, que a mesma companhia se retira desta praça, e aproveitam a occasião para offereceros seus servicos para seguir, nas condições conhecidas, proeios, mercadorias, fabricas, mobílias e outros objectos.

Ultimo pregão
Loteria da corte n. 142 B
Corre impreterivelmente no dia 6 de março do corrente mez (quinta-feira).
Sorto grande 25:000\$000
(Pagos sem desconto) (186)

O ADOVADO
Julio de Castilhos
tem o seu escriptorio
A RUA DOS ANDRADAS N. 291

FONSECA & OLIVEIRA

Receberam um variado sortimento de:
Espelhos para sala
Tapetes para sala e alcova
Lampões
Chá perola e preto
Perfumarias finas
Bandejas
Bolsas para senhoras
Louça, crystaes e porcellana
Rua dos Andradas 308 (147)

SILVA AZEVEDO
Grurgião dentista
Rua General S. Tacares 147 (7)

COMPANHIA FLUVIAL

Do dia 1 de março em diante sairão os vapores com destino á estação da margem do Taquary ás 7 horas da noite.
GERENTE,
Frederico Haensel. (176)

Gabinete dentario

do
Felicissimo Manoel de Azevedo
Rua da Igreja n. 256
(em frente ao Lyceu)
Aberto das 9 horas da manhã ás 3 da tarde. (9)

INVERNADA

Vende-se uma excellente invernada no 1.º districto da villa de Santo Angelo, situada na margem direita do rio Commandary, conhecida por Invernada do Fundo, com meia legoa de frente sobre 1 3/4 de fundo, de superiores campo e matios. (5)

TORRES & COMP.

Receberam:
TOUCAS de meia, de filô, de escocia, de fustão e de setim.
ENXOVAES de 78 até 40\$000 para baptizados.
MERINOS pretos e de cores para vestidos.
CORTEES de cesmiera franceza para calças.
CEROLAS de linho e de algodão para homens.
CAMISAS de linho com e sem collarinhos.
COLLARINHOS e punhos grande sortimento.
ESPARTILHOS de diversas qualidades para senhoras.
COLECHAS brancas com ramos de cores.
CALCADO de diversas qualidades para creanças.
BRDM superior para roupa de creanças.
MEIAS brancas e de cores para homens, senhoras e creanças.
PULSEIRAS de plaqú fino, para senhoras e homens.

Torres & Comp.
180 Rua dos Andradas 180

Tratou-se em Porto Alegre com Francisco José Esteves Barbosa, á rua dos Andradas n. 385, um Santo Angelo com o sr. Mathes Book e com Santa Mari com o sr. Jacob Book. (7)

O advogado Bento Rodrigues da Rosa tem seu escriptorio na villa da Estrella, onde se pôde ser procurado, para os misteres de sua profissão, e pelas pessoas que lo queiram honrar com sua confiança.
Accia o patrocinio de causas civis, orphanologicas ou crimes em qualquer das comarcas de S. João do Cahy, Taquary e Vaccaria. (23)

AO COMMERCIO

da capital e da campanha
O abaixo assignado, estabelecido na MARGEM direita do rio TAQUARY, junto ao aché a Estação inicial da estrada de ferro de PORTO ALEGRE á Uruguaryana, reconhecendo o necessidade de um agente para despachar os carregamentos remittidos pela estrada acima, propo seus servicos do dia 1 de fevereiro do corrente anno ao COMMERCIO geral, consido de que sabers bem cumprir os cargos que lhe forem offiçados pelos seus favorecedores.

Para as cargas que vierem da campanha tambem obrigase a fazer-as transportar com a maior presteza ao ponti determinado.
As condições estabelecidas são as seguintes:
Por tonellada de mercadorias ou fração de tonellada despachadas pela estrada de 1\$3000.
Por peso superior a dez tonelladas facta-se ha abatimento de 59 0/0.
Por carregamento em vapores ou lanchões, por tonellada 500 rs.

Sylvio Biagioti
Margem, 1 de Fevereiro de 1884.

Bock-Bier! Bock-Bier!

A. CAMPANI & C.
com fabricas de cerveja á rua dos Voluntarios da Patria n. 98, participam aos seus freguezes e amigos que, para maior comodidade e attender com promptidão a qualquer pedido d'este ramo, estabeleceram uma agencia em casa do Sr. Alberto Deistel, na RUA DOS VOLUNTARIOS DA PATRIA N. 24.
Chamamos a attenção dos Srs. negociantes de exportação para essa nossa de liberação e esperamos dos mesmos senhores sua benevolencia em nosso favor.
Porto Alegre, 13 de Fevereiro de 1884 (132)

AOS 1.000 PALETOTS

DE
PIMENTEL & COMP.
302 RUA DOS ANDRADAS 304
Este estabelecimento, vantajosamente conhecido não só n'esta capital como tambem na campanha, offerece aos seus numerosos freguezes occasião de sortirem-se com fatiões proprias para a estação, como sejam:
Fatiões de cesmiera do cores, para homens e creanças.
Ditas de brim de linho de cores para creanças.
Paletots de seda para homens (preços sem competencia).
Ditos de alpaca preta fina e de cores, e mais uma infinidade de obras feitas, a contor o freguez mais exigente, não só em qualidades como em preços.
Fraques de diagonal, cesmiera, chiviot e elasticos.
Um esplendido sortimento de caseiros miúdos de cores, em peça.
Brins de cores para colletes.
Ditos de cores para calças. (5)

TORRES & COMP.

Receberam:
TOUCAS de meia, de filô, de escocia, de fustão e de setim.
ENXOVAES de 78 até 40\$000 para baptizados.
MERINOS pretos e de cores para vestidos.
CORTEES de cesmiera franceza para calças.
CEROLAS de linho e de algodão para homens.
CAMISAS de linho com e sem collarinhos.
COLLARINHOS e punhos grande sortimento.
ESPARTILHOS de diversas qualidades para senhoras.
COLECHAS brancas com ramos de cores.
CALCADO de diversas qualidades para creanças.
BRDM superior para roupa de creanças.
MEIAS brancas e de cores para homens, senhoras e creanças.
PULSEIRAS de plaqú fino, para senhoras e homens.

Torres & Comp.
180 Rua dos Andradas 180

Xarope calcáreo balsamico Preparado por Pasquier e Comp. Segundo a fórmula do Dr. Ramiro Barcellos

Não se confunda este xarope com essas innumeráveis panacéas secretas, que servem para todas as moléstias...

Chamamos a attenção dos Srs. clinicos d'esta provincia para o xarope calcáreo-balsamico, quando precisarem applicar preparações calcáreas...

DEPOSITO GERAL EM PORTO ALEGRE Pharmacia Central de Pasquier & Comp.

- São nossos agentes: Porto Alegre, João Nunes do Oliveira. Rio Pardo, Francisco Antonio Borba Filho. Cachoeira, Henrique Manoel da S. Barros.

Victor Rist

413 Rua dos Andradas 413

Loja de espingardas de todas as qualidades e dos systemas mais modernos, assim como pistolas proprias para viagem...

MENDES ROCHA

recebeu as seguintes especialidades: LICOR DA MARTINICA, novidade! IDEM, em elegantes cestinhas...

479 Rua dos Andradas 479

Em frente à RUA DO COMMERCIO Em frente à RUA DO COMMERCIO

Relojoaria

Dionisyo G. de Magalhães

Nesta casa encontra-se sempre variado sortimento de joias detodas as leituras. RELOJOS de ouro, prata e nickel de acreditados fabricantes.

PREÇOS SEM COMPETENCIA

Vapor Teutonia

Este vapor tornará a partir, do dia 2 corrente em diante, ás 8 horas da manhã.

Transparentes para janellas um grande e bonito sortimento chegou, bem como muitos outros artigos...

CARLOS RIST

Ao commercio

Os abaixo assignados participam ao commercio que n'esta data dissolveram a sociedade que tinham para o beneficiamento de arroz...

TRASPASSA-SE

Traspassa-se a chave de uma casa e negocio, sita a rua dos Andradas em uma dos melhores pontos d'esta cidade...

Aos mil paletots

PIMENTEL & C. 302 Rua dos Andradas 302

AO COMMERCIO

Nós abaixo assignados fazemos sciencia ao commercio d'esta praça e fora d'ella que accetamos de dissolver amigavelmente a sociedade que girava n'esta praça...

PRECISA-SE

de um bom impressor lithographo, pagando-se bem. Para tratar na Livraria Americana

AGENCIA DE LEILÕES

João de Deus Siqueira PRAÇA CONDE D'EU N. 43

AO COMMERCIO

Eu abaixo assignado declaro ao commercio que a contar d'esta data deixei de fazer parte da sociedade que tinha em um armazem de secos e molhados sito a rua dos Andradas n. 62...

Ao publico em geral

Schmidt & Schmittinger, solidadores provisionados, continha a encerragem de effectuar, amigavel ou judicialmente, cobranças e liquidações de contas...

Para tratar directamente com o annunciante na villa de Santo Angelo, em Porto Alegre com o sr. Augusto Ullricher...

OURO AMOEDADO Caetano Pinto & Franco compram e pagam excellente agio por toda a especie de dinheiro em ouro...

F. CANESSA SUCESSORES tem seu escriptorio a praça General Marques (antiga do Porto) n. 323...

Carvalho da Costa e Comp. RECEBERAM:

Cortes de casimira franceza para calca. Chapões de sol de setim, enfeitados com rendas, para senhoras.

CARVALHO DA COSTA & COMP. 288 Rua dos Andradas 288

HOTEL DEL SIGLO

311 Rua dos Andradas 311

PRAÇA DA ALFANDEGA João Munt

O proprietario d'este acreditado estabelecimento, tendo concluido favoravelmente seus negocios judicarios, acalia de fazer grande fornecimento para sua casa...

Na estação da estrada de ferro, na margem de Taquary, acham-se tambem montado a capricho um excelente bouffe, dirigido pela sra. d. Ignacia Munt.

A LOJA DE TORRES & COMP.

recebeu:

- Manteletes pretos enfeitados para senhoras. Anquilinas de crina (novo sortimento). Setinetas lisas, lavradas e estampadas.

Torres & Comp.

478 Rua dos Andradas 480

MISCELLANEA=MUSICAL

Quizenario de Revista Musical e peças escolhidas só ara PIANO

A revista litteraria-musical comprehende uma parte litteraria, que se destina ao estudo critico de diversos productos musicaes...

PREÇO DA ASSIGNATURA

1 anno 12\$000

Assigna-se na LIVRARIA AMERICANA

CARLOS PINTO & COMP.

Medico

O dr. João Abott dá consultas, das 11 horas da manhã a uma da tarde...

GRANDE TORRAÇÃO

Terrenos Terrenos

Tendo sido abertas varias ruas, formando lotes urbanos, na chácara que foi do finado vendor Porto...

Para tratar com José Joaquim da Silva Alvaredo, no praço Boa Vista, das 4 e meia horas da tarde em diante.

Ao publico

Os abaixo assignados communicam ao publico em geral e aos seus amigos que no dia 1 do corrente abrirem uma pharmacia a rua dos Andradas n. 208...

A nova pharmacia intitulada PROVIDENCIA está supplicada com o necessario para servir a contento do publico.

AO COMMERCIO

Chaves & Almeida tem o seu escriptorio provisorio a rua do Commercio n. 10.

Em resposta aos mais atribuídos no mundo...

Em resposta aos mais atribuídos no mundo... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Em resposta aos mais atribuídos no mundo... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Em resposta aos mais atribuídos no mundo... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Em resposta aos mais atribuídos no mundo... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Em resposta aos mais atribuídos no mundo... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Em resposta aos mais atribuídos no mundo... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Quando ao segundo, Toledo Ribba, é... a respeito da equidade reitoriana... a respeito da equidade reitoriana...

Acervo Digital Estádio

Acervo Digital Estádio... informações sobre o acervo digitalizado...

Acervo Digital Estádio

Acervo Digital Estádio... informações sobre o acervo digitalizado...

Acervo Digital Estádio

Acervo Digital Estádio... informações sobre o acervo digitalizado...

Acervo Digital Estádio

Acervo Digital Estádio... informações sobre o acervo digitalizado...

Acervo Digital Estádio

Acervo Digital Estádio... informações sobre o acervo digitalizado...

Santa Rita de Passa Quatro

Santa Rita de Passa Quatro... informações sobre o estabelecimento...

Tipo-Preto

Tipo-Preto... informações sobre o tipo de impressão...

Tiêlo

Tiêlo... informações sobre o tipo de impressão...

João

João... informações sobre o tipo de impressão...

Banco Mercantil de Santos

Table with financial data for Banco Mercantil de Santos, including capital, deposits, and other assets.

Emigração e emancipação

Emigração e emancipação... texto sobre a situação dos emigrantes...

Faxina

Faxina... informações sobre o serviço de faxina...

Faxina

Faxina... informações sobre o serviço de faxina...

GRANDE FEIRA
Móveis e artigos de família
Roberto Tavares

De conta e ordem do Sr. Dr. Thomas de Aguiar, que se situa na rua de Santa Família, e segue em comissão do governo

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas
RUA DE S. BENTO N. 54

MAVENDO:
Molho de sal, carne fennosa, margarina de salgado, lavoarito com tempo de marinho, tábua de sal, carne fennosa, margarina de salgado, lavoarito com tempo de marinho...

Leilão
De um predio em Pirapora, quinta-feira, 6 do corrente, ás 11 horas

De ordem do Sr. Dr. João de Camargo e subscricao da administração da massa falida do Sr. Antonio Manoel Moreira de Camargo

F. GOUTINHO
Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Monte de Socorro
Grande leilão de penhores
Roberto Tavares

Leilão de penhores estabelecimento e encerrado pela sua liquidação

Fará sábado, 8 de Março, ás 10 horas
RUA DE S. BENTO N. 54

Leilão
DE RICAS JUIAS

Estes penhores são de muitas variedades e de grande valor, podendo ser interessados para a compra

A exposição das joias terá lugar nos dias 5, 6 e 7

Leilão
DE UM GRANDE SÍTIO, POÇO ALIEN TO LOGAR DENOMINADO FERREIRO

De ordem do Sr. Dr. João de Camargo e subscricao da administração da massa falida do Sr. Antonio Manoel Moreira de Camargo

F. GOUTINHO
Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Leilão
DE UM GRANDE SÍTIO, POÇO ALIEN TO LOGAR DENOMINADO FERREIRO

De ordem do Sr. Dr. João de Camargo e subscricao da administração da massa falida do Sr. Antonio Manoel Moreira de Camargo

F. GOUTINHO
Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Norddeutscher Lloyd
Breman
Linha de navegação Imperial

Leipzig
Linha de navegação Imperial

Leipzig
Linha de navegação Imperial

Leipzig
Linha de navegação Imperial

IMPORTANTE
E VALIOSO LEILÃO

Rica mobília, móveis, artigos de família, etc.

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

Terça-feira, 25 de Março, ás 10 horas certas

ARMAZEM DE GENEROS ALIMENTICIOS
Fructas frescas especias

SILVA BRAGA & COMP.
33, SUA DIREITA, 33

Em frente ao Hotel de França

Si o esperar não é grandeza, como ninguém colheita, não pôde o leilão publico de esta capital deixar de vir a ser o mais importante e lucrativo de todos

FRUCTAS EM CALDA francesas de diversos generos, portuguesas e nacionaes, cristaes e de vidro, em latas e caixas

EM CONSERVAS DE CARNE, além de peixe, chouricos, linguiças, lombos de porco, mortadella, linguiças em latas

EM CONSERVAS DE FRUTAS, além de maçãs, pêras, laranjas, etc.

EM CONSERVAS DE LEGUMES, além de feijões, ervilhas, etc.

EM CONSERVAS DE CEREJAIS, além de arroz, milho, etc.

EM CONSERVAS DE OLEOS, além de azeite de oliva, etc.

EM CONSERVAS DE MOLHOS, além de molhos de tomate, etc.

EM CONSERVAS DE SALGADOS, além de salgados de milho, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

EM CONSERVAS DE DOCE, além de doces de leite, etc.

GRANDE E IMPORTANTE
LEILÃO
DE PRÉDIO

Rua da Consolação, n. 29
Sábado, 8 do corrente, ás 10 1/2 horas da manhã

F. COUTINHO

Com ordem do Sr. Dr. João de Camargo e subscricao da administração da massa falida do Sr. Antonio Manoel Moreira de Camargo

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Terça-feira, 4 de Março, ás 10 1/2 horas

Linha de paquetes a vapor
ENTRE HAMBURGO E AMERICA DO N

Saldados de Santos no mês de Março para Lisboa e Hamburgo

BAHIA
COMAND. POSSEBOM

COMAND. REIDON

COMAND. KROGER

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON

COMAND. REIDON